

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL**

**NAS PEGADAS DA PARTICIPAÇÃO:** uma análise do Plano Popular  
Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa  
Sustentável – PEGADAS (2005-2012)

**JOANILDO BORGES DE JESUS**

**CRUZ DAS ALMAS  
FEVEREIRO - 2015**

**JOANILDO BORGES DE JESUS**

**NAS PEGADAS DA PARTICIPAÇÃO:** uma análise do Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável – PEGADAS (2005-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFRB, no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, como requisito final para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Caetano Ferreira

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
FEVEREIRO - 2015**

## FICHA CATALOGRÁFICA

J58p

Jesus, Joaílido Borges de.

Nas pegadas da participação: uma análise do Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável – Pegadas (2005-2012) / Joaílido Borges de Jesus. – Cruz das Almas, BA, 2015.

273f.; il.

Orientadora: Maria Inês Caetano Ferreira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1.Administração pública – Comunidade. 2.Participação política – Participação social. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.

CDD: 320.95

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE  
JOANILDO BORGES DE JESUS**

---

**Prof. Dra. Maria Inês Caetano Ferreira (Orientadora)**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB  
(Orientadora)

---

**Prof. Dra. Elisabeth Matos Ribeiro**  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

**Prof. Dr. Herbert Toledo Martins**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Dissertação homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em ....., conferindo o Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em .....

Aos políticos que, do auge de suas gestões, julgam-se senhores das decisões públicas, portando-se como verdadeiros donos do poder.

## AGRADECIMENTOS

Nesse instante de tamanha importância acadêmica, não posso deixar de render meus sinceros agradecimentos às diversas pessoas que, sob variadas formas, tornaram-se imprescindíveis para esse momento de alegria:

Aos meus pais, Seu João e Dona Laudite, pelas lições de vida que direcionam meu caminhar cotidianamente;

À minha orientadora, Dra Maria Inês, pelos incansáveis ensinamentos, dedicação e profunda paciência;

À minha irmã, Jacqueline, anjo que permeia o amor e a sabedoria por onde passa, não encontro palavras para expressar minha gratidão pelas incontáveis vezes que ajudou-me com essa pesquisa;

À minha noiva e eterna amada, Suzana, pela dedicação em se fazer presente em todos os momentos da minha vida;

Ao Instituto Federal da Bahia – IFBA, pelo apoio institucional que me foi concedido para a realização do presente estudo;

Aos amigos, verdadeira fonte de alegria e de fidelidade, pela intensa companhia, sobretudo nas horas de angústia e aflição que marcam o período de produção acadêmica;

Aos colegas do Programa de Mestrado em Políticas Públicas do CCAB/UFRB, em especial à amiga Sida Silva, pesquisadora nata, cujo contato ao longo desses anos de curso reforça a certeza do seu futuro brilhante, instigando-nos a seguir seus passos;

A Júlio Pinheiro e Raul Lomanto, pela disponibilização das fontes primárias que tornaram possível a realização desta pesquisa.

*“Eu, que vivi durante alguns anos em período de fascismo, nunca critico a democracia por ser uma fraude, critico por ser pouca. Eu quero é mais.”*

Boaventura Santos

## RESUMO

O presente estudo dissertativo propõe-se a analisar o desenho metodológico do programa de planejamento participativo denominado Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável – PEGADAS, desenvolvido no município de Amargosa/BA, entre os anos de 2005 e 2012. As presentes análises se enquadram na metodologia do tipo estudo de caso, dada preocupação em ressaltar os aspectos históricos, sociopolíticos e culturais enquanto condições aptas à eleição do objeto de estudo em sua especificidade. Em que pese o referencial teórico, o trabalho é balizado nas obras de Carole Pateman (1992), para o enfrentamento das questões ligadas à democracia enquanto ocorrência pedagógica de diálogo entre o indivíduo e a coletividade; Paulo Bonavides (2008), no que concerne à estreita conexão que se opera entre participação e representação democrática; e Danilo Gandin (2001) para o estudo de modelagem participativa ligada à questão do planejamento. Como dito, o trabalho se propõe a apresentar ocorrência de experiência de participação política verificada num pequeno município baiano, como forma de externalizar sua proposta metodológica; apontar fragilidades e disponibilizar o material institucional que se teve acesso à comunidade acadêmica. As dificuldades da pesquisa podem ser expressas pelo curto espaço de tempo para a consecução dos trabalhos, dada a necessidade de grande catalogação do material coletado junto à prefeitura municipal de Amargosa (conjunto de arquivos digitais referentes ao planejamento, execução e avaliação do Pegadas), além da ocorrência de pleito eleitoral durante a fase da coleta de dados, o que impediu a oitiva dos participantes do Pegadas, dada a efervescência social característica da política interiorana. Dentre os aspectos positivos verificados na execução da pesquisa, evidencia-se a existência de um desenho participativo apto a despertar nos sujeitos canais diretos de interação Estado-sociedade, fortalecendo a participação política e a soberania popular. Dentre as conclusões alcançadas, aponta-se que o poder público, na condição de patrocinador das ações participativas, ganha profundo destaque, ao passo que a espontaneidade social resta diminuta. O desenho metodológico do Pegadas permite apontar uma função democrático-pedagógica, bem como a existência de uma estreita relação entre participação e representação. Por fim, a questão do planejamento participativo pode ser verificada segundo o ferramental teórico utilizado e as fontes disponíveis.

**Palavras-Chave:** Amargosa; Democracia, Planejamento, Participação política; Pegadas.



## ABSTRACT

This study dissertative proposes to analyze the methodological design of participatory planning program called Plan Strategic People Management and Democratic Affirmation for Sustainable Amargosa (Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável) - "PEGADAS" (acronym in portuguese), developed in the city of Amargosa - BA, between the years 2005 and 2012. The current analyzes fall into the methodology of the case study, given concern about distinguishing the historical, socio-political and cultural aspects as conditions suitable for the election of the object of study in its specificity. While theoretical framework, the work was based on in the works of Carole Pateman (1992) to confront the issues of democracy as pedagogical occurrence of dialogue between the individual and the community; Paul Bonavides (2008), regarding the close connection that operates between participation and democratic representation; and Danilo Gandin (2001) for the study of participatory modeling linked to the issue of planning. The paper proposes to present the occurrence of political participation experience occurred in a small Bahian municipality as a way to outsource its methodological proposal, highlight weaknesses and provide the institutional material that had access to the academic community. The research problems can be expressed by the short time to achieve the work, given the need for large cataloging the material collected by the municipal government of Amargosa (set of digital files related to the planning, implementation and evaluation of "PEGADAS"), and the occurrence of election campaign during the data collection phase, which prevented the hearsay of participants of "PEGADAS", given the social unrest present in provincial politics. Among the positive aspects of the implementation of the research, we can highlight the existence of a participatory design able to wake up in the subjects direct channels of interaction state - society, strengthening political participation and popular sovereignty. Among the conclusions reached, points out that the presence of the government stood out deeply as sponsor of joint actions, leaving a tiny social spontaneity. Our methodology allows "PEGADAS" indicate a democratic-pedagogical function, as well as the existence of a close relationship between participation and representation. Finally, the issue of participatory planning can be checked according to the theoretical tools used and the available sources.

**Keywords:**Amargosa; Democracy;Pegadas; planning;Political Participation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Imagem 1: Município de Amargosa: Praça Lourival Monte.....                | 72  |
| Imagem 2: Material de divulgação do Pegap.....                            | 81  |
| Imagem 3 - Logomarca da 1º versão do Pegadas(2005) .....                  | 101 |
| Imagem 4: Varredura ecológica. ....                                       | 104 |
| Imagem 5- Reuniões setoriais Pegadas.....                                 | 107 |
| Imagem 6 - Parte do cronograma de reuniões do Pegadas – 2º EDIÇÃO.....    | 110 |
| Imagem 7- Logomarca Pegadas 2009-2012.....                                | 110 |
| Imagem 8- Logomarca da Confiar na primeira edição do Pegadas (2009).....  | 120 |
| Imagem 9 - Reuniões temáticas da Confiar 2005.....                        | 122 |
| Imagem 10 - Plenária da Confiar 2005 .....                                | 122 |
| Imagem 11 - Logomarca da Confiar na segunda versão do Pegadas – 2009..... | 123 |
| Imagem 12 - Reuniões de diagnóstico.....                                  | 144 |
| Imagem 13 - Painel “A comunidade que temos” e quadro de demandas.....     | 157 |

### ESQUEMAS

|   |     |
|---|-----|
| Esquema 1 – Fases do Pegadas.....   | 89  |
| Esquema2 - Ambientes de democracia participativa e representativa no Pegadas..... | 136 |

### TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 - Número de ocorrências ligadas ao orçamento participativo no Brasil.....                       | 59  |
| Tabela 2- Volume percentual de empréstimos feitos pela agência do Banco do Brasil em Amargosa-Bahia..... | 75  |
| Tabela 3 - Principais grupos políticos de Amargosa-BA ao longo da história.....                          | 76  |
| Tabela 4 – Sistematização de dados da comunidade urbana do São José na data de 15/07/2005.....           | 106 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 5 - Números de participantes nas reuniões setoriais do PEGADAS – (2009 a 2012)..... | 112 |
| Tabela 6 – Quadro de demandas aprovadas na CONFIAR 2005.....                               | 121 |
| Tabela 7 - Prestação de contas apresentado na Confiar de 2009.....                         | 124 |
| Tabela8 - Número Geral de participantes nas reuniões de diagnóstico do Pegadas.....        | 127 |

## **GRÁFICOS**

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Quantidade de demandas colhidas na fase de reuniões de diagnóstico 2005-2008..... | 108 |
| Gráfico 2 - Quantidade de demandas colhidas na fase de reuniões de diagnóstico 2009-2012..... | 114 |

## **QUADROS**

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 - Questões Fundamentais do Planejamento e Modelo Básico de Plano no Planejamento Participativo..... | 49  |
| Quadro 2 - A Participação na Gestão do Município de Amargosa (2005 a 2012).....                              | 83  |
| Quadro 3 - Demandas aprovadas por eixo temático – Confiar 2009.....  | 125 |
| Quadro 4 - Composição do comitê de acompanhamento do Pegadas – 2009 a 2012.....                              | 126 |
| Quadro 5 - Momentos de exercício da democracia participativa verificados na metodologia do Pegadas.....      | 141 |
| Quadro6 – Quadro estrutural ligado ao planejamento participativo, segundo Gandin (2001).....                 | 153 |
| Quadro 7 – Esquema de momentos ligados ao Planejamento participativo.....                                    | 159 |
| Quadro 8 – Esquema de atributos ligados ao Planejamento Participativo.....                                   | 161 |

## **LISTA DE SIGLAS**

ACM - Antônio Carlos Magalhães  
APLB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia  
CF - Constituição da República Federativa do Brasil  
CIRETRAN - Companhia Independente de Trânsito  
CMS - Conselho Municipal de Saúde  
CONFIAR – Conferência Integrada de Amargosa  
CP - Congresso Popular de Pintadas  
DIREC - Diretoria de Educação e Cultura  
DIREC - Diretoria Regional de Saúde  
DRP - Diagnóstico rápido participativo  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado  
MEB - Movimento de Educação de Base  
NC - Núcleos Comunitários  
OP - Orçamento Participativo  
PCdoB - Partido Comunista do Brasil  
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano  
PDP - Plano Diretor Participativo  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PEGADAS - Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável  
PEGEP - Plano Estratégico de Gestão Participativa  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PMA - Prefeitura Municipal de Amargosa  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNPS – Plano Nacional de Participação Social

PPA - Plano Plurianual

PPAP - Plano Plurianual Participativo

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PV - Partido Verde

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO .....   | 14  |
| 1 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: uma ação pedagógica e a questão do planejamento.....  | 18  |
| 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE DEMOCRACIA .....  | 18  |
| 1.1.1 Conceituando a “participação” .....  | 19  |
| 1.2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO – BASES TEÓRICAS.....  | 22  |
| 1.3 A QUESTÃO DO PLANEJAMENTO .....  | 41  |
| 2 A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: diferentes experiências e contextos.....   | 53  |
| 2.1 A PARTICIPAÇÃO NO BRASIL .....   | 53  |
| 2.2 A PARTICIPAÇÃO NA BAHIA.....   | 60  |
| 3 AMARGOSA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....  | 72  |
| 3.1. O MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA - APRESENTAÇÃO .....   | 72  |
| <b>Outros</b> .....  | 75  |
| 3.2. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM AMARGOSA – CONTEXTUALIZANDO O NASCIMENTO DO PEGADAS .....  | 80  |
| 4 A METODOLOGIA DA PESQUISA.....   | 85  |
| 5 O PEGADAS: Gestões 2005 a 2008 e 2009 a 2012 .....   | 95  |
| 5.1. O PEGADAS: Considerações preliminares e marco normativo .....   | 95  |
| 5.2. O PEGADAS – Duas edições.....   | 100 |
| 5.2.1.O planejamento - construção e afinamento da proposta com a equipe de governo.....  | 100 |
| 5.3. O PLANEJAMENTO - construção e afinamento da proposta com a equipe de governo.....   | 109 |
| 5.4. O PEGADAS - CONFIAR’S, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO. ....  | 115 |
| 5.4.1. CONFIAR - 2005 a 2009 .....   | 116 |
| 5.4.2 2009 a 2012 (CONFIAR) .....  | 123 |
| 6 OS CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO: Análise do desenho metodológico do Pegadas .....  | 127 |
| 6.1 A QUESTÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E REPRESENTATIVA: um olhar a partir de Paulo Bonavides.....  | 131 |
| 6.2 O PEGADAS SEGUNDO A TEORIA DEMOCRÁTICA DE CAROLE PATEMAN: caráter pedagógico da participação ante a possibilidade de os indivíduos transcenderem a dimensão pessoal de interesses em favor da coletividade ..... | 138 |
| 6.3 O PEGADAS ENQUANTO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO SEGUNDO A TEORIA DE DANIEL GANDIN .....  | 152 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 165 |
| REFERÊNCIAS.....   | 170 |
| ANEXOS .....   | 177 |

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que, hodiernamente, a democracia vem ocupando papel de fenômeno político de extremo destaque. Diante disso, em sintonia com mandamentos democráticos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, operam-se silenciosas revoluções, criando cada vez mais espaços para que Estado e sociedade promovam ambientes de estreita interação.

Nesse sentido, a temática do presente trabalho, qual seja, a participação social nos desígnios do agir estatal, ganha acentuado contorno, pois, no Brasil, verifica-se um novo momento no cenário político atual, outrora marcado por uma forte centralização decisória. Conforme já se observa em diversas gestões brasileiras, aos poucos, as municipalidades vão assumindo a missão de compartilhar com seus cidadãos as diretrizes das políticas públicas. Não por acaso, observa-se que experiências como o Orçamento Participativo – OP e o Planejamento Participativo vêm se tornando técnicas de interação entre indivíduos e instituições, na condição de critério definidor do “bom governo”.

Apesar desses novos arranjos democráticos, cumpre evidenciar que, ao longo da história do Brasil, assistiu-se a histórica estruturação de grupos de poder responsáveis pela patrimonialização da política nacional, como já assinalou Raimundo Faoro (1989). Ademais, as ocorrências de longos regimes ditatoriais impuseram a institucionalização de uma cultura política nacional assente na baixa participação social. Em razão disso, tornou-se comum às administrações públicas a ocorrência de práticas de gestão dotadas de pouca ou nenhuma interação institucional com a população, bem como marcadas pelo clientelismo eleitoral e autoritarismo político-econômico.

O reposicionamento do Estado ante as demandas sociais e a ampliação jurídica dos espaços públicos na definição das diretrizes estatais consolidam oportunidade para significativas alterações no ambiente das políticas públicas participativas. Tais fenômenos, em larga complexidade e especificidades, estão por reconfigurar os caminhos da administração pública, tornando a interação social elemento subjacente à ação estatal e operacionalizando o conceito de cidadania.

No Brasil, o planejamento participativo, como exemplo de interação Estado-sociedade, vem sendo desenvolvido desde 1980, a partir das experiências de Porto

Alegre - RS, Belo Horizonte - MG e São Paulo - SP, além de diversas outras administrações municipais. Conforme se observa dentre os fatores fundamentais à adoção de políticas de gestão participativas, destaca-se o despertar democrático pós Constituição Federal de 1988; a elevação dos recursos municipais e o aumento da presença de partidos considerados de esquerda nos governos locais.

No tocante à realidade baiana, diversas gestões públicas vêm enfrentando a questão da participação popular através da implementação do Orçamento Participativo<sup>1</sup>. Como exemplo, podem-se destacar os municípios de Mutuípe/BA e Alagoinhas/BA, experiências que serão abordadas nos capítulos a seguir. Ainda, é possível constatar a problematização de práticas democrático-participativas enfrentadas nas municipalidades baianas de Salvador/BA, Pintadas/BA, Vitória da Conquista/BA, dentre outros municípios. No âmbito do governo estadual, o tema da participação foi verificado na elaboração de Planos Plurianuais Participativos - PPA-P nas gestões iniciadas nos anos de 2007 e 2011.

Outra questão que assinala a importância do tema refere-se ao fortalecimento das análises acadêmicas voltadas à temática do território local. Tal assertiva reveste-se de significado, pois o “local” possibilita uma melhor compreensão da diversidade de situações fáticas. Nessa seara, salienta-se que o poder executivo municipal ganha contornos de plena evidência por aglutinar o ferramental necessário a estimular e otimizar os canais sociais de impulsão ao desenvolvimento.

No caso do município de Amargosa-BA, cidade situada na região do Vale do Jequiriçá, a aproximadamente 300 km da capital do estado, constatou-se a ocorrência do Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável - Pegadas. O referido programa tratou de uma ação de impulso estatal, que consistiu no levantamento das demandas da população, a partir de diversos segmentos sociais, a fim de que fossem eleitas as prioridades que direcionariam as intervenções do poder executivo ao longo das gestões referentes aos períodos de 2005 a 2008 e 2009 a 2012.

A descrição e análise do desenho institucional que marca a formulação e execução do Pegadas também é objetivo deste trabalho, uma vez que o referido modelo participativo possui características *sui generis* em relação aos modelos participativos tradicionais, conforme será visto a seguir.

---

<sup>1</sup>Metodologia de ação pública pautada na deliberação entre Estado e sociedade para execução do orçamento público.



Diante disso, a pesquisa elegeu como problematização compreender de que forma as democracias representativa e participativa se operaram durante a execução do Pegadas. Ademais, buscou-se também averiguar se o Pegadas teria oportunizado espaço pedagógico de interação aos sujeitos envolvidos, de maneira que alcançassem o sentido coletivo das discussões e votações que ocorreram durante a execução do programa. Do ponto de vista das observações acerca do planejamento, o trabalho se pautou em identificar a existência de elementos que pudessem inserir o Pegadas no rol de experiências relacionadas ao planejamento participativo, segundo o ferramental teórico de que se lançou mão.

O Pegadas, enquanto instrumento institucional de gestão, apresenta como característica a proposta de servir ao macro planejamento das políticas públicas municipais. De relevância fulcral no presente trabalho, a metodologia empregada pelo Pegadas mereceu destaque por contemplar a proposta de uma vasta setorização de levantamento de demandas, alcançando, em tese, os múltiplos agrupamentos sociais do município em suas especificidades sociais, conforme poder-se-á averiguar ao longo da pesquisa.

O conjunto de atividades ligadas ao Pegadas foi registrado em uma dezena de arquivos digitais e documentos impressos, que se pode chamar de verdadeiro banco de dados do programa. Após contato informal com o secretário de relações institucionais do município de Amargosa, no ano de 2012, foi possível ter acesso aos referidos registros. Na ocasião, fora informado ao mencionado representante do poder público sobre a realização de pesquisa acadêmica, destinada a descrever e analisar a experiência participativa do Pegadas.

Nesses termos, a pesquisa se enquadra metodologicamente no que se conceitua como estudo de caso, haja vista a preocupação em garantir a unidade do objeto de estudo e revelar suas especificidades. Ademais, as fontes colhidas dão conta de apresentar o projeto do Pegadas, assim como os dados referentes à sua execução e os relatórios de avaliação. Conforme se poderá observar, a pesquisa realizou uma ampla descrição do programa, bem como disponibilizou o maior número de dados, vide o grande quantitativo de documentos anexos ao texto. Com isso, espera-se que novos trabalhos possam gozar das fontes apresentadas, pois, como se sabe, a coleta de dados em gestões municipais, quase sempre, é fator que dificulta ou mesmo inviabiliza as pesquisas acadêmicas.

Para tal empreitada, logo no primeiro capítulo, foi realizado tratamento teórico conceitual acerca dos fundamentos ligados à interação Estado-sociedade. O conceito de participação foi trabalhado no sentido de evidenciar seus diversos significados, segundo o contexto em que se opera. A partir de teóricos como Carole Pateman (1992) e Paulo Bonavides (2008), adotou-se a participação como elemento subjacente à ocorrência democrática. Para a questão dos fundamentos do planejamento participativo, o trabalho se serviu das contribuições de Gandin (2001), no intuito de alcançar uma melhor exposição didática do tema.

No segundo capítulo, foi traçada uma análise contextual acerca da participação política no Brasil e especificamente na Bahia, a partir da apresentação de diversos trabalhos acadêmicos que versaram sobre o tema. No capítulo terceiro, por sua vez, buscou-se apresentar o contexto ensejador do surgimento do Pegadas no município de Amargosa. Ademais, foi possível arguir o momento histórico em que o Pegadas foi implantado, destacando os principais sujeitos que contribuíram à concepção e execução do programa. Ainda, foi possível realizar uma apresentação da metodologia utilizada para enfrentar o tratamento das fontes em consonância com os fundamentos teóricos já apresentados.

No quarto capítulo, foi apresentada uma descrição pormenorizada do Pegadas, onde se pode contemplar com detalhes o conjunto de etapas em que se lastreou o programa, apresentando com fartura dados e documentos referentes às fases de planejamento, execução e avaliação. No quinto e último capítulo, foi realizado um quadro de análises referentes ao Pegadas, sob o enfoque do embasamento teórico em que se funda a pesquisa. Nesse momento, obtiveram-se algumas conclusões referentes aos dados colhidos, de maneira a apresentar as respostas para as questões-problemas retrocitadas.

Por derradeiro, nas considerações finais, buscou-se contextualizar as discussões e resultados vistos nos capítulos anteriores, a fim de demarcar o sentido e alcance da democracia participativa nos dias recentes. Ainda, foram expostas as dificuldades encontradas, bem como os potenciais desdobramentos da pesquisa que restaram adiadas para trabalhos futuros.

## **1 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: uma ação pedagógica e a questão do planejamento**

O elemento da participação tem ganhado contornos bem acentuados no estudo das ocorrências democráticas contemporâneas, haja vista o nível de interação Estado-Sociedade que um dado governo almeje alcançar. Sobre o tema, como se verá a seguir, diversos pesquisadores já lançaram luzes, a fim de se alcançar com precisão em que medida democracia e participação estariam influenciando-se ou mesmo repelindo-se.

À guisa de reflexões teóricas ligadas ao fenômeno da participação social nos regimes de governo democrático, cumpre, no presente trabalho, apresentar as contribuições de Carole Pateman (1992) ao tema. Ademais, será também objeto de análises a relação existente entre participação e representação no jogo da trama democrática, onde serão de grande valia os estudos de Paulo Bonavides (2008). Por sua vez, as contribuições de Gandin (2001) guardam estreita relação com presente pesquisa, uma vez que o autor esboça em suas análises descrição estratégica capaz de referenciar a ocorrências de planejamento do tipo participativo.

Contudo, inicialmente, cumpre lançar luzes conceituais acerca dos difusos significados imanentes à participação, a fim de uma melhor precisão do campo de estudo a ser enfrentado no decorrer do trabalho. Nesse sentido, autores como Saule Júnior (2002), Bobbio (2000) e Aber, Serafim e Tatagiba (2001), Nogueira (2005) são de também de grande utilidade à matéria, como se poderá ver mais à frente.

### **1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE DEMOCRACIA**

O tema da democracia, desde a Grécia Antiga até os dias atuais, vem assinalando na pauta de discussões políticas, estando aindaem permanente efervescência. Nesses termos, seu conceito pode ser descrito como uma forma de governo onde os cidadãos participam, diretamente ou através de representantes eleitos, da proposta, do desenvolvimento e da criação de leis, exercendo o poder de legitimação estatal (SÁNCHEZ, 2002).

Já na antiguidade, Aristóteles debruçava-se em operar distinção entre os vários sistemas de governo, chamando de injusta a democracia (demokratia) e de justa a República (politeia). O referido autor iniciava debate ainda em voga ao

apontar na “demokratia” um bem próximo aos que atualmente compreende-se hoje por democracia direta e, por sua vez, politeia ao que se traduz por democracia representativa (ARISTÓTELES, 2002).

Maria Benevides (1994) considera que democracia é o regime político baseado na soberania popular, com respeito à regra da maioria, porém com pleno reconhecimento dos direitos das minorias e respeito integral aos direitos humanos. Tal modelo democrático assinala ocorrência verificada no ordenamento jurídico nacional vigente, por exemplo, no momento da representação partidária do Poder Legislativo.

Segundo a doutrina jurídica, a vigência de um regime de governo democrático pode estar marcada por diversas perspectivas de legitimação do ordenamento jurídico vigente. Dessa forma, uma democracia pode obter forma de cunho representativa, a partir do momento em que os representantes sociais, devidamente eleitos, atuam com absoluta legitimidade para decidir assuntos estatais. Por outro lado, diz-se da democracia participativa, ou direta, aquela em que os cidadãos, e somente eles, dispõem de capacidade legítima para que as engrenagens estatais possam operar decisões. Numa perspectiva intermediária, verifica-se na democracia semi-direta a ocorrência democrática, segundo a qual o sistema de governo converge fundamentos da representação política (dirigentes eleitos), bem como espaços de participação direta, como ocorre no Brasil de hoje, nos casos de plebiscito, propositura popular legislativa, referendo etc. (DALARI, 2007).

### 1.1.1 Conceituando a “participação”

No intento de alcançar uma melhor definição referente à temática da participação democrática, torna-se imperioso trazer ao debate os principais conceitos ligados à questão, para fim de uma abordagem analítica mais transparente e segura.

Desse modo, tem-se que o tema da participação em sentido *lato* absorve um conjunto amplo de situações em que a sociedade interage com o poder público. Ocorre que para Saule Júnior (2002), na realidade concreta, a participação poderia ser inicialmente classificada na condição de gênero participativo, apontando alguns importantes desdobramentos (espécies). Quais sejam: a participação política e o

controle social. O primeiro refere-se ao envolvimento político dos indivíduos nos desígnios das decisões que impactam diretamente no processo de tomada de decisões públicas; o segundo (controle social), por sua vez, corresponde aos dispositivos de aferição social dos serviços públicos que chegam (ou não) à sociedade. Nessa seara, o presente trabalho elegerá enquanto foco de análise a questão da participação social concernente aos meios pelos quais os indivíduos definem o agir estatal – participação política.

Ademais, segundo se observa com Abers, Serafim e Tatagiba (2001), as formas de participação política, por sua vez, podem ocorrer de diversas maneiras: Participação institucional; Lobbies no parlamento; Protesto; Política da proximidade – (relação pessoal) e Ocupação de Cargos. Cada uma dessas metodologias participativas reveste-se de singularidade e liga-se à cultura política da sociedade em que se materializa. Como se pode extrair do objeto de estudo desta pesquisa, trata-se, a princípio, de uma forma de participação política com características plenamente institucionais. Nessa dimensão, a participação institucional reclama um modo de diálogo entre Estado e sociedade, a partir de canais próprios de interlocução, os quais quase sempre ocorrem por iniciativa e condução estatal (AVRITZER, 2008).

Outra classificação acerca das tipologias participativas é trazida por Nogueira (2005), para quem os contextos sócio-históricos têm assinalado as existências de experiências participativas que envolvem diferentes graus de consciência coletiva. Nessa perspectiva, pode-se destacar a Participação Assistencialista, marcadamente caracterizada por atividades de cunho filantrópico ou solidário; a Participação Corporativa, ligada à defesa de interesses de determinados grupos sociais ou de categorias profissionais – marca exponencial do sindicalismo; a Participação Eleitoral, apresentada como a que não visa apenas à defesa de interesses particulares, repercutindo efeitos por toda a coletividade<sup>2</sup>. Por fim, a Participação Política atua nos indivíduos, superando os demais tipos participativos anteriores, de modo a integrá-los. Na concepção de Nogueira, tal Participação Política “realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto, ou seja, o Estado” (NOGUEIRA, 2005, p.133).

---

<sup>2</sup> Sugere Nogueira (2005) que, diante da participação eleitoral, observa-se um amadurecimento político mais acentuado do cidadão, vez que se volta à prevalência dos direitos coletivos ante os individuais.

Roberto Bobbio (1987), referindo-se à participação política, assevera tratar-se de expressão que serve à designação de diversas atividades, tais como: o voto; a militância num partido político; a participação em manifestações; a contribuição para certa agremiação política; a discussão de acontecimentos políticos; a participação num comício ou numa reunião de seção; o apoio a um determinado candidato no decorrer de uma campanha eleitoral; a pressão exercida sobre um dirigente político; a difusão de informações etc. (BOBBIO, 2000, p. 888).

Bobbio destaca também a ocorrência de pelo menos três níveis de participação política. A “Presença”, descrita enquanto forma menos intensa e mais marginal de participação política, tratando-se de comportamentos receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas etc., situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. O segundo nível de participação política refere-se à “Ativação”, onde o sujeito passa a desenvolver uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação, como exemplo pode-se destacar o envolvimento em campanhas eleitorais ou quando se participa de manifestações de protesto; e a própria Participação, situações segundo as quais o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política (BOBBIO, 2000).

Dessa maneira, seja em Saule Junior (2002), Aber, Serafim e Tataçiba (2001), Nogueira(2005), Bobbio (2000) ou mesmo nos teóricos da participação como Pateman (1992) ou Bonavides (2008), o sentido político tem função precípua na trama da democracia participativa. Ou seja, a capacidade dos indivíduos atuarem de forma livre e consciente na definição dos assuntos públicos. Desse modo, a tomada de decisões é condição *sinequa non* para que a participação política seja efetiva. Por tal razão, o presente trabalho elegeu como conceito a ser adotado nas linhas à frente o papel da participação política, uma vez que está intimamente ligado ao objeto do presente estudo de caso: a participação social no que tange à questão do planejamento, isto é, processo de tomada de decisões acerca das prioridades a serem enfrentadas pelo poder público municipal.

A importância do estudo da participação política reside no fato de oportunizar aos sujeitos a potencialização, o estímulo e a possibilidade de exercitar o viver democrático. Ademais, participando, os cidadãos gozariam de meios eficazes de alcançar uma consciência acerca da relação existente entre seus interesses privados e os interesses dos demais sujeitos. Nesse sentido, seria possível alcançar

a noção de interesse público, propiciando benefícios para a sociedade como um todo. Desse modo, os espaços de debate público e de participação dos cidadãos nas decisões políticas seriam imprescindíveis ao amadurecimento da democracia, à dinamização de suas formas e à redução da prevalência do interesse privado.

Como visto no contexto acima, o interesse privado restaria profundamente atrelado ao interesse coletivo, dada a existência de efetivos espaços públicos de diálogo e interação, envolvendo os anseios da coletividade envolvida. Assim, tais espaços de interação dialógica tornariam possível a conscientização e ampliação do interesse público e contribuindo decisivamente à formação democrática dos sujeitos que participam.

## 1.2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO – BASES TEÓRICAS

Segundo aponta Carole Pateman (1992), em meados do século passado verificou-se um esvaziamento do conceito de participação, dada sua exaustiva utilização político-ideológica, marcadamente genérica, mas pouco reflexiva. Nesse sentido, o vocábulo em tela foi empregado por diferentes pessoas para se referirem a uma grande variedade de situações políticas. Diante deste cenário, a autora debruçou-se em compreender qual o lugar da participação numa democracia moderna e viável.

A tal empreitada, insta consignar que apesar da popularização do discurso favorável à participação democrática, houve uma farta teorização democrática que passou a proclamar menores índices de participação, fortalecendo o sentido e alcance da representação política (Democracia representativa). Basicamente, duas razões justificaram as limitações participativas no contexto democrático, a saber: Seria necessária uma revisão dos marcos teóricos clássicos da democracia, dada a desvinculação de suas análises à realidade historicamente consolidada; Ainda, a preocupação com estabilidade dos sistemas políticos, de forma que democracia e totalitarismo passaram a compartilhar espaços de fusão no mundo moderno (PATEMAN, 1992).

Do ponto de vista acadêmico, o surgimento de uma sociologia política representou um importante fator, que ao lado da ocorrência de estados totalitários, impactaram na definição de uma tipologia democrática, exclusivamente

representativa, em detrimento dos canais de interação participativa. Para autores como Mosca e Michels (*apud* PATEMAN, 1992), ao estudar os partidos sociais democratas da Alemanha, foi possível constatar a necessidade de escolha entre democracia ou organização. Ainda segundo os autores, toda sociedade necessitaria de uma elite no governo capaz de direcionar os rumos da ação estatal. Tal posicionamento não participacionista estaria fortemente ligado ao contexto político após a Segunda Grande Guerra, quando se observou a elevação no número de governos totalitários, inserindo a vontade das massas sociais na condução dos assuntos de Estado.

Diante disso, as críticas científicas que definiram o papel da participação na democracia procuraram demonstrar a necessidade de reposicionar as ideias de democracia clássica e sua suposta generalização participativa. No plano empírico, a crise da participação pode ser apontada por eventos como o colapso da República de Weimar com altas taxas de participação das massas e de tendências fascistas; e a introdução de regimes totalitários no pós-guerra, lastreados na participação das massas (ainda que sob o império da intimidação e da coação). Por conta desses acontecimentos, os conceitos de democracia e totalitarismo passaram a caminhar ladeados, de forma a tornar preciso repensar formas democráticas mais seguras, no caso, com menor incidência participativa.

Como aponta Pateman (1992), a sociologia política trouxe ao debate democrático estudos apontando que apenas uma pequena parte da população pobre teria interesse por política ou atividades políticas. Ademais, constatou-se também que atitudes não democráticas ou autoritárias estariam amplamente difundidas em grupos sociais de baixa renda, de modo que estimular a participação acarretaria instabilidade à própria democracia.

Desse modo, consagrou-se uma vertente científica, que empiricamente, procurou desqualificar a ocorrência de uma teoria ligada à democracia clássica (supostamente participativa), afirmando que a inclusão de cidadãos desinteressados no debate político colocaria em crise a estabilidade política e econômica. Nessa seara, constituiu-se uma ilusão a visão clássica do homem democrático, visto que supostamente estaria marcada por uma concepção valorativa e carregada de ideais, estando, portanto, na contramão da visão científica e empirista moderna.

A nova ordem democrática acadêmica teve em Joseph Schumpeter (1961) seu principal expoente, por ter assumido a proposta de construir uma nova teoria da



democracia, evidenciando novo sentido democrático, amparado numa perspectiva “realista”. Tais ideias repercutiram maciçamente nas produções acadêmicas que se seguiram.

Segundo aponta Pateman (1992) nas análises esposadas por Schumpeter (1961), a democracia não se vincularia a meios ou fins, tratando-se, tão somente, de um “método político”, ou seja, um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas. Schumpeter alcançou em seus estudos uma análise que se contrapõe à visão clássica da democracia, segundo a qual a participação derivaria de uma visão empiricamente irrealista, além de destacar que na competição entre os que potencialmente podem tomar decisões pelo povo estaria o verdadeiro sentido de uma democracia revisada. O referido autor define democracia como sendo:

[...] aquele arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo (SHUMPETER, 1961, *apud* PATEMAN, 1992, p.13).

Nas observações shumpeterianas, em tese, qualquer cidadão estaria em condições de pleitear os votos dos eleitores, residindo aí o caráter democrático do regime de governo. Cabe apontar que Shumpeter (1961) comparava democracia à economia de mercado, pois o eleitor escolheria as melhores opções disponíveis, tal qual o consumidor o faz com relação aos bens que deseja adquirir. Para tanto, seria imprescindível a concorrência de liberdades civis. Apesar do posicionamento supostamente pluralista, o autor vinculava-se ao elitismo político, pois, para ele, deveria haver uma elite capaz de oferecer os candidatos que receberiam os votos dos eleitores, em função disso combatia o sufrágio universal, sendo as eventuais exclusões eleitorais por conta de renda perfeitamente compatíveis com a ordem democrática.

Na teoria de Shumpeter (1961), o único meio aberto de participação seria o debate e o voto. Nesse sentido, as cobranças aos representantes por meio de cartas seriam contrárias ao espírito democrático, tratando-se de formas ilegítimas de controlar os representantes devidamente eleitos. O afastamento da sociedade da

política derivaria do fato que, segundo Schumpeter, a massa eleitoral é incapaz de outra coisa que não seja “estouro de boiada” (SHUMPETER, 1961, p. 336). Por essa razão, os líderes deveriam ser ágeis e enérgicos, a fim de direcionar o fluxo de decisões políticas, visto que o diálogo social restaria instável e infrutífero.

Em grande medida, as análises de Schumpeter (1961) tornaram-se quase que universalmente aceitas na academia e no mundo político, forjando uma parte significativa da ideologia democrática do século XX. Com o intuito de apontar trabalhos que, de alguma forma, seguiram a perspectiva schumpeterianas, Pateman (1992) descreve alguns trabalhos que se fizeram presentes no debate democrático, destacando a forte preocupação dispensada no tocante à estabilidade política e os ataques feitos à teoria clássica.

Já Berelson (1952 *apud* PATEMAN, 1992), embora pugne pelo mesmo objetivo de Schumpeter, observa-se que segue uma análise diferente. Berelson aponta que a democracia clássica não goza de fundamentos concretos, pois seria insuscetível de operacionalidade na realidade concreta. Como exemplo, pode-se destacar que seria falaciosa a ocorrência de interesse generalizado dos cidadãos pelos assuntos de política, além do que a teoria clássica focaria demasiadamente nos indivíduos, não enxergando o sistema político (de modo que a complexa trama pelo poder ocuparia papel de destaque na democracia desse autor). Dessa maneira, seria possível estabelecer condições econômicas e sociais como pré-requisito para que uma democracia se estabilize, a saber: redução dos conflitos; restrição à taxa de câmbio e manter uma estabilidade social e econômica, além de uma organização social pluralista e um consenso social básico.

Ainda para Berelson, a participação limitada e a apatia política de grande parte da sociedade tem uma função positiva no conjunto do sistema, ao amortecer o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças. A participação deveria ser apenas de um pequeno grupo, estando a apatia política na condição de elemento necessário à estabilidade do sistema. Somente nesse contexto estar-se-ia diante de uma participação democrática e estável.

Para Robert Dahl (1967), outro autor apresentado por Pateman (1992), não existiria uma teoria clássica da democracia, podendo-se falar que existem mesmo teorias democráticas. As análises de Dahl (1967), diferente de Schumpeter (1961), apontam para a ocorrência de uma democracia como sendo uma poliárquica –

governos das múltiplas minorias – assinalando o que se chamou de teoria moderna democrática.

Entendendo a democracia como arranjo institucional, seriam requisitos nucleares da democracia: a eleição, a fim de que se definam os líderes e os não líderes; e uma baixa participação social, dada a apatia da população com os assuntos de política. Apesar disso, reconhecia a possibilidade de mecanismo de pressão e controle sobre os líderes. Para Dahl (1967), a democracia consagra-se na escolha de representantes pelos eleitores, de modo que as pressões poderiam interferir nos rumos das ações estatais, estando tal situação em harmonia com a estabilidade do sistema democrático.

Defendendo a necessidade de sufrágio universal para a ocorrência na democracia moderna, Dahl (1967) elege como requisitos democráticos o Consenso social acerca das normas democráticas (ao menos entre os líderes) – obtido através de práticas reiteradas na família, na escola, na igreja etc. Segundo Pateman (1992), o autor estaria se referindo a um treinamento social que serviria para desenvolver atitudes individuais, com o fito de apoiar normas democráticas. Contudo, não se verifica de que forma o treinamento propiciaria consensos de normas democráticas.

As análises de Dahl (1967) também apoiam-se no fato de que a participação representaria um risco para a estabilidade democrática, na medida em que a população de classes econômicas menos abastadas, menos politizadas e afeitas a práticas autoritárias poderiam comprometer a estabilidade do sistema dados os conflitos da arena política. Assevera o autor *in verbis* que “Um aumento da taxa de participação, portanto, poderia representar um perigo para a estabilidade do sistema democrático” (DAHL, 1967 *apud* PATEMAN, 1992, p. 20).

Já nos estudos realizados por Sartori (1956 *apud* PATEMAN, 1992, p. 21), observa-se que, assim como Dahl, há uma preocupação no tocante à poliarquia, apesar disso, não são minorias que governam, mas sim as elites. Em verdade, trata-se do mais radical crítico à democracia clássica, na medida em que a mesma apresentaria um abismo entre teoria e realidade de forma intransponível. Por conta disso, o ideal democrático deveria ser minimizado, dado o temor aos movimentos contra elite marcadamente de feição totalitária.

Para a questão da inatividade do cidadão médio ante os assuntos de política, Sartori sugere que isso não decorre da falta de renda, analfabetismo ou insuficiência de informação, mas tão somente do fato de que as pessoas compreendem e se

interessam por assuntos que tenham experiência pessoal, ou por ideias que possam formular para si próprias e nada disso seria possível para o homem médio. Desse modo, não havendo culpados por essa apatia política, seria preciso aceitar sua ocorrência, pois alterar esse fato (isto é, estimular a participação) representaria um risco à própria democracia.

Por fim, os estudos de Eckstein(1966*apud* PATEMAN, 1992)apontam que a estabilidade democrática deriva não só da longevidade do sistema político, mas, com ênfase, da capacidade de adaptar-se aos processos de mudanças. E aponta ainda que uma dimensão importante para compreender o Estado é a relação social que os sujeitos constroem fora dele (estado) - Família, igreja etc. Nessa perspectiva, a estabilidade estaria na forma com que tais relações se aproximam das práticas habituais. O autor assinala que determinadas áreas públicas estariam afeitas a atitudes marcadamente autoritárias assim como o mercado, a economia e mesmo a formação juvenil, assinalando que: “É impossível democratizar algumas estruturas de autoridades mais próximas do governo” (p.24).

Assim, embora pareça surgido paradoxo, a estabilidade político-democrática derivaria desses espaços autoritários e da necessidade dos sujeitos por lideranças. Em resumo, para ser democrático seria preciso carregar certa dose de autoritarismo.

Até aqui, observaram-se teorias democráticas contemporâneas, marcadas pelo caráter cientificista, empírico e descritivo em acordo com a análise comportamental dos sujeitos. Por tais análises, a democracia seria um método que encontraria sua razão de ser nas eleições (de sufrágio universal ou não, conforme o caso). As poucas ocorrências participativas cumpririam a missão legitimadora (voto) e protetora (contra atitudes arbitrárias dos gestores – função reativa). Ademais, contextualmente, tais teorias estariam ligadas à preocupação com a estabilidade político-econômica e o temor de caminhos políticos de cunho totalitários.

Pateman salienta que a democracia contemporânea é também normativa, na medida em que não se trata de uma mera descrição do modo como operam certos sistemas políticos. Na verdade, implica que esse é o tipo de sistema que deveria ser valorizado, incluindo uma série de padrões ou critérios pelos quais um sistema político pode ser considerado democrático. Neste cenário, do ponto de vista referencial, o modelo anglo-americano tornou-se o paradigma democrático, onde qualquer distanciamento desse referencial implica em formas menos democrática.

Observa-se que a democracia contemporânea foi enquadrada numa bifurcação, em que ou adota-se o sistema político onde as elites disputam os votos (Democracia), ou um onde isso não ocorre (totalitarismo). Dessa forma, o sistema vigente seria sempre o mais acertado (PATEMAN, 1992).

Ademais, a teoria democrática contemporânea cuidou de afastar as teses do homem racional, participativo e informado, pois marcaria um ideal empiricamente inviável. Contudo, os democráticos contemporâneos não demonstraram porque o ideal participativo fracassou se ele nunca foi posto em prática.

Quanto à democracia clássica, importa destacar que na visão de Carole Pateman (1992) é apontada como uma teoria prescritiva, isto é, aponta um tipo ideal a ser alcançado. Uma crítica que a autora tece aos teóricos da democracia contemporânea se refere ao fato de que tal teoria modificou significativamente o sentido normativo da democracia, embora ostentasse o discurso imparcial e científico para apresentar suas conclusões.

Partindo-se das contribuições de Schumpeter ao tema, no sentido de definir no que consiste a democracia clássica, tem-se que seria:

Um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, o qual realiza o bem comum, fazendo com que o próprio povo decida questões através da eleição de indivíduos, os quais devem se reunir em assembleia para executar a vontade desse povo (SCHUMPETER, 1961, p. 291).

O referido conceito descreve uma teoria marcadamente do século XVIII, tendo sido utilizado por Schumpeter para criar sua teoria contemporânea. Partindo dessa assertiva, o autor fez crítica à democracia clássica por exigir do homem médio comportamento padronizado em relação ao sistema político<sup>3</sup>. Sendo assim, criar-se-ia um tipo ideal democrático participativo de validade infundada, pois apenas coisas experimentadas nas relações cotidianas são reais para o homem comum. Quando esse homem entra na política perde a noção da realidade e se desloca para um nível mais baixo. Por fim, na visão Schumpeter, a democracia clássica é omissa ao não conhecer do papel que a liderança exerce sobre os sujeitos.

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, deveria tal homem gozar de informações plenas e da livre consciência para pensar e agir, sem que os grupos de pressão e propaganda exercessem qualquer influência sobre ele.

Face ao exposto tem-se que Schumpeter alcançou com sua teoria democrática contemporânea um viés amplamente generalizável acerca da função participativa inerente à teoria Clássica, o que, pelo exposto, não se pode ter como verdade. Alicerçou o autor as bases científicas que justificaram o império da democracia representativa, tornando a participação ocorrência quase sempre pontual e estanque e ideologicamente totalitária.

Dentre os representantes da democracia clássica, segundo Pateman (1992), podem-se eleger como precursores e principais expoentes Jean Jaques Rousseau, Stuart Mill e Bentham. De modo geral, tais pensadores cuidaram de defender, na sua medida, a importância da participação do povo na condução dos assuntos de Estado, pois evitaria a desgovernança. Nesse sentido, o povo seria a classe numerosa capaz de frear interesses estatais sinistros, de sorte que a vontade do povo deveria direcionar a conduta dos dirigentes.

Como aponta a supracitada autora, autores como Mill destacam a importância de educar o eleitor para um voto socialmente responsável, de modo a referenciar um grupo social capaz de reivindicações próprias. Pensava o autor que os eleitores escolheriam seus candidatos com base no compromisso, chegando a pensar que os eleitores mais incautos pediriam ajuda aos mais experientes.

Para Pateman, a democracia clássica seria um mito, fato não percebido pelos defensores ou pelos críticos da democracia moderna, vez que não se voltaram para as bases da teoria clássica. Neste sentido, sua tese ganha destaque pelo fato de que a pluralidade de sentidos democráticos expressos nos autores clássicos não permite generalizações acerca do sentido democrático-participativo. Corroborando à tese da autora, autores como Bentham e Mill discorrem que a participação possuía papel reduzido, de forma que serviria tão somente para proteger o Estado de eventuais ações sinistras que pudessem comprometer a vida dos indivíduos. Ademais, o interesse universal seria a soma das vontades individuais – análise esta muito próxima do modelo presente na democracia contemporânea. Por outro lado, autores como Stuart Mill (2006) e Rousseau (2007) atribuem à participação papel nevrálgico para a manutenção da democracia, falando-se mesmo numa “sociedade participativa”.

Sobre o sentido normativo experimentado pela ciência, as análises de Lindomar Boneti (2007) descrevem que, desde o século XVIII, a ciência vem concentrando esforços em compreender o objeto de estudo voltado às ciências

humanas, a partir das verificações constatadas nas ciências exatas e naturais. Nesse sentido, a busca por uma razão capaz de proporcionar um discurso científico universalista e infalível deu causa a ocorrências contemporâneas em que os dados técnicos assumem caráter determinante nas definições das intervenções estatais, superando inclusive a própria vontade da população diretamente interessada.

Ainda para Boneti (2007, p. 25), revelando o discurso legitimador da ciência, “a técnica, enquanto filha da ciência, é infalível e é dela que nasce a dinâmica do movimento que impulsiona a sociedade para o dito desenvolvimento”. Destarte, uma vez legitimado pelos ordenamentos científicos de um período (Jurídico, administrativo e outras quais forem), o agir estatal tem encontrado arrimo racional para conduzir suas intervenções<sup>4</sup>.

Na visão dos críticos da democracia contemporânea, a participação se configura uma série de ocorrências capazes de fortalecer o sentido da democracia política, sendo importante para tanto a educação pública, a qual decorreria das múltiplas formas de participação na atividade política.

As análises de Pateman são de grande valia ao debate em tela ao apontar para o fato de que a participação está vinculada ao universo democrático, ao contrário do que pensavam os “sucessores” da teoria democrática contemporânea introduzida por Schumpeter. Para tanto, a autora serve-se de J. J. Rousseau (2007), escritor do século XVII, que se ocupou de apontar para a participação como forma de exercício democrático.

Segundo vê-se em Pateman (1992), os estudos de Rousseau, o teórico da participação por excelência, como sugere a autora, trazem um marco conceitual introdutório ligado à teoria democrática marcado pelos seguintes aspectos: O papel educativo do processo participativo (quanto mais se participa, mais apto se está para tanto); a estreita relação que os indivíduos possuem com as instituições a que se ligam; a relação entre o público e o privado e a relação com a soberania do interesse coletivo; além disso, a participação como forma de tornar possível a compreensão do interesse coletivo e como forma de retroalimentação do regime democrático.

As análises de Rousseau, enquanto ponto de partida para o debate sobre democracia e participação, apontam que atitudes democráticas provocariam um efeito psicológico sobre os indivíduos, assegurando uma inter-relação entre sujeitos

---

<sup>4</sup> A relação entre participação e legitimidade será mais aprofundada mais à frente.

e instituições. Democracia seria, para o autor, mais que um mecanismo de proteção contra atos sinistros dos gestores ou mesmo um arranjo institucional ligado ao processo de decisões, como esboçaram os teóricos da democracia moderna.

Para Rousseau, as condições para que o regime de governo democrático prospere residem basicamente na ausência de abruptas desigualdades entre os cidadãos; a ausência de grupos/facções ligadas a interesses específicos (nesse caso, seriam necessários que existissem também múltiplos grupos que forçassem uma competição mais justa). Ademais, o sentido do viver democrático residiria na relação de interdependência que se opera entre os sujeitos, de tal forma que a vontade geral seria sempre mais justa do que os interesses individuais. Nessa perspectiva, a lei seria fruto das decisões coletivas e garantidora do interesse público.

A participação estaria ligada ao processo de tomada de decisões, garantindo o interesse coletivo ante o império privado. Observa-se assim a opção do autor pelo que se compreende por uma democracia direta, não havendo espaço para o papel dos representantes políticos. A participação trata-se também de um processo educativo que se opera entre sujeitos e instituições. Operar-se-ia a participação através do jogo político, segundo o qual as propostas mais abrangentes seriam aceitas pelos grupos, em detrimento dos interesses particularizados, durante o processo de votações. Enxerga o autor que os interesses públicos e privados caminham ladoalado, de tal forma que seria possível esvaziar as zonas de conflito.

A liberdade democrática estaria ligada ao império das leis, que o próprio cidadão atua no processo de debate e aprovação. Nesse sentido, o caráter educativo da proposta estaria em “forçar” o indivíduo a ser livre, sendo, portanto, instigado a estar presente nos espaços destinados a discutir o interesse coletivo. A luta pela participação dos indivíduos não seria uma ação de obediência, pois, segundo Rousseau:

Tanto a sensação de liberdade do indivíduo, quanto sua liberdade efetiva, aumentam por sua participação na tomada de decisões, porque tal participação dá a ele um grau bem real de controle sobre o curso de sua vida sobre a estrutura do meio em que vive (ROUSSEAU, 1968 *apud* PATEMAN, 1992, p.41).



De tal sorte, o indivíduo que participa torna-se livre e alcança o controle das instituições a que se liga. Outra função da participação estaria ligada ao fato de que, participando, o indivíduo estaria mais apto a compreender e assimilar o sentido das decisões coletivas.

Com efeito, na participação residiria o papel integrador que ela propicia, ao fazer com que cada cidadão isolado sinta-se pertencente a sua comunidade. Segundo aponta Pateman, as análises de Rousseau sugerem uma inter-relação envolvendo estruturas de autoridade das instituições e as atitudes psicológicas dos indivíduos, revelando caráter pedagógico democrático através de cada ferramenta participativa cada vez mais corrente. Diferente do que pensam os adeptos da teoria contemporânea, a participação não comprometeria a estabilidade do regime, ao contrário, atuaria na estabilização das tensões que envolvem o processo de tomadas de decisão envolvendo interesses públicos e privados.

No esteio das bucólicas análises rousseauianas, Pateman apresenta trabalhos que foram capazes de amplificar as teses de Rousseau, demonstrando a viabilidade empírica de ocorrências participativas no viver citadino moderno.

O primeiro desses trabalhos refere-se à produção de Stuart Mill (2006). O referido autor preocupou-se em apontar nas suas obras a marcação teórica em que se enquadram as democracias participativa e representativa, operando distinção entre ambas. Ao debruçar-se sobre a temática, destaca que a função gerencial do governo é menos importante que a influência sobre a mente humana. Retomando as ideias de Rousseau, Mill ressalta a importância da função educativa estatal para que a democracia participativa logre êxito, chegando a assinalar que apenas haverá indivíduos ativos, de espírito público, no contexto participativo.

Como aponta Pateman, outro ponto de aproximação das ideias rousseauianas diz respeito à aproximação que deve ser processada no interior do ordenamento democrático, unindo indivíduos e instituições, pois, para Mill, as ações dos sujeitos (políticas e sociais) dependem em larga medida das instituições onde o indivíduo tem que agir politicamente.

As teorias participativas desenhadas por Mill partem da premissa de que os homens pensam apenas em seus objetivos, estabelecendo com seus pares uma relação competitiva, ocupando-se, quase sempre, em ganhar dinheiro e fixando interesses sobre si mesmo e seus familiares, estando, portanto, indiferente à perspectiva do universo público. Apesar disso, para o autor, as coisas mudam a

partir do momento em que os homens são parte e se interam acerca dos assuntos públicos. Nesse caso, o indivíduo é forçado a ampliar seus horizontes e compreender melhor a dimensão pública, residindo aí o sentido educativo da participação.

Uma dimensão bastante profícua do trabalho de Mill reside na preocupação que o autor dispensou para a importância participativa no âmbito local. Conforme aponta o autor, de nada adiantam os canais nacionais de participação se os sujeitos não foram preparados para se autogovernar sequer localmente, pois “é por meio da participação a nível local que o indivíduo aprende democracia” (MILL, 1963*apud* PATEMAN, 1992, p. 47).

Ao passo que Mill aponta a necessidade de interação entre governos locais e nacionais, acaba por reconhecer a importância da democracia representativa, a fim de que o processo de tomadas de decisão alcance exequibilidade democrática. Apesar do viés amplamente democrático sugerido pelo autor, Pateman (1992) ressalta que suas obras apontam para a ocorrência representativa marcada por representantes advindos do seio das elites, os quais a sociedade se encarregaria de eleger os melhores, devendo confiar piamente na condução dos assuntos do Estado. Tal posicionamento de Mill amolda-se ao fato de que, para ele, os homens democráticos conviriam perfeitamente em cenários de desigualdades sociais, bem como a assertiva de que participação não implica decisão, mas tão somente debate (diverso do que pretendia Rousseau). Por outro lado, Mill segue os caminhos de Rousseau para explicar o papel integrador que a participação é capaz de produzir nos homens. Assim, para os autores, ao discutir política o homem se vê enquanto membro de um coletivo – uma grande comunidade. Sempre que age assim, participando politicamente pelo coletivo, o sujeito percebe que não apenas seu bem estar depende do bem comum, mas também do empenho (PATEMAN, 1992).

A partir da concepção teórica até aqui traçada, Mill procura demonstrar como a indústria seria o nicho capaz de fortalecer a democracia. Para o autor:

Do mesmo modo que a participação na administração do interesse coletivo pela política local educa o indivíduo para a responsabilidade social, também a participação na indústria o faz o mesmo (MILL, 1963*apud* PATEMAN, 1992, p. 50).

Com o propósito de assinalar experiência participativa ainda mais amplificadora que as contribuições de Mill ao debate, Pateman (1992) apresenta as análises de George Douglas Howard Cole acerca de uma sociedade moderna e industrializada.

De modo a valer-se das teses rousseanianas, Cole apontava que a vontade dos indivíduos e não a força coercitiva seria capaz de sustentar a organização política de um dado lugar. Para tanto, a participação exerceria papel fulcral para o consentimento público, de modo que dever-se-ia convocar toda a população para a definição dos assuntos de interesse da comunidade.

Ponto importante das teorias de Cole diz respeito à forma associativista com que enxergava a sociedade, a qual seria um complexo de associações que se mantêm unidas pela vontade de seus membros. Nessa perspectiva, o papel do Estado deveria ser drasticamente reduzido, a fim de que não ocorressem interferências nos assentimentos dos sujeitos. Não por acaso, Cole repudiava a ideia de Rousseau de que as leis seriam expressões da liberdade do homem.

Por fim, ganha acentuado destaque nas análises de Cole a importância dedicada aos estudos da democracia como função. Para o autor, seria preciso fragmentar a complexa trama de relações que compõe uma sociedade, a partir de espaços de discussão próprios para determinados temas, evitando assim generalizações pouco produtivas. Nesse diapasão, a forma democrática representativa seria de extrema importância, mas a participação exerceria o seu papel no processo de acompanhamento de cobranças aos representantes. Assim como pensava Mill, a função educativa da participação seria essencial, visto que indivíduos e instituições devem alcançar interação de propósitos e sentido.

Novamente, assim como pensado por Mill, Cole registra a importância do viver participativo local para o amadurecimento e consolidação da democracia. Sendo o Estado moderno tão gigantesco, seria de extrema relevância que os indivíduos aprendessem a ocupar os espaços de participação que lhe são afeitos.

Destarte, conforme aduz Pateman, as teorias participativas esboçadas em Rousseau, Mill e Cole não seriam apenas prescritivas, mas pleiteavam apresentar planos de ação operacionais para que fosse possível alcançar ocorrências “verdadeiramente” democráticas, que supostamente estariam em falta.

Com base nos postulados teóricos analisados acima, Pateman aponta assim a existência de uma teoria participativa da democracia assentada em

alguns parâmetros de referência. Inicialmente, os indivíduos e as instituições não devem ser vistos de forma isolada, estabelecendo-se assim uma relação recíproca de influências. Ademais, a democracia representativa não comporta a plenitude da ocorrência democrática, de sorte que participação deve ser a ela acoplada. Por fim, a participação cumpre como principal objetivo a educação dos homens no sentido mais amplo do termo, tanto no que tange a aspectos psicológicos, isto é ferramental cognitivo capaz de compreender a abrangência das demandas coletivas, ante as aspirações individuais, como na preparação dos sujeitos para a aquisição de práticas e habilidades inerentes ao exercício do viver democrático.

Desse modo, na visão de Pateman, não há que se falar em instabilidade democrática em função da participação, haja vista que, para a pesquisadora, práticas participativas teriam o condão de exercer verdadeira função integradora entre os sujeitos, fazendo, ao contrário, que o sistema político se fortaleça e se aprofunde, ao tornar possível a aceitação dos indivíduos ante as deliberações de cunho coletivo. Sobre a função educativa e seus efeitos de sustentação e autorreprodução do sistema de governo de cunho participativo, a autora assevera que “quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo” (PATEMAN, 1962, p. 61).

No tocante à imprescindibilidade da conduta participativa e o sistema de governo democrático, Pateman sugere que para uma sociedade seja efetivamente democrática, é preciso, por seu turno, uma sociedade participativa, “onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas” (1962, p. 61).

Ainda para a autora, para que os sujeitos alcancem o máximo controle de suas próprias vidas é mister que as estruturas de autoridade em que se baseiam as instituições abram espaços para que ocorra a participação, implicando as mesmas necessária tomada de decisões. Desse modo, seria a indústria a principal área de atuação participativa, capaz de promover os avanços democráticos rumo à sociedade participativa susomencionada.

Deste modo, observa-se que o modelo participativo aqui tratado pode ser descrito como:

[...] aquele onde se exige o input (a participação) e onde o output inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo de forma que existe um 'feedback' do output para o input (PATEMAN, 1962, p. 62).

Contudo, para que a participação patemaniana se opere é preciso que os sujeitos atuem em pé de igualdade no processo de tomada de decisões. Como se depreende, tais análises afastam-se dos comandos democráticos esposados por Mill, para quem a participação se esgotaria no debate e a ausência de igualdade entre os sujeitos não lhe diminuiria a importância participativa.

Diferente do que ocorre com a rotulada teoria da democracia "clássica" (expressão já mitificada pela autora em tela), em que seus críticos lhe atribuem sentido irrealista e de pouca validade científica, a democracia participativa encontra forte arrimo doutrinário ao ligar-se a diferentes áreas de estudos. Pode-se destacar que a teoria democrática participativa possui estreita ligação com temáticas aprofundadas pela sociologia política e pela teoria política em épocas recentes, a exemplo da autossustentação democrática e a aproximação com as teorias do pluralismo social; ainda, a utilização do conceito de "político" na democracia participativa está em consonância com o que se pratica inclusive por teóricos da democracia contemporânea, a exemplo de Dahl (PATEMAN, 1992).

Desse modo, Pateman assegura a ocorrência de uma teoria capaz de abranger a experiência participativa moderna. Embora exercite sua análise sob a perspectiva educativa dos sujeitos e o papel da indústria no processo de participação, é cabível extrair conceitos e análises da autora capazes de ajudar na compreensão de ocorrências participativas não ligadas ao mundo industrial.

Com efeito, o enfrentamento da questão participativa, nos moldes supradescritos, reveste-se de significado para que seja possível captar sua função educativa, nos termos do que apregoa Pateman (1992). Segundo a referida autora, a democracia participativa assume, com destaque, a missão de tornar-se uma dimensão sistêmica do viver social, reclamando, para tanto, sua ocorrência pedagógica em nível local. Assevera ainda que o diálogo entre indivíduos e instituições atua como elemento de legitimação das políticas públicas, conferindo também função pedagógica ao exercício democrático.

Outro teórico que se faz presente no debate democrático diz respeito a Paulo Bonavides (2008). O autor da obra “Teoria Constitucional da democracia participativa” aponta um conjunto de fundamentos jurídicos e políticos que tornam necessária a existência de práticas participativas no ordenamento legal vigente, a fim de que a Constituição da República Federativa do Brasil cumpra seu mister.

Inicialmente, Bonavides destaca o sentido político-jurídico que uma Constituição cumpre o papel de assegurar. Desse modo, o conteúdo do texto inserto na Lei Maior vai além de comandos normativos com sentido prescritivo, na verdade aponta o sentido axiológico a que em instituições estatais e indivíduos estarão vinculados.

De antemão, já se pode observar que as análises de Bonavides (2008) se aproximam dos estudos de expostos por Pateman (1992), acerca da teoria da democracia participativa. Em ambos se pode observar a necessidade de que indivíduos em instituições estejam em relação de interação capaz de tornar possível o processo de tomadas de decisões públicas de modo a contribuir com a retroalimentação do regime democrático – ocorrência que jamais implicaria desestabilização do regime. Seguindo tal assertiva, Bonavides chega a atestar que “não há democracia sem participação” (BONAVIDES, 2008, p.51). A afirmativa do jurista em tela segue frontalmente de encontro ao que pensam os “teóricos da democracia contemporânea”, visto acima, para os quais participação simboliza um frontal impedimento à expansão democrática, haja vista a instabilidade política que suscitaria.

No dizer de Bonavides (2008), não faltam razões para destacar o espírito participativo empregado na normatividade jurídica presente na jovem Carta Constitucional vigente no Brasil. Sua promulgação sob os auspícios de contexto democrático amplamente efervescente; a garantia expressa logo no Art. 1º (BRASIL, 1988), no sentido de que todo poder emana do povo (embora registre-se a previsão de que o exercício decorra das práticas representativas); o conjunto de mandamentos insculpidos de modo a assegurar a presença dos sujeitos nos assuntos políticos – vide Art. 14 (Plebiscito, referendo e propositura de lei popular), de forma precípua já asseguram um valor democrático fortemente garantido no ordenamento pátrio. Pensar em tal perspectiva implica atestar que o afastamento democrático participativo seria fator de indiscutível violação do verdadeiro espírito

constitucional, o que configuraria “a maior das inconstitucionalidades” (BONAVIDES, 2008, p. 28).

Ao aproximar sujeitos e instituições, Benevides deixa claro que a segunda não possui um fim em si mesmo, estando marcada pela função constitucional de promover o bem-estar dos sujeitos. Afasta o autor a intenção de compreender a democracia enquanto arranjo institucional, pois a mesma pugna por objetivos coletivos que estão além da suposta neutralidade estatal defendida por “teóricos da democracia contemporânea”, os quais enxergam na bandeira da participação verdadeiro arcaísmo político, sendo os defensores de prática neoliberais seus principais porta-vozes (BONAVIDES, 2008, p.30). Para fazer tal opção analítico-constitucional, propõe-se o autor a fundar o vanguardeiro Direito Constitucional da Democracia participativa.

As propostas teóricas trazidas por Bonavides proclamam a necessidade de se repaginar o atual modelo de legitimação estatal assente na forma quase que absoluta de representação política. Sob o manto de uma pretensa neutralidade normativa, a legitimidade formal que se observa advém de uma sociedade despolitizada (meio povo, meio súdito). Em oposição à tal ocorrência, para o autor, há que se operar uma democracia que faça do cidadão-povo e medula de legitimidade de todo o sistema social, político e normativo, como forma de assegurar o estado de direito, as liberdades públicas e os direitos fundamentais em sua larga escala.

Com relação ao debate sobre a questão da legitimidade da normatividade visto em Bonavides, Sergio Cadermatori (2007), em sua obra “*Estado de Direito e Legitimidade*”, auxilia no debate ao destacar que “podemos dizer que as normas adquirem legitimidade se forem o resultado de um acordo intersubjetivo, fruto, por sua vez, de um processo de diálogo” (CADERMATORI, 2007, p. 161).

Merece destaque nas análises do constitucionalista em voga, Bonavides, o conceito atribuído ao povo. Tal vocábulo diria respeito à própria participação, pois revelaria os sujeitos do poder. Nesse ponto, chama atenção o fato de que, para Bonavides, o povo não representaria a expressão de uma unidade legitimadora, como visto em Rousseau, mas, na verdade, seria a marca da expressão do pluralismo da vida social. Para tal empreitada analítica, o autor serve-se dos estudos de Friederich Muller, para trazer ao debate a noção de “povo combate” (MULLER, 1998 *apud* BONAVIDES, 2008, p. 51), isto é, sujeitos aptos a vivenciar os conflitos

políticos de sua época e efetivamente recebedores das prestações estatais que lhes são devidas.

As críticas de Bonavides à noção de povo rousseaniano residem no fato de que se observa no autor a visão de povo onde se vê presente “uma só vontade, vontade geral, derivada indubitavelmente de uma concepção mecanicista em estado rudimentar, suscetível a padecer” (2008, p.54), o que repercutiria na consolidação de um povo-ícone, ou seja, dimensão de análise bastante distante da realidade dos sujeitos e meramente legitimadora do agir estatal. Desse modo, não se verifica espaço para a concretude de um povo ativo, exposto a conflitos (ocorrência essa que Rousseau chega a negar em sua obra) e destinatário de prestações civilizatórias do Estado. Sobre o tema, observam-se as críticas ao povo, numa visão trazida por Rousseau, pois “a elite hegemônica desfruta do poder, sempre em proveito próprio, fazendo do povo-ícone a base moral do *status quo* e da legitimação” (BONAVIDES, 2008, p. 54).

O ideal de povo-combate aproxima-se das análises de Pateman quando, segundo a autora, com a intensificação do processo educativo os sujeitos seriam capazes de direcionar os interesses públicos às necessárias intervenções estatais. Muito para além do que criticavam alguns adeptos da teoria representativa, quando da ocorrência de cobrança dos eleitores aos seus representantes políticos, destaca Bonavides (2008, p.57), *in verbis*, que “Democracia, a nosso ver, é processo de participação dos governados na formação da vontade governativa”.

A última dimensão teórica do pensamento de Bonavides (2008) que merece destaque neste trabalho refere-se à distinção que se opera entre espaço público e espaço governamental. Ocorre que as formas de democracia habituais, alicerçadas sob as bases do “povo-ícone”, fazem com que os governantes se arvorem legitimados para decidir questões para além da esfera governamental. O que se observa, na verdade, segundo se extrai da obra de Bonavides é que o espaço público comporta a gestão governamental e jamais o contrário.

Sobre o nocivo esvaziamento do espaço político em face do extenso abraço governamental, Denis Rosemfield (2008) analisa que o reposicionamento do Estado moderno, marcado por exigências sociais, faz com que, numa economia de mercado, “as coisas públicas se decomponham em uma espécie de administração social” (ROSENFELD, 2008, p. 19), esvaziando-se quase que por completo o sentido da interação participativa entre indivíduos e instituições. Para o autor, essa



ação governamental “toma para si o universo do público com se dele fosse fonte exclusiva de existência, repercutindo, por sua vez, num processo de diluição do político em algo social, de modo que a cena pública adquire cada vez mais um caráter meramente administrativo” (ROSENFELD, 2008, p.19).

Assim, a teoria da democracia participativa trazida por Bonavides no bojo dos pontos aqui abordados (preocupação em demonstrar a positividade de tal teoria no ordenamento constitucional vigente; compreender que legitimidade estatal reclama uma relação dialógica entre indivíduos e instituições; o entendimento de que somente o conceito de “povo-combate” pode propiciar condições participativas que consolidem a democracia e, por último, na noção de que o espaço governamental deve estar inserido no universo de discussões públicas e nunca o inverso) encontra interação com as análises de Pateman no sentido de que ambas preocupam-se em tornar efetivos os espaços de diálogos entre indivíduos e instituições. No caso do autor, segundo as disposições jurídicas vigentes. Já para a autora, as análises participativas estariam plasmadas sob a função político-pedagógico da participação.

Pelo que se expôs até aqui, cumpre buscar a interconexão existente entre as formas democráticas representativas e participativas, com o intento de analisar a questão da legitimidade das decisões públicas. Ainda, no tocante à interação entre indivíduos e instituições, resta compreender se determinados desenhos institucionais participativos podem ofertar aos participantes a possibilidade de transcender o foco de necessidades locais e individuais, tornando possível um olhar panorâmico e coletivo acerca da realidade municipal.

Nesse ínterim, as análises esboçadas por Carole Pateman (1992) e Paulo Bonavides (2008) revestem-se de extremo significado para as questões acima, visto que os referidos autores oferecem um quadro analítico de ocorrências e significados democráticos em consonância com os propósitos deste trabalho. Na medida em que Pateman e Bonavides advogam em favor de uma teoria democrática participativa, destacando uma ligação com a democracia participativa, a primeira evidencia o caráter pedagógico presente nas práticas participativas e o segundo assinala como a legitimidade das decisões públicas encontra arrimo nas ocorrências participativas.

No caso do objeto de estudo do presente trabalho, observou-se a existência de um programa municipal, denominado Pegadas<sup>5</sup> - voltado a estabelecer uma

---

<sup>5</sup>Plano Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática para uma Amargosa Sustentável.

proposta participativa ligada ao macroplanejamento do município. Desse modo, as análises de Pateman e Boanvides servirão de suporte para a análise do estudo de caso em tela, a fim de se alcançar respostas para as questões acima apresentadas. Isto é, através do desenho institucional apresentado pelo Pegadas, os participantes gozaram de condições para refletir quais seriam as “reais” necessidades do município, tendo, por vezes de sacrificar a priorização de suas demandas? Além disso, de que modo a aludida modelagem participativa importou numa “legítima” pauta de reivindicação sócio-política-institucional, contribuindo para que o executivo municipal não exercesse o monopólio das decisões públicas?

Como a questão do planejamento emerge do objeto de estudo com bastante força, nas linhas abaixo serão apresentados os pressupostos teóricos que guiarão a pesquisa no tocante à temática do planejamento.

### 1.3 A QUESTÃO DO PLANEJAMENTO

A questão do planejamento passou a ganhar destaque, no cenário da administração pública, após a Segunda Guerra Mundial, momento em que a estabilidade democrática importou numa elevação de demandas sociais a serem enfrentadas pelo Estado (SARAVIA, 2006). Nesse contexto de expansão das atribuições estatais, a Administração Pública acabou sendo impelida a valer-se de uma série de ferramentas gerenciais desenvolvidas pela Ciência da Administração, sendo as técnicas de planejamento, possivelmente, seus principais expoentes.

Nesse tema, as contribuições de Saravia (2006) são úteis por apontar a forte vinculação existente entre a ciência da administração privada e a administração pública. Segundo o autor, para Peter Dracker, destacado administrador norte-americano, não haveria mesmo distinção entre tais áreas do conhecimento, havendo, na verdade, uma teoria geral da administração. Tal postulado importou na compreensão de que as formas e métodos inerentes à secular administração privada (cujos modelos Fordista e Taylorista<sup>6</sup>, são exemplos de grande destaque)

---

<sup>6</sup>Por Fordismo entende-se o conjunto de técnicas empregadas pelo empresário norte-americano Henry Ford (1863-1947) na busca de um eficiente de produção em larga escala, segundo as necessidades de expansão da indústria automobilística. Para tanto, concebeu a chamada linha de produção. O Taylorismo, por sua vez, descreve os métodos de racionalização do trabalho industrial segundo seu precursor, o engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1917).

deveriam ser transplantados para a incipiente ciência da administração pública, confundindo-se assim seu alcance, conceitos e fins.

Com o passar dos anos, foi com o americano Woodrow Wilson que a administração pública ganhou contornos científicos. Para Wilson, “o negócio do governo é organizar o interesse comum contra os interesses especiais”(SARAVIA, 2006, p. 6). Mais que assinalar um método científico peculiar, a nova ciência teve maior preocupação em definir o seu objeto, qual seja o universo das políticas públicas, marcado por uma forte tendência de baixa intervenção estatal característico do contexto neoliberal presente nas políticas dos Estados Unidos da América (EUA).

Dentre algumas das vantagens inerentes à utilização do planejamento administrativo em gestões públicas ou privadas, pode-se destacar a possibilidade de análises organizacionais internas e externas, a difusão dos objetivos institucionais traçados e o envolvimento dos colaboradores. Conforme aponta Jader Souza (2006):

O planejamento estratégico traz grandes benefícios à organização. Dentre tantos, ele serve para otimizar as oportunidades do ambiente externo, amenizar as ameaças, resolver os pontos fracos e potencializar as fortalezas de uma organização (SOUZA-SILVA, 2006, p. 78).

No dizer de Antonio Maximiano (2008, p. 113), “O *planejamento é a mais importante das funções gerenciais.*” Para o referido autor, o estudo das funções de planejamento das organizações é de extrema relevância ao alcance dos objetivos institucionais, asseverando também que:

O processo de planejamento é a ferramenta para administrar as relações com o futuro. É uma aplicação específica do processo de tomar decisões... Para a moderna psicologia, planejar é uma função cognitiva superior, refinada (MAXIMIANO, 2008, p. 114).

Segundo Gandin (2001), observa-se nos últimos tempos a estruturação de três disposições teóricas ligadas à questão do planejamento moderno, quais sejam: O Planejamento Estratégico; O Gerenciamento da Qualidade Total; e o Planejamento Participativo (alvo exclusivo do presente trabalho). Para o citado autor, não basta que pessoas estejam presentes num dado evento de planejamento, para transformá-lo numa ação participativa propriamente dita. Ao seu modo, cada uma das propostas de planejamento acima atende a imperativos político-ideológicos próprios. Enquanto o Planejamento Participativo preocupa-se com questões ligadas à distribuição do poder, pautando-se no processo de tomadas de decisão, o Gerenciamento da Qualidade total e o Planejamento Estratégico caminha em sentido oposto, dada sua afeição por instituições privadas marcadas por arranjos produtivos capitalistas e servindo para a melhor alocação de lucros, sendo o dinheiro o principal elemento do poder, que se encontra nas mãos de alguns, dificultando profundamente a participação neste sentido.

Referindo-se aos diferentes propósitos ligados às concepções de Planejamento acima, destaca pormenorizadamente Gandin que:

Para o **Gerenciamento da Qualidade Total**, planejar é solucionar os problemas que aparecerem – os conceitos centrais são os de problema e de satisfação do cliente; o **Planejamento Estratégico** quer analisar oportunidades, descobrir pontos fracos e pontos fortes e compatibilizar tudo conforme os objetivos da empresa – os conceitos básicos são os de missão, de visão estratégica, de oportunidade e de ameaça; no **Planejamento Participativo**, planejar é desenvolver um processo técnico para contribuir num projeto político – tem como conceitos distintivos o de marco referencial e o de necessidade (GANDIN, 2001, p. 91. Grifos nossos).

Nesses termos, o planejamento participativo se posta como uma tendência de farto cabedal teórico, chegando mesmo a ser descrito enquanto uma “escola” dentro das possibilidades inerentes aos caminhos do planejamento nas instituições.

Ocorre, porém, que se verificou na administração pública brasileira, por muito tempo, a prevalência do planejamento de cunho estritamente burocrático<sup>7</sup>. Por conta disso, no Brasil, planejar passou a significar a submissão das ações estatais ao crivo

<sup>7</sup> Ocorrência marcada por uma forte presença de pressupostos normativos destinados a prescreverem o sentido das ações públicas.

de determinações legais, em adequação à normatização legal-racional vigente. Essa visão assinalou o modelo tradicional de planejamento, normativo e economicista, que prevaleceu no Brasil até muito recentemente.

A Constituição Federal de 1988, embora marcada por forte carga de democracia participativa (BONAVIDES, 2008), manteve no Brasil a visão normativa do planejamento, através de uma série de mandamentos em tal sentido. Os artigos 165 e 174 da Lei Maior, por exemplo, tratam de ferramentas de planejamento próprias da administração pública, a saber o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, bem como a Lei Orçamentária Anual – LOA. No âmbito municipal, passou-se a observar que outros mecanismos de planejamento introduziram a participação da sociedade, a exemplo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, o Plano Municipal de Saúde e o Plano Municipal de Educação– PME, reforçando-se assim a importância do planejamento das ações da administração pública, bem como propiciando espaços de interação entre Estado e sociedade.

Conforme se observa, a evolução das técnicas que envolvem o planejamento esteve marcada pela sua crescente democratização. A busca por uma linguagem mais clara, a implantação de métodos mais flexíveis, a não exclusividade de técnicos em determinadas áreas e a presença de opiniões da sociedade marcaram um novo período no planejamento público brasileiro. Esse novo cenário assinala o que passou a ocorrer do planejamento participativo, isto é, aquele que visa eleger a democratização (incluindo-se aqui a transparência e a participação como pontos nevrálgicos) enquanto fim das técnicas de planejamento. Buscou-se assim não apenas “fazer bem as coisas”, mas alcançar fazer “as coisas certas” (GANDIN, 2001). Por tal razão, sem prejuízo das imprescindíveis contribuições técnicas durante o processo de planejamento, a participação dos indivíduos é fator que garante ao governo meios e estratégias que possibilitem o alcance de uma dada situação coletivamente desejada. A participação no processo de planejamento configura-se assim na plena concretização do princípio democrático, possibilitando debate e o processo de tomada de decisões pelos legítimos detentores do poder público.

Nesse sentido, a partir do processo de diálogo aberto à participação de “todos”, o planejamento participativo busca horizontalizar o poder, democratizá-lo e legitimar as consequências do seu exercício, indo de encontro à apropriação

particular do mesmo. Portanto, nesse contexto, o planejamento público exige que as decisões sejam tomadas em arena comum e aberta, onde todos os interesses e demandas dialoguem de forma transparente, expondo conflitos e divergências, onde a comunicação seja clara e a expressão livre, reconhecendo a diversidade social, mas buscando a construção de um plano que seja reflexo do todo e não a particularização na ação governamental. A participação nesse contexto diz respeito tanto à possibilidade de intervenção de toda a sociedade na definição das políticas públicas, quanto à efetivação do interesse público na orientação destas (GANDIN, 2001).

Sobre a importância desse novo momento do planejamento, aponta Gandin (2001, p. 82) que:

As prefeituras e suas secretarias bem como países, estados, suas secretarias e ministérios e alguns órgãos não burocráticos precisam definir o tipo de sociedade que querem como horizonte de suas práticas e quem deve fazer isto não são apenas seus administradores, mas o povo todo, representado ou, como cada vez mais se exige, diretamente. Compete ao administrador abrir esta possibilidade e coordenar sua prática (GANDIN, 2001, p. 82).

Segundo se observa, o autor acima vai ao encontro das observações teóricas trazidas por Bonavides (2008), em que as gestões públicas não comportam em si a plenitude de temáticas ligadas ao interesse público. Reforça-se assim a necessidade de que o poder público restrinja o alcance do seu poder decisório em favor de um planejamento diretamente ligado aos interesses da sociedade.

Apesar da proposta “emancipatória” do planejamento participativo, não se pode deixar de atentar para os riscos inerentes ao processo, quando ausentes meios processuais que garantam a autonomia da sociedade para a escolha dos problemas a serem enfrentados bem como as prioridades a serem eleitas. Uma vez carente de tal lisura procedimental, pode-se observar o desvirtuamento do planejamento, transformando-se tão somente um instrumento de legitimação para decisões. Como consequência, pode-se colher como resultado a falta de identificação entre as demandas reais da sociedade e as ações planejadas pelo poder público, ocasionando o desencanto dos envolvidos e abandono da mobilização social (DE TONI, 2009).

Para Gandin (2001), embora as experiências de participação trabalhem com paradigmas diversos e uma variada gama de conceitos, desenhos e técnicas segundo as realidades concretas em que se inserem, tem-se por uma proposta de planejamento participativo aquela cujo núcleo central traz em si os seguintes elementos basilares:

I – O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para a Administração. Ou seja, não basta a visão eficientista que se preocupa com ferramentas para “fazer bem as coisas”. Buscam-se, em verdade, conceitos, modelos, técnicas e instrumentos para definir “as coisas certas”, incluindo como tarefa a construção de uma percepção social ampla e axiológica do viver coletivo.

II – O Planejamento Participativo tem uma visão própria de participação. Tal postulado aponta enquanto premissa de que participar é horizontalizar o poder. A partir da análise situacional, observa-se que a sociedade, via de regra, apresenta-se de forma injusta no que tange à questão da igualdade de oportunidade, ocorrência umbilicalmente marcada pela falta de participação. Destarte, participar não significa apenas estar presente. Neste contexto, participação não é simplesmente estar presente ou qualquer outro laço de compromisso colaborativo, ou mesmo o compartilhamento de decisões esparsas.

Face ao exposto, ausentes alguns dos fundamentos participativos acima, é crível ocorrência de alguns “desastres” participativos extremamente graves (GANDIN, 2001). A saber, a manipulação das pessoas pelas “autoridades” através de um simulacro de participação; a utilização de metodologias inadequadas, com o conseqüente desgaste da ideia; a falta de compreensão abrangente da ideia de participação. Embora trate-se de questão de máxima relevância à temática da participação, cumpre evidenciar, desde já, que o presente estudo não cuida de enfrentar eventuais desarranjos concretos no objeto de estudo abordado, limitando-se tão somente a dissecá-lo do ponto de vista do seu desenho metodológico.

No que concerne às formas operacionais em que a participação pode ser evidenciada, cumpre destacar que, para Gandin (2001), tem-se as seguintes disposições de níveis:

**Nível Colaborativo** - Trata-se do nível mais comum na realidade fática. Em tese, não se fala verdadeiramente numa forma participativa, restando seu apontamento apenas a título didático. Tal assertiva deriva do fato de que a “autoridade” chama/exige a contribuição das pessoas, a fim de auxiliarem individualmente com os objetivos previamente traçadas. Em tal abordagem, “As pessoas devem participar com seu trabalho, com seu apoio ou, pelo menos, com o seu silêncio, para que as decisões da “autoridade” tenham bons resultados e, ao final, para que o “*status quo*” não seja rompido” (GANDIN, 2001).

**Nível Decisório** – Tal nível comporta condutas que vão além da colaboração, apresentando uma aparência democrática bem mais acentuada. Em tal modelo “participativo”, o “chefe” decide que todos vão “decidir”; submetendo algumas questões a um grande plenário ou a alguns grupos e manda que todos decidam. Com regra, apenas são alvo da apreciação aspectos menores, desconectados de uma proposta mais ampla. Ademais, vale destacar que a decisão se realiza como escolha entre alternativas já traçadas (GANDIN, 2001).

**Nível Construção em Conjunto** – Embora verificado com baixa frequência, converte-se no verdadeiro sentido da experiência participativa, pois possibilita aos sujeitos atuarem de forma autônoma na leitura e interpretação da realidade, no levantamento das propostas e nas ações interventivas. Dentre as grandes dificuldades de sua operacionalização, residem as que se ligam ao próprio sistema social, que estrutura-se sobre o fato de que, em geral,

(...) as pessoas não acreditam na igualdade fundamental que têm entre si; acreditam no mais sábio, no mais rico, no mais poderoso, no mais forte... admitindo que estas características sejam suficientes para excluir de direitos fundamentais aqueles que não as possuem em tão alto grau (GANDIN, 2001, p.89).

Para a superação de tais desafios, faz-se mister a intervenção de agentes capazes de estimular a participação, através de técnicas que reflitam a questão da



horizontalização do poder decisório. Uma verdadeira proposta pedagógica deve estimular o raciocínio participativo, tornando a interação social condição para reverter os problemas coletivamente compartilhados.

Gandin (2001) ensina que para que a operacionalização de uma proposta participativa se estabeleça, o planejamento deve passar por fases, para que seja minimamente soerguido. Sendo:

**1º Momento - Marco Referencial.** Trata-se de ocasião que deve receber especialatenção organizacional, visto que inclui uma dimensão política,ideológica, de opção coletiva, subdividindo-se em três partes:

- Fase situacional, que consiste em compreender arealidade global na qual se insere a instituição planejada;
- Fase doutrinal, exposta por um projeto político-social de ser humano e de sociedade a ser alcançado;
- Fase Operativa – Onde visa firmar um processo técnico ideal para contribuir com a construção deste ser humano e desta sociedade;

**2º Momento – Marco Diagnóstico** – Aborda a intermediação entre a proposta ideal e a proposta de prática. O diagnóstico representa a verificação entre a distância em que se situamo ideal e o marco referenciado.

**3º Momento – Marco da Programação**–Essa etapa responde por uma dupla dimensão ontológica, quais sejam: Ocorrências de mudanças no “fazer” e no “ser”, uma vez que, realizando novas coisas e agindo de forma diferente,pode-se transformar a realidade existente. À operacionalização de tais premissas, quatro categorias de propostas seriam evidenciadas (ações, rotinas, atitudes e regras) fazendo aumentar a clareza, a precisão, permitindo mais força naintervenção sobre a realidade.

Desse modo, pode-se observar que, em verdade, o planejamento sozinho não possui força para alterar a realidade vivida. Contudo, dentre as teorias participativas

aqui assinaladas, somente o Planejamento Participativo contém os elementos necessários, enquanto ferramenta, para realizar o que é vontade de todos ou de maiorias expressivas.

A fim de que se possa compreender a macroestrutura elementar de uma proposta de planejamento participativo, Gandin (2001) descreve um quadro analítico básico:

**Quadro 1** - Questões fundamentais do planejamento e modelo básico de plano no planejamento participativo

| <b>ASPECTOS A CONSIDERAR</b>  | <b>SIGNIFICADO DE CADA PARTE</b>   | <b>MODELO (ESQUEMA)</b>   |
|---|--|---|
| A. Realidade global Existente.  | Diz como o grupo percebe a realidade global em seus problemas, desafios e esperanças.  | 1.1 Marco situacional.  |
| B. Realidade global Desejada.   | Expressa a utopia social, o “para que direção nos movemos” do grupo. Expõe as opções sobre o homem e sobre a sociedade e fundamenta essas opções em teoria.  | 1.2 Marco doutrinário.  |
| C. Realidade desejada do campo de ação e (sobretudo) da instituição (grupo ou movimento) em processo de planejamento. | Expressa a utopia instrumental do grupo. Expõe as opções (em termos ideais) em relação ao campo de ação e à instituição (grupo ou movimento) e fundamenta essas opções em teoria.  | 1.3 Marco operativo.  |
| Confronto entre C e D.  | Expressa o juízo que o grupo faz da sua realidade, em confronto com o ideal traçado para seu fazer. Deste julgamento (avaliação) ficam claras as necessidades da instituição.  | 2. Diagnóstico Necessidades.  |
| D. Realidade institucional existente.   | É a descrição da realidade e da prática específicas da instituição (grupo ou movimento) que se está planejando.  | (Não se inclui no plano, mas é necessário conhecê-la para elaborar o diagnóstico).  |
| E. Propostas concretas para a transformação da realidade institucional existente (para o tempo do plano).             | Propõe: 1) ações; 2) comportamentos, atitudes; 3) normas e 4) rotinas para modificar a realidade existente (da instituição, do campo de ação), diminuindo a diferença entre C e D e, como consequência, influenciando na realidade Global. | 3. Programação.<br>3.1. Objetivos.<br>3.2. Políticas e estratégias.<br>3.3. Determinações gerais.<br>3.4. Atividades permanentes. |

**FONTE:** Gandin (2001).

Conforme se colhe da leitura do quadro acima, a partir da coluna referente ao Modelo/ Esquema (última à direita), podem-se verificar os marcos ligados ao planejamento participativo, bem como, segundo as colunas anteriores, o significado

e aspecto enfrentado em cada fase do processo a ser estudado. Convém assinalar que não se cuida de modelagem estanque e necessariamente marcada por etapas, uma vez que a leitura da realidade concreta poderá importar em possíveis alterações no tempo de cada fase ou mesmo na ordem com que se alcança o Marco da Programação.

Assim, o presente trabalho encerra aqui sua atenção teórica no sentido de compreender se o objeto de estudo desta pesquisa teria apresentado uma metodologia institucional apta a atender aos elementos basilares, níveis e momentos que o credenciassem enquanto planejamento participativo.

Embora não seja o sentido da pesquisa, cabe, apenas a título de aprofundamento acerca da temática, destacar que políticas ligadas ao Planejamento Participativo receberam agrupamento conceitual sob basicamente 3 variações, a saber: Planejamento Estratégico e Situacional (PES), o Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos (ZOPP) e o Método do Quadro Lógico (MQL) (DE TONI, 2009).

Cada uma das propostas de planejamento participativo carrega em si operabilidades que podem servir ou não à utilização no caso concreto, variando, assim, conforme as condições do ambiente a ser aplicado e as habilidades responsáveis pela elaboração e execução do método. Nesses termos, tem-se que o PES apresenta-se como possibilidade de reconciliação dos aspectos técnico e político no processo de planejamento. Enquanto os métodos tradicionais de planejamento apresentam caráter estritamente prescritivo e determinista, abordando uma única dimensão do planejamento (o econômico), não levando em consideração a complexidade e a dinâmica da vida concreta, o PES, proposto por Carlos Matus, na década de 1980, propõe-se a trazer ao debate acerca do planejamento a integração das dimensões política, econômica, cognitiva e social.

Nesse cenário, o PES apresenta-se como um jogo aberto, onde muitos atores sociais se relacionam, competem e cooperam na sua construção. As motivações e valores de determinado ator social geram uma pressão que influencia no jogo e que compete com outros jogadores; além disso, as condicionantes externas, não controláveis pelo ator social, impactam no resultado, sendo fundamental perceber que o contexto atua sobre os jogadores. A ascensão de determinada tese dependerá da capacidade intelectual e da habilidade do jogador (MATUS, 2006).

Para alcançar um plano que seja adequado à realidade complexa da vida prática, o modelo proposto por Matus engloba quatro momentos sequenciados. Inicialmente, tem-se o momento **explicativo**, que refere-se à explicação da situação passada, atual ou que deve vir a ser. Reflete o momento de construir a explicação situacional, multifacetada e complexa da dinâmica social, levando em conta os problemas e os objetivos por vários olhares. Em seguida, observa-se o momento **normativo ou prescritivo**, referindo-se ao que deve ser, isto é, a construção dos objetivos e da seleção das operações necessárias para atingir a situação-objetivo. Ademais, contempla-se o **momento estratégico**, responsável pelo processamento técnico-político e que leva em consideração os modos de como atuar para atingir o que fora projetado no momento normativo/prescritivo, criando assim a viabilidade de execução do plano. Por derradeiro, o momento **tático operacional** reflete o ato de execução e adequação daquilo que foi planejado às circunstâncias do caso concreto (MATUS, 2006).

Segundo apontam os estudos de Santos Júnior (2014), a partir do PES alcança-se um modelo de planejamento que supera a visão unidimensional dos planos normativos prescritivos, oferecendo um referencial teórico capaz de servir à construção um plano real (que observe a complexidade, a dinâmica e as visões dos muitos atores da realidade concreta).

No que concerne às demais propostas de planejamento participativo, observa-se que o Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos - ZOPP teve início da década de 80, a partir do modelo de planejamento do tipo “Quadro Lógico”. Tem como característica o fato de combinar técnicas de visualização do tipo Metaplan (técnica destinada a promover o envolvimento das pessoas nas discussões, esclarecer dúvidas, gerenciar conflitos e levar um grupo a alcançar, de forma consistente, os objetivos propostos para discussão) como forma de estimular participação dos envolvidos. Ademais, configura-se num método sequencial, lógico e estruturado amparado em fases evolutivas, tendo o foco no envolvimento dos atores/beneficiários, através de visualizações de painéis e dinâmicas de grupo. Dada a sua simplicidade metodológica, é adaptado para o nível de projetos, não sendo indicado para o macroplanejamento, uma vez que não aprofunda reflexão institucional ou organizacional, nem da estratégia.

Para o caso do Método do Quadro Lógico - MQL, cabe apontar que originou-se na Agência de cooperação técnica dos Estados Unidos, sendo utilizado por

bancos de fomento e organismos de cooperação. Inicialmente, não foi pensando enquanto método participativo, tendo servido de piloto para vários métodos que se seguiram (a exemplo do ZOPP). Apresenta enquanto característica marcante a clareza nos resultados dos projetos, estabelecendo relações contundentes de causalidade e lógica. Assim como o ZOPP, por conta de aplicação simples, não atende projetos que envolvam complexos quadros de planejamento.

No estudo do programa denominado Pegadas, desenvolvido pelo município de Amargosa, conforme se poderá ver nos próximos capítulos, a figura do planejamento desponta com alto grau de destaque analítico. O desenho do modelo participativo em estudo evidencia ocorrência ligada ao planejamento de uma gestão administrativa, podendo-se observar, de antemão, uma suposta abertura dialógica entre Estado e sociedade, com o suposto intuito de traçar uma sequência de ações públicas ao longo das gestões municipais que se seguiram.

## **2 A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: diferentes experiências e contextos**

O estudo da participação política vem assumido um papel importante no cenário das pesquisas ligadas às ciências sociais, haja vista o desabrochar democrático do Brasil após a Constituição de 1988. Sob os mais variados contextos, significados e propostas, experiências participativas vêm promovendo uma alteração no histórico decisionismopúblico (NOGUEIRA, 2004), segundo o qual teriam os representantes estatais a legitimidade para definir os rumos por inteiro da administração pública.

Conforme se observa da confluência entre os níveis nacional, estadual e municipal, experiências participativas estão se multiplicando de forma mais ou menos intensa, tornando possível um diálogo com a democracia. Os novos atores sociais que passam, em certa medida, a protagonizar espaços de interação com o Estado assumem a função de melhorar os direcionamentos e alcance das políticas públicas, reduzindo a hegemonia de legitimidade de atuação do Estado (através dos seus representantes) sobre o espaço público.

### **2.1 A PARTICIPAÇÃO NO BRASIL**

Após a Segunda Grande Guerra, observa-se o fortalecimento do discurso democrático enquanto regime de governo capaz de acomodar a estabilidade política necessária à economia e aos governos. Nesse sentido, passaram os Estados a admitir a cisão de poderes num regime democrático, a fim de evitar crises decorrentes de disputas por formas totalitárias de governo (PATEMAN, 1992).

A partir deste cenário, ganham destaque os defensores de um modelo de democracia assente no seu papel representativo. Isto é, uma modelagem política traduzida no direito ao voto, fazendo com que os candidatos eleitos gozassem de legitimidade para conduzir os assuntos do Estado.

Sob o argumento de que as complexas decisões de Estado não comportariam a liturgia clássica inerente à participação política da democracia direta (em que todo e qualquer cidadão poderia expressar suas convicções e interferir nos negócios

estatais), a modelagem representativa serviu para legitimar (social e juridicamente) o processo decisório por parte daqueles que possuíam o poder estatal.

No intuito de fazer frente à democracia representativa ou mesmo alcançar formas de aperfeiçoá-la, observou-se o fortalecimento do discurso participativo, não apenas sob a forma direta, mas, agora em sua dimensão semidireta. Nesse tipo de democracia, os cidadãos participam diretamente dos assuntos de Estado, propondo, aprovando ou autorizando a tomada de uma decisão relevante de ordem pública. Contudo, a atuação do cidadão não é exclusiva, como ocorre na democracia direta, pois age-se em conjunto com os representantes eleitos, que vão discutir, elaborar ou aprovar a lei. É utilizada atualmente em combinação com a democracia representativa, que ainda prevalece fortemente em voga no Brasil (DALLARI, 1989).

À luz dos ideais democráticos que germinaram até a década de 80, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) insculpiu de forma mandamentalum regime democrático lastreado em valores republicanos e com grande ideal participativo. Tais circunstâncias importaram na legítima abertura de zonas de confluências entre Estado e sociedade. Nesse cenário político, formas de gestões democráticas vêm se multiplicando a cada dia, tornando a interação social elemento subjacente ao agir estatal.

No tocante ao campo de estudos das políticas públicas, observa-se que a protagonização social acaba por impactar no tradicional ciclo das políticas, em especial na formação das Agendas - “agenda setting”. Destarte, o presente estudo busca compreender o alcance das políticas públicas, à luz da participação social, que rompe (em parte) com o tecnicismo gerencial e o histórico quadro de clientelismo eleitoreiro. Como sugere Dagnino (2004), a partir da década de 1990, verifica-se um processo de reforma da administração pública na América Latina e no Brasil. Nessa perspectiva:

[...] a participação dos cidadãos vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais, declarado e repetido em foros regionais e internacionais, dos processos de deliberação democrática, **sobretudo no âmbito local** (DAGNINO, 2004, p.123, Grifo nosso).

Do ponto de vista do ordenamento constitucional brasileiro vigente, cabe assinalar que, para Dalmo de Abreu Dallari (1998), a participação, enquanto atividade eminentemente política dos cidadãos, é um dos pressupostos do Estado Democrático. Portanto, mais que um fundamento ideológico, a questão participativa reclama fundamentos intrínsecos à Lei maior, devendo assim gozar de tratamento efetivo e intenso.

Para a questão da legitimidade do agir estatal, importantes são as contribuições de Sérgio Cardematori (2006), em sua obra “Estado de direito e legitimidade”, onde se pode vislumbrar a necessidade da permanente condição dialógica entre indivíduos e Estado, para que o agir estatal cumpra seu mister constitucional. Nesse sentido, a função pública residiria precipuamente na interação comunicativa entre Estado-sociedade. Por sua vez, carente de legitimidade pública, seria a ação estatal travada ao arrepio dos anseios sociais.

Apesar de alguns períodos ditatoriais em dados momentos históricos, ao passo que a democracia vem ganhando contornos cada vez mais acentuados, torna-se possível a coexistência da modelagem representativa e participativa. No Brasil, o fortalecimento democrático restou profundamente tardio em decorrência de diversos fatores. A precariedade do processo eleitoral republicano, as duas fases ditatoriais que o Brasil atravessou, 1930 a 1945 e 1964 a 1988, a consolidação de sociedade carente do sentido de cidadania, repercutiram desfavoravelmente à efetivação de direitos políticos necessários inerentes ao regime efetivamente democrático (CARVALHO, 2010).

Fruto de intenso debate e do contexto pós-ditadura, observa-se a promulgação de uma Constituição Federal em 1988 marcada pela proeminência representativa dos dirigentes estatais, mas também uma forte dose de canais de democracia semidireta. A exemplo desses canais de participação direta, pode-se destacar o projeto de lei por iniciativa popular, o plebiscito e o referendo<sup>8</sup>, dispostos no Art. 14, incisos I, II e IV da Constituição Federal, respectivamente, devidamente regulamentado pela Lei Nº 9.709, de 18 de novembro de 1998 (BRASIL, 1989).

---

<sup>8</sup> Plebiscito e Referendo dizem respeito a mecanismos de aprovação legislativa popular. No primeiro, a sociedade é consultada previamente, acerca do entendimento de um tema (exemplo: O plebiscito do desarmamento). Já o referendo trata-se de consulta posterior à edição da lei e busca saber se a sociedade entende por vantajoso a manutenção de um diploma legal ainda em vigor. O projeto de lei por iniciativa popular, por sua vez, prevê a possibilidade de que a sociedade possa levar ao legislativo projetos de leis aptos a inovarem a legislação ordinária (CUNHA JUNIOR, 2008).



Ao lado de tais avanços constitucionais, a democracia participativa passou a acompanhar o amadurecimento da ordem democrática, de modo que cada vez mais observam-se ocorrências de interação entre Estado e sociedade, para além das formas legalmente instituídas.

À luz do discurso participacionista, observa-se no Brasil da década de 1990 um movimento de inclusão da sociedade nos assuntos do Estado, a partir da reforma trazida pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. O referido ministério teve por objetivo implementar uma modelagem gerencial na administração pública, reorganizando a apontada ineficiente burocracia estatal(PEREIRA, 1997).

Ocorre que, conforme aponta Paula (2008), o manejo das questões gerenciais, servindo-se de mecanismos administrativos das gestões privadas, não teve a preocupação de inserir a população no debate que envolve o planejamento das políticas públicas. Dispensou-se apenas atenção na participação através de controle de qualidade dos serviços disponibilizados à sociedade. Nos termos do que sugere Saule Junior (2002), houve mais participação social que política.

Ao passo que os partidos ligados à chamada esquerda política passam a integrar as gestões do Estado, observa-se uma ascensão de formas interacionistas (Estado e Sociedade) ligadas à participação política. Por participação política entende-se o contato entre Estado e sociedade com o propósito de compartilharem os caminhos da *res* pública, sendo múltiplas tais formas dialógicas (ABERS et al., 2001).

Conforme aponta Dagnino (2004), referindo ao fluxo de concepções democráticas emergidas pós-constituição de 1988 que transformaram o Brasil em um dos países com o maior número de práticas participativas:

Entre os espaços implementados durante esse período destacam-se os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os Orçamentos Participativos, que, a partir da experiência pioneira de Porto Alegre, foram implementados em cerca de cem cidades brasileiras, a maioria governadas por partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT)(DAGNINO, 2004, p. 96).

Uma das experiências participativas que mais se destacou no Brasil diz respeito ao Orçamento Participativo – OP<sup>9</sup> desenvolvido pela cidade de Porto Alegre – RS nos anos de 1990 a 2005<sup>10</sup>, quando da gestão do governador petista Olívio Dutra. Fruto das condições históricas locais, tais como a existência de uma forte tradição de organização da sociedade civil, em particular dos movimentos comunitários ainda nos anos cinquenta do século XX, o OP revela-se um desenho participativo que ao longo dos anos se expandiu por todo o Brasil.

Sobre a expansão da modelagem participativa do tipo OP, assevera Avritzer (2008) que:

Ao mesmo tempo em que o orçamento participativo surgiu em Porto Alegre e se estendeu para mais de 170 cidades surgiram também duas outras formas adicionais de participação no Brasil democrático resultantes do processo constituinte e sua posterior regulamentação. Os conselhos de políticas surgiram como resultado da Lei Orgânica da Saúde (LOS) e da assistência social (LOAS) e, como resultado do capítulo das políticas urbanas do processo constituinte e sua regulamentação em 2001 através do Estatuto da Cidade, começaram a proliferar durante a última década os assim chamados “Planos Diretores Municipais”(AVRITZER, 2008, p. 43).

Com relação às perspectivas contemporâneas atinentes ao universo das administrações públicas, as contribuições de Dagnino (2004) são de relevante peso à matéria, uma vez que a autora vislumbra o curso de uma “nova cidadania” na contemporaneidade, caracterizada como:

[...] uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social etc.)(DAGNINO, 2004, p. 105).

---

<sup>10</sup> A partir de 2006 o orçamento participativo se transformou no processo de participação solidária. Nos dias atuais, o programa existe Porto Alegre. Entende-se por OP.

Como se extrai das ideias de Dagnino (2004), em certo sentido, a sociedade brasileira está revendo cláusulas do seu contrato social, de modo a exigir do Estado as garantias republicanas ainda omissas nas administrações públicas. Igualdade, transparência e participação são assim fundamentos juridicamente contemplados, mas em franca batalha política por sua operacionalização cotidiana. A nova cidadania, aludida pela autora, reside nessa capacidade de Estado e sociedade dialogarem abertamente sem com isso omitir suas contradições e interesses diversos.

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, em 2003, e as reeleições que se seguiriam, segundo aponta Avrtzer (2009), observa-se um fortalecimento dos canais participativos de forma sem precedente na história política do país. A campanha para elaboração dos Planos Diretores Participativos – PDP's, o fortalecimento dos conselhos nacionais já existentes (como os de Saúde, Educação, Assistência Social e meio ambiente), a presença de ministros de estado em tais conselhos, a realização de conferências regionais e nacionais, e o estabelecimento de formas mais diretas de negociação entre Estado e sociedade, tais como mesa de negociação com diversos segmentos sociais (sindicalistas e sem-terra) importaram em caminhos participativos que reverberam por todo o país.

Na gestão do então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi possível contemplar o pioneirismo governamental em traçar uma proposta de macroplanejamento participativo ligado à construção do Plano Plurianual - PPA<sup>11</sup>. Ao lado de ferramentas participativas como os conselhos políticos, as conferências regionais e nacionais, é crível que a Gestão presidencial petista tenha atuado de forma a estimular ocorrências participativas em municípios por todo o Brasil.

Dentro do quadro de políticas participativas introduzidas e fortalecidas pelos governos do PT à frente do executivo federal merece amplo destaque a figura das Conferências nacionais temáticas. No dizer de Avritzer (2008), tais conferências operam uma interconexão entre processos participativos locais e nacionais, podendo ser descritas como forma participativa de criação de uma agenda comum entre

---

<sup>11</sup>O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=s1086>

estado e sociedade que ocorre a partir da convocação do governo federal (AVRITZER E CLOVIS, 2013).

Ainda acerca das Conferências nacionais, observa-se que as mesmas colocam-se enquanto um dos maiores experimentos de participação em curso nos últimos anos. Merecem ainda destaque as análises no sentido de que embora a cartilha da teoria democrática aponte uma maior qualidade participativa superior quanto menor a escala social, não é difícil perceber que, no caso brasileiro, as cidades pequenas estão marcadas por fortes controles do sistema político, razão pela qual as Conferências assumem importante dimensão ao fortalecimento dos processos democráticos do país (AVRITZER, 2013).

Insta consignar também que, muito embora o PT tenha sido o introdutor das políticas participativas, ainda na década de 1990, bem como tenha alcançado destaque de ocorrências envolvendo experiências de interação entre estado e sociedade, conforme dados abaixo, uma diversidade partidária vem aderindo à bandeira participacionista nos últimos tempos (AVRITZER, 2008).

**Tabela 1** - Número de ocorrências ligadas ao orçamento participativo no Brasil

| <b>Período</b> | <b>Nº de Orçamento Participativo</b> | <b>Ocorrências ligadas ao PT</b> | <b>Ocorrências com partidos da chamada esquerda política</b> | <b>Demais Partidos</b> |
|----------------|--------------------------------------|----------------------------------|--|------------------------|
| Até 1997       | 53                                   | 62%                              | 72%  | 18%                    |
| 2000 a 2004    | 170                                  | 47%                              | 57%  | 43%                    |

Fonte: Avritzer(2008).

Embora os números acima careçam de dados mais atuais, é possível observar uma expansão de mais de 300% de ocorrências participativas do tipo Orçamento Participativo – OP, num período de 7 anos. Ademais os partidos de esquerda perderam quase que 50% da hegemonia que possuíam das ocorrências do OP em todo o Brasil, cabendo apontar que, por partidos de esquerda tem-se o PCdoB, PSB, PT e PDT (AVRITZER, 2008). Segundo apontam Avritzer e Wampler (2005), uma das principais razões para a expansão das práticas participacionistas estão ligadas à continuidade das gestões que as desenvolvem políticas participativas em razão das sucessivas vitórias eleitorais.

Por conseguinte, cabe assinalar também que, no dizer de Pires e Souza (2013), a multiplicação de experiências participativas no Brasil foi seguida por uma

literatura cada vez mais especializada e voltada à perspectiva de análise sob o foco da sociedade civil. Por conseguinte, até dias recentes muito pouco se considerou a perspectiva participacionista sob o ângulo dos gestores, no intento de compreender as modelagens institucionalizadas ou ainda a interação das demandas sociais à rotina de atendimento das administrações públicas.

Segundo apontam pesquisas recentes, a ocorrência de experiências ligadas à democracia participativa (sobretudo de orçamentos participativos), tem levando à conclusão de que tal institucionalização não se tem desenvolvido de forma homogênea e que a prática da participação dos cidadãos nos rumos dos assuntos estatais apresenta variações importantes no contexto nacional (MILANI, 2008). É nesse contexto de expansão dos mecanismos de interação Estado e Sociedade que o município de Amargosa elegeu o Pegadas enquanto instrumento do planejamento participativo local entre os anos de 2005 e 2012.

## 2.2A PARTICIPAÇÃO NA BAHIA

À luz do contexto baiano, diversas experiências têm destacado ocorrências participativas nas últimas décadas, expressando assim uma multiplicidade de modelagens institucionais. A fim de compreender melhor tal ascensão democrática, diversos pesquisadores têm se debruçado sobre a temática participativa, apontando assim a pluralidade de contextos em que Estado e sociedade partilham, de forma mais intensa ou não, o planejamento e a operacionalização de ações públicas.

Na Bahia, as experiências de gestão pública que procuram pôr em prática o constitucional princípio da participação são quantitativamente menos expressivas quando comparadas com as regiões sul e sudeste do país. No que diz respeito ao orçamento participativo (ocorrência participativa mais comum), por exemplo, o Sudeste e o Sul concentraram, respectivamente, 45,6% e 37,8% do total das experiências brasileiras na gestão municipal entre 1997 e 2000 (TORRES, RIBEIRO E GRAZIA, 2003 *apud* MILANI, 2008). O estado da Bahia, por sua vez, apresentava, neste mesmo período, um único caso de OP, o da cidade de Vitória da Conquista, sobre o qual se arguirá adiante.

De antemão, nos termos do que destaca Milani (2008), não se verificam cartilhas para que se operem reformas estatais participativas, nem modelos que

sejam universalmente aceitos. Contudo, existem pressupostos que devem alicerçar tais reformas, como por exemplo:

[...] a existência de cidadãos e sujeitos coletivos informados e atentos à evolução da coisa pública, capazes de utilizar as regras e recursos existentes de modo reflexivo (ação reflexiva); a existência de processos políticos que contemplem oportunidades de desenvolvimento das capacidades argumentativas dos cidadãos na definição da vontade coletiva e na elaboração institucional de espaços abertos à participação; os cidadãos são considerados enquanto sujeitos capazes de produzir a normatividade em que vivem (MILANI, 2008, p.187).

Segundo extrai-se das observações acima, a ambiência participativa deriva de contextos formais, como espaços destinados à interação entre estado e sociedade, mas, sobretudo, de condições materiais ligadas à qualidade e maturidade com que as ocorrências participativas aderem-se à promoção da cidadania e à emancipação dos sujeitos envolvidos no processo.

No tocante à realidade participativa baiana, diversos estudos têm se debruçado em apontar de que forma Estado e sociedade vêm compartilhando interações político-governamentais. Pelo que se percebe, as modelagens participativas apresentam-se sob as formas variadas, do modo de vista das metodologias adotadas, o volume de participantes e os resultados alcançados.

Os estudos de Milani (2006) voltam-se para quatro experiências participativas que ocorreram nos municípios de Vitória da Conquista, Salvador e Pintadas. Em suas análises, procurou o autor demonstrar de que forma operacionalizaram-se as gestões participativas e analisou os eventuais avanços ocorridos em prol de uma democracia participativa materialmente pujante.

Para o caso da realidade de Vitória da Conquista, terceira maior cidade da Bahia, observou-se a realização de uma modelagem participativa do tipo Orçamento Participativo – OP, realizado a partir de 2001, segundo a qual a população gozaria de condições de efetivamente decidir o volume de recursos a ser destinado para atender às demandas da cidade. Como aponta o autor, aproximadamente 80% das obras indicadas como prioridade no âmbito do OP foram executadas, contudo apenas uma pequena parte do orçamento (3,3%) geral da prefeitura foi alvo de

deliberação do OP local. Seguindo com suas análises, aponta Milani (2006) que o processo estabelecido no município de Vitória da Conquista demonstra que a participação efetiva dos membros da administração municipal foi a central força do programa, revelando vontade política envolvida na ação.

No município de Salvador, capital baiana, Milani (2006) analisou a Gestão da Secretaria Municipal de Saúde e a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU. Ambas as ocorrências tratam-se de modelagens participativas que derivam de imperativos legais e propugnam por uma interação institucional em entre Estado e sociedade (AVRITZER, 2008).

No caso da gestão do sistema de saúde de Salvador, foi possível observar que, segundo pesquisa realizada por Souza e Souza (2006 *apud* Milani, 2006), o Conselho responsável pela interação participativa (Conselho Municipal de Saúde) apresentou-se enquanto palco potencial para a deliberação pública acerca das políticas de saúde do município de Salvador. Contudo, observaram os autores que a trama política governamental pouco combateu o flagrante despreparo do segmento representativo dos usuários do serviço de saúde que faziam parte do CSM. Desse modo a deliberação política do Conselho restou prejudicada, tendo em vista ter alcançado o CSM a função de mero referendador das políticas públicas municipais que se seguiram.

No que concerne ao caso do PDDU soteropolitano, ocorrido no ano de 2003, observou Milani (2006) que a participação popular foi formalmente suscitada, nos termos do que assegura a Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade), mas somente para efeito de preparação do diagnóstico de demandas. A partir das análises trazidas pelo autor, observa-se que a Prefeitura optou por um mínimo de divulgação do processo, utilizando apenas notas no Diário Oficial do Município e no jornal denominado “Correio da Bahia”, o que surpreendeu diversos atores sociais e associações profissionais. Ademais, apesar de a Administração local ter pertencido a uma coligação de partidos ligados à chamada esquerda política, sob a liderança do PDT, observa-se que o PDDU de Salvador apresentou claras limitações das práticas participativas em sua consecução, entre outras razões, por ter pleiteado “transformar participação em mera consulta, a fim de validar simbolicamente o processo institucional de tomada de decisões” (MILANI, 2006, p.198)

Outra ocorrência participativa trazida por Milani (2006) refere-se ao denominado Congresso Popular de Pintadas - CP, ocorrido a partir de 1996. O

referido evento é fruto da luta local pela legalização da posse da terra na década 1980, da criação do Centro Comunitário de Serviços, da organização política do movimento social e da vitória do PT nas eleições de 1996 para gerir o município de Pintadas, cidade situada a 255 Km a oeste da capital do estado. Ademais, assevera também o autor a organização das associações em torno da “Rede Pintadas de Solidariedade” como vetor do programa participativo que se seguiu (MILANI, 2004).

Como se observa, o propósito do CP foi avaliar, integrar e harmonizar estrategicamente as políticas e ações públicas, estatais e de autogestão. Ademais, o referido Congresso propôs também intensificar a participação popular nas avaliações, decisões e no controle social sobre as práticas públicas locais.

Do ponto de vista conceitual, o CP pode ser definido enquanto espaço de democracia participativa voltado a avaliar o conjunto das práticas de gestão local, propondo mudanças e diretrizes, com condições deliberativas para direcionar os rumos das políticas públicas bem como as prioridades locais. Para Milani (2006), o CP de Pintadas tratou-se de uma experiência única, que não se renovou posteriormente, de modo que não se constituiu num ciclo político participativo fecundo.

Por derradeiro, aponta Milani (2006) que, a partir dos estudos referentes às realidades participativas supramencionadas, pode-se afirmar que:

[...] o crescente interesse pela participação dos cidadãos na gestão pública local baiana não parece compensar a apatia política dos cidadãos, nem o considerável descaso popular por assuntos públicos (MILANI, 2006, p.9).

Ademais, assevera ainda o autor que, apesar do surgimento crescente de experiências participativas, não se verifica um quadro de demanda claramente manifesto por parte da sociedade.

Os quatro discursos participativos analisados pelo autor deixam à mostra a existência de alguns contextos locais participativos, de incipiente inovação democrática na gestão de políticas públicas municipais, com vista ao combate de “infantilização cívica a que se tem submetido majoritariamente a população baiana nos últimos anos” (MILANI, 2006, p.209).



Fruto do programa de pós-graduação em gestão de políticas públicas da Universidade Federal do Recôncavo - UFRB, o trabalho de Luis Lima, no ano de 2014, intitulado “Gestão participativa na reserva extrativista marinha Baía do Iguape, Maragogipe-Ba: o desafio do controle social”, tem como propósito analisar o papel da participação popular na criação e gestão da Reserva Extrativista que empresta o nome ao título da pesquisa. Segundo se observa do trabalho, o autor buscou compreender os desafios e possibilidades para efetivação do controle social diante da nova realidade de intervenção das políticas econômicas, bem como os impactos ambientais ligados aos empreendimentos existentes na referida baía.

Para a questão participativa abarcada na pesquisa trazida por Lima, observa-se a dificuldade de um agir autônomo e independente dos sujeitos que participam, de modo que (Referindo-se ao conselho, enquanto *lócus* participativo de seu trabalho):

Este Conselho, por sua vez, apesar de possuir funções deliberativas, consultiva e fiscalizadora, na maioria das vezes serve apenas para convalidar ou legitimar as ações que são propostas por agentes empreendedores que atuam na reserva que é um espaço permeado por relações conflituosas entre as próprias populações ribeirinhas (quilombolas X pescadores e marisqueira) com interesses distintos (LIMA, 2014, p.57).

Segundo análises conclusivas trazidas por Lima (2014), a consolidação da participação apresenta-se ainda enquanto verdadeiro desafio sociopolítico a ser vencido. Ainda para o autor, a participação não emerge com efetividade e capilaridade social em decorrência do histórico quadro formativo brasileiro, quase sempre marcado pela centralização do poder, ocorrência ainda em voga numa vasta extensão institucional na contemporaneidade.

Outra abordagem participativa baiana refere-se ao trabalho de Sara Cortês (2003). Valendo-se de contribuições fundamentalmente assentadas na ciência do Direito, a autora estuda a participação social sob o viés do controle social das atividades estatais, a partir dos chamados Grupos de Cidadania da Diocese de Barra, região eclesiástica do interior da Bahia que comporta município de até vinte

mil habitantes e caracterizada por baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH e elevadas taxas de analfabetismo.

Segundo Cortês (2003), o trabalho elegeu enquanto centro analítico a questão do controle social do Estado, em âmbito local, e teve como hipóteses centrais a assertiva de que a prática participativa seria capaz de gerar emancipação social e qualificação da democracia participativa. A partir do referencial teórico utilizado e dos dados colhidos, a autora percebeu que as práticas clientelistas e autoritárias ainda fazem parte das relações que se sucedem entre governantes e governados.

Merece destaque o fato de que a perspectiva jurídica abordada na pesquisa transcende a dimensão das formas de direito enquanto “corpo de procedimentos regularizados ou de padrões normativos” (CORTÊS, 2003, p. 22), para alcançar uma abordagem jurídica que reflita a “prática de um direito autêntico”, isto é, fruto das estratégias de organização da sociedade pela liberdade, tese emprestada pelo autor Roberto Lyra, quando discute a necessidade de pensar um Direito “achado nas Ruas” para tencionar a normatividades dos comandos normativos existentes. Sobre o tema, descreve Cortês que:

O projeto O Direito Achado na Rua da Universidade Brasília que busca refletir sobre a atuação jurídica dos novos atores sociais, toma como base experiência populares de criação direitos; tem como objetivos determinar o espaço político no qual se desenvolvem as práticas sociais que enunciam direitos a partir mesmo de sua condição extralegal (CORTÊS, 2003, p. 22).

Conforme se observa, a questão da legitimidade é tema de primeira linha no trabalho da autora, vez que se pretende demonstrar de que forma a participação alcança condições de produzir uma ordem jurídica que efetivamente reflita os anseios sociais, tornando os indivíduos menos reféns dos mandamentos legais estranhos à emancipação e à realidade experimentada cotidianamente pelos sujeitos.

Por fim, Cortês (2003) concluiu pela necessidade de se institucionalizar o processo de fiscalização das contas públicas, através da criação de Comissões

populares de contas, sem prejuízo da permanente atividade de mobilização social e da constante luta em favor de práticas que reduzam a dependência dos sujeitos em relação aos grupos políticos historicamente no poder. Para a pesquisadora, somente assim seria possível alcançar níveis de emancipação social cada vez mais crescentes. Diante disso, assinala Cortês que “Só se faz controle social se existe articulação e mobilização na sociedade” (CORTÊS, 2003, p. 240).

Sobre o município baiano de Alagoinhas, cidade de aproximadamente cento e cinquenta e dois mil habitantes, localizada a 125 Km de Salvador - BA, observa-se a existência da pesquisa intitulada “A formação cidadã e a dimensão educativa da participação: a experiência do orçamento participativo no município de Alagoinhas – Bahia” de autoria da pesquisadora Mayra Ricci (2006). O referido trabalho cuida de analisar a modelagem participativa do tipo Orçamento Participativo – OP, existente na municipalidade em comento nos anos de 2001 a 2004.

A pesquisa de Ricci (2006) parte da premissa de que, dentro das ocorrências participativas contemporâneas, o OP constitui-se num instrumento de democratização do Estado, através da participação direta da sociedade na definição das prioridades que serão alvo de intervenções públicas. Tal ocorrência, segundo a autora, teria enquanto resultados a consolidação de políticas públicas para a cidade e o controle social estatal. Ademais, o OP cumpriria a missão de alcançar transparência e controle dos gastos com recursos do erário.

À consecução da pesquisa, Ricci (2006) buscou desvendar, à luz do caso concreto, qual “relação pode ser estabelecida entre o processo participativo vivenciado no OP e a formação cidadã, isto é, ao exercício da cidadania dirigida ao bem comum?” (RICCI, 2006). O trabalho aponta para a participação enquanto metodologia institucional apta a promover pedagogicamente uma cidadania que desperte nos sujeito a noção de bem comum.

Os dados analisados por Ricci (2006) destacam a importância de pensar a participação sobre o ângulo processual, haja vista a necessidade de permanente adequação e correção da metodologia adotada. No caso da realidade do município de Alagoinhas, segundo a autora, é possível verificar de:

[...] constante avaliação e reorientação na condução do OP, principalmente no tocante às estratégias de divulgação, à

metodologia utilizada nas assembleias e aos cursos de formação continuada oferecidos aos participantes, tanto da sociedade como do Poder Público. Medidas que, sem dúvida, levariam ao aprimoramento do processo (RICCI, 2006, p. 139).

Outra municipalidade baiana que também debruçou-se em enfrentar a dinâmica prática participativa refere-se à cidade de Mutuípe-BA. Trata-se de um município de aproximadamente 20.000 (vinte mil) habitantes situada na região denominada Vale do Jequiriçá e vizinha à cidade de Amargosa – município alvo do presente estudo. A pesquisa de Sousa (2010) analisou a ocorrência do Orçamento Participativo desenvolvido nos anos de 2002 a 2008 implementado pelo Executivo municipal.

O trabalho de Sousa (2010) procurou focar o OP sob o ponto de vista do envolvimento da população na gestão territorial local. Para tanto, apresentou um histórico do OP local, descrevendo com detalhes a metodologia do programa. Segundo a autora, o orçamento participativo mutuipeense teria provocado algumas modificações socioespaciais significativas, no que tange às relações de poder entre Estado e sociedade civil. Apesar disso, assinala a pesquisadora que as transformações observadas no município não reverberaram em favor de uma cultura política da participação de modo efetivo.

Conforme aponta Sousa (2010), observa-se que a experiência do OP mutuipeense recebeu forte orientação do *know how* de políticas participativas desenvolvidas pelo município de Alagoinhas-BA, experiência sobre a qual já se falou logo acima. Tal ocorrência pode talvez apontar para a existência de uma possível rede de técnicas participativas ligadas pelo vínculo partidário comum – qual seja, o PT.

Por fim, as análises do trabalho de Sousa (2010) indicam a necessidade de aprofundar as reflexões em torno de experiências como o Orçamento Participativo, no sentido de avaliar as possibilidades e os limites dessa prática, a fim de contribuir para futuras experiências de gestão participativa, na expectativa de que sejam socialmente mais exitosas. O trabalho de Sousa (2010) destacou que o OP local não foi capaz de solidificar uma cultura participativa, entre outros fatores, em razão da ausência de segmentação dos investimentos ligados ao OP, fato que ocasionou uma

forte concentração dos recursos em alguns setores específicos, em especial a temática da pavimentação. Ademais, estaria o OP inserto na realidade local de forma pontual, de modo a não ter se inserido no cotidiano da política local. Sobre tais assertivas, aponta a autora *in verbis*:

[...] a descontinuidade observada na prática de Orçamento Participativo investigada, indica que seu desempenho restringiu-se a um momento específico na história da administração local e demonstra os limites de determinado processo enquanto propulsor de uma cultura política da participação no âmbito da gestão pública (SOUSA, 2010, p.142).

Apesar das dificuldades e falhas na execução do OP mutuipeense, é possível observar que, segundo a pesquisadora responsável pelo trabalho, tratou-se de uma experiência exitosa, visto ter possibilitado a descentralização das decisões estatais e ter incluído uma gama de atores na vida política da administração pública, contribuindo para o amadurecimento do viver democrático efetivo.

Para além das experiências participativas efetivadas no âmbito dos municípios, observa-se que inclusive o Governo do Estado da Bahia, maior instância do poder executivo no Estado, vem debruçando-se acerca de alcançar metodologia que promova a interação entre Estado e sociedade. Nos termos do estudo trazido por André Pomponet (2012), observa-se que, na gestão do governador petista Jacques Wagner, verificou-se a consolidação de um Plano Plurianual Participativo, também conhecido por PPA-P, nos anos de 2008 a 2011.

O estudo do referido PPA-P teve por escopo indicar e compreender quais os avanços e os obstáculos presentes durante a elaboração do programa. O Plano Plurianual trata-se de um macroplanejamento de exigência constitucional, com o objetivo de que as gestões públicas mapeiem o horizonte de realizações previstas para os quatro anos seguintes da gestão. No caso da realidade baiana observada por Pomponet (2012), dentre os obstáculos decisivos para implantação do PPA-P baiano podem se destacar as dificuldades de compatibilização entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, bem como os problemas relacionados aos canais de diálogo entre o Estado e a Sociedade.

Ainda no que diz respeito ao PPA-P da Bahia, aponta Pomponet (2012) que a pesquisa priorizou o debate acerca da relação entre a Democracia Participativa e a Democracia Representativa. Enquanto avanços democráticos detectados durante a execução do programa, verificam-se, segundo o autor, a elevação da transparência da gestão pública e o fortalecimento do Controle Social, a partir dos canais institucionalizados que permitem uma relação direta e fiscalizatória dos atos do governo. Aponta também o autor que, apesar do enorme número de dificuldades/deficiências operacionais e estratégicas atravessadas, a experiência do PPA - Participativo logrou êxito, visto que a implementação de processos participativos demanda um horizonte temporal necessário à sua consolidação, de modo que superação ou minimização dos obstáculos apontados no trabalho criariam oportunidade de que fosse aperfeiçoado o próprio processo participativo. Sobre o programa, conclui o autor:

Em síntese, pode-se afirmar que a experiência do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) em vigência a partir de 2007 foi positiva à medida que contribuiu para promover uma aproximação na relação entre Estado e Sociedade na formulação e implementação de políticas públicas, gerando uma ruptura com práticas retrógradas, embora essas obviamente não tenham sido inteiramente extirpadas. No entanto, os problemas apontados acima precisam ser solucionados para que o processo se consolide e se aprofunde, fortalecendo de fato a participação social (POMPONET, 2012, p. 131).

Também como foco PPA-P do estado da Bahia, Ferreira et al. (2013) procurou apontar de que modo o referido programa foi capaz de oportunizar espaço de criação de uma agenda de políticas públicas de maneira diferente das formas tecnicistas habituais. Enfrentando a importância da criação dos Territórios Identidades, enquanto unidades próprias ao debate político regionalizado, observa-se das análises o desvendar de uma complexa tecnologia institucional adotada pelo estado da Bahia, a fim de possibilitar a participação da sociedade no PPA.

Pugnam Ferreira et al. (2012) pela positividade inerente ao processo em voga, visto ter alcançado espaço de diálogo entre a sociedade em relação às ações

do governo, bem como possibilitado, em tese, a formulação e elaboração de políticas mais próximas da realidade dos cidadãos baianos. Apesar de tais avanços, observa-se que o PPA-P em baila esteve eivado de dificuldades inerentes aos governos de forma geral. Dentre as dificuldades mais proeminentes, pode-se destacar a resistência de certos servidores à participação e controle social e a falta de espaços de discussões locais mais homogêneos. Apesar disso, aponta a autora que os problemas enfrentados são comuns em todo o país, podendo ser repelidos ou minimizados no curso do processo participativo, destacado como uma “impressionante tecnologia institucional organizada para a promoção da participação social” (FEREIRA et al., 2013, p.13)

Como se pode observar, os trabalhos ligados às experiências participativas acima elencados sugerem o despertar dos governos e da sociedade, no sentido de dividir o peso decisório das gestões, inserindo novos atores políticos no processo de deliberações que envolvam o interesse público. A escalada participativa nos âmbitos Federal, Estadual e municipal apontam, como numa via de mão dupla, um fluxo de ideais que lentamente estariam por reconfigurar o sentido e alcance da atuação estatal. Embora os estudos tenham apontado a dificuldade em verificar a emersão de uma cultura política ligada à participação, é crível que a interconexão de agendas participativas a níveis local, estadual e federal possibilitem um processo democrático mais estável, perene e pedagógico como passar dos tempos.

Ainda no tocante aos trabalhos acima descritos, merece apontar que todas as ocorrências estudadas tiveram como pano de fundo político a existência de governos descritos como sendo de esquerda. Ademais, salvo o caso das experiências participativas ligadas ao PDDU e à gestão de Saúde de Salvador, todos as demais gestões trataram-se de governos petistas, apontando assim uma certa tendência ligada à realidade baiana ou mesmo nacional, envolvendo o partido, na linha do que já apontou Dagnino (2004).

Outro ponto que merece ser abordado, segundo as práticas participativas municipais e estadual vistas acima, diz respeito ao fato de terem sido fruto de ações de fomento estatal – salvo no caso da experiência ligada à Diocese de Barra de Sara Cortes (2003). Tal assertiva sugere que as práticas participativas, sejam ocorrência do tipo OP ou mesmo PPA-P ainda não figuram enquanto foco de demandas da sociedade. Práticas participativas mais constantes apenas se

observam quando por imposição da lei, como é caso do PDDU e das gestões da área de saúde, ainda assim carecendo de certos conteúdos materiais.



### 3 AMARGOSA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Antes de se debruçar acerca da experiência participativa amargosense que empresta sentido ao presente estudo, cumpre trazer breves considerações acerca do município, a fim de que seja possível um olhar mais contextualizado acerca do estudo de caso em baila. Conforme se poderá ver a seguir, a municipalidade de Amargosa gozou em sua formação sociopolítica de condições para que, ao longo do processo de redemocratização, um grupo de indivíduos erguesse a bandeira discursiva em prol de fundamentos constitucionais tais como a eficiência, a participação, a publicidade e a cidadania.

Uma vez explanadas as referidas condições sociais, cumpre neste capítulo também apresentar a metodologia de trabalho da pesquisa com vista a pormenorizar os tipos de fontes disponíveis, tratamento das fontes bem como a operacionalização do estudo de caso.

#### 3.1. O MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA - APRESENTAÇÃO

O município de Amargosa, situado a 230km da capital do estado da Bahia, pertence à região denominada recôncavo sul baiano e faz parte do conjunto de cidades que formam o Vale do Jequiçá. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), a cidade conta com aproximadamente 37.557 habitantes, estando mais de 60% da população estabelecida na área urbana. (**Imagem 01**).

**Imagem 01:** Município de Amargosa: Praça Lourival Monte



Fonte: Peixoto(2006).

As origens da cidade remontam ao Decreto Estadual nº 574, de 30 de junho de 1855, que elevou o então povoado à categoria de Freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho. Posteriormente, em 21 de abril de 1877, a nova freguesia passou à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Bom Conselho de Amargosa. Em 1891, ao passo que a prosperidade promoveu a expansão da vila, o governador da época, Dr. José Gonçalves da Silva, a elevou à categoria de cidade, a partir de então denominada de Amargosa (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1957). A partir de então, até por volta de 1937, assinala-se a expansão urbana em níveis político e econômico sem precedente local (SANTOS, 1963).

O nome Amargosa deve-se ao fato de existir na região um tipo de pomba cuja carne, por ser muito saborosa, atraía o interesse de caçadores. A ave possuía em seu dorso uma substância amarga ao paladar quando não retirada durante o cozimento. Da usual expressão “vamos às amargosas”, surgiu o nome com a qual a nova cidade fora batizada no final do século XIX (REZENDE et al., 1991).

A vida econômica e social da cidade esteve marcada pela formação de pequenas propriedades de policultura voltadas à economia de subsistência, atividade característica do recôncavo sul da Bahia (OLIVEIRA, 2002). Atuando como porta de entrada dos produtos vindos do sertão, a região assumiu desde cedo certa prevalência regional. Culturas como o fumo, mandioca e cana-de-açúcar marcaram também a economia e a vida política, entretanto o café constituiu-se no principal responsável pelo desenvolvimento regional. Tal afirmação ganha contornos mais visíveis quando, segundo Simões (1970), a região como um todo chegou a fornecer quatro quintos do café produzido no estado da Bahia. Ademais, quase que a totalidade do café exportado pelo porto de Nazaré - única rota de escoamento dos produtos da região - provinha de Amargosa.

O avanço econômico que se sucede até por volta de 1937 trouxe grandes progressos ao município, permitindo o remodelamento do seu quadro urbano e sua vida sociocultural (SANTOS, 1963). Tamanho fora seu crescimento naquele período que o município chegou a ser comparado a uma “pequena São Paulo” (REBOUÇAS, 2006). Assistiu-se, por conseguinte, ao surgimento de movimentos sociais delineadores do novo cenário sociopolítico. Um Clube Literário, diversas Liras Filarmônicas e a Santa Casa de Misericórdia faziam despontar o ambiente social marcado pela presença das elites político-econômicas.

Todo esse ambiente de prosperidade permitiu ao município, ainda na década de 60, destacar-se no campo dos serviços públicos - quando comparado com as demais cidades vizinhas -, exercendo assim a forte vocação de polo regional.

Segundo estudo realizado por Milton Santos (1963):

Com exceção de Amargosa, que possui 04 médicos e 03 dentistas, nas outras localidades como Tartaruga, Itachama, Diógenes Sampaio, Elísio Medrado e São Miguel das Matas não existe assistência à população [...] (SANTOS, 1963, p. 26).

O sentimento de prosperidade que os amargosenses da época experimentaram agiu como elemento capaz de justificar o impulso modernizador que se seguiu. Como consequência, pode-se observar o surgimento do termo “Cidade Jardim”, utilizado até os dias de hoje, enquanto expressão que denota a ordem modernizadora então assistida (REBOUÇAS, 2006). Um conjunto de praças, canteiros e avenidas fizeram com que o município se destacasse regionalmente do ponto de vista da organização e embelezamento urbano.

Convém destacar que a marca da institucionalização do poder público municipal foi sentida enquanto expressão da vontade das elites agrárias. Como se observa em Andrade (2000):

Até 1935 sucediam-se obras e eventos que caracterizavam o sentimento de prosperidade que marcava a elite local. Mas enquanto os coronéis e os homens ricos se empenhavam, junto ao poder público para garantir seus interesses e a construção de monumentos que garantiam apenas o caráter populista da administração, obras de saneamento básico, educação e até investimentos na lavoura do café eram deixados de lado (ANDRADE, 2000, p. 14-15).

Expressão ainda maior dos desígnios das elites locais com relação aos poderes públicos verificar-se-á quando, após o fim do ciclo de expansão econômica do café, a partir do final da década de 1930, o Banco do Brasil, com o intuito de livrar o prejuízo que tiveram os cafeicultores, passa a investir na criação de gado, conforme aponta a tabela 01 abaixo:

**Tabela 02**-Volume percentual de empréstimos feitos pela agência do Banco do Brasil em Amargosa-Bahia

| <b>Ano</b>  | <b>Pecuária</b> | <b>Mandioca</b> | <b>Maquinários</b> | <b>Café</b> | <b>Outros</b> |
|-------------|-----------------|-----------------|--------------------|-------------|---------------|
| <b>1962</b> | 73%             | 9,5%            | 7,8%               | 4,2%        | 5,5           |

**Fonte:** Rezende et al. (1991).

Os volumes de empréstimos acima revelam novos fenômenos verificados nas propriedades rurais, na malha urbana municipal, bem como no fluxo migratório da população. Tais fenômenos se verificam em virtude das novas fazendas de gado passarem a atuar decisivamente na eliminação das pequenas propriedades rurais, seja porque as primeiras precisam de áreas cada vez mais extensas, seja em função dos pequenos produtores não disporem de meios para intensificar suas pequenas produções. Desse modo, tem-se que do café à pecuária, observa-se um elevado número de fatores que impactaram na economia, na política e propriedades amargosenses.

Apesar do grande declínio econômico sofrido por Amargosa na década de 60 e 70, nas décadas subsequentes a cidade retoma parte da hegemonia econômica regional com investimentos e diversificação da produção e dos bens de serviços. Os produtores intensificaram a pecuária leiteira, cuja produção é beneficiada pelas microusinas locais, ampliaram as áreas de cultivo de cacau, caju e café, que continuam a ser comercializados por armazéns representantes de grandes empresas do ramo.

Como observa Santos (1963), entre 1940 e 1960, a região sofreu muitas modificações quanto ao tamanho de suas propriedades agrícolas. Enquanto consequência dos fenômenos aqui observados, verifica-se o grande êxodo rural que culminou na ocupação, de maneira desordenada, da periferia urbana e no grande fluxo migratório de pessoas com destino aos grandes centros do sudeste. Em âmbito geral, a ausência de planejamento para esse novo cenário de mudanças à época é razão que dá entendimento ao macrocefalismo que se operou na grande maioria das cidades brasileiras.

Os desdobramentos na política local, provocados pelas mudanças - declínio da cafeicultura e expansão das grandes propriedades voltadas à pecuária bovina - tornam perceptível o fortalecimento do que se pode chamar de uma elite ciente e

ciosa do seu poder de dominação (WEBER, 1982). Trata-se de uma elite que, por meios de continuísmo de práticas sociais, apossa-se dos poderes públicos municipais como instrumentos da gestão dos interesses de grupos de dominação, exercendo autoridade quase que inquestionável a uma população cuja maioria se encontrava em precárias condições materiais de existência.

De forma sintética, a política amargosense pode ser apresentada, segundo o quadro de gestores de que trata o anexo nº01<sup>12</sup> (Quadro de prefeitos municipais de Amargosa-BA), com uma forte prevalência de determinados grupos familiares e de seus destacados agregados políticos. No entanto, observa-se um elevado nível de alternâncias de poder. Nesse sentido, conforme o referido anexo, dividindo-se o número de alternância de gestores municipais (54) identificados ao longo dos 127 anos de emancipação, tem-se uma média de aproximadamente 2,3 anos de mandato. Embora não se tenha conseguido identificar os gestores dos períodos de 1892 a 1893 e 1913 a 1915, é possível que o grande número de alternâncias de prefeitos municipais aponte para divisão de poderes entre os grupos locais, importando em condições favoráveis à existência de partidos políticos não absolutamente reféns de forças centralizadoras.

Apesar da média aproximada de 2,3 anos por mandato do executivo municipal, o que parece tratar-se de uma alta rotatividade de gestores, observa-se um forte revezamento entre grupos políticos ao longo da história, segundo o tempo que estiveram no poder, com destaque mais evidente às famílias Sampaio (13 anos), Melo (25 anos) e Sales (15 anos). Juntas, as referidas famílias e seus agregados políticos respondem por 59 anos de gestões, ou seja, quase 50% da trajetória de 127 anos de emancipação política do município, como aponta a tabela abaixo.

**Tabela 3 - Principais grupos políticos de Amargosa-BA ao longo da história**

| <b>MATRIZ FAMILIAR<sup>13</sup></b> | <b>PERÍODO</b>  | <b>DURAÇÃO (Anos)</b> |
|-------------------------------------|---|-----------------------|
| Almeida Sampaio                     | 1890; 1894 a 1903; 1921; 1923   | 13 ANOS               |
| Leal Sales                          | 1946; 1948 a 1950; 1955 a 1958; 1963 a 1964; 1967 a 1971, 1997 a 2003 | 22 ANOS               |

<sup>12</sup> O referido quadro apresenta a relação nominal dos prefeitos do município de Amargosa entre os anos de 1889 (ano da emancipação municipal) a 2014.

<sup>13</sup> Candidatos diretamente da árvore parental ou agregados diretamente ligados à família, já possuindo antigos vínculos políticos de outras eleições.

|      |  |         |
|------|--|---------|
| Melo | 1959 a 1962; 1973 a 1976; 1977 a 1982,<br>1983 a 1988, 1989 a 1992 | 24 ANOS |
|------|--|---------|

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Amargosa (2009).

O referido quadro descreve os principais agrupamentos familiares que estiveram à frente do executivo municipal ao longo da história política amargosense. Nele, é possível observar um ambiente de transição eleitoral marcado por certa alternância de poderes (ainda que dentro do mesmo grupo político então vigente). Cabe apontar que não se trata de estudo pormenorizado de árvores genealógicas, atividade que fugiria à pretensão do presente trabalho, mas tão somente saberes de domínio público e habitualmente tratados como verdadeiros pela sociedade amargosense.

Já no que tange à estruturação da vida sociopolítica do município, convém assinalar que a ativa vida urbana elevou a municipalidade de Amargosa à condição de poloregional, em relação às cidades vizinhas, conferindo uma estratificação social bastante difusa. Sobre esta questão em Amargosa, assevera Santos (1963):

A sua divisão por classes é problema complexo em virtude de não haver fatores condicionantes que a determine, nota-se, entretanto, que as maiores e mais recentes ruas, as que datam, aproximadamente, de 1950, são habitadas por funcionários federais, funcionários aposentados, professoras que se poderia dizer constituem as classes mais elevadas da localidade, incluindo-se, entre estes, os médios proprietários (SANTOS, 1963, p. 34).

No final da década de 80 do século passado, algumas ações reconheceram e reforçaram o papel de polo regional da cidade, a partir da criação e implantação da 29ª Região Administrativa do Estado da Bahia (trazendo com isso estruturas como a Diretoria Regional de Saúde – Dires; Diretoria de Educação e Cultura – Direc; Companhia Independente de Trânsito - Ciretran), a implantação da Escola Agrotécnica de Amargosa, além da construção da sede regional do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Diante dessas transformações político-econômicas e toda a repercussão do processo de reabertura política assistido a partir da década de 1980, é crível que as bases difusas de uma classe média urbana amargosense possibilitaram ao

município a criação de grupos políticos locais sólidos e não subordinados a uma unidade de chefia local, sobretudo após o fim da ditadura militar. A inserção política local desses grupos ganhou força ao passo que, nas esferas estadual e federal, as forças políticas sofreram alterações decorrentes dos novos arranjos institucionais trazidas com a Constituição de 1988 - Criação de novos partidos políticos, surgimento de novas bandeiras ideológicas, configuração do município enquanto novo ente federado, fato que importou em diversas novas atribuições constitucionais etc.

Desse modo, pode-se inferir que as gestões públicas do executivo municipal de Amargosa guardam estreita relação com o passado patrimonialista do Estado brasileiro e suas imbricações sociais. Assim, como consequência de um modelo de gestão pública com muito pouco ou quase nada de participação social/política ao longo dos anos da história amargosense, tem-se por efeito imposição de laços de solidariedade eleitoral ligados ao universo dos votos de compadrio e tutela, realidade que marca a trajetória política brasileira, como já demonstrou Marilena Chauí (1976).

Da luta pela redemocratização, importantes forças sociais e políticas da esquerda local - Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Movimento de Educação de Base (MEB) e a articulação de uma classe média reunida em torno do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) - exerceram significativo papel na luta contra as tradicionais forças políticas.

Desse modo, é possível observar as condições que possibilitaram à municipalidade amargosense ter como característica peculiar regional e estadual a formação de um consistente agrupamento político de indivíduos com vocação ideológica de oposição política à tradicional coalizão de partidos eleitorais que compunham as bases (eleitoral e política) do então governador Antônio Carlos Magalhães - ACM<sup>14</sup>. A partir da redemocratização, na década de 1980, os partidos que compõem a chamada “esquerda política amargosense” (Partido dos Trabalhadores - PT, Partido do Socialismo Brasileiro -PSB, Partido Comunista do Brasil -PC do B, Partido Democrático Trabalhista -PDT e Partido Verde - PV) alcançam uma elevada ascensão, chegando a vencerem 5 das 7 disputas eleitorais pelo comando do executivo local. Tal condição possibilitou cenário favorável à

---

<sup>14</sup> ACM foi governador e senador da Bahia, liderando um forte grupo político capitaneado pelo Partido da Frente Liberal – PFL, a partir dos anos 90. Esteve no poder (diretamente ou através de agregados) entre os anos de 1990 e 2006, exercendo pesada influência na imensa maioria dos 417 municípios baianos.

implantação de políticas participativas, contexto propício à tal ocorrência, conforme analisado por Dagnino (2004), ao tratar de vinculação existente entre propostas de gestões participativas e partidos de esquerda.

Pode-se, assim, articular as lutas do movimento de esquerda amargosense, a partir da década de 80, enquanto expressão um grupo político pela tomada do poder municipal. Isso porque, tal grupo, ao avocar a democratização dos meios de acesso ao poder, bem como os mecanismos de acesso aos serviços públicos - conforme expressa no seu plano de governo da eleição municipal de 2004<sup>15</sup> - opunha-se diametralmente à ordem assistencialista há muito vigente, destacando a necessidade de uma ampla reforma administrativa, com vistas a maximizar os processos administrativos e organizacionais.

Insta consignar que, embora a “esquerda política amargosense” tenha obtido vitórias eleitorais nos pleitos de 1992 e 1996, sob o comando do PDT na chapa majoritária, não se detectou a existência de impactantes políticas participativas ao longo das gestões que se seguiram. Apenas observou-se um perfunctório trabalho de mobilização denominado PEGEP – Plano Estratégico de Gestão Participativa – quando da gestão de 1997, contudo, em razão do rompimento político do chefe do executivo com os partidos de esquerda local, o PEGEP restou inconcluso, haja vista a saída dos seus idealizadores do quadro funcional do município, tão logo a nova gestão aliou-se ao grupo político do governador ACM.

Diante disso, cabe anotar que a esquerda amargosense desse período não avoca em sua *práxis* política o ideal de participação social na definição das intervenções públicas enquanto pedra-de-toque da gestão. Tal aspecto será paulatinamente incorporado ao discurso do grupo em função de uma gama de fenômenos, como, por exemplo, o fortalecimento do ideal de democracia porque o país passou, o imperativo de leis e a maturidade local das pessoas envolvidas no processo.

Nas eleições do ano de 2004, o Partido dos Trabalhadores, encabeçando uma aliança partidária com o PSB, PC do B e PV, saiu vitorioso, elegendo Valmir Sampaio como prefeito que instituiria o Pegadas (Plano Popular Estratégico de

---

<sup>15</sup> Ver ANEXO 02, “Diretrizes de governo do pleito eleitoral de 2004 – Coligação PT, PDT e PSB”, onde se observam fundamentos em que sustentam o discurso democrático do referido grupo político, em especial no tocante à participação política.



Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável) ao logo de dois mandatos consecutivos (2005 a 2012).

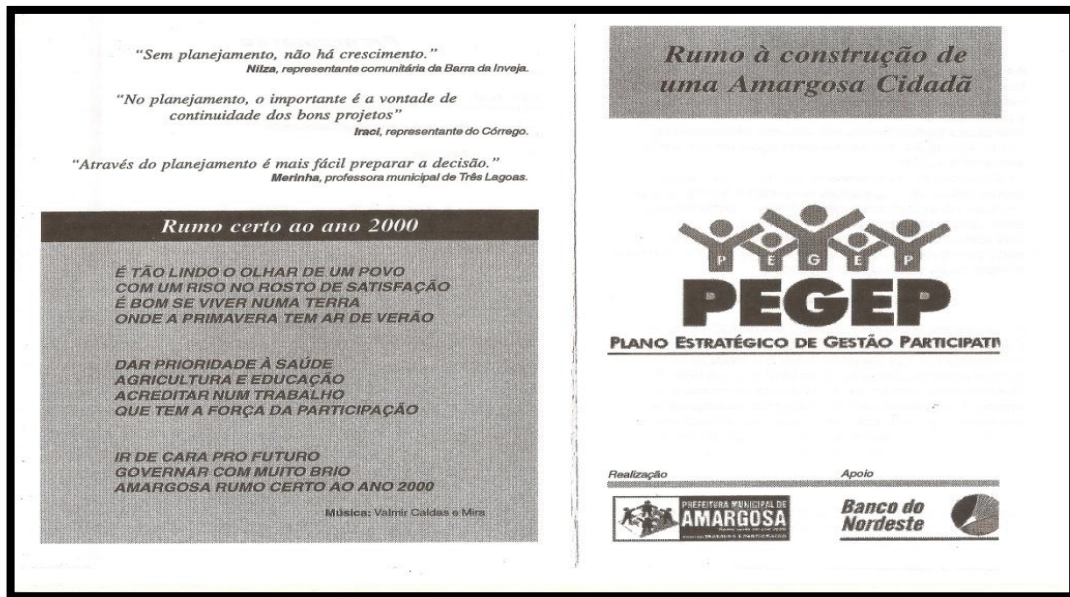
O Pegadas, enquanto ferramenta institucional de gestão, apresenta como característica a proposta de servir ao macro planejamento das políticas públicas do município. De relevância fulcral no presente trabalho, a metodologia empregada pelo Pegadas mereceu destaque por contemplar a proposta de uma vasta setorização de levantamento de demandas, alcançando, em tese, os múltiplos agrupamentos sociais do município em suas especificidades sociais, conforme poder-se-á averiguar ao longo da pesquisa.

### 3.2. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM AMARGOSA – CONTEXTUALIZANDO O NASCIMENTO DO PEGADAS

De modo geral, observa-se que, na história política do Brasil, a utilização da máquina pública foi alvo de disputas internas no seio das elites políticas como forma de expressão de poder, dominação social e, quase sempre, captação ilegal de recursos públicos. Processos participativos de interação social na gestão pública ficaram à margem das preocupações políticas em nome da desinstitucionalização dos serviços públicos. Estes, por sua vez, quase sempre tendo a marca do assistencialismo e da pouca preocupação com processos de planejamento e da fixação de meios institucionais de diálogo com a sociedade. Em síntese, tal como se pode verificar em diversos municípios baianos, quiçá brasileiros, o poder discricionário e praticamente inquestionável das elites políticas, quando à frente do poder público, repousou sobre a ausência de meios de fiscalização social e a inexistente participação política.

A experiência do município em foco com gestão participativa versa, com vigor, do final da década de 90, quando se instituiu o Plano Estratégico de Gestão Participativo (Pegep). Tal programa, que serviu de piloto para o Pegadas, teve por objetivo mapear o quadro de demandas municipais no ano de 1997 (Anexo 03, Folder institucional do Pegep), vide material institucional abaixo:

**Imagem 02:** Material de divulgação do PEGEP



**FONTE:**Prefeitura Municipal de Amargosa

O programa restou inconcluso por conta do inusitado rompimento do então chefe do executivo, Rosalvo Jonas Borges Sales, filiado ao PDT, com o grupo político de esquerda que o elegera, após aproximadamente um ano no mandato de prefeito. Diante disso, passou o novo gestor a aderir ao projeto político do governador Antonio Carlos Magalhães, forçando o rompimento com o que aqui se denomina de “esquerda política amargosense”, conforme apontado acima.

Outra importante marca da participação social amargosense refere-se à criação e atuação do Conselho Municipal de Saúde – CMS. O referido conselho, premiado nacionalmente pelo Ministério da Saúde no ano de 2005, em razão de desempenho alcançado na fiscalização dos recursos públicos, destacou-se amplamente pelo trabalho de coleta de irregularidades administrativas que importaram na cassação do então prefeito Rosalvo Sales, no ano de 2003.

Segundo aponta o relatório institucional do Pegadas, após a eleição de 2004, novos ares de participação pousaram na realidade local. No referido documento, o novo chefe do executivo, a partir de 1º de janeiro de 2005, Valmir Sampaio, é descrito como um político que historicamente articulou e manteve estreita ligação com os grupos sociais existentes em Amargosa, desde quando ocupava o cargo de vereador. Nesse sentido, aponta-se a existência de um prévio diálogo junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Funcionários da Prefeitura, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia – APLB, Igrejas

Católica e Evangélicas, associação dos Agentes Comunitários de Saúde, associações rurais e urbanas, tendo atuado na fundação do “Centro Sapucaia”, organização não governamental ambientalista com atuação em Amargosa e região.

Uma vez eleita, a gestão do prefeito Valmir Sampaio aponta ter iniciado o envolvimento da população urbana e rural do município de Amargosa no processo de planejamento participativo, afirmando que nortearia as decisões do poder público municipal nesse processo. Segundo aponta o projeto do Pegadas, a preocupação dos seus idealizadores foi evitar uma metodologia de planejamento exclusivamente técnica e burocrática, típica das tradicionais práticas de assessoria. Dessa forma, o processo de planejamento é descrito pela municipalidade em análise como sendo:

[...] um processo de muitas faces e matizes onde os atores se diferenciam pela sua vivência, pelos seus saberes, são pessoas de diversas categorias e classes sociais que somatizando, dividindo experiência oportunizam a construção de um município com inserção cidadã das pessoas definindo prioridades de investimentos pelo poder público local (AMARGOSA, 2010).

É nesse contexto que o Pegadas é apresentado à sociedade amargosense, enquanto momento propício à “imersão da alma do povo de Amargosa, seus costumes hábitos, sua luta cotidiana, seus desejos, anseios, esperanças e desesperanças” (AMARGOSA, 2010).

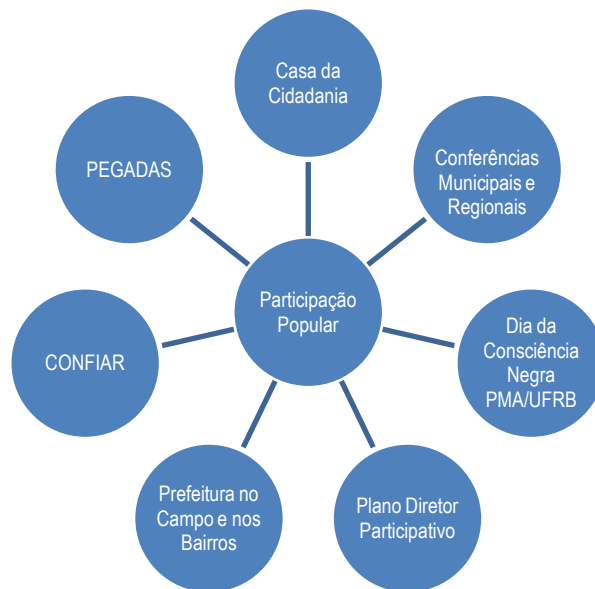
Segundo os gestores municipais, somente um amplo levantamento detalhado de demandas tornaria possível identificar as prioridades, que precisam de ações e apoio emergencial. Seguindo a proposta de consolidar um governo popular, foi elaborado o Pegadas com o objetivo de aproximar povo e Governo, tornando-os partícipes das mudanças que se sucederiam com o passar dos anos.

A metodologia do programa propôs-se a dimensionar um vasto levantamento de demandas sociais, a partir de microaudiências públicas setorizadas por bairros, localidades e categorias funcionais, logo no início das gestões em análise (2005 e 2009). A partir dos delegados eleitos em tais audiências, o conjunto de demandas municipais recebeu apreciações deliberativas em macroaudiências públicas realizadas nos anos de 2005 e 2009, denominadas Conferências Integradas de Amargosa - Confiar. A partir do fluxo de deliberações traçadas nas Confiar's, o

município teria orientado o macro planejamento das gestões, oportunizando a experiência de uma tecnologia institucional capaz de inserir uma gama de sujeitos na trama das decisões políticas.

Do ponto de vista da participação política na Prefeitura Municipal de Amargosa – PMA, referente ao período em estudo (2005 a 2008 e 2009 a 2012), tem-se que o Pegadas integra uma dimensão participativa maior e, ao mesmo tempo, atua de forma a intensificar os canais participativos, como se observa do quadro a seguir:

**Quadro 2 - A Participação na Gestão do Município de Amargosa (2005 a 2012)**



**FONTE:PMA**

Segundo seus idealizadores, o Pegadas atuou enquanto mais uma ferramenta de participação popular no desígnio do agir estatal, ao lado de ações como a Casa da Cidadania (espaço destinado para acolher e secretariar os conselhos municipais), o Plano Diretor Participativo (Planejamento decenal do município criado por exigência da Lei federal nº10.257- Estatuto da Cidade), entre outras ações operadas ao longo dos anos, durante as gestões em baila.

Aspecto interessante a ser observado reside no fato de que o Pegadas supostamente atuou de forma a retroalimentar a participação, pois o levantamento de demandas possibilitou a cobrança de atividades marcadas por novas

engrenagens participativas, além de possibilitar a interação com as demais dimensões participativas esposadas pela gestão. A exemplo disto, pode-se apontar a demanda aprovada na Confiar de 2005 pela elaboração do Plano Diretor Participativo - PDP (Documento Legal responsável pelo macro planejamento municipal e marcado pelo necessário diálogo com a sociedade) ou ainda a articulação da Casa da Cidadania com o Pegadas através da indicação de representantes dos Conselhos Municipais para atuarem como delegados da Confiar, sendo a própria conferência expressão da interatividade do Pegadas.

O conjunto de atividades ligadas ao Pegadas foi registrado em uma dezena de arquivos digitais e documentos impressos, que se pode chamar de verdadeiro banco de dados do programa. Após contato informal junto ao secretário de relações institucionais do município de Amargosa, no ano de 2012, foi possível obter acesso aos referidos registros, ocasião em que se destacou ao poder público o interesse em realizar pesquisa destinada a descrever e analisar a experiência participativa do Pegadas.

Após leitura prévia da enorme quantidade de arquivos então disponibilizados referentes ao banco de dados do Pegadas, sob os quais se falará no capítulo seguinte, pode-se observar que o programa derivou da aspiração ideológica de dois engenheiros agrônomos, Aurélio Carvalho e Raul Lomanto, históricos militantes do Partido dos Trabalhadores, portanto, ligados ao grupo político do então prefeito, Valmir Sampaio.

## 4A METODOLOGIA DA PESQUISA

Do ponto de vista da caracterização metodológica, o presente trabalho apresenta-se sob a perspectiva de um estudo de caso, haja vista a preocupação que se tem em ressaltar os aspectos históricos, sociopolíticos e culturais enquanto condições aptas à eleição do objeto de estudo em sua especificidade. Ademais, busca-se apontar a representação singular da realidade estudada, no esteio da perspectiva multidimensional de análises e historicamente situada (MENGA, 1986).

À luz do caso concreto, o estudo de caso presta-se à demonstração de que, apesar da existência de uma gama de pesquisas voltadas ao tema da participação política, cada trabalho é marcado por singularidades diversas que o torna único. No caso do município de Amargosa, tem-se que a proposta participativa esposada através do Pegadas, conforme se verá detalhadamente mais à frente, apresenta peculiares características que a distinguem das ocorrências participativas tradicionais ligadas a Orçamento participativo e ao Plano Plurianual participativo. Nos termos do que apregoam Ludke e André (1986), referindo-se ao estudo de caso, o interesse da pesquisa, residiria, assim, naquilo que ele tem de único, de particular, “mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.17).

Elemento característico acerca do estudo e que guarda perfeita interação com a presente pesquisa refere-se à atenção dispensada aos dados descritivos em Bogdan (1994), em que o autor aponta que “embora os estudos de caso sejam, tendencialmente descritivos, podem assumir uma diversidade de formas [...]” (p. 97).

O alcance descritivo deste trabalho constituiu procedimento metodológico de fundamental importância à compreensão da ocorrência participativa em baila. Como se verá a seguir, dedicou-se, inclusive, um capítulo da pesquisa para o detalhamento da experiência participativa do Pegadas, a fim de restar evidenciado o conjunto de elementos procedimentais que asseguram suas especificidades.

À consecução dos objetivos deste trabalho, a pesquisa adotou enquanto abordagem metodológica a análise documental. Como assevera Menga (1986), os documentos constituem uma fonte estável e rica para uma pesquisa, podendo servir a consultas infinitas, inclusive, de base para outros estudos. Assim, documentos prestam-se, enquanto fontes de pesquisa, a fim de que forneçam as evidências

necessárias à fundamentação das assertivas, declarações e validação (ou não) das hipóteses de um trabalho acadêmico.

A fonte documental do Pegadas baseou-se em planilhas numéricas, contendo o quantitativo e a relação de participantes do Pegadas bem como as demandas surgidas no decorrer do programa. Formulários, textos analíticos, Decreto municipal, fotos e apresentações em slides figuraram também enquanto objetos de análises.

Ainda cumpre destacar que a pesquisa participante foi também utilizada como procedimento de coleta dos dados. Durante as fases de planejamento e execução do programa, no ano de 2005, foi possível acompanhar o desenvolvimento de algumas etapas, tais como reuniões de diagnóstico e Conferência Integrada.

Durante diversos momentos das fases em que se divide a execução do Pegadas, buscou-se acompanhar de perto os comandos institucionais presentes, a repercussão social do programa e o processo de coleta de dados/demandas municipais. Insta consignar também que as informações referentes ao Pegadas foram coletadas junto à Administração municipal de Amargosa no ano de 2012. Tais fontes dizem respeito ao conjunto de relatórios referentes ao programa disponibilizados em formato digital, confeccionados pelos idealizadores e executores do Pegadas, a saber, Aurélio Carvalho e Raul Lomanto. Apesar de muitos arquivos não estarem em versão final ou ainda não terem sido alvo de publicação, correspondem ao conjunto de documentos que compõem o banco de dados do Pegadas, representando as fontes primárias desta pesquisa.

Para aferição dos problemas apontados enquanto norteadores da pesquisa, optou-se pela utilização de procedimentos voltados à análise de cunho qualitativo, muito embora os números do programa figurem enquanto acessórios importantes à compreensão e dimensionamento do Pegadas. A pesquisa qualitativa, segundo Martins (2004), pode ser definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, sendo ainda caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Desse modo, no exercício de tal técnica enfatiza-se o exercício da intuição e da imaginação, numa perspectiva de trabalho artesanal, enquanto condição fundamental para a liberdade do intelectual.

Cabe anotar que mesmo sabendo que, no trabalho de pesquisa social, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa - diverso do que se verifica no positivismo (MARTINS, 2004), a enorme variedade de fontes obtidas

qualitativamente reclama uma competência integrativa e analítica por parte do pesquisador que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva. Por sua vez, referindo-se à preocupação com o rigor acadêmico imanente à pesquisa qualitativa, assevera Laperrère (1997, p. 375 apud MARTINS, 2004, p. 295) que os parâmetros de sustentação e validade desses estudos derivam “da solidez dos laços estabelecidos entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos”.

Uma das grandes vantagens dos métodos qualitativos refere-se à flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados. No tocante à intuição, ou melhor, à interpretação dos dados na condução do esquema analítico a ser enfrentado durante a pesquisa, observa-se não se tratar de nenhum dom, mas, tão somente, “uma resultante da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador” (MARTINS, 2004, p. 292), com a adoção de procedimentos bem delimitados.

Como aponta Zanten (2004), o elemento-chave das análises qualitativas reside na credibilidade das bases empíricas de interpretações, de modo a assegurar a honestidade no tratamento do material empírico, permitindo a revisão crítica das análises. De fato, a credibilidade desta ou daquela interpretação qualitativa depende do grau de coerência com o corpo do conhecimento científico vigente e da capacidade do investigador para explicar, de forma plausível, suas análises, inclusive sugerindo intervenções corretivas. Nesse sentido, as interpretações dos dados coletados adviriam do movimento de vai-e-vem rigoroso, mas aberto, entre conceitos, pressupostos teóricos e evidências empíricas.

Desse modo, apresentada em linhas gerais a concepção teórico-metodológica que embasa este trabalho, cabe apontar de que modo podem-se alcançar os resultados obtidos, segundo a fundamentação teórica disposta no capítulo I em confronto com as fontes disponíveis.

Primeiramente, após o acesso ao conjunto de documentos relativos ao Pegadas, concomitante a apropriação dos referenciais teóricos que versam sobre as temáticas trabalhadas, verificou-se a necessidade de efetuar uma detalhada catalogação, a fim de que restasse possível a compreensão do programa em suas dimensões pontual e global (Anexo 4, Catalogação do ‘Banco de dados do Pegadas’). A referida catalogação consistiu na identificação dos arquivos disponíveis pela municipalidade amargosense, na leitura e classificação dos registros, bem



como a concentração por centro de ocorrência, isto é a versão inicial do Pegadas (referente à primeira edição do programa, no ano de 2005) ou em sua segunda edição no ano de 2009.

Cabe assentar que, embora as fontes disponibilizadas pela PMA tenham caráter público, optou-se por preservar, de algum modo, os registros dos participantes sem prejuízo de uma certa indicação de fonte para futuros trabalhos. Para tanto, nas tabelas presentes no texto desta pesquisa, fez-se uso apenas de prenomes ou apelido das pessoas que estiveram presentes em determinados momentos do Pegadas, impedindo assim o pronto reconhecimento dos sujeitos envolvidos no programa.

Dada a habitual escassez de fontes municipais para o trabalho de pesquisa acadêmica, seja pela ausência de dados em série histórica ou limitações discricionárias ao acesso impostas pelos gestores, o presente trabalho preocupou-se em construir um quadro analítico e amplamente descritivo acerca do Pegadas, a fim de que novos trabalhos possam servir-se do material disponibilizado pela prefeitura de Amargosa<sup>16</sup>.

Como se pode ver, a quase totalidade do conjunto de documentos que serviram à condução da pesquisa está disponibilizada à consulta no quadro de anexos deste trabalho, a fim de que novas pesquisas possam alcançar contribuições acerca do tema.

Importa ressaltar também que, como os documentos que se teve oportunidade de dispor para a presente pesquisa não receberam a devida publicação institucional, é crível que tendam a se perder ou cair no esquecimento social. Por conta disso, a perspectiva descritiva figurou com destaque na condução dos trabalhos, sem prejuízos das necessárias análises que também se seguiram.

Do ponto de vista operacional-metodológico, procurou-se resposta para as problematizações<sup>17</sup> da pesquisa, a partir da descrição procedimental do Pegadas. As análises que sucederam pautaram-se basicamente em três eixos analíticos: Atividades do Pegadas onde se verificavam ocorrências participativas e

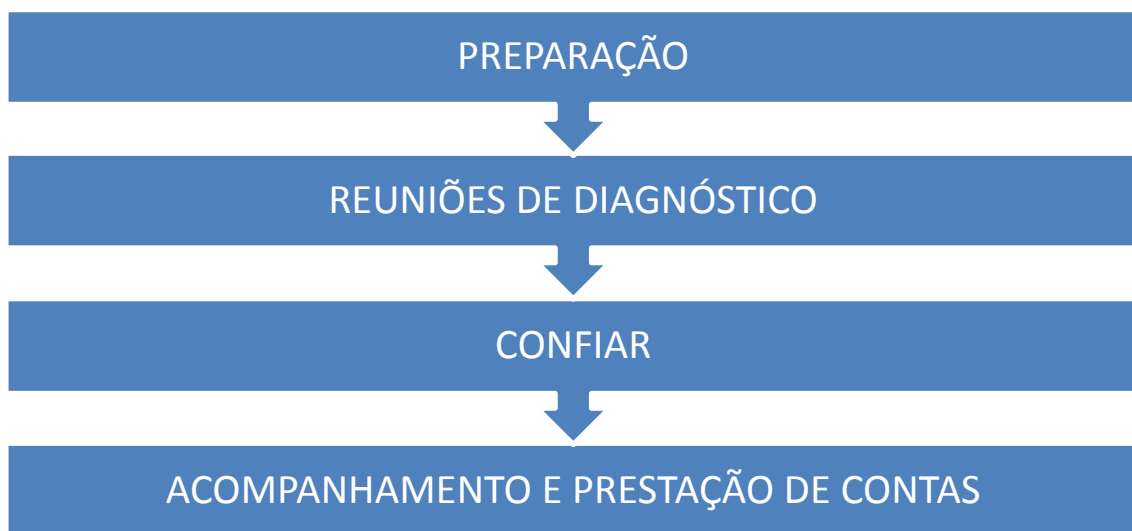
---

<sup>16</sup> Prova de tal intenção pode ser verificada do *quantum* de anexos disponibilizados.

<sup>17</sup> Conforme esposado anteriormente no Capítulo I, busca-se aqui compreender se o programa oportunizou espaços de interação aptos à ocorrência de uma prática pedagógica ligada ao exercício de democracia, no afã de que alcançassem o sentido coletivo das discussões e votações que ocorridas no Pegadas. Para a questão do planejamento, o trabalho buscou compreender se a metodologia adotada seguiu uma modelagem do tipo planejamento participativo, segundo ferramental teórico previamente abraçado. Por fim, buscou-se também compreender de que forma a participação e representação operaram-se no desenho metodológico do Pegadas.

representativas; Ocorrências do Pegadas em que os sujeitos debatiam a definição de demandas locais e municipais; e,verificação do passo-a-passo de atividades do Pegadas em confronto com as etapas que assinalam o Planejamento Estratégico Situacional - PES, método de planejamento, em consonância com os ditames teórico-participativos em que se procurou abraçar. Para tal, adotou-se a estratégia metodológica de agrupar os momentos de realização do Pegadas (2005-2008 e 2009-2012), da seguinte forma:

**Esquema 01 - FASES DO PEGADAS NAS DUAS VERSÕES DO PROGRAMA**



Fonte: Elaboração própria (2014).

Pormenorizando estes momentos, no intuito de enxergar com clareza cada uma das diversas atividades agrupadas, foi possível constatar as seguintes ocorrências.

Como se poderá contemplar mais adiante, os referidos momentos gerais suportam um conjunto de práticas capazes de munir o presente trabalho em favor dos objetivos aqui propostos. Assim, por fase de preparação, elegeu-se o momento em que os gestores municipais concentram atividades internas voltadas à elaboração do programa. Por reuniões de diagnósticos (aqui também denominadas de reuniões setoriais) vislumbram-se as ocorrências ligadas ao levantamento de dados do Pegadas. Tal momento é marcado pela oitiva social das comunidades urbanas e rurais com o fito prioritário de criar um quadro de demandas. Nesse contexto, após processo dialógico local, a própria comunidade pode listar o rol de

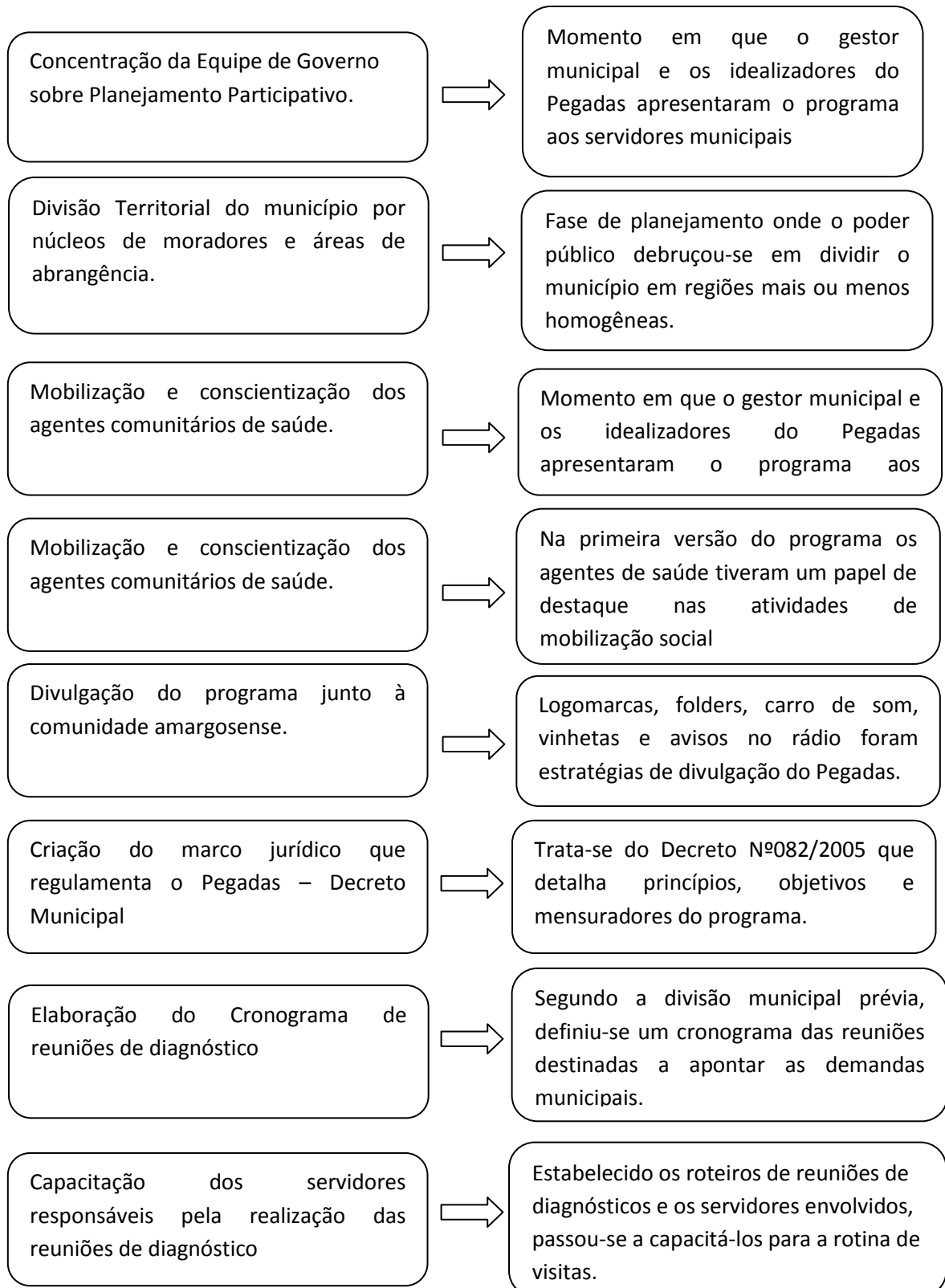
necessidades a serem enfrentadas juntamente com o poder público nos anos que seguiram.

Em seguida, na fase da Confiar, apontou-se o momento em que o conjunto de demandas surgidas nas reuniões de diagnósticos, já devidamente sistematizadas, foram apreciadas pelos participantes da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR, a fim de que fosse aprovado um mapa de demandas sociais do município, com ordem de prioridades, para conduzir as ações do executivo municipal nos anos que se seguiram; Por fim, no momento seguinte do Pegadas elegeram-se as ocasiões destinadas ao monitoramento do programa através da eleição de alguns representantes da Confiar, bem como o momento de prestação de contas das demandas elencadas (tal ocorrência apenas se verificou no ano de 2009 em relação à Confiar de 2005).

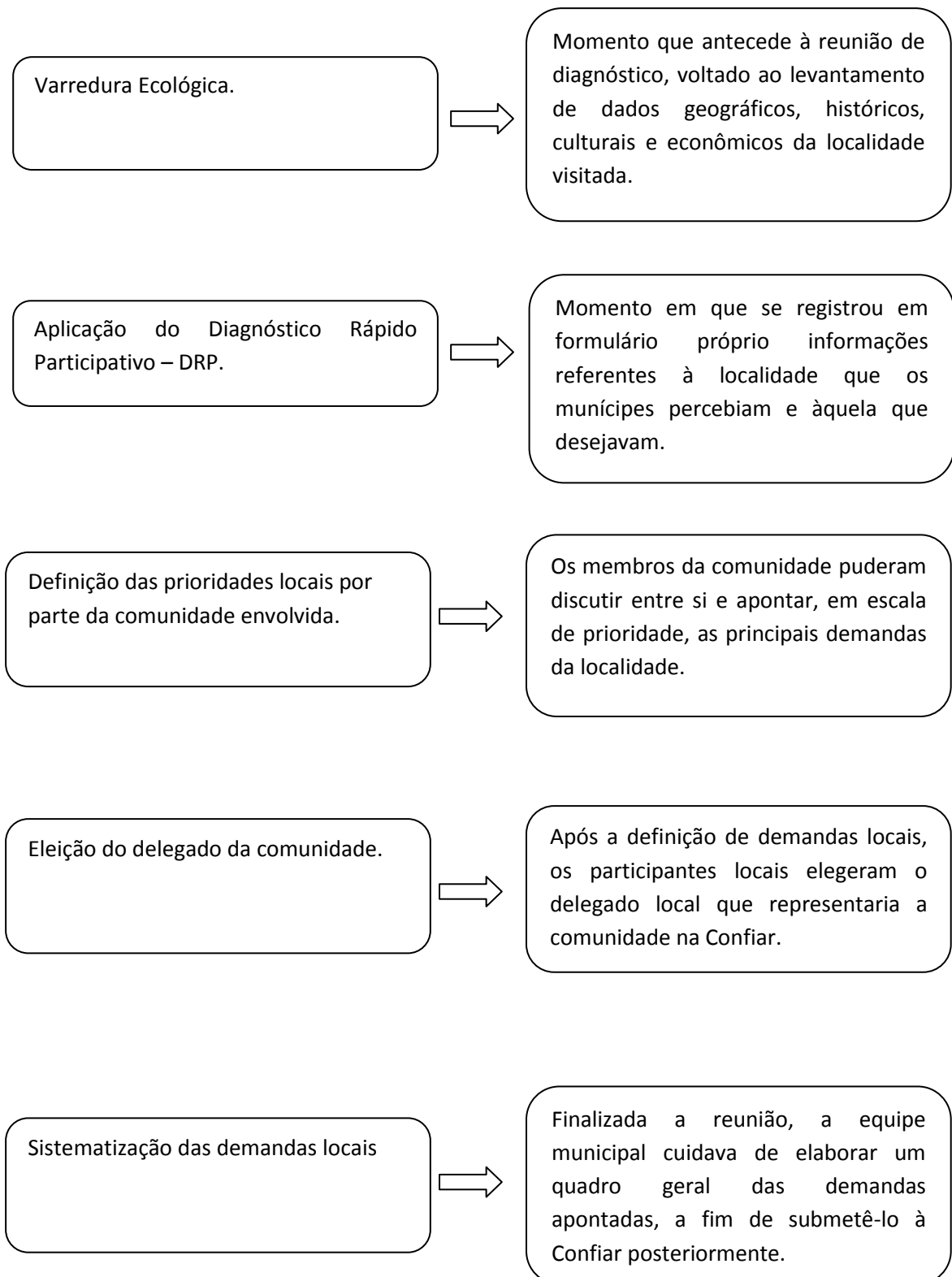
Em continuidade à descrição metodológica da presente pesquisa, passou-se a pormenorizar cada um dos momentos acima, no intuito de enxergar com clareza cada uma das diversas atividades agrupadas no seu entorno. Assim, conforme quadro esquemático abaixo, foi possível constatar as seguintes ocorrências:

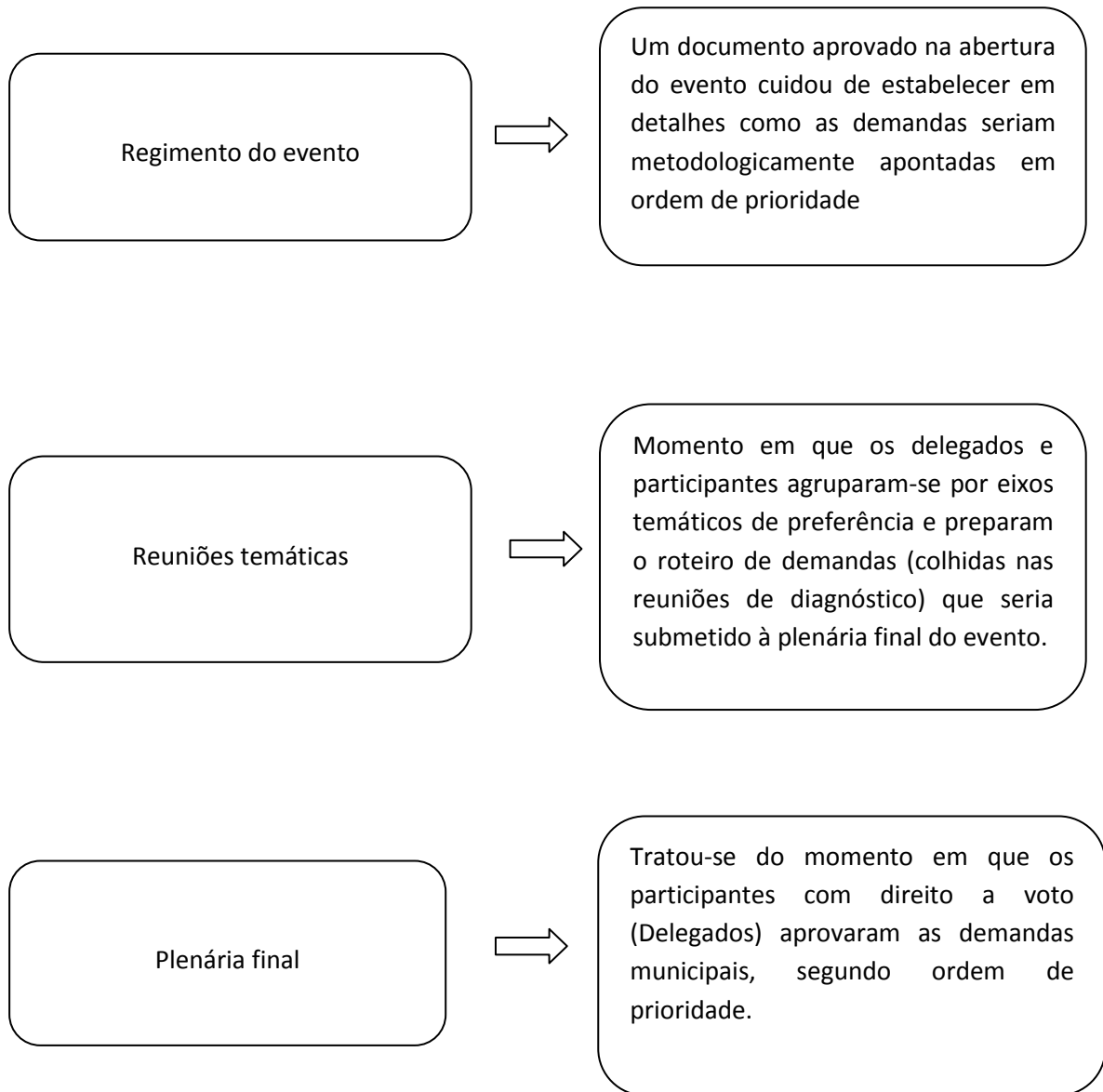
## QUADROS ESQUEMÁTICOS DO PEGADAS

### FASE DE PREPARAÇÃO

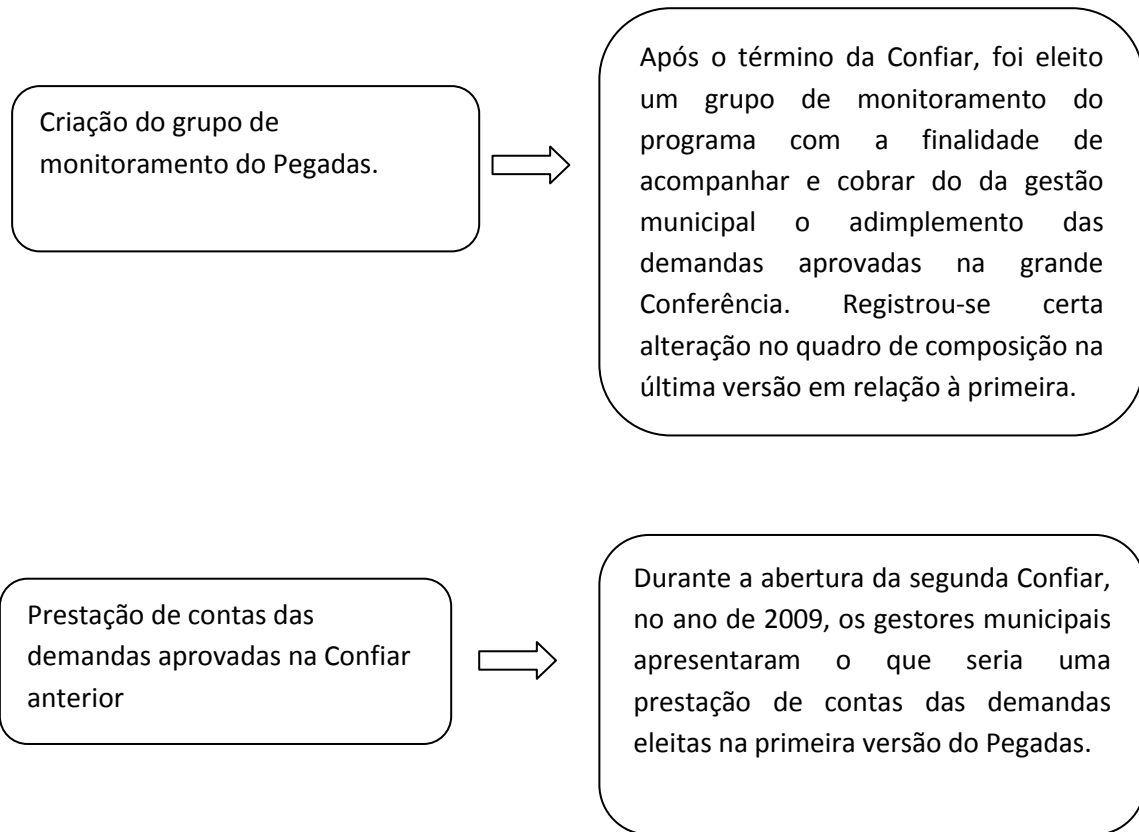


## FASE DE REUNIÕES DE DIAGNÓSTICO



**FASE DAS CONFIAR´S**

## FASE DE ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS



Após leitura e análise prévia dos documentos disponibilizados pelo município de Amargosa, chegou-se à identificação dos quadros acima, cujo detalhamento proceder-se-á no capítulo seguinte.

Para melhor consecução da pesquisa, a divisão do Pegadas em fases e a consequente subdivisão em atividades serviram para que se pudesse ter um quadro panorâmico do programa, bem como buscar o conjunto de atividades pormenorizadas que servissem de indicativos às questões problematizadas teoricamente. Deste modo, como pode ser observado no trabalho, buscou-se apontar no escopo metodológico do Pegadas, ocorrências favoráveis ou não a práticas democráticas participativas capazes de estimular nos indivíduos a inter-relação entre demandas locais e gerais, exercitando assim o efeito pedagógico da democracia de que trata Pateman (1992). Ademais, o detalhamento do Pegadas em fases possibilitou também o enfrentamento da questão da pesquisa ligada ao atendimento dos requisitos esposados por Gandin (2001), no que tange à ocorrência de um Planejamento do tipo participativo.

## **5OPEGADAS: Gestões 2005 a 2008 e 2009 a 2012**

Esposadas as condições sócio-históricas em que se insere o Pegadas no município de Amargosa - Bahia, bem como a forma com que serão analisadas suas fontes de pesquisa, cumpre neste capítulo encetar um aprofundamento acerca do caso concreto.

Conforme apontado anteriormente, o Pegadas – Plano estratégico de gestão e afirmação democrática para uma Amargosa Sustentável – insere-se na Administração do município de Amargosa na condição de ferramenta institucional supostamente capaz de conduzir ao macroplanejamento da cidade, bem como promover e estimular a participação dos cidadãos nos desígnios do agir estatal.

Insta consignar que as informações a seguir foram coletadas junto à Administração municipal de Amargosa no ano de 2012. Tais fontes dizem respeito a um conjunto de relatórios referentes ao programa, disponibilizados em formato digital e confeccionados pelos idealizadores e executores do Pegadas, Aurélio Carvalho e Raul Lomanto. Apesar de muitos arquivos não estarem em versão final ou ainda não terem sido alvo de publicação, correspondem ao conjunto de documentos que compõem o banco de dados do Pegadas, conjunto centralizado de informações relacionadas ao programa que pertence ao município de Amargosa.

### **5.1.O PEGADAS:Considerações preliminares e marco normativo**

Inicialmente, convém frisar que o programa em baila esteve em voga na municipalidade amargosense durante as gestões 2005-2008 e 2009-2012. De modo geral, a metodologia empregada nas duas versões foi a mesma, restando pontuais alterações a serem evidenciadas mais à frente. Nas duas versões do Pegadas, foi possível contemplar a estruturação de um programa marcado por delimitações principiológicas, objetivos definidos e indicadores prévios, de modo que pleiteou traçar os caminhos a serem percorridos pelo município.

No tocante aos princípios orientadores do Pegadas, segundo se extrai do relatório de atividades disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Amargosa - PMA, pode-se constatar a eleição dos seguintes eixos orientadores para o programa:



Democracia; Participação Popular; Equidade e Transparência na Aplicação dos Recursos Financeiros.

Conforme se observa do mencionado relatório, a questão do planejamento foi apontada enquanto dimensão nevrálgica para o rumo da gestão municipal, tanto do ponto de vista da participação popular, quanto do ponto de vista do alcance da eficiência e da eficácia das ações do governo (AMARGOSA, 2005). Nesse sentido, o programa assinala a convicção de implantar um processo de planejamento participativo, disposto a transformar as relações entre o poder público e a população, no sentido de criar e fomentar espaços para o exercício da democracia participativa. Tal postulado coaduna com a justificativa apresentada pelos idealizadores do Pegadas no que tange ao combate às ditas “velhas formas de governar”, as quais estariam baseadas em laços políticos marcados pelo personalismo e pelo paternalismo político (ocorrências apontadas como razões para a exclusão do povo dos espaços de decisão pública).

Assim, sob o farol dos princípios norteadores acima elencados, o programa em análise apresenta o propósito de construir uma gestão participativa que elevaria a autoestima do povo e serviria para informar à população o volume de recursos disponível na municipalidade. Segundo pensou a gestão municipal em análise, o povo e o poder público elencariam as prioridades por meio de audiências públicas, que contariam com os segmentos sociais mais diversos, impactando decisivamente na aplicação dos recursos públicos e hierarquização de ações/obras prioritárias.

O termo “emancipatório” surge nos relatórios do Pegadas para descrever o propósito de fortalecer a democracia local, com vistas a suscitar nos cidadãos a importância do desenvolvimento sustentável. A preocupação com a sustentabilidade foi também exposta para traduzir a garantia de continuidade e fruição dos recursos existentes no município pelas populações atuais e futuras.

No tocante ao rol de objetivos elencado pelo Pegadas, pode-se descrever o seguinte:

**Construir o Plano Plurianual** - PPA e a Lei de diretrizes orçamentárias - LDO com participação da sociedade (Tais diplomas normativos representam ferramentas de planejamento da Administração Pública. A partir de levantamento de demandas efetivado pelo Pegadas, o município de Amargosa esperou

efetuar um planejamento mais atento às reais carências da cidade, diferente das habituais práticas de gestão, onde se observa a realização de PPA's e LDO's em gabinetes técnicos, isto é, distante da realidade efetiva vivida pelos cidadãos);

**Integrar todos os setores da administração municipal** (Esperava a gestão criar espaços para que, diante do quadro de demandas locais, pudessem as Secretarias do município agir em conjunto para a solução de problemas);

**Ampliar Controle Social nas Contas e Investimentos Públicos do Município de Amargosa**(A partir do Pegadas, os sujeitos passariam a ocupar instâncias decisórias que os colocariam em espaços de interação constantes com o poder público, de modo que os gestores teriam que, em suas ações cotidianas, atentarem-se às demandas apontadas pela população);

**Elaborar a Agenda 21 de Amargosa**(Criada em 1992, a partir da reunião mundial sobre meio ambiente, denominada ECO 92, a Agenda 21 trata-se de um documento onde seus signatários mundiais estabeleceram a necessidade de os países refletirem, global e localmente, sobre a forma pela qual todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais);

**Criar/Fortalecer espaços democráticos de discussão e inserção popular nas decisões da Administração Municipal**(Para esse objetivo, o Pegadas reveste-se de significado político efetivo, ao criar condições para que a Gestão Municipal reconheça a carência de legitimidade da plenitude de suas decisões, de forma a colher dos cidadãos as demandas e a definição de prioridades a serem enfrentadas pelo governo local e a sociedade amargosense).

Apona a gestão amargosense, através dos relatórios investigados, que tais objetivos tinham o propósito de estimular os canais de interação estado - sociedade e tornar a questão do planejamento a pedra-de-toque do governo, reduzindo assim o

peso das condutas discricionárias tradicionalmente conduzidas pelos gestores. Ainda, o Pegadas traz no projeto a preocupação em alcançar um conjunto de produtos supostamente aptos a retroalimentar os canais participativos e subsidiar a implantação das políticas públicas, a saber:

Diagnóstico Atual de Amargosa, aspectos naturais, sociais, econômicos e culturais;  
 Plano Participativo Inter-setorial para Implementação nos próximos 04 anos;  
 Confecção de livros e material didático sobre a Historia, Cultura e Geografia de Amargosa, contada sob o ângulo de seu povo;  
 Georreferenciamento Territorial do Município; Plano Diretor da Cidade;  
 Mapeamento de Áreas de Reserva Permanentes;  
 Mapeamento estratégico das Águas no Município.  
 (AMARGOSA, 2005).

Por conseguinte, pode-se apontar que o Pegadas elegeu um conjunto de indicadores que objetivavam alcançar níveis de mensuração supostamente capazes de propiciar meios de acompanhamento e aferição das atividades do Pegadas. São os indicadores:

Participação de 10% da população até Conferência;  
 Ampliação dos Conselhos Municipais;  
 Melhoria qualitativa na atuação dos Conselhos Municipais; Implementação dos Fóruns de Participação Popular de Moradores e/ou Categorias;  
 Redução de indicadores de mortalidade infantil, criança fora da escola, taxa de analfabetismo;  
 Aumento do PIB municipal; Aumento do IDH de Amargosa.  
 (AMARGOSA, 2005).

No tocante à metodologia do planejamento estratégico e participativo em tela, segundo relatório de atividades fornecido pela Prefeitura Municipal de Amargosa, o Pegadas operacionalizou-se em três momentos:

Inicialmente, verificou-se a construção e afinamento da proposta com a equipe de governo, com envolvimento dos agentes sociais e agentes comunitários de saúde enquanto mobilizadores/divulgadores do Pegadas;

Em seguida, ocorreram as Reuniões nas comunidades rurais e urbanas, denominadas reuniões setoriais, destinadas a operacionalizar o levantamento de demandas;

Por fim, a terceira etapa do programa consistia numa Conferência com propósito de eleger um plano de prioridades a serem enfrentadas pelo poder público e pela sociedade amargosense.

(AMARGOSA, 2005).

Tais momentos configuram um complexo quadro de ocorrências, cuja análise reclama prévia descrição pormenorizada, a fim de que se possa compreender com maior propriedade o sentido e alcance do programa. Nessa perspectiva, passa-se à descrição dos dados e informações obtidos referentes ao Pegadas, a fim de demonstrar como as três fases (Planejamento, reuniões setoriais e Conferência) se processaram durante as duas versões ocorridas nos anos de 2005 e 2009.

Do ponto de vista da regulamentação jurídica, descreveu-se a institucionalização do Pegadas através do Decreto Municipal Nº082/2005<sup>18</sup>, que estabelece já em seu Art. 1º:

Art. 1º - Fica Declarado e Instituído o processo de planejamento participativo com vistas a construir o PLANO POPULAR ESTRATÉGICO DE GESTÃO E AFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA POR UMA AMARGOSA SUSTENTÁVEL, doravante denominado de PEGADAS, estabelecido enquanto política pública norteadora por um prazo de 10 anos do Município de Amargosa o PEGADAS (AMARGOSA, 2005).

O Decreto Nº082/2005 trata-se de um documento onde é possível contemplar os princípios norteadores, os objetivos e justificativa do programa, também verifica-se descrição de que modo ocorreria a operacionalização do mesmo. Com o suposto motivo de promover o envolvimento do Poder Legislativo, a apresentação do Pegadas e divulgação do decreto em baila ocorreram na Câmara de Vereadores de Amargosa.

---

<sup>18</sup>ANEXO 5 – Decreto Nº 082/2005, que implementa o Pegadas no ordenamento jurídico municipal.

## 5.2.O PEGADAS – Duas edições

A leitura da documentação disponibilizada pela prefeitura de Amargosa informa ter havido uma preocupação em estabelecer relação dialógica junto aos representantes da sociedade civil organizada (associações de bairro e de moradores e sindicatos) no intento de promover a execução do Pegadas de uma forma mais bem articulada.

No intuito de que seja alcançada uma visão mais didática acerca do tema, será apresentada logo abaixo a descrição pormenorizada do Pegadas a partir das duas edições em que o mesmo se operacionalizou 2005-2008 e 2009-2012, bem como seguindo o arquétipo metodológico verificado no capítulo anterior, qual seja: Planejamento e Reuniões de Diagnóstico; Confiar, Avaliação e acompanhamento.

### 5.2.1.O planejamento - construção e afinamento da proposta com a equipe de governo

As atividades ligadas à fase de planejamento do Pegadas foram descritas como sendo: A Concentração da Equipe de Governo sobre Planejamento Participativo, com o intento de sensibilizar a gestão municipal para a importância da interação Estado x sociedade, através de reuniões envolvendo servidores municipais de diversas secretarias, para que o Pegadas fosse apresentado e também discutido no tocante aos resultados a serem alcançados e à forma com que seria operacionalizado; Indicação da equipe de trabalho de campo, isto é, definição dos servidores que dedicariam parte de sua jornada laboral para execução do programa; Divisão Territorial do município por núcleos de moradores e áreas de abrangência, ocasião em que se alega ter ocorrido a subdivisão do município, segundo os bairros e comunidades rurais existentes. Nesse último caso, com o fito de reduzir o grande número de reuniões que seriam necessárias para abarcar todo o município, ocorreu o agrupamento de algumas comunidades, segundo características de aproximação geográfica e ou identitárias, conforme se pode ver do anexo 6<sup>19</sup> (Divisão municipal por comunidades).

---

<sup>19</sup> A título de exemplo, conforme se vê no anexo 6, o núcleo comunitário denominada Corta-Mão recebeu o agrupamento de comunidades vizinhas como “Roda D’Água”, “Tamanduá”, “Tabuleiro Grande De Corta Mão” e “Baixa Alegre”.

Por último, através das oficinas com Agentes Comunitários de Saúde, que ocorreram somente da primeira versão do Pegadas (2005), teria havido a preocupação em formar mobilizadores sociais que divulgariam o programa.

Para a implantação da primeira versão do Pegadas, no ano de 2005, cuja logomarca segue abaixo, pode-se anotar que, finalizados os trabalhos de idealização do programa, no mês de fevereiro foi iniciada a capacitação dos servidores envolvidos, por meio de oficinas (em especial com os Agentes comunitários de saúde). Segundo destaca a gestão municipal, a maior parte dos servidores aderiu à concepção do programa, de modo que se empenharam nas atividades de mobilização das comunidades para as reuniões de diagnóstico (reuniões setoriais).

**Imagem 03** - Logomarca da 1º versão do Pegadas(2005)



Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa (2005)

Alega o executivo amargosense que, após a publicização do Pegadas, a sociedade amargosense pôde tomar conhecimento do processo de planejamento participativo em curso. Para além disso, convites por meio de carro de som e rádios locais, folder e a mobilização dos agentes comunitários foram os principais meios de divulgação de que gozou o Pegadas<sup>20</sup>.

Observa-se ainda nos registros disponibilizados pelo poder público municipal que, antes das reuniões setoriais junto às comunidades, coube a uma oficina de treinamento servir de laboratório ao grupo de colaboradores que conduziram as reuniões do pegadas, a fim de se prepararem para a rotina de encontros que se

---

<sup>20</sup> Ver anexos 7 e 8 – Folder de divulgação do Pegadas e convite transmitido através de carro de som, uma das formas mais eficientes de garantir publicidade em municípios de pequeno porte.

seguiria. Segundo apontaram os idealizadores os programas, a ideia foi repensar os tradicionais modelos de diagnósticos utilizados por consultorias. Para tanto, alega a gestão municipal ter elaborado um formulário denominado DRP (diagnóstico rápido participativo), a partir de um conjunto de técnicas esparsas.

A planilha de registro aponta para um resumo das reuniões setoriais, onde se preenchem as seguintes informações: O que incomoda a comunidade?; Por que acontece/existe o problema?; A quem compete?; Responsável e prazo?. Ademais, pode-se verificar de modo detalhado a existência de um roteiro que supostamente serviu à condução das reuniões setoriais, conforme sequência orientativa a seguir<sup>21</sup>:

1 -Dividir por grupo de idade, solicitar que conversem sobre a vida do grupo, quando mais jovens e a vida atualmente, tentando identificar o que mudou e porque mudou (percepção crítica da História). Após a discussão o grupo escolhe uma pessoa para apresentar os resultados.

2 -Dar papel madeira para que o grupo desenhe sua comunidade, identificando a estrutura física e geográfica.

3 -Estimular o debate no grupo, fazendo mais perguntas que dando opinião, observando o roteiro de Perguntas Geradoras. (AMARGOSA, 2005).

Como parte da proposta de planejamento estratégica, o Pegadas teria também proposto a elaboração de um censo municipal, destinado a colher um grande número de informações nas comunidades urbana e rural. Conforme anexo 11 (Formulário de entrevista censitária rural),o diagnóstico destinado às populações rurais trazia uma série de perguntas ligadas à renda, produção, envolvimento sindical, fomento agrário, escolaridade, entre outros, de modo que o formulário contava com 7 (sete) páginas de perguntas. No caso do diagnóstico utilizado para as comunidades urbanas (anexo 12, Formulário de entrevista censitária urbana), tratou-se de formulário bem mais reduzido com 4 (quatro) páginas, voltado a identificar os diversos perfis sociais que compunham a sociedade amargosense da época.

Após coletadas e tabuladas, as informações supostamente serviriam para munir o planejamento de políticas públicas a serem desenvolvidas pelas secretarias

---

<sup>21</sup> No anexo 9, “Roteiro para reuniões de diagnóstico” é possível observar a preparação teórica para atuação dos servidores que realizariam as oitavas sociais. Já o anexo 10, “Planilha de registro”, traz a forma com que o poder publicou procurou sistematizar as falas dos participantes nas reuniões de diagnóstico.

municipais. Para este censo municipal ligado ao Pegadas, não se obtiveram registros dos dados colhidos e/ou eventualmente tabulados.

Esboçada em apertada síntese, a metodologia que subsidiará as análises do presente trabalho, cumpre, a seguir, descrever com maiores detalhes as fases de operacionalização do Pegadas (Reuniões de diagnóstico e Conferência Integrada de Amargosa), onde se poderá verificar a materialização metodológica do programa.

#### *5.2.1.2 Reuniões de diagnóstico (período 2005-2008)*

Após as capacitações da equipe de campo e a definição das estratégias de levantamento de dados, a partir do roteiro de abordagem (anexo 9), observa-se a realização das reuniões de diagnóstico, segundo a divisão territorial previamente traçada (Anexo 13, Cronograma de reuniões – Pegadas 2005). Antes que as reuniões setoriais ocorressem, aponta-se ter havido a realização de atividades de mobilização, através de convites feitos pelos Agentes Comunitários de Saúde, distribuição de *folders*, comunicado nas escolas municipais e veiculação de convite no carro de som.

Após a divulgação do dia, horário e local das reuniões, a partir do mês de abril de 2005, teve início a fase de levantamento de dados do Pegadas através das reuniões setoriais ou reuniões de diagnóstico (originariamente, essas reuniões foram também denominadas de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP). Nesse momento, as equipes responsáveis pela condução dos trabalhos de levantamento de demandas tinham por objetivo visitar as comunidades para realizar, previamente, o que se denominou de “varredura ecológica”, e, em seguida, colher dos moradores locais o conjunto de prioridades a serem enfrentadas pelo poder público nos anos seguintes.

No tocante à varredura ecológica, observa-se que a mesma ocorria sempre no diurno e consistia em fotografar as paisagens naturais, os eventuais casos de degradação ambiental, o sistema produtivo, além de entrevistar os cidadãos mais velhos para fazer um levantamento da cultura e da história do local, além de identificar as rezadeiras e os artistas da localidade alvo da visita, como se vê das imagens abaixo:



**Imagem 04:** Varredura ecológica.**FONTE:** PMA(2005)

As referidas varreduras faziam parte do que os organizadores do Pegadas chamavam de “travessia”, momento apontado como uma metodologia de diagnóstico participativo que permite obter informação sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos etc. A travessia, segundo afirma a gestão amargosense, é realizada por meio de uma caminhada linear, que percorre um espaço geográfico com várias áreas de uso e recursos diferentes. Ao longo da caminhada se anotam todos os aspectos que surgem pela observação dos participantes em cada uma das diferentes zonas que se cruzam.

No tocante ao Pegadas, a travessia funcionou da seguinte forma: os integrantes da equipe de diagnóstico chegavam à comunidade onde seria realizado a reunião e percorriam toda a comunidade visitando os moradores e lembrando do horário da reunião, nesse momento eram feitas observações e anotações nos cadernos de campo sobre as visualizações e percepções

Após a fase da varredura ecológica, a reunião envolvendo a equipe do Pegadas e a comunidade visitada era realizada em espaços públicos, quase sempre escolas municipais. Em algumas regiões observou-se que os encontros ocorreram na residência de moradores, não se sabendo precisar se em razão da ausência de

espaços públicos próximos ou se em função de eventuais acordos envolvendo lideranças locais e a equipe da gestão municipal.

Cabe apontar que restou prejudicada a tentativa de identificar a relação nominal das equipes que conduziram as reuniões setoriais da versão 2005, visto que tal informação não foi disponibilizada no material cedido pela PMA.

Durante as reuniões setoriais, alega a gestão municipal, nos relatórios do Pegadas, ter observado a seguinte metodologia: Abertura com uma oração ou um canto à escolha da comunidade. Explicação aos participantes do que é o Pegadas, sua importância e de que forma seria a conduzida a reunião, nos seguintes termos:

Divisão dos participantes em grupos de homens, mulheres e jovens;  
Conversa sobre a cidade que a comunidade quer, expondo não só os problemas, mas os pontos positivos, através de um painel;  
Troca de informações, mediante a apresentação dos painéis produzidos pela comunidade;  
Estimulo ao debate sobre as causas, sintomas e efeitos dos problemas identificados, priorizando as ações, corretivas segundo as responsabilidades e os prazos;  
Elaboração do Diagrama de Venn<sup>22</sup> com todos os participantes, a fim de identificar as instituições mais próximas das pessoas e as interrelações estabelecidas;  
Escolha dos representantes que serviriam de delegados representantes da comunidade na Conferência Integrada de Amargosa. (AMARGOSA, 2010).

Os encontros representavam o momento em que os indivíduos participantes discutiam entre si problemas e as dificuldades que afligiam a comunidade visitada. Tratou-se de ocasião onde um certo consenso deveria ser alcançado, a fim de que fossem indicados os principais aspectos locais a receberem a intervenção do poder público, bem como a ordem de prioridade existente entre as demandas. Alegam os organizadores do Pegadas que, apesar da presença e participação da equipe governamental, coube aos participantes o exercício do diálogo necessário para que fosse alcançado o quadro de demandas locais de forma autônoma. Foi também

---

<sup>22</sup> Por Diagrama de Venn entende-se o método de agrupamento de ideias a partir de círculos que possuem a propriedade de representar relações entre conjuntos. Também pode ser utilizado no estudo da Estatística, a fim de organizar e analisar dados colhidos em pesquisas de opinião. No Pegadas, observa-se que seu propósito foi representar o conjunto de demandas incomuns existentes nas comunidades.

registrado que souberam os participantes que aquelas demandas seriam ainda submetidas a uma plenária maior envolvendo um conjunto de demandas da cidade, a fim de que se obtivesse um rol de prioridades cada vez mais enxuto e exequível.

O conjunto de demandas colhidas nas comunidades foi sistematizado sob a forma do anexo 14 (Sistematização de demandas - 2005), apresentando as carências comunitárias, onde os participantes poderiam externar sobre a comunidade que tinham e a que queriam, como pode ser observado no exemplo abaixo, referente à comunidade urbana de São José<sup>23</sup>:

**Tabela 04 – Sistematização de dados comunidade urbana do São José na data de 15/07/2005 - ANEXO 14.**

| <b>A COMUNIDADE QUE TEMOS</b>    |   |
|----------------------------------|---|
| Homens                           | Escolas públicas deficientes, hospital mal equipado, estradas mal consertadas, esgoto a céu aberto, pouca segurança, mercado mal organizado.  |
| Mulheres                         | Uma cidade muito carente de: escolas com professores capacitados, educação, saúde, lazer, justiça, empregos, saneamento básico, iluminação, médico nos postos de saúde, medico para visitas domiciliares, transparência nas contas da prefeitura, casa populares. Enfrentamos dificuldades para marcar fichas e sermos atendidos.   |
| Jovens                           | Meninos de rua, orelhões quebrados, iluminação muito fraca, não temos pracinha para brincarmos, temos escola, igreja, mercados, vendinhas, lojas, oficinas, bar, delegacia e casas. Temos escolas boas, mas faltam as merendas escolares.   |
| <b>A COMUNIDADE QUE QUEREMOS</b> |   |
| Homens                           | Uma boa saúde, educação de boa qualidade, cursos de especialização profissional, melhoria na iluminação pública, indústria, PSF (São José), rede de esgoto, geração de empregos, segurança pública, melhoria no transporte escolar, um cemitério, sede comunitária, mais área de lazer.   |
| Mulheres                         | PSF, iluminação, orelhão, pracinha no Loteamento Bandeirantes, Saneamento básico, melhor policiamento para a cidade, fábricas, acabar com a invasão no campinho da Urbis I, oficina para os jovens, cursinho pré-vestibular gratuito, professor especializado para deficientes, cursos profissionalizantes, clínica especializada para mulheres, atenção aos moradores de rua, esporte para os jovens e crianças, exames de média complexidade, posto policial, policiamento nas ruas, creche nos bairros, delegacia das mulheres, universidade pública, segurança nas escolas, oportunidade de trabalho para os jovens, Estatuto da Criança e do Adolescente funcionando, festa, cinema, teatro, parque recreativo, rede de esgoto para Av. Abelardo Veloso. |
| Jovens                           | Paz, melhores escolas (organizadas e com merenda), orelhões prestando, jardim, uma pracinha para a gente brincar, um clube, abrigar os meninos de rua, calçamento das ruas, iluminação, policiais nas ruas, mais garis, mais higiene, um posto de saúde no bairro São José.   |

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Amargosa(2014).

<sup>23</sup> Sistematização de dados colhidos na reunião de diagnóstico do Pegadas na comunidade urbana do São José na data de 15/07/2005 - ANEXO 14.

Ademais, como se observa do anexo 15 (Relatório de dados colhidos - 2005), é possível destacar, a título de exemplo, outra modalidade de sistematização dos dados colhidos nas varreduras ecológicas e reuniões de diagnósticos, referente ao Núcleo Comunitário, denominado “Palmeira”, em que se descreve o histórico da região, a localização geográfica, a produção agrícola, os problemas enfrentados com a saúde, meio ambiente e os delegados eleitos pela comunidade (no caso, Laurindo Santos Almeida e João Nilton Souza Maia) para representarem as demandas da comunidade na Conferência de sistematização de demandas municipais, da qual se falará mais a seguir.

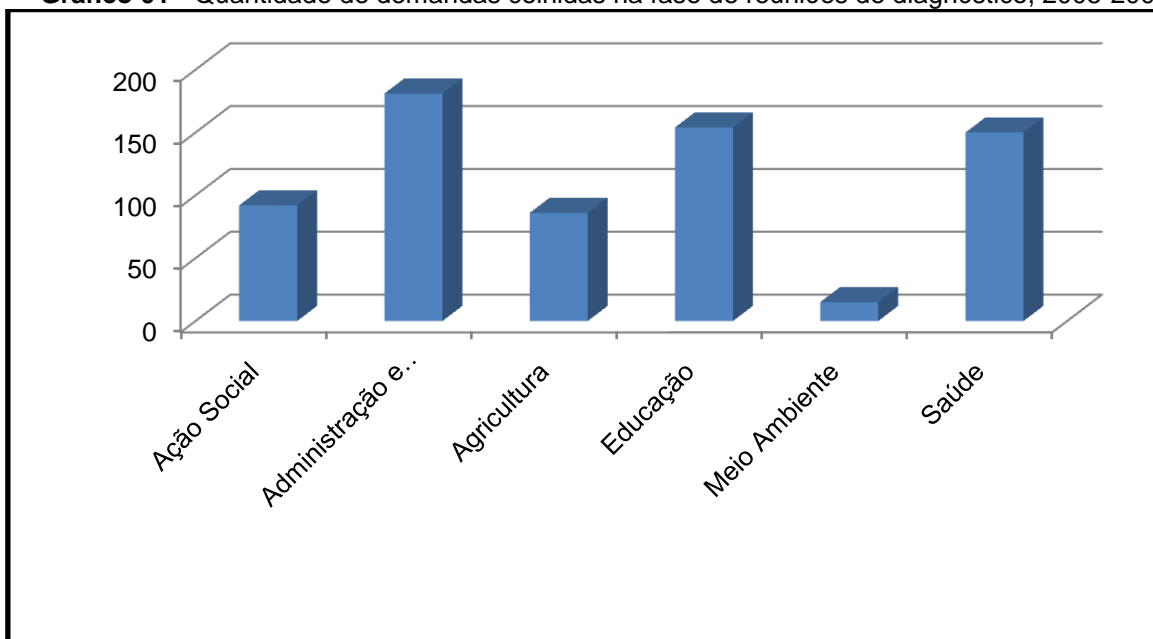
No total, a fase de reuniões durou seis meses (abril a setembro de 2005) e acumulou 54 encontros, sendo 36 na zona Rural e 8 na zona urbana. Participaram dos encontros 211 mulheres e 48 homens, perfazendo assim 259 pessoas envolvidas, não se conhecendo o total de jovens ou mesmo a que faixa etária ao qual o conceito se ligava.

**Imagem 05-** Reuniões setoriais do Pegadas.



**Fonte:**PMA (2005).

O conjunto de demandas levantadas nas reuniões setoriais foram agrupadas em 6 (seis) eixos temáticos, quais sejam, Ação Social, Agricultura, Educação, Infraestrutura, Meio ambiente e Saúde, nos termos do quadro a seguir, onde se pode observar também o volume quantitativo de demandas por eixo temático.

**Gráfico 01** - Quantidade de demandas colhidas na fase de reuniões de diagnóstico, 2005-2008.

Fonte:AMARGOSA(2005).

Como se extrai do quadro acima, a infraestrutura correspondeu ao eixo que mais acumulou demandas, seguida de educação e saúde. Segundo o quadro de demandas que ensejou o gráfico acima, ocorreu certa concentração de requisições gerais em torno da temática infraestrutural. Assim, causas ligadas à segurança pública, telefonia e saneamento estiveram ligadas à infraestrutura. De outra face, o eixo temático do Meio ambiente acumulou a menor quantidade de ocorrências ao longo das reuniões que se sucederam.

A partir do levantamento de demandas provenientes das reuniões de diagnóstico e das “varreduras ecológicas”, observa-se a construção de alguns produtos ligados ao Pegadas que, para seus idealizadores, configuram a expansão do programa para além de sua função de planejamento participativo tradicional. Dentre tais produtos, pode-se destacar:

- Quadro toponímico das regiões da cidade (Anexo 16);
- Relatório detalhado de demandas sociais por comunidade (Anexo 17);
- Relatório ecológico e cultural do município (não sistematizado);
- Censo municipal (resultados não disponibilizados).

Segundo os idealizadores do Pegadas, os referidos documentos teriam disponibilizado ao Chefe do Executivo e sua equipe de governo um conjunto de informações aptas a conduzir o planejamento e execução das políticas públicas ao longo dos anos. Apesar de tal assertiva, no banco de dados do Pegadas não se colheram dados para constatar a afirmação.

### 5.3.O PLANEJAMENTO - construção e afinamento da proposta com a equipe de governo


Para a nova edição do Pegadas, foram contempladas as alterações a seguir expostas. Inicialmente, pode-se perceber que a divisão das equipes de levantamento de dados foi mais formalmente compactada. Isto é, foram indicados três grupos, contendo representantes como sendo representantes das secretarias municipais existentes. Os grupos possuíam a seguinte formação: Grupo A: dois engenheiros agrônomos, uma técnica agrícola e uma assistente administrativa; Grupo B: dois engenheiros agrônomos, um fiscal de saúde pública e um assistente social; e Grupo C: uma engenheira agrônoma; um técnico agrícola e um enfermeiro. Pelo que se percebe em relação à versão de 2005, houve, em 2009, maior constância na presença dos representantes do poder público nas reuniões setoriais, visto que as equipes já estavam devidamente agrupadas para toda a fase de coletas de demandas.

Feita essa divisão, segundo os organizadores do programa, ocorreu a apresentação do Pegadas aos agentes de saúde, com o intuito de evidenciar tratar-se de uma segunda edição. Cabe apontar que, nesse momento, os líderes comunitários são descritos enquanto responsáveis também pelo sucesso da mobilização da população urbana e rural para as reuniões setoriais. Novamente, verifica-se a montagem de um calendário sistemático de reuniões, estabelecendo datas, locais, responsáveis pela mobilização local (agentes de saúde e lideranças comunitárias), e equipes de levantamento de dados (Grupos A, B e C)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup>Vide anexos 18, Cronograma de reuniões de diagnóstico – Pegadas 2005, e 19, equipe do Pegadas responsável pelas reuniões de diagnóstico durante o Pegadas – 2º passo.

**Imagem 06** - Parte do cronograma de reuniões do Pegadas – 2º EDIÇÃO

|  <b>Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável</b><br>Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – Bahia.<br>Fone: (75) 3634-3977 |   |  |  |                |
|--|---|--|--|----------------|
| <b>Cronograma de Reuniões do PEGADAS - 2º Passo</b>  |   |  |  |                |
| <b>Data</b>  | <b>Localidades</b>  | <b>Agentes ou Líderes comunitários</b> | <b>Local de reunião</b>                                | <b>Equipes</b> |
| 01/04  | Gentio e parte da lagoa do São João                         | Lili                                   | Igreja Santo Antônio                                   | ABC            |
| 02/04  | Três Lagoas   | José Edson                             | Escola   | ABC            |
| 06/04  | Lagoa Queimada/Tiririca                                     | Maria Rita, Lucineide                  | Casa de Jajau  | B              |
| 07/04  | Diógenes Sampaio/Poço do Urco/Rio Verde                     | Marli                                  | Escola Edivaldo Boa Ventura - Associação Visconde Mauá | B              |
| 08/04  | Riacho da Bainha/Comum/ Bambu/ Barra da inveja              | Antônio<br>Antonio Santana             | Casa de farinha ou Casa de Antônio                     | C              |
| 08/04  | Itachama/Corrente de dentro                                 | Ana Souza                              | Escola João Leal Sales                                 | A              |
| 13/04  | Tabuleiro da Lagoa Queimada/Parte do Gentio                 | Maria Rita / Lili / Lucineide          | Escola Artur Passos                                    | B              |
| 14/04  | Tabuleiro dos Coelhos                                       | Lucineide                              |  | B              |
| 15/04  | Fazenda Timbó/ Baixa Alegre/ Barragem/Farinha Molhada/Lagoa | Ivo, Nilda (Diretora), Profa. Fátima   | Escola Elmano Castro                                   | C              |

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Amargosa (2009)

Conforme se extrai do quadro acima, merece ser apontada a provável intenção de padronizar a atuação das equipes, como se verifica da atuação das equipes “A”, “B” e “C” durante as reuniões iniciais da fase de levantamento de demandas nos dias 1 e 2 de abril de 2005.

Não se observou a edição do novo Decreto do executivo Municipal referente ao Pegadas, de modo que entendem-se mantidas as definições presente no diploma jurídico anterior. Ainda, do ponto de vista institucional, uma nova logomarca foi criada, conforme se pode ver abaixo:

**Imagem 07-** Logomarca Pegadas 2009-2012



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Amargosa

Ainda no que tange ao plano de divulgação, foi criado um *jingle*, com o suposto intuito de familiarizar e esclarecer o programa junto à população (ANEXO 20, Jingle do Pegadas), conforme trecho abaixo:

“Fala, diga que você “tá” aí.  
Junto vamos decidir.  
Queremos falar com você.  
Para fazer a cidade crescer.  
Diga o que você quer, diga o que você sente  
O que falta na comunidade, o que falta para sua gente, para melhor  
poder viver.  
Se o futuro é seu, você pode decidir.  
Participe do Pegadas que o prefeito quer lhe ouvir”  
(*Jingle Pegadas 2009 – PMA*) Música de Valmir Caldas

### 5.3.1 Reuniões de diagnóstico (período 2009-2012)

Tal como na versão anterior, as reuniões setoriais foram quase sempre à noite, sob a alegação que serviriam ao interesse de um maior número de moradores que somente poderiam participar do processo de levantamento de demandas nesse turno, pois exerciam atividades no diurno. Os espaços geográficos e metodológicos foram os mesmos da primeira edição, sendo a participação de representantes locais apontada como fator de destaque para que ocorresse a mobilização da comunidade nessa segunda versão do Pegadas. Essa nova fase de coleta de dados demorou um pouco menos que a anterior, cinco meses, no curso de abril a agosto de 2009 (na última edição do Pegadas, a fase de reuniões setoriais durou seis meses).

Da contabilidade dos relatórios apresentados, constata-se a realização de 57 reuniões de diagnóstico. Tais encontros tiveram por objetivo ouvir as 114 comunidades rurais e urbanas, então agrupadas em 54 núcleos comunitários (NC's). Os referidos núcleos representavam a condensação dessas 114 comunidades, ligadas por traços geográficos ou culturais.

Os NC's estavam dispostos da seguinte forma: 44 situados na zona rural, 10 na zona urbana e 03 voltados à representação de segmentos profissionais (Agentes de saúde, agentes de limpeza pública e demais profissionais de saúde). Os números apresentados pelo Pegadas dão conta de que aproximadamente 1840 pessoas participaram desse momento na nova edição do programa. A partir desses



encontros foram eleitos 305 delegados que atuaram na grande Conferência, como se verá na tabela abaixo:

**Tabela 05** - Números de participantes nas reuniões setoriais do PEGADAS – (2009 A 2012)

|              | <b>Zona Urbana</b> | <b>Zona Rural</b> | <b>GERAL</b> |
|--------------|--------------------|-------------------|--------------|
| Homens       | 485                | 76                | <b>561</b>   |
| Mulheres     | 592                | 231               | <b>823</b>   |
| Jovens       | 375                | 81                | <b>556</b>   |
| <b>Total</b> | <b>1452</b>        | <b>388</b>        | <b>1840</b>  |

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Amargosa (2009)

Como se colhe do quadro acima, observa-se uma diferença nos números participantes homens e mulheres. Tal como visto em 2005, as mulheres se fizeram mais presentes nos encontros, sobretudo nas comunidades rurais. Diferente da edição anterior, é possível obter o número de jovens que estiveram nos encontros, embora não se conheça o critério etário então atribuído ao conceito de “jovem”.

Quanto às reuniões com menor ou maior número de participantes, de forma geral, as áreas com menor número de participante foram o Loteamento Santo Antônio, na zona urbana, e a comunidade Serra do Cavalo na zona rural, com 11 e 10 participantes respectivamente. Já o bairro da Catiara na zona urbana e a comunidade do Timbó na zona rural apresentaram o maior número de participantes durante as reuniões, com 72 e 69 participantes, respectivamente.

Cabe apontar que, segundo o material disponibilizado pela PMA, não foi possível obter o número de participantes da fase de reuniões de diagnóstico da primeira edição do Pegadas. Contudo, estudo sobre o tema, realizado por Santos Júnior (2014), atesta ter havido uma elevação no número de participantes do programa na ordem de aproximadamente 10%.

Segundo apontam os relatórios da Prefeitura de Amargosa, cada reunião setorial teve duração média de 3 horas e, tal como na edição anterior, estruturava-se em etapas, representando diferentes momentos (Apresentação, divisão em grupos, descrição dos problemas, apresentação de soluções, condensação de prioridades) – Vide anexo 21 (Roteiro de reuniões de diagnóstico - 2009). Cabe anotar que, na fase de reuniões de diagnóstico, foi inserida a seguinte pergunta: Quais os avanços que

você enxerga na comunidade em relação ao ano de 2005?, com o propósito de subsidiar o processo de prestação de contas do programa.

Observa-se que, nessa segunda edição, os relatórios disponíveis são mais fartos no que se refere à disponibilização de dados. Por conta disso, é possível conhecer a relação nominal das equipes de campo, a metodologia para escolha dos delegados e das prioridades trazidas pela população, conforme se verá a seguir.

Durante as reuniões de diagnóstico, os participantes elegiam, por votação, os cinco problemas prioritários do núcleo comunitário. Para cada demanda elencada, era atribuída uma escala de prioridade de 1 a 5, sendo o número “1” as questões mais importantes e o “5” as de menor relevância. Para equacionar as diferentes ordens de prioridade, foi adotada uma média ponderada para a unificação das demandas, segundo a atribuição de diferentes pesos. A saber: Prioridade 1 – Peso 0,5; Prioridade 2 – Peso 0,4; Prioridade 3 – Peso 0,3; Prioridade 4 – Peso 0,2 e Prioridade 5 – Peso 0,1.

Para o cálculo que definiu a escala de prioridade dos problemas do município fora usada a fórmula abaixo, que foi capaz de estabelecer as 14 demandas da comunidade segundo escala de prioridade, sendo mais urgente ou prioritário o problema quanto maior o seu índice de prioridade (PP):

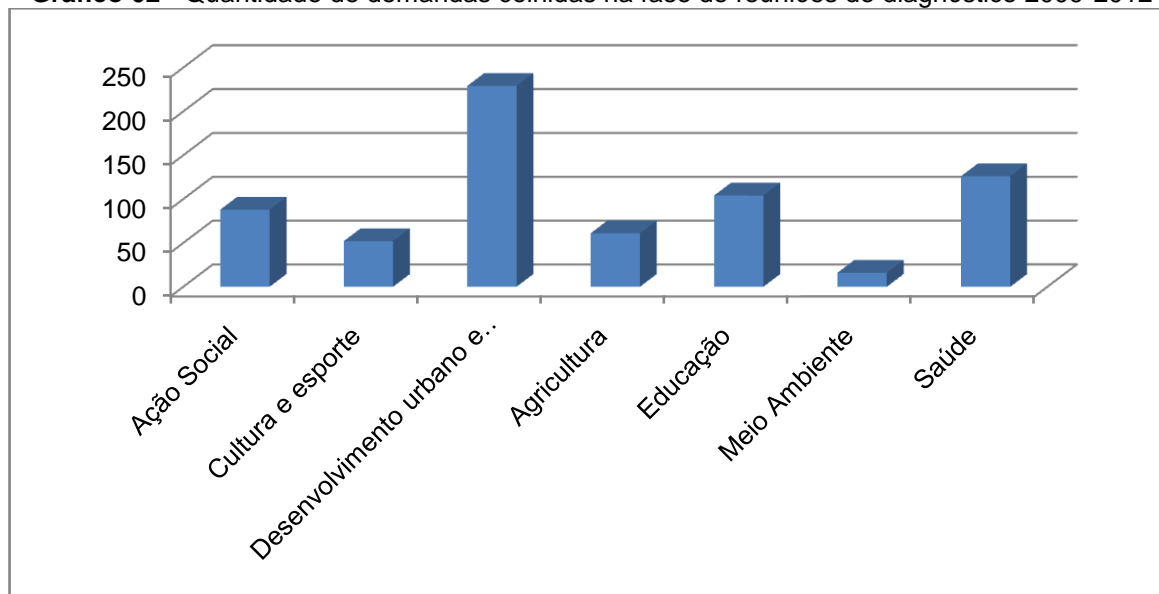
$$PP = P1*0,5 + P2*0,4 + P3*0,3 + P4*0,2 + P5*0,1$$

Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa (2009)

Onde: **PP**= Índice de Prioridade do Problema; **P1**= Prioridade 1; **P2** = Prioridade 2; **P3** = Prioridade 3; **P4** = Prioridade 4; e **P5** = Prioridade 5.

A definição da escala de prioridades, segundo a gestão municipal, serviu para tornar exequível a sistematização das propostas levantadas nas 57 reuniões que se sucederam. Do contrário, alega-se que estariam diante de um número de demandas astronômico, fato que inviabilizaria a operacionalização dos trabalhos que se seguiriam na Confiar (evento que será apresentado mais à frente).

O volume de demandas colhidas nessa etapa do Pegadas (2009 – 2012) pode ser visto, nos termos do quadro gráfico a seguir:

**Gráfico 02** - Quantidade de demandas colhidas na fase de reuniões de diagnóstico 2009-2012

Fonte:AMARGOSA (2009)

De modo idêntico à edição anterior, as demandas concentraram-se, em sua maioria, na temática do desenvolvimento urbano e infraestrutura rural (na edição anterior, esse eixo temático foi tratado somente como infraestrutura), seguido de Saúde e Educação. Novamente, o eixo temático ligado às demandas do meio ambiente recebeu o menor número de reclamações e sugestões.

Convém assinalar que, nessa última edição do Pegadas, é possível obter vasto número de indicadores sistematizados relacionados ao número de participantes e referente às demandas apresentadas pelas comunidades (Anexo 22 - Análise de demandas do Pegadas 2009<sup>25</sup>), onde se verifica o detalhamento dos principais problemas apontados no município, bem como o volume de incidências em relação às comunidade urbanas e rural, como se observa das seguintes conclusões alcançadas pela equipe do governo amargosense:

Os problemas indicados em ordem prioritária pelos NC, como pode ser visto na figura 5.3, foram: 1º - Consumo de água de má qualidade pela população da zona rural; 2º - Falta de energia elétrica e iluminação pública; 3º - Atendimento médico e odontológico não atende a demanda da população; 4º - Habitações precárias na zona

<sup>25</sup> Trata-se de anexo onde se pode observar o tratamento quantitativo dado pelo município de Amargosa ao conjunto de demandas registradas através dos DRP's realizados por toda a cidade. Gráficos e algumas análises ajudam a compreender o quadro estrutural de carências sociais daquela época.

urbana e rural; 5º - Falta de segurança e infra-estrutura das estradas vicinais; 6º - Condições inadequadas de saneamento e gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes; 7º - Demora para marcação e realização de exames laboratoriais e especializados; 8º e 9º empatados - Falta de ordenação e pavimentação dos espaços urbanos e Estrutura das USF não comportam a demanda de serviços; 10º, 11º, 12º, 13º e 14º empatados - Déficit de vagas e qualidade no transporte escolar; Déficit de pessoal, material e qualidade no atendimento ao público na saúde; Falta de atenção à segurança pública; Dificuldade de emprego e renda; e Falta de estruturas de beneficiamento de produtos agrícolas; 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º e 23º empatados - Dificuldade de acesso a meios de comunicação; Atendimento insuficiente à demanda por Educação Infantil; Falta de segurança e infra-estrutura das Escolas; Vulnerabilidade e risco social; Insuficiência de Programas de Educação Profissionalizante; Conflito entre a geração de renda e preservação ambiental; Rios, nascentes e cursos d'água assoreados, degradados e contaminados; Atendimento insuficiente no Programa de Inclusão Digital; Baixo índice de escolaridade dos jovens e adultos. Os outros problemas não foram relacionados em nenhuma escala de prioridade por nenhum NC (AMARGOSA, 2009).

A análise acima sistematiza o conjunto de informações constantes no anexo 22, onde se pode constatar que problemas relacionados ao consumo de água de má qualidade pela população da zona rural, a falta de energia elétrica e iluminação pública e a ausência de atendimento médico e odontológico para atender à demanda da população surgem como as 3 principais prioridades.

#### 5.4.O PEGADAS - CONFIAR´S, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.

O terceiro momento do Pegadas respondeu pela realização da Conferência Integrada de Amargosa - CONFIAR. O evento Confiar contemplou o momento de sistematização dos trabalhos realizados nas reuniões setoriais, através da participação dos delegados eleitos em cada comunidade e representantes do governo local.

Segundo registros existentes, as referidas conferências estavam previstas para ocorrerem bianualmente, mas apenas se verificaram logo após a consolidação das demandas sociais efetuada no início das gestões de 2005 e 2009. Desse modo, passa-se a apresentar a descrição da fase do Pegadas denominada Confiar, em suas duas edições ocorridas nos anos de 2005 e 2009.

#### 5.4.1.CONFIAR - 2005 a 2009

As atividades de sistematização e deliberação do quadro de demandas produzido na fase de reuniões setoriais foram realizadas através da Confiar, em evento que durou dois dias e marcado por discussões agrupadas segundo os eixos temáticos debatidos nas reuniões setoriais. Em seguida, ocorreram o debate e aprovação das prioridades a serem estabelecidas, através de votações em plenárias.

O evento Confiar relaciona-se com as reuniões setoriais, pois os delegados eleitos pela comunidade supostamente tiveram a oportunidade de defender a manutenção de suas demandas locais frente à escala de demandas prioritárias do município. Ademais, significou a possibilidade dos referidos delegados refletirem se, de fato, suas necessidades mereciam mesmo escala prioritária de atendimento quando ladeadas às demais demandas municipais.

O regimento da Confiar<sup>26</sup> cuidou de sua regulamentação jurídica, constituindo-se assim a instância máxima deliberativa do Pegadas. Assim como, se observa que o regimento serviu também para a definição dos temas que seriam alvo de análise e metodologia de trabalho, conforme se vê em seu Art. 3º:

A Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR terá como tema geral: “Amargosa: Somente a Participação Cidadã é Capaz de Mudar o Município”, constando de painéis e sub-painéis, estes se constituirão num espaço de discussão de propostas a serem submetidas à Plenária Final. Os painéis terão como temas: Agricultura: Abordagem Agroecológica na Agricultura Familiar (Produção Agrícola X Conservação Ambiental); Saúde: O SUS e o Controle Social; Ação Social: Assistência X Assistencialismo; Educação: Gestão Democrática da Educação; Meio Ambiente: Legislação e Conservação Ambiental; Administração e Finanças: Orçamento Público e Participativo; Segurança Pública: Amargosa e a Segurança dos Cidadãos (AMARGOSA, 2005).

---

<sup>26</sup> Ver regimento da Confiar no Anexo 23. O referido documento disciplina a atuação dos participantes da Confiar. Embora tenha esboçado pelo poder público, recebeu aprovação em plenária no momento de abertura do evento.

A regulamentação jurídica da Confiar contou com a definição precisa dos seus membros, onde se podem observar as figuras dos sujeitos com direito a voz e voto, somente a voz e os apenas participantes, como trata o Art. 4º:

São membros da CONFIAR: Delegados credenciados com direito a voz e voto; Convidados com direito a voz; Observadores previamente credenciados. Parágrafo Único – São convidados para participar da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR autoridades, profissionais da área, representantes de entidades e organizações sociais (AMARGOSA, 2005).

A figura dos delegados, que gozavam do direito a voz e voto e eleitos nas reuniões setoriais, foi regimentalmente previsto no Art. 5º:

Delegados natos compostos pelos membros titulares e suplentes dos Conselhos Municipais, vereadores da Câmara Municipal de Amargosa, prefeito e secretários municipais;  
Funcionários Municipais, eleitos em reuniões setoriais, para cada contingente de 50 terá direito a um representante;  
Sindicalistas, sendo quatro por sindicato;  
Membros de Associações de diversos setores rural e urbana;  
Representantes eleitos nas reuniões do PEGADAS na Zona Rural e Urbana (AMARGOSA, 2005).

Ato contínuo é possível observar um conjunto de detalhes metodológicos que envolveram a consecução da Confiar extraídos do relatório sintético do evento<sup>27</sup>. Os trabalhos do evento teriam sido marcados pelas exposições e debates das demandas trazidas a partir das reuniões de diagnósticos (ou reuniões setoriais), através de painéis temáticos elaborados em reuniões temáticas durante a Confiar, seguido da aprovação final das propostas em Plenária Final.

As reuniões temáticas durante a Confiar contaram com uma regulamentação, a fim de estabelecer a figura do Coordenador e do relator, além de definir prazos e quórum para aprovação das demandas, conforme se vê no Art. 8º:

---

<sup>27</sup> Anexo 20.

Os painéis e sub-painéis temáticos serão constituídos por delegados e convidados previamente distribuídos pela comissão organizadora da CONFIAR.

§ 1º - Cada painel e sub-painel contará com um coordenador e um relator indicados pela equipe organizadora;

§ 2º - O coordenador terá as seguintes atribuições:

Abrir e orientar a discussão dos painéis e sub-painéis temáticos;

Esclarecer dúvidas;

Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos os participantes;

Cronometrar o tempo de intervenção de cada participante.

Co-responsabilizar com o relator de encaminhar a equipe sistematizadora, até às 20 horas, as propostas advindas dos sub-painéis setoriais.

§ 3º - Os relatores terão as seguintes atribuições:

Registrar as conclusões do grupo em instrumento próprio – Ficha de Relatoria – fornecido pela comissão organizadora da CONFIAR e encaminhá-la ao relator, a ser apresentada na Plenária Final;

Encaminhar à comissão de relatoria as conclusões do grupo, após o término dos trabalhos;

Apoiar a Relatoria Geral na sistematização das propostas;

Cada participante do grupo contará com o tempo de 03 minutos para sua intervenção;

As propostas deverão ser encaminhadas por escrito, mesmo que apresentadas verbalmente.

Art. 9º – Somente as propostas que tiverem sido aprovadas por 30% dos delegados presentes por ocasião da votação farão parte do relatório de cada grupo.

§ 1º - O relatório de cada grupo deverá conter o número de votos obtidos por cada proposta, nome do coordenador e dos relatores e o tema discutido.

§ 2º - Será anexado ao relatório de cada grupo a listagem de presença assinada pelos delegados participantes do grupo (AMARGOSA, 2005).

Após as reuniões temáticas, as propostas então aprovadas seguiram para a aprovação final em plenária. Nesse ponto, cabe apontar o destacado papel que incumbiu aos Secretários Municipais de efetuar a relatoria final das propostas, como se observa do Art. 10:

A Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR contará com uma equipe de relatores, composto pelos secretários municipais, a qual incumbe a sistematização das propostas, para deliberação da plenária final, conforme dispões o regulamento.

§ 1º - Compete a Relatoria Geral a elaboração do Relatório Final, aprovado pela plenária da Conferência Integrada de Amargosa;

§ 2º - Para realização da sua tarefa, a Relatoria Geral contará com o apoio dos relatores dos grupos temáticos (AMARGOSA, 2005).

No que concerne às deliberações da Conferência, o Art. 12 do regimento que regulamentou o evento traz que o processo de apreciação e aprovação das propostas dar-se-á da seguinte forma:

O relator de cada grupo procederá a leitura das propostas oriundas das reuniões do PEGADAS e elaboradas nos sub-painéis, quando necessário apontar os destaques da Relatoria sobre matérias divergentes;

Durante a leitura das propostas, os delegados poderão apresentar destaque por escrito ou oral;

O documento final será votado globalmente, ressalvados os destaques;

Após a leitura e votação global passar-se-á a discussão e apreciação dos destaques;

Apresentado o destaque, a mesa abrirá a discussão para manifestações favoráveis e contrárias, em igual número de até duas defesas e com tempo máximo de 3 (três) minutos para cada manifestação;

O número de manifestações favoráveis ou contrárias aos destaques poderá ser elevado em até mais um, caso a Plenária não esteja suficientemente esclarecida;

Encerradas as manifestações, segundo estabelecido no item anterior, procede-se a votação;

Iniciado o processo de votação não serão permitidas questões de ordem, de esclarecimento ou de encaminhamento.

§ 1º - A aprovação das propostas será por voto de maioria simples dos delegados presentes.

§ 2º - As votações serão feitas através do uso do crachá de delegado fornecido pela Comissão Organizadora da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR.

§ 3º - A votação será definida por contraste e, em caso de dúvida, por contagem dos cartões de votação, sendo aprovada por maioria simples.

§ 4º - Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a um voto (AMARGOSA, 2005).

Por fim, assevera-se que os mandamentos ali estampados seriam alvo de aprovação por parte dos delegados presentes, servindo de regimento da Confiar, após aprovação, como se vê nos artigos a seguir:

Art. 16 – O presente Regimento será lido, discutido e entrará em vigor após a sua aprovação na sessão plenária de instalação da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR.



Art. 17 – Esta conferência poderá indicar delegados para participação em eventos vindouros (regionais, estaduais ou nacionais) do corrente ano.

Art. 18 – Os casos omissos, não previstos neste Regimento, serão resolvidos pela Plenária da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR (AMARGOSA, 2005).

Segundo se constata, a primeira edição da Confiar efetivou-se no período entre 01 e 02 de outubro de 2005, ocorrendo em dias de sábado e domingo, fato apontado pelos responsáveis pelo Pegadas enquanto fator que contribuiu para a participação de um número mais efetivo de participantes. A gestão da época alega ter arcado com os custos operacionais do evento ligados à logística de transporte, alimentação e estadia dos delegados. Para o caso dos que desejavam fazer-se presentes no evento apenas como participantes, aponta o executivo ter ofertado transporte gratuito de praticamente todos os pontos do município em direção ao local do evento.

Apesar do Pegadas já possuir uma logomarca própria, como visto acima, a Confiar também recebeu tratamento próprio, chegando a possuir uma logomarca específica para o evento:

**Imagem 08-** Logomarca da Confiar na primeira edição do Pegadas (2005)



Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa (2005).

A partir dos dados extraídos do banco de dados do evento<sup>28</sup>, colhe-se um total de 194 delegados, 10 convidados e 148 participantes, sendo que as organizações civis – Sindicatos e Associações indicaram dois delegados por

---

<sup>28</sup> No anexo 24 pode-se colher um resumo do evento Confiar realizado nos dias 01 e 02 de outubro de 2005.

entidade. O poder público local indicou, como delegados natos (não necessitando de aprovação dos participantes), os secretários municipais. No segmento funcionário público municipal, para cada grupo de 50 pessoas, havia reuniões setoriais para escolha dos delegados representantes do setor. Os conselheiros municipais também foram delegados natos, tanto efetivos quanto suplentes.

As demandas então colhidas nos encontros com as diversas comunidades, após discussão nos grupos temáticos e aprovação em plenária da Confiar, foram dispostas segundo escala de prioridade, conforme se pode ver, a título de exemplo, na tabela abaixo.

**Tabela 06 – Quadro de demandas aprovadas na CONFIAR 2005<sup>29</sup>**

| <b>Situação Ideal</b>                          | <b>Ações</b>   | <b>Prioridades</b> | <b>Responsabilidade / Prazo</b> |
|--|--|--------------------|---------------------------------|
| Geração de renda com ênfase no associativismo; | Cursos profissionalizantes; Estruturar as associações; Associações participativas; Resgate do associativismo; Criação de lavanderias comunitárias; | 01                 | Ação continuada                 |
| Assistência á criança e ao adolescente;        | Apoio a pastoral da criança; Implantação do conselho tutelar; Programa de atenção à criança e ao adolescente;                                      | 02                 | Ação Continuada                 |
| Moradia digna;                                 | Melhoria habitacional; Construção de loteamentos habitacionais; Promoção de mutirões;  | 03                 | Médio                           |
| Combater à discriminação;                      | Promover palestras com temas voltados para a conscientização; Promover encontros para revitalizar antigas raízes;                                  | 04                 | Médio                           |
| Combater à fome;                               | Implantação de cantina popular.  | 05                 | Médio                           |
| Assistência a deficientes e idosos;            | Centro de convivência para idosos; Centro para portadores de deficiência;  | 06                 | Longo                           |
| Combater à violência contra mulheres.          | Delegacia da mulher; Conscientização e mobilização das mulheres;   | 07                 | Longo                           |

Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa (2005).

Como se vê, a partir da estipulação do que seria a situação ideal, foram eleitas ações, por sua vez agrupadas por níveis de prioridade de 1 a 7, estabelecendo-se um prazo para execução. Algumas prioridades receberam a expressão como “Ação continuada”, dada à necessidade de longevidade da ação. Para a questão do responsável pelo item “ação” (última coluna à direita), observa-se

<sup>29</sup> Ver quadro completo de demandas aprovadas em plenária no anexo 25.

que nem todos os relatores dos eixos temáticos que atuaram na Confiar atentaram-se para o seu preenchimento.

Abaixo, imagens de algumas reuniões temáticas da Confiar.

**Imagem 09** - Reuniões temáticas da Confiar 2005



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Amargosa (2005).

**Imagem 10** - Plenária da Confiar 2005



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Amargosa (2005).

Como se observa dos slides de apresentação da Confiar 2005, a equipe do Executivo municipal gozou de oportunidade, durante o evento, para expor o que

seria o déficit municipal supostamente herdado dos antigos gestores, além de informar as realizações do novo governo até o momento.

Pode-se contemplar no Relatório Sintético da Confiar do ano de 2005<sup>30</sup> que o executivo municipal descreveu o que considerou enquanto as principais ocorrências do evento bem como o passo-a-passo da execução da Confiar. Cabe destaque o fato de ter sido criada uma comissão de governo, composta por representantes das secretarias municipais, com a missão de monitorar as ações do Pegadas, assim como a execução das prioridades estabelecidas na Confiar.

#### 5.4.2 2009 a 2012 (CONFIAR)

Na segunda edição do Pegadas (2009), observam-se algumas alterações durante a Confiar, conforme se mostrará nas linhas seguintes. A primeira dessas mudanças pode ser verificada na logomarca:

**Imagem 11** - Logomarca da Confiar na segunda versão do Pegadas - 2009



Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa (2009).

Dessa vez, uma imagem mais estilizada faz referência ao Pegadas, seja pela logomarca do programa na parte inferior da gravura, seja pelo desenho de um pé (em alusão a pegadas). Ademais, observa-se a preocupação em registrar o sentido

<sup>30</sup> Anexo 24

participativo e dialógico do programa, através da estilização dos dedos da imagem, sugerindo ocorrência de diálogo.

O evento ocorreu, tal qual em 2005, em dois dias, 1 e 2 de agosto de 2009 no mesmo local (Colégio Estadual Pedro Calmon). Contudo, traço marcante da nova Confiar refere-se à prestação de contas das demandas eleitas pela população na Confiar de 2005. Ademais, o conjunto de ações do poder público municipal, propagandeado pela gestão na abertura da Confiar 2009-2012, sugere aos munícipes que todas as realizações derivaram do coletivo de demandas aprovado na última Conferência. A título de exemplo, segue modelo da prestação de contas:

**Tabela 7-** Prestação de contas apresentado na Confiar de 2009

| SITUAÇÃO IDEAL  | AÇÕES   | PRIORIDADE           | SITUAÇÃO               | Obs.                    |
|---|---|----------------------|------------------------|-------------------------|
| Segurança no Hospital Municipal<br>100% de Cobertura de ACS para as Comunidades   | Segurança Policial Seleção e contratação de ACS para as comunidades sem cobertura | 2º Lugar<br>3º Lugar | Não se aplica<br>Feito | Estado Concurso Publico |
| Ampliação da assistência farmacêutica<br>Disponibilidade de equipamentos (Ultrassom, raio x, eletrocardiógrafo)<br>Hospital | Aquisição de medicamento<br>Aquisição dos equipamentos                            | 4º Lugar<br>5º Lugar | Feito<br>Feito         |                         |

Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa

O relatório geral das realizações deliberadas na Confiar 2005 encontra-se disponível no anexo 26 (Prestação de contas do Pegadas 2005), onde se pode observar quadro detalhado de demandas agrupadas por eixos temáticos. Ainda, a partir dos slides a que se teve acesso, referentes à abertura da Confiar 2009, pode-se verificar que o Governo local, novamente, não hesitou em colher da oportunidade para propagandear os feitos e realizações alcançados até o momento, como também o passivo financeiro herdado das gestões pretéritas.

Foi possível observar ainda que o evento Confiar do ano de 2009 contou com 40 delegados da zona urbana e 240 provenientes da zona rural, seguindo a mesma distribuição de vagas prevista na Confiar de 2005, salvo no tocante à inclusão da

vaga destinada à representante da Câmara de Vereadores, que passaram a figurar na condição de delegados natos.

Na nova versão da Confiar, a sistematização final das propostas, além do prazo e das ações previstas para cada demanda, contou com a inserção de quadro para ser assinalado o programa a que se vincula determinada ação. Tal postura exclui a prioridade das demandas e aponta a necessidade de agrupar respostas em torno de Programa de atendimento, como se pode ver no exemplo abaixo ligado ao eixo temático da agricultura:

**Quadro 03 -DEMANDAS APROVADAS POR EIXO TEMÁTICO – CONFIAR 2009**

| <b>Problema</b>   | Falta de organização social no meio rural   |              |  |
|---|---|--------------|--|
| <b>Situação ideal</b>   | Meio Rural organizado   |              |  |
| <b>Ações</b>  | <b>Responsabilidade</b>   | <b>Prazo</b> | <b>Programa</b>                          |
| Incentivar a criação e/ou reativação de associações de agricultores familiares, possibilitando a criação de uma Central de Associações; | STR; PMA;<br>COOPERATIVAS;<br>ASSOCIAÇÕES   | CURTO        | ORGANIZAÇÃO SOCIAL PERIURBANA E RURAL    |
| Criar um programa de fomento a organização social de mulheres, jovens e comunidades rurais;   | STR; PMA;<br>COOPERATIVAS;<br>ASSOCIAÇÕES   | CURTO        | ORGANIZAÇÃO SOCIAL PERIURBANA E RURAL    |
| Fomentar estratégias de comercialização de produtos agrícolas pela agricultura familiar;  | COOPERATIVAS;<br>ASSOCIAÇÕES;<br>COMDRAS; PMA;<br>SUAF; SEAGRI; EBDA;<br>STR; ADAB; SEDES | CURTO        | PAA<br><br>FEIRAS<br><br>MERENDA ESCOLAR |

Fonte: Prefeitura Municipal de Amargosa (2009).

Aspecto importante e diferencial do evento refere-se ao fato de ter sistematizado um comitê de acompanhamento do programa, com o intuito de fiscalizar suas deliberações. Diferente da versão anterior, onde o comitê de acompanhamento foi composto somente por servidores, verifica-se que a nova

equipe de monitoramento foi composta apenas por representantes da sociedade civil de diferentes localidades em número de 14 titulares e 14 suplentes, nos termos do quadro a seguir:

**Quadro 04** - Composição do comitê de acompanhamento do Pegadas – 2009 A 2012

| <b>COMITÊ DE MONITORAMENTO</b> |                       |                  |
|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| <b>Região ou Bairro</b>        | <b>Representantes</b> | <b>Suplentes</b> |
| Timbó e Ribeirão               | <u>Alene Araújo</u>   | Pascoal Silva    |
|                                | Isabel de Jesus       | <u>Veronil</u>   |
| Diógenes Sampaio               | Sabina                | <u>Galdina</u>   |
|                                | Rita                  | <u>Alício</u>    |
| Corta-mão                      | <u>Gilsimar</u>       | <u>Neidiane</u>  |
|                                | Francisco             | Hélio            |
| <u>Itachama</u>                | Cosme                 | João             |
|                                | <u>Juracir</u>        | <u>Devani</u>    |
| Santa Rita                     | <u>Janilson</u>       | João             |
| São Roque                      | <u>Cleusa</u>         | Margarida        |
| Santo Antonio                  | Irineu                | <u>Ranulfo</u>   |
| Sucupira                       | Barbara               | <u>Adroaldo</u>  |
| <u>Catiara</u>                 | Jurandir              | <u>Gilmara</u>   |
| São José                       | Oswaldo               | Isabel           |

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Amargosa (2009).

Destarte, caberia aos representantes acima cuidar do acompanhamento do Pegadas no sentido de apontar demandas não atendidas ao longo da gestão 2009 a 2012. Ocorre que, no banco de dados do Pegadas, não foram encontrados registros referente às atividades do Comitê de monitoramento. Segundo Pinheiro (2014), não chegou mesmo a haver o desenvolvimento de atividades ligadas ao monitoramento em baila.

Por derradeiro, com o fim do mandato do chefe do executivo responsável pela implantação do Pegadas, Valmir Almeida Sampaio (PT), o grupo político, então no poder, sofreu uma ruptura interna, de modo que sagrou-se vencedora nas eleições de 2012 a então vice-prefeita, Karina Borges Silva (PSB). Atualmente, passados mais de um ano e nove meses da nova gestão, a prefeita municipal não se posicionou institucionalmente no sentido de prosseguir com o Pegadas ou mesmo desenvolver atividades participativas que lhe fizessem as vezes. Desse modo, entende-se por efetivamente encerradas as atividades do Pegadas no ano de 2012.

## 60S CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO: Análise do desenho metodológico do Pegadas

*"A pior democracia é preferível à melhor das Ditaduras"*  
Rui Barbosa (1849-1923) em *Cartas de Inglaterra*

Esposadas, em linhas gerais, as condições sociopolíticas sob as quais o Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática para uma Amargosa Sustentável – Pegadas foi pautado, bem como apresentado o detalhamento metodológico de sua implementação, nas duas gestões em que se desenvolveu, cumpre, agora, lançar análises com fulcro no referencial teórico que baliza o presente trabalho com o intuito de obter respostas às problemáticas inicialmente tratadas.

De antemão, insta salientar que, para o presente trabalho, serve de objeto analítico fundamental o desenho institucional em que foram balizadas as atividades do programa em estudo. Ou seja, buscam-se análises a partir de observações atinentes à operacionalização metodológica do Pegadas e não dos arranjos que se processaram durante sua efetivação (qualidade, intensidade, cooptação, fraudes etc).

De antemão, observa-se ter se tratado de uma proposta de participação social ligada à temática política, haja vista o envolvimento social sob a perspectiva do processo de tomadas de decisões políticas (Saule Junior, 2002). A extensão do Pegadas merece também destaque analítico, visto que verifica-se a realização de cinquenta e quatro reuniões de diagnósticos<sup>31</sup>, bem como a participação de aproximadamente 2000 munícipes, na primeira e na segunda versão do Programa (2005 e 2009).

**Tabela 08** -Números Geral de participantes nas reuniões de diagnóstico do Pegadas.

| Ano  | Nº de Participantes do Pegadas |
|------|--------------------------------|
| 2005 | 2153                           |
| 2009 | 2363                           |

Fonte: Santos Júnior (2014).

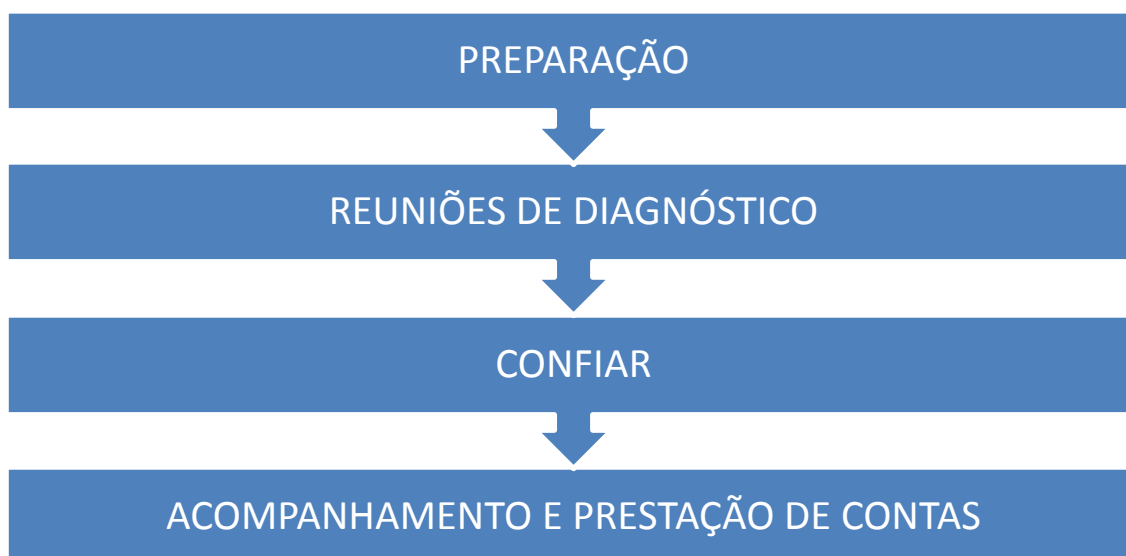
<sup>31</sup> Por reuniões de diagnóstico entende-se a fase do Pegadas marcada pela oitiva das comunidades amargosense, segundo a localização geográfica, e categorias funcionais (servidores da educação, saúde etc).



Nos termos do quadro acima, pode-se obter uma dimensão de alcance participativo do programa. Visto que o município de Amargosa, segundo dados do IBGE, possuía à época do Pegadas aproximadamente trinta e sete mil habitantes, observa-se um envolvimento próximo a dois mil e oitocentos moradores, equivalendo a quase 8% da população local diretamente envolvida com o planejamento da gestão municipal.

Outra característica marcante do Programa refere-se à sua tipologia como sendo do tipo “participação patrocinada ou induzida”, classificação adotada por Teixeira (2000). Tal categoria analítica trata das experiências participativas de origem governamental, implementadas no Brasil, após os anos 70, pelos governos locais. No caso do Pegadas, não resta dúvida acerca de sua adequação a um modelo participativo idealizado, impulsionado e executado pela gestão do município de Amargosa, ou seja, é uma política que vem “de cima” (TEIXEIRA, 2000).

A divisão didática do Pegadas em fases metodológicas, como visto no capítulo anterior, foi de grande valia para as análises a seguir expostas, visto ter importado numa maior objetivação dos conteúdos teóricos então abordados. Tais etapas consubstanciam, segundo se pode observar, o volume mais intenso de experiências metodológicas marcadamente participativas entre Estado e Sociedade. Como se pode contemplar no quadro abaixo, nas fases das reuniões de diagnósticos e da Confiar, residem os substratos nevrálgicos para as análises referentes ao tema.



Fonte: Elaboração própria (2014).

Durante a fase de prospecção das fontes ligadas à operacionalização do Pegadas, foi de grande riqueza conceitual à compreensão do programa a existência do Decreto municipal nº 082/2005<sup>32</sup>. De modo geral, o referido documento cumpre a missão de assinalar juridicamente o plano de validade normativa em que se insere o planejamento participativo insculpido pelo Pegadas. Contudo, o referido decreto faz também as vezes de um verdadeiro projeto, ao traçar o rol de justificativas; objetivos ligados ao programa e indicadores voltados à mensuração das atividades no horizonte temporal de dez anos. Ademais, chama também atenção a robustez com que o citado diploma normativo aborda questões descritivas referentes aos princípios de regência do programa. Diante disso, resta evidente a consciência do poder público local em conduzir um debate sobre o planejamento do município sob o enfoque da participação política.

Nesses termos, cabe trazer destaque ao Artigo 2º que estabelece o macro objetivo do Pegadas, onde se lê que:

É objeto do PEGADAS promover a participação de todos os cidadãos e segmentos sociais do Município de Amargosa com vistas à construção de um Plano Inter-setorial e Sustentável norteador de ações do município tendo com ponto de partida indicações coletivas e demandadas pelos cidadãos e organizações representativas da sociedade tendo área de abrangência a Zona Rural e Urbana do Município de Amargosa (AMARGOSA, 2005).

Também no que tange à intencionalidade participativa proposta pelo Pegadas, conforme aponta o Decreto em baila, observa-se que o programa esboçou o propósito de impulsionar mudanças significativas no modo de condução da coisa pública, de modo que governo e povo pudessem traçar os caminhos de uma cidade efetivamente “democrática, plural e cidadã, condição *sine qua non* à consecução de uma sociedade sustentável” (AMARGOSA, 2005).

À luz de tal regulamentação metodológica trazida pelo Decreto nº082/2014-PMA, é possível observar a grande atenção que o programa recebeu da gestão, importando em verdadeira eleição das demandas que supostamente assinalariam a agenda de políticas públicas nos anos seguintes. Desse modo, o momento de

---

<sup>32</sup> ANEXO 05.

planejamento não esteve dissociado da dimensão política das propostas enfrentadas.

De modo geral e seguindo as problemáticas que lastreiam a presente pesquisa, cumpre apontar, perfunctoriamente, que, durante a efetivação do Pegadas, ocorrências participativas diversas teriam contribuído para a interação entre Democracias participativa e representativas, nos termos do que assinala Bonavides (2008). Ademais, espaços dialógicos locais teriam oportunizado ambiente propício ao viver pedagógico democrático de que trata Pateman (1992). Por fim, o conjunto metodológico de etapas do programa apontam em direção a um planejamento participativo, segundo a modelagem referencial apresentada por Gandin (2001), como se verá adiante.

De logo, pode-se apontar a ocorrência de uma modelagem participativa *sui generis*, em relação às tipologias participativas que se fizeram presentes no Capítulo II deste trabalho, sobretudo no que concerne aos casos baianos. Diferindo-se da habitual tipologia participativa ligada ao Orçamento Participativo, o Pegadas desnuda uma ferramenta de gestão municipal marcada pelo planejamento participativo, onde, em tese, se abraça a totalidade de recursos da gestão, bem como se propõe a conhecer a fundo as realidades das diversas comunidades amargosense. Tais produtos apontam a existência de um quadro estratégico bastante útil à gestão municipal, uma vez que propiciam mecanismos aptos a atuação racional dos agentes públicos. Em resumo, tem-se que osomatório das atividades implementadas pelo Pegadas aponta ocorrência que transcende o planejamento participativo como habitualmente se conhece, uma vez que consubstancia um conjunto de produtos de máxima relevância à gerência do executivo municipal e ao fortalecimento da identidade das comunidades locais.

Em verdade, o desenho institucional do Pegadas dá conta de um programa que transcende em sua proposta os limites tradicionais de um planejamento participativo, ao alcançar propósitos ligados a ferramentas institucionais diversas. Embora tais análises não tenham sido alvo da presente pesquisa, merece ser apontada a preocupação demonstrada pela municipalidade em estudo ao confeccionar mapeamento de demandas dos munícipes, segundo zonas geográficas; quadro toponímico das diversas localidades que compõem o município; mapa regionalizado de condições ambientais; bem como o desenvolvimento de um amplo censo demográfico, econômico e político, muito embora não se tenha

alcançado acesso aos resultados de tal levantamento populacional. No caso do quadro toponímico, observa-se a possibilidade da cidade conhecer melhor as partes que a compõem, contribuindo com a afirmação das identidades regionais. Para o caso do quadro de demandas, observa-se a ocorrência de um quadro pormenorizado de demandas, capaz de oferecer à equipe de governo relação de anseios sociais que afligem as comunidades, tornando possível uma interação estado-sociedade pautada em ações mais legítimas e menos discricionárias.

Nesses termos, cumpre destrinchar a seguir, de modo mais intenso, as observações que ora se operam, a fim de restar perfeitamente atendidas as problemáticas exordialmente abraçadas.

#### 6.1 AQUESTÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E REPRESENTATIVA: um olhar a partir de Paulo Bonavides

No tocante à teoria da democracia participativa trazida por Paulo Bonavides (2008), observa-se a necessidade de se pensar num sistema no qual os cidadãos possam atuar, diretamente, no processo de definições das políticas fundamentais. Em sua obra, a democracia recebe conceituação como sendo:

[...] aquela forma de exercício da função governativa em que a vontade soberana do povo decide, direta ou indiretamente, todas as questões de governo, de tal sorte que o povo seja sempre o titular e o objeto, a saber, o sujeito ativo e o sujeito passivo do poder legítimo. (BONAVIDES, 2008, p.17).

Assim, a noção de democracia adotada por Bonavides apresenta-se de forma intimamente ligada à ideia de soberania popular (fonte de todo poder que legitima a autoridade e que se exerce nos limites consensuais do contrato social). Para o referido autor, a democracia apresenta-se como “o mais valioso dos direitos fundamentais”, uma vez que incorpora os princípios da igualdade e da liberdade, abraçados ao dogma da Justiça (CARNEIRO, 2007).

Nesses termos, Bonavides chega a situar o direito à democracia – ao lado do direito à informação e do direito ao pluralismo – como sendo um direito fundamental

de quarta geração<sup>33</sup>. Isto é, situam-se num patamar de destaque no que concerne à hierarquia jurídica contemporânea.

Do ponto de vista de sua operacionalização efetiva, a democracia participativa se concretiza por meio de mecanismos de exercício direto da vontade geral e democrática. Seguindo tais imperativos, restaura-se e reposiciona-se a legitimidade do sistema político, como assevera Bonavides (2008).

Cumprido assinalar que, para o autor em comento, não se cuida de uma democracia participativa nos moldes daquela que se fazia presente na sociedade ateniense. Diverso disso, busca-se uma modelagem participativa na qual, essencialmente, o povo<sup>34</sup> disponha dos instrumentos de controle de sua participação política. Destarte, ausentes tais pressupostos será a democracia tão ilusória como o são as democracias representativas dos países subdesenvolvidos, “biombo atrás do qual se ocultam as mais opressivas ditaduras sociais de confisco da liberdade humana” (BONAVIDES, 2002, p. 27).

Em articulação com as múltiplas possibilidades de expressões políticas que podem vigor num regime democrático, Bonavides (2008) destaca que a representação teria uma utilidade meramente auxiliar, instrumental e subsidiária, sujeitando-se em todo caso à soberana decisão popular (expressão ontológica da democracia). Nesses termos, continuariam a existir, portanto, as instâncias representativas, com o objetivo de que a máquina do poder não reste paralisada. Contudo, tais instâncias ocupariam caráter de segundo ou terceiro grau, uma vez que a instância de primeiro grau é o povo. Deste modo:

---

<sup>33</sup> Do ponto de vista Constitucional, os Direitos fundamentais podem ser descritos como sendo de primeira geração/dimensão, onde se situam os direitos civis e políticos, os chamados “direitos da liberdade” ou “direitos individuais”, que têm por titular o indivíduo em face do Estado; os direitos de segunda geração/dimensão, em que se situam as liberdades positivas, reais ou concretas, assegurando o princípio da igualdade material entre o ser humano; os de terceira geração/dimensão consagram os princípios da solidariedade ou fraternidade, sendo atribuídos genericamente a todas as formações sociais, protegendo interesses de titularidade coletiva ou difusa; e, por hora, existem doutrinadores que defendem a existência dos direitos de quarta geração ou dimensão, apesar de ainda não haver consenso na doutrina sobre qual o conteúdo dessa espécie de direito (LENZA, 2010).

<sup>34</sup> Para o jurista Paulo Bonavides, o termo “povo” firma-se sob três ângulos analíticos: o político, o sociológico e o jurídico. Sob a primeira perspectiva (político), o conceito remeteria a ideias de Afonso Arinos, de povo como sendo aquela parte da população capaz de participar, através das eleições, do processo democrático, segundo o contexto limitacional, que sofre variações de cada país e de cada época. Sob o prisma sociológico, o conceito de povo se identifica com o de nação. Dessa forma, designa-se “toda a comunidade do elemento humano, projetado historicamente no decurso de várias gerações e dotado de valores e aspirações comuns”. No tocante ao sentido jurídico, povo “exprime o conjunto de pessoas vinculadas de forma institucional e estável a um determinado ordenamento jurídico”, ou seja, é o conjunto de indivíduos que pertencem ao Estado por uma relação de cidadania (BONAVIDES, 2001).

[...] a democracia direta não quer dizer o povo todos os dias, todas as horas, todas as ocasiões, pessoalmente se reunindo ou sendo consultado para fazer leis, baixar decretos, expedir regulamentos, nomear, demitir, administrar ou exercitar toda aquela massa de poderes e funções sem as quais a máquina do poder e do governo fica paralisada ou atravancada (BONAVIDES, 2002, p. 29).

De expressão relativamente oposta, Rancière (2014) critica profundamente os fundamentos democráticos ligados à democracia representativa. Para o referido autor, “a representação é, em sua origem, o exato oposto da democracia” (RANCIÈRE, 2014, p. 70). Tais análises atacam com fervor o sistema democrático representativo, mesmo nos casos em que muitos pesquisadores justificam sua ocorrência em razão do crescimento do número de participantes, que dificultaria a procedimentalização da democracia participativa. Nesse sentido, assevera Rancière (2014):

Em outras palavras, a representação nunca foi um sistema inventado para amenizar o impacto do crescimento das populações. Não é uma forma de adaptação da democracia aos tempos modernos e aos vastos espaços. É, de pleno direito, uma forma oligárquica, uma representação de minorias que tem título para se ocupar dos negócios comuns (RANCIÈRE, 2014, p. 69).

Embora se reconheçam as contribuições de Rancière (2014) para as discussões que se operam em torno do regime democrático, em especial no tocante às críticas que suscita em desfavor da representação democrática, seus argumentos exigem uma adequação à realidade brasileira. Nesse sentido, as contribuições de Bonavides (2008) parecem mais adequadas aos fundamentos constitucionais brasileiros, na medida em que prevê a possibilidade de ocorrências marcadas pela presença de instâncias democráticas, decisórias ou consultivas, em caráter participativo e representativo, sempre que necessário.

Em apertada síntese, pode-se, assim, afirmar que a noção de democracia direta se desenvolve com base em dois componentes: o político, que é o “controle final e supremo do povo em todas as instâncias de exercício do poder”; o jurídico,

que é o “princípio democrático erigido à categoria de direito fundamental – hoje na doutrina, amanhã na prática” (BONAVIDES, 2004, p. 499).

Ao contrário do que possa sugerir uma relação oposicionista entre democracia representativa e participativa, Nogueira (2005) auxilia o debate, apontando a necessidade de que ambas caminhem juntas, a fim de que se processe uma forte confluência simbiótica. Nos termos do que sugere o referido autor, sendo a democracia participativa legítima em si mesma, sua efetividade deriva da perfeita articulação com a representativa, nos termos em que:

Ações complementares entre democracia participativa e democracia representativa mostram-se formas aprofundadas de “bom governo” – isto é, de governos que governem bem e para todos, mas que também construam culturas emancipatórias e cidadãos civicamente superiores (NOGUEIRA, 2005, p.159).

À luz do contexto de convergência acima, para o pesquisador De Toni (2009), o debate contemporâneo acerca das contradições e convergências entre democracia representativa e democracia direta faz emergir um novo conceito de democracia, qual seja a “democracia deliberativa”. Nessa proposta, segundo o autor em baila, estariam presentes formas representativas, marcadas por seus efeitos compensatórios, e participativas, baseados no exercício amplo da democracia direta, segundo os ditames de uma racionalidade comunicativa e uma disposição permanente para o diálogo e a construção de consensos sociais (DE TONI, 2009).

Também no tocante aos caminhos da participação democrática, Nogueira (2004) atesta que a participação, em regra, nas gestões contemporâneas, não tem poder efetivo, tratando-se quase sempre de espaços consultivos. Questões estruturais como orçamento, planejamento e ações estratégicas não estão sob a tutela do controle social efetivo. Diante de tal constatação, o autor em destaque aponta a existência de uma nova modelagem participativa, qual seja “participação gerencial”, definida como:

[...] outro tipo de participação que se orienta por uma idéia de política como “troca” entre governantes e governados: quanto mais interações cooperativas existirem, melhor para o sucesso eleitoral e

a legitimação dos governantes e melhor para os grupos sociais envolvidos, que podem assim ver atendida parte de suas postulações. Creio ser possível chamar esse conjunto de práticas e de ações de participação gerencial...é inegável que a participação gerencial contém importantes elementos potenciais de democratização. De um modo ou de outro ela se põe no terreno mesmo do processo decisório, por isso, pressiona em favor de sua “desilitização”, de seu alargamento e de sua inclusividade (NOGUEIRA, 2004, p. 142).

Assim, apresenta Nogueira (2004) um marco conceitual de complexa distinção entre participação política e participação gerencial. Ao contrário, pelo visto, ambas se complementariam, restando à participação gerencial um limiar analítico de cunho estritamente subjetivo, pois estaria caracterizada pelo interesse eleitoral. Ora, como não pensar numa democracia partidária sem que os interesses eleitorais estejam em evidência? Ao ver, Nogueira (2004) aponta mais efeitos alcançados pela participação do que a ocorrência de uma nova modelagem. Apesar disso, as colocações do autor, ao evidenciar o sentido positivamente interativo entre estado e sociedade e a busca dos governantes pela legitimidade social das ações públicas, são de grande valia para o presente estudo.

Da leitura e observação dos dados colhidos junto ao Pegadas, observa-se uma gama de ocorrências metodológicas onde democracia participativa e representativa postam-se ladeadas, sem prejuízo da soberania popular de que trata Bonavides (2008). Ademais, do ponto de vista jurídico, encontram-se presentes elementos do Pegadas em plena consonância aos princípios constitucionais ligados ao constitucionalismo democrático participativo também trabalhado por Bonavides (2008).

Inicialmente, a pormenorização das etapas de efetivação do Pegadas aponta para a existência de momentos participativos diretamente exercidos pelos munícipes, bem como a atuação representativa dos sujeitos. Assim, nota-se que os cidadãos amargosenses, após terem sido convidados a discutirem os problemas de suas comunidades gozaram, metodologicamente, de espaços para que exercessem suas capacidades políticas, num ambiente democrático de levantamento de demandas, em pleno exercício de sua soberania.

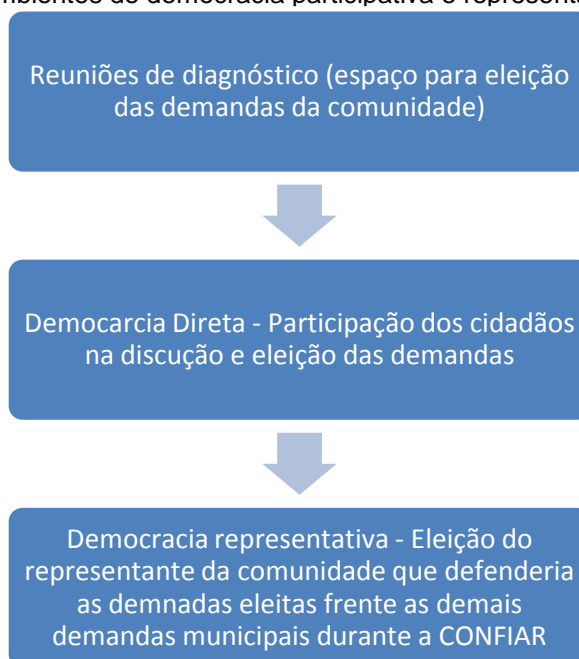
Com efeito, ainda nas mesmas reuniões em que se discutiam as demandas comunitárias, os indivíduos foram orientados a dialogar com seus pares, a fim de



que pudessem, democraticamente, eleger o rol de prioridades a serem definidas colegiadamente. Mais que isso, a instância interativa entre participação e representação esteve marcadamente presente quando da necessidade de indicação de um representante da comunidade, a fim de que pudessem ser defendidas as demandas eleitas durante a reunião de diagnósticos, quando confrontadas com as demais demandas do município, durante as Confiar's.

Na fase das Conferências Integradas de Amargosa – Confiar's, observa-se que a representatividade democrática foi operada com destaque, haja vista que somente os delegados (representantes eleitos pela comunidade nas reuniões de diagnósticos, conselheiros municipais entre outros) puderam deliberar acerca das demandas que julgaram mais essenciais ao município, segundo o confronto das demandas trazidas pelas diversas comunidades. Vide esquema abaixo:

**Esquema 02** - Ambientes de democracia participativa e representativa no Pegadas



Fonte: Elaboração própria (2014).

Segundo descreveram os organizadores do Pegadas, a ocorrência representativa se deu por razões operacionais, a fim de que pudessem acomodar satisfatoriamente representantes de todas as localidades do município, na condição de delegados, durante as Confiar's. Como restou demonstrado por Nogueira (2005) ou mesmo Bonavides (2008), modelagens participativas como essa não desnaturam os fundamentos da democracia participativa, tampouco tolgem a abrangência da

soberania popular. Embora não tenha sido alvo do presente trabalho, convém assinalar que ocorrências democráticas mais contundentes poderiam ter sido alcançada, na hipótese de ter havido cooptação direta ou indireta do voto externado pelos munícipes durante as assembleias.

Cumpra ainda anotar que o papel dos delegados não se esgota nas Confiar's, visto que, durante o referido evento, novos representantes (também delegados) foram eleitos para compor a comissão de acompanhamento das demandas então aprovadas em plenária final. Tal fato assinala com destaque a existência de uma metodologia assente em comandos participativos, de caráter político e franca interação entre estado e sociedade (importa ressaltar que durante a primeira versão do programa, 2005, tal comissão de acompanhamento foi composta por servidores e não se tem registros de sua atuação. Já na Confiar de 2009, houve um quadro compositivo exclusivo de representantes da sociedade civil, e, de igual forma, não se observaram registros formais de atuação junto ao poder público ou atividades internas da comissão).

À contundente atuação da comissão de acompanhamento do Pegadas, pugna-se pela necessidade de quadro formativo continuado dos seus integrantes, fato que não se pode verificar no conjunto de materiais estudados. É crível que a trama de poderes políticos e governamentais atuem de modo a inibir a atuação incisiva de representantes sociais dispostos a reclamar o cumprimento de deliberações do Pegadas, de modo que a qualificação dos delegados poderia despertar-lhes o sentido democrático republicano capaz de expurgar a dependência e subordinação subjetivas junto frente aos poderes públicos.

No que diz respeito ao plano de validade jurídica do processo participativo estampado pelo Pegadas, verifica-se que o Decreto responsável por sua criação, número 082/2005, reveste-se de adequação normativa. Atento aos comandos inculpidos na Lei maior, o poder público municipal se valeu também da legislação infraconstitucional afim de amparar a criação e execução do Pegadas. Para tanto, amparou-se da Lei Orgânica do Município para fundamentar a necessidade de resguardar a soberania popular, através do que está posto no Art. 78, inciso XXI, em que versa sobre “estimular a participação popular e estabelecer programas de incentivo para fins no art. 12 desta lei”, assim como também no que versa o Art. 15, inciso I, o qual diz:

Garantia de participação dos cidadãos e de suas organizações representativas na formulação, controle e avaliação de políticas, planos e decisões administrativas, através de Conselhos, audiências públicas, além de mecanismos previstos na Constituição Federal e Estadual e nos que a lei determinar (AMARGOSA, 1990).

Dessa forma, observa-se que não há carência de pressupostos legais para validação do Decreto que cria o Pegadas. Ao contrário, o mesmo obedece a imperativos expressos numa ordem constituinte que reclama dos seus cidadãos um agir político constante e intenso, no sentido do que já se abordou em Bonavides (2008). Como aponta o referido autor, o império, com exclusividade ou vasta ocorrência, da democracia representativa atende a interesses estranhos à soberania político-popular, cuja existência e efetividade depende de programas participativos como o Pegadas.

Por fim, insta ressaltar que a legitimidade mais importante alcançada pelo programa em estudo residiu não apenas no plano de validade do ponto de vista da ordem jurídica vigente (KELSEN, 1999), mas sim da interação concreta estabelecida entre a sociedade amargosense e o poder público municipal. Enquanto o ordenamento racional-legal tem na norma a fonte do poder decisório, ocorrências participativas, de cunho político, alcançam legitimidade a partir da horizontalização do poder decisório, conforme restou evidenciada a metodologia exposta e observada durante o Pegadas. A participação e a representação verificadas no âmbito institucional do programa em estudo revelaram-se indutoras da soberania popular ao inserir sujeitos sociais outrora estranhos à definição das intervenções públicas.

## 6.2 O PEGADAS SEGUNDO A TEORIA DEMOCRÁTICA DE CAROLE PATEMAN: caráter pedagógico da participação ante a possibilidade de os indivíduos transcenderem a dimensão pessoal de interesses em favor da coletividade

O debate referente às posições que a participação e a representação podem ocupar num dado ordenamento democrático foi tema abordado exhaustivamente por Carole Pateman (1992). A citada autora discute em suas análises o fundamento validador da participação em ambientes democráticos marcadamente localizados. À tal empreitada observa-se a preocupação de Pateman em discorrer sobre o

cientificismo que envolve os estudos ligados à chamada democracia contemporânea.

Descreve Pateman (1992) que, à luz de contextos anti-totalitaristas, emergiu um conceito de democracia representativa com o propósito de apontar enquanto mito a teoria participativa, então apontada enquanto um tipo “clássico”. Os fundamentos de tal asserção teórica foram expostos por autores como Joseph Schumpeter (1961), autor para quem duas características confirmam os motivos pelos quais a participação das pessoas na democracia deve ser limitada. Primeiramente, pela urgência de revisar drasticamente as propostas dos teóricos clássicos, que pregavam a máxima participação popular. A segunda, por sua vez, demonstra preocupação com o sistema político e os pré-requisitos essenciais para a manutenção da estabilidade, o que leva a conceber a máxima necessidade de uma democracia de baixa intensidade participativa.

Ao lado de Schumpeter, para os teóricos e sociólogos da política, tais como Dahl (1967) ou Sartori (1994), a ampla participação popular semostrava perigosa e geradora de instabilidades governamentais. Nessa seara, muitas teorias democráticas contemporâneas enfatizam os perigos trazidos pela ampla participação popular, além de questionar a viabilidade de se colocar a democracia, enquanto governo do povo por meio da máxima participação do povo, em prática efetiva. Em síntese, para os teóricos da democracia representativa, a democracia se exerce pelo esvaziamento dos canais de interação política que se possam suceder diretamente entre governantes e governados.

Conforme se observa nos dias atuais, os fundamentos democráticos de destaque representativo, em detrimento da ascensão participativa, fizeram marcas na cultura política brasileira hodierna. Com destaque para as gestões do governo do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, quando à frente do Executivo Federal entre os anos 1995 a 2002, autores como Bonavides (2008) e Paula (2008) desnudam com detalhes a sequência de ocorrências e fundamentos que alicerçam o aprofundamento de uma democracia cada vez mais representativa. Segundo se observa, a referida gestão assinalou a ampla redução dos canais de interação política entre Estado e sociedade no que se refere aos rumos das políticas públicas. Para o então Ministro da reforma do Estado – MARE, no governo peessedebista em comento, a participação estaria adstrita a avaliação/mensuração das políticas públicas que chegam às populações, jamais atuando diretamente no seu

direcionamento planejamental, atividade de competência exclusivamente técnica por excelência (PEREIRA, 1997). Não por acaso, chegou a apontar o próprio presidente da república, Fernando Henrique Cardoso - FHC, em entrevista que, em sua visão política, “Democracia se faz é no congresso” (apud DAGNINO 2004), expressando assim a forte vinculação existente com as ideais de democracia trazidas por Schumpeter (1961), para quem os únicos meios abertos de participação são o voto no líder e a discussão. Referindo-se acerca do momento políticoneoliberal implantado pelo então presidente FHC, aponta Dagnino (2004) que:

Assim, o projeto neoliberal operaria não apenas com uma concepção de Estado mínimo, mas também com uma concepção minimalista tanto da política como da democracia. Minimalista porque restringe não apenas o espaço, a arena da política, mas seus participantes, processos, agenda e campo de ação. (DAGNINO, 2004, p14).

Enquanto expoente jurídico dos mandamentos democráticos representativos que alijam a participação, observa-se a utilização descontextualizada e de interpretação não sistemática do princípio constitucional da Eficiência. Tal princípio foi introduzido no ordenamento jurídico pátrio em 1998, através da emenda Constitucional Nº 19 que inseriu a eficiência enquanto um dos princípios norteadores da administração pública (ao lado da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade). Sob o auspício de garantir uma melhor prestação dos serviços públicos, o referido princípio importou na regulamentação normativa capaz de tornar marginalizada a participação política dos indivíduos em nome de uma maior celeridade na tramitação do processo decisório público.

Ocorre, porém, que o constitucional princípio eficientista, originariamente ligado à ciência da administração, não se adapta ao ordenamento constitucional brasileiro sem as devidas adequações à vigência de um estado democrático de direitos. Nesse sentido, a eficiência da administração pública deve ser acoplada ao implícito princípio da participação, afim de que não alcance antinomia jurídica nociva ao ordenamento normativo em vigor (JESUS, 2013).

Com o intuito de responder aos fundamentos teóricos que balizam a teoria democrática representativa com exclusividade, Pateman (1992) alcança análises que apontam para a necessidade de se pensar a democracia numa perspectiva de

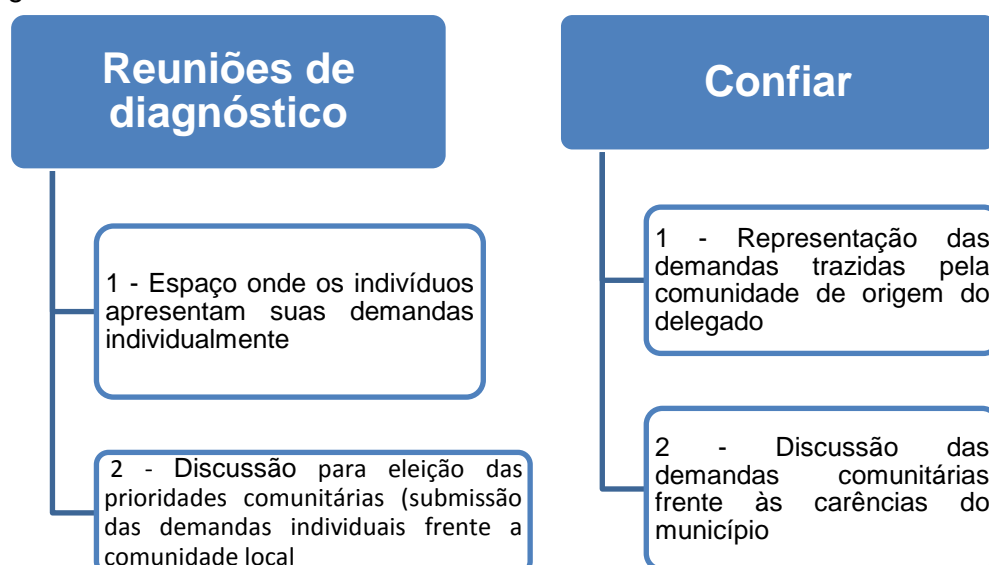
procedimentos localizados e aptos a produzir nos indivíduos a consciência coletiva do viver social. Para tanto, Pateman (1992), apoia-se nas teses democráticas de Rousseau (2007), destacando-o como sendo o teórico por excelência da participação. Conforme se observa, a teoria política de Rousseau encontra arrimo na participação individual de cada cidadão no processo político.

Com efeito, nas lições de Pateman (1992), a participação é bem mais que apenas um instrumento protetor da democracia, visto que exerce também função formadora de caráter, função educativa. Nesse sentido, é participando das decisões políticas que os cidadãos aprendem a participar. E não apenas a participar, mas a pensar no interesse público. Além disso, a participação provoca a integração da sociedade em suas várias composições.

No tocante à tipologia participativa desenvolvida verificada durante a execução do Pegadas, pode-se observar, através de sua pormenorização metodológica, a existência de uma gama de oportunidades pedagógico-democráticas. Seja pela disponibilização de espaços de interação dialógica entre demandas individuais, o conjunto de necessidades de uma comunidade e, mais que isso, a elaboração de um quadro geral de carências do município como um todo.

Como se observa do quadro abaixo, os espaços de participação, direta ou participativa, estiveram em evidência em, pelo menos, dois momentos nas fases de execução do Pegadas.

**Quadro 05** - Momentos de exercício da democracia participativa verificados na metodologia do Pegadas.



Fonte: Elaboração própria (2014).

Como se vislumbra da modelagem participativa esboçada no Pegadas, em determinados momentos foi possível comportar ambientes propícios à ação pedagógica democrática participativa, ao estimular nos sujeitos o exercício do direito de reivindicar melhorias pessoais, mas reconhecendo a submissão de tais interesses ante às necessidades de caráter coletivo. A utilização de escala de prioridade das demandas surgidas durante a reunião de diagnóstico ou mesmo sua sistematização deliberativa durante a Confiar desempenhou importante papel para que a população atentasse à escassez de recursos disponíveis para atendimento das demandas. Tal fato, sem dúvida corrobora para a associação de uma proposta responsiva intimamente ligada ao programa.

Dentre os ambientes participativos verificados no curso do Pegadas, as reuniões de diagnóstico destacam-se com grande fervor, haja vista seu planejamento e técnicas de operacionalização apontadas. Marcadas pela capacitação prévia dos interlocutores representantes do poder público municipal, os referidos encontros mereceram a atenção desta pesquisa por terem apresentado proposta participativa forjada em importantes elementos pedagógicos:

1. **A preparação dos agentes** – Segundo se pode observar do material teórico acerca da fase de planejamento do Pegadas, os servidores que estariam encarregados de conduzir as reuniões setoriais receberiam aporte teórico no sentido de desenvolver falas e métodos de abordagem atentos a estimular nos moradores das localidades falas, sugestões, críticas, bem como estimular o debate. Além disso, deveriam concatenar as proposições levantadas pelos moradores, através de formulários próprios, onde se poderiam sintetizar as falas em torno dos seguintes eixos: “A comunidade que temos”, “A comunidade que queremos”, “Ações”, “Prazos” e “Responsáveis”. A chegada da equipe municipal com antecedência de algumas horas antes da reunião, a fim de realizar a “varredura ecológica”, aponta a preocupação do programa em criar condições mais interativas entre os organizadores e participantes do Pegadas;

2. **O local e horários dos encontros** – Para esse ponto, observa-se a felicidade do programa ao ter conduzido práticas participativas inicialmente para próximo das comunidades. Acredita-se que a realização dos encontros de diagnóstico em horários compatíveis com a disponibilidade dos moradores (quase sempre à noite) assim como em locais de identificação cotidiana (escolas, igrejas, vendas e casas de moradores da própria região) tenha possibilitado um clima intimista apto à exposição mais participativa dos moradores, ocorrência que restaria prejudicada em reuniões de maior contingente ou em ambientes estranhos à comunidade visitada;
  
3. **Rotina das reuniões** - Após a apresentação do programa e um diálogo prévio com os moradores, a metodologia utilizada pela equipe municipal consistiu na identificação das demandas locais, a partir de desenhos, falas e textos que, posteriormente, passaram a ser agrupados nos sentidos de que fossem alcançados os pontos comuns entre as demandas individualmente apresentadas (Diagrama de Venn). Conforme se pode ver das imagens a seguir, a metodologia dos encontros visava a uma ambiência participativa com o propósito de que fossem sistematizadas as carências e intervenções necessárias à região. Não bastasse isso, observa-se que os organizadores tiveram preocupação em discutir com os moradores a responsabilização pela ação interventiva das demandas bem como o prazo de atendimento. Tal fato, ao ver, desperta nos indivíduos a importância do planejamento, visto que tiveram condições de saber onde, o quê e quando cobrar as benfeitorias de que careciam.



### Imagem 12 - Reuniões de diagnóstico



Fonte: PMA (2009).

Insta apontar que, neste trabalho, não se cuidou de enfrentar análises ligadas a eventuais manobras do poder público durante o processo decisório ou mesmo a influência ou poder exercido por determinados indivíduos ante o grupo. Segundo estudo realizado por Abers (2000), a literatura relacionada à participação aponta alguns “problemas” ligados à operacionalização dos programas que se sucedem, entre eles está o da cooptação, segundo o qual, mesmo que os espaços de participação sejam genuinamente representativos, o desequilíbrio entre governo e os participantes, no que se refere ao controle de informações e dos recursos, faz com que a participação seja manipulada em favor dos membros do governo.

Já no que tange aos ricos instrumentais da dinâmica participativa, Souza (2001) destaca que, entre os problemas da participação, reside a possibilidade de os programas revestirem-se em instrumentos de manipulação e subordinação de grupos hegemônicos. De igual modo, assevera Teixeira (2000) que a prática “participacionista” não exclui certos artifícios, do jogo de influência ao que se denominou como sendo “clientelismo de esquerda”, nem da instrumentalização das associações para diferentes fins eleitorais (TEIXEIRA, 2000).

As contribuições de Pateman (1992) evidenciam a necessidade de um viver democrático patrocinado por ações cotidianas ligadas ao enfrentamento de demandas individuais em contraposição com interesses coletivos. Então, neste cenário, estar-se-iam expostos fundamentos verdadeiramente voltados à prática democrática. Desse modo, sob o jugo exclusivo dos interesses individuais, restaria plenamente alijada qualquer ocorrência democrática. De face oposta, o Pegadas descreve uma modelagem participativa oportunizadora de experiências pedagógicas em favor de um regime democrático eficaz, dada a fartura de ocasiões em que os indivíduos foram chamados a definirem as decisões que seriam planejadas, bem como confrontarem as necessidades locais dos sujeitos ante as necessidades da coletividade.

Ao aprofundamento da questão pedagógica trazida pela metodologia desenvolvida pelo Pegadas, cumpre destacar que a educação informal é alvo do sistema normativo vigente, como se colhe da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96, que, já em seu artigo 1º assevera que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, esteve o Pegadas inserido socialmente enquanto um dos diversos conjunto de práticas sociais aptas a exercícios educativos informais, tal como se verifica nas atividades junto aos Conselhos de políticas públicas, associações comunitárias, sindicatos etc. A não formalização educacional dos espaços de convivência política foi alvo da atenção de Gohn (1999), no que tange ao fortalecimento da cidadania. A citada autora propõe uma ampliação no conceito de educação, a fim de que não se restrinja aos processos de ensino aprendizagem no interior das unidades escolares formais. Nesse diapasão, busca-se transpor os muros da escola para alcançar espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo e da administração pública.

Face ao exposto, tem-se na educação informal a condição elementar à democratização da gestão pública. Tal assertiva reside na necessidade de

superação das formas autoritárias de gestão e a aceitação de ideias de autonomia, de responsabilidade e de diálogo. Diante disso, importa ao estado garantir a existências de espaços educativos atentos ao desenvolvimento integral do indivíduo para sua inclusão na sociedade, através da formulação de uma consciência social aberta à mudança e à participação (CABEZUDO *apud* BRARDA & RÍOS, 2004, p. 33).

A experiência participativa como a que se descreve no Pegadas presta-se, portanto, à democratização da gestão pública, constituindo-se em espaços educativos não formais, pautados na prevalência da soberania popular. Tal postulado é reforçado a partir das contribuições sócio-pedagógicas de Freire (1995), quando afirma que a cidadania se opera através da presença ativa e crítica dos sujeitos em relação à *res* pública. No mesmo sentido, apontam as análises de Ricci (2006), para quem os processos participativos constituem-se em espaços educativos por excelência que reclamam uma prática pedagógica capaz de nortear o processo de formação política dos sujeitos.

Apesar do presente trabalho não se prestar a analisar a operacionalização material do Pegadas, é mister a necessidade de se pensar os desafios inerentes aos processos pedagógicos democratizantes. Dentre tais obstáculos a serem superados, aponta Ricci (2006) a relação comunicacional que envolve técnicos da administração pública e a sociedade interessada. Assim, a decodificação dos conceitos técnicos torna-se item de primeira necessidade à compreensão das questões a serem discutidas e a tomada de decisão através de uma relação dialógica. Ademais, verifica-se a grande necessidade de que as políticas públicas respondam em sua máxima inteireza às reais demandas sociais ou forneçam condições estratégicas para tanto. Insta registrar também que o caráter pedagógico da ação democrática participativa nem de longe tem o condão de afastar a ocorrência de conflitos inerentes à ação humana. Contudo, pode-se falar na capacidade dos sujeitos de aprenderem a discutir suas demandas conflitantes, de maneira a contribuírem à construção de uma solidariedade negociada entre setores sociais multivariados.

Ocorre que, diante da ausência de modelagens participativas ideais, a questão da legitimidade decisória vem assumindo papel de destaque no cenário das administrações que se debruçam em alcançar decisões efetivamente pautadas no interesse público. De modo geral, ainda nos dias atuais, operam-se gestões cujos representantes não se atentam, em suas decisões, ao interesse dos seus

representados, de modo a não transporem as barreiras do individualismo que impedem o alcance coletivo do viver democrático. Muitos gestores, após a vitória nas urnas, acreditam possuir um verdadeiro “Cheque em branco” que os torna aptos a falar e decidir indistintamente pelo coletivo, ocorrência já demonstrada por Bonavides (2008) enquanto estranha ao ordenamento democrático constitucional hodierno.

A concepção pedagógica participativa que se discute teria a missão precípua e elementar de fortalecer a democracia, através do desenvolvimento de capacidades nos cidadãos que os tornem aptos a interagirem com seus pares bem como com os governantes (por meio de espaços próprios ou não), com o propósito de resolverem pacificamente os mais diversos conflitos que marcam a sociedade e em respeito ao bem comum e à soberania popular (PONTUAL, 2000).

No dizer de Pontual (2000), indo ao encontro do que prescreve Pateman (2002), uma democracia participativa exigiria dos cidadãos a ampla capacidade de julgar criticamente os acontecimentos, a fim de superar a lógica imanente ao individualismo. Somente assim seria possível se alcançar dimensões coletivas que assinalam o agir democrático, através de condutas comunicativas então ligadas ao quadro de demandas que compõe uma dada realidade.

Também para Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004), as experiências participativas representam ambiente educativo próprio à vivência coletiva, de modo que se retroalimenta a partir do “treinamento democrático”. Sobre o tema, apontam os autores que:

O ‘treinamento democrático’ no âmbito de uma cidade é vital para a formação do futuro cidadão, consciente de seus direitos, responsável pelos seus deveres e sensível aos problemas de todos que são também os deles, na medida em que assim tenha sido educado: por uma sociedade aberta e transformadora.(GADOTTI, PADILHA E CABEZUDO, 2004, p.97).

Os pesquisadores que advogam em favor de práticas participativas, enquanto instrumentos de fortalecimentos da democracia, rebatem a todo custo o argumento acerca da impossibilidade de se superar o individualismo presente nas relações sociais. Dessa forma, a participação apresentar-se-ia enquanto a própria escola

política que permite a expansão da habilidade comunicativa dos sujeitos, seja pela compreensão acerca do funcionamento institucional da democracia, como também dos valores democráticos e da solidariedade social (DIAS, 2002). Seguindo tal perspectiva, observa-se o que Dias discorre sobre a teoria educacional da participação, a qual argumenta que “é a noção de bem público ou um sentimento comunitário são adquiridos no exercício da própria participação” (DIAS, 2002, p. 03-04).

A partir da leitura e interpretação do desenho metodológico esposado pelo Pegadas, observa-se que a discussão acerca da tomada de decisões públicas tem no diálogo com a sociedade civil sua principal ferramenta educativa. Nessa perspectiva, a conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro (FREIRE, 1981, p. 93 e 141). O diálogo comunicativo entre os sujeitos traduz-se, por sua vez, na capacidade de os cidadãos atuarem de modo a defenderem as próprias necessidades, respeitando as dos outros. Ou seja, representa a habilidade dos sujeitos em lidar com o desejo próprio e do outro, construindo um nós. Desse modo, vislumbra-se o exercício interacionista para o qual o sujeito sintá-se legitimado enquanto membro do processo dialógico – democrático (PONTUAL, 2000).

Uma terceira dimensão metodológica do Pegadas que merece destaque no que se refere ao caráter pedagógico do programa, refere-se à etapa de prestação de contas e acompanhamento da execução das metas então deliberadas. A primeira, prestação de contas, ocorreu quando da realização da Confiar do ano de 2009. Na ocasião, o poder público municipal apresentou aos participantes do evento um quadro de realizações públicas efetivadas durante os últimos quatro anos da gestão, assinalando as demandas da versão anterior do programa para as quais ocorreu a intervenção do poder público, bem como justificando as omissões, nos termos do anexo 26.

Segundo o material a que se teve acesso, não se verificou a existência de prestações de contas mais intensas e constantes ao longo da gestão responsável pelo programa. Tal preocupação reside no fato de que os resultados concretos da participação tendem a produzir um efeito positivo, como regra, na medida em que estimulam e reforçam a participação dos indivíduos. Contudo, o inverso também pode converter-se numa realidade, visto que demandas não atendidas tendem a desestimular a participação. Tem-se que a ampliação dos canais de prestação de

contas do Pegadas, através de rádio, carro de som, *outdoor's* ou material impresso, poderia ter impactado positivamente no envolvimento e identificação dos cidadãos com relação ao programa, reverberando favoravelmente à práxis pedagógica estimuladora e mantenedora do programa.

Ainda, não se pode deixar de atentar para a questão da Comissão de acompanhamento do Pegadas, enquanto vetor de uma ação pedagógica efetiva. Como dito anteriormente, não se localizaram registros que dessem conta de eventuais ações de capacitação destinadas aos delegados da Confiar que compuseram a referida comissão. De igual modo, não se verificaram eventos ligados à comissão em baila, fato que revela uma lamentável ação estanque e pontual do programa, somente se efetivando a participação política dos indivíduos durante a fase das reuniões de diagnóstico e na Confiar, dado o forte impulso estatal exercido. Contudo, do ponto de vista do desenho metodológico, alvo de análise do presente estudo, o Pegadas revela ter alcançado seu papel pedagógico no plano conceitual ao ter dimensionado espaços voltados à prestação de contas e monitoramento das ações.

A importância do Pegadas para a ação pedagógica participativa ganha destaque em face da realidade pouco participativa contemporânea. Embora aponte Gandin (2001) que, na América do Sul, as instituições educativas formais venham contribuído para o surgimento de ações participativas, do ponto de vista da ação não-formal o quadro é outro. Poucos são os espaços comunitários ou públicos (Associações, Sindicatos, Administrações públicas) formais voltados a estimular nos indivíduos condutas interventivas capazes de caráter político. Nesse diapasão, aponta De Toni (2009) que os partidos políticos, dos quais se esperavam projetos gerais de sociedade, grosso modo, estão ausentes na atividade de intermediação entre sujeitos individuais e coletivos. Ao contrário, assevera ainda o autor, estão cingidos pela corrupção e de costas para a democracia interna e a representação social e que de um modo geral, os partidos “não são “educadores coletivos” no sentido gramsciano, pelo contrário, não se constituem em “escolas de governo”, nem acumulam capacidade para governar”(DE TONI, 2009, p. 11).

Diante de tal situação, propostas participativas como o Pegadas merecem ser aclamadas do ponto de vista de seu desenho democrático, haja vista contribuir ao estímulo e capacitação participativa dos sujeitos. Assim, seja nas reuniões de diagnóstico, seja nas CONFIAR's, quase 10% de uma cidade experimentou a

possibilidade de vivenciar momentos de discussão sobre as demandas locais e do município como um todo. Em tal ocasião, observou-se interação dos cidadãos entre si e o poder público, respeitando os direitos de fala, exercitando a oitiva dos interlocutores, votando e compreendendo os canais pelos quais se processam a tomada de decisões colegiadas.

Segundo se observa, a proposta metodológica do Pegadas guarda missão de estimular a capacidade argumentativa dos sujeitos, tornando efetivamente legítimo o planejamento consolidado nas gestões que tiveram início nos anos de 2005 e 2009. Como resultado esperado, o programa desenha-se de forma a fazer com que os sujeitos sociais atuem na elaboração das políticas públicas, de forma que uns não se alienem aos outros, considerados donos do saber.

Ainda sob a perspectiva da ação pedagógica insculpida pelo Pegadas, merece assinalar a preocupação expressa pela municipalidade amargosense em reverter o tradicional sistema político-eleitoral, que estaria fincado em estruturas de favor e tutela. Ou seja, o Pegadas fora proposto metodologicamente a redimensionar o processo decisório, retirando do chefe do executivo a plenitude de poderes historicamente centralizado. Como um verdadeiro “cheque em branco”, os gestores manuseiam a máquina pública a serviços de decisões que lhe parecem mais convenientes (seja em favor de um suposto bem comum, ou mesmo em desvio de finalidade pública). Nesses termos, o desenho participativo observado no Pegadas assinala a missão de apresentar à sociedade a oportunidade pedagógica de construir com o poder público novas formas de interação entre estado e sociedade, a partir da horizontalização do processo decisório.

A arena pertencente ao planejamento participativo do Pegadas constitui, sem dúvida, ambiente propício à ação pedagógica participacionista, cujo pesar reside em sua existência relativamente estanque. Conforme se tem registros, após o período de oitiva social por meio das reuniões de diagnóstico, num intervalo de aproximadamente nove meses, as Confiar's foram realizadas em apenas dois dias em cada versão do programa (2005 e 2009). Embora se reconheça a complexa logística de mobilização, hospedagem, transporte e alimentação, enquanto vetores de concentração do evento, restou prejudicada uma ação pedagógica mais constante pautada em encontros regulares no curso dos quatro anos de cada gestão em que se processou o Pegadas. Tal fato ajuda a compreender a falta de atuação dos comitês de acompanhamento do programa nas edições de 2005 e 2009.

Segundo estudo já realizado sobre o Pegadas, o então prefeito municipal, Valmir Sampaio, e o responsável pela criação e implantação do Pegadas, Raul Lomanto, chegam a reconhecer, em entrevista, que, de fato, o monitoramento e a avaliação constituem o eixo mais deficiente do programa (SANTOS JUNIOR, 2014).

Outra categoria analítica que auxilia na compreensão do aspecto pedagógico do Pegadas refere-se às falas de participantes, colhidas em pesquisa acadêmica desenvolvida por Santos Júnior (2014). Segundo se pode observar, os participantes atestam perceber o programa enquanto um mecanismo revelador de uma nova forma de pensar a política, conforme se vê abaixo:

Os conselhos, participei dos conselhos, nas discussões, nas conferências. A gente sempre estava, o PEGADAS não só a mim, como algumas pessoas próximas a mim teve essa visão. Ele também ajudou a gente ter essa consciência, que precisamos participar do processo democrático. (Entrevista concedida por moradora da localidade rural denominada Serra do Ribeirão). (SANTOS JUNIOR, 2014, p. 37).

Ou ainda:

O PEGADAS serviu como um despertar, como se dissesse assim acorda que ainda dá tempo! Eu vejo que o PEGADAS veio nessa linha. E depois de tudo ele serviu para a gente trabalhar com a preocupação na organização. A gente se organizar de várias formas para que a gente conseguisse defender os nossos direitos, mas de uma forma bem democrática, era assim que o trabalho era feito e que a gente conseguisse ter uma outra visão[...].(Entrevista concedida por moradora da localidade rural denominada Tamanduá).(SANTOS JUNIOR, 2014, p. 37).

Fala também marcante refere-se à descrição de como os participantes do Pegadas acompanharam o adimplemento das demandas então aprovadas na Confiar, onde se vê que:

Olha, eu fazia isso da seguinte forma. Tudo aquilo que foi listado,



então aquilo que tinha um tempo, por exemplo, curto prazo, eu tinha o interesse, o meu esforço de dedicar meu tempo pra vim até o gabinete, dos secretários que eram responsáveis pelo setor e ai eles iam me dizendo em que ponto se encontrava. Aquilo que estivesse travado eles me diziam, olha não deu certo hoje por esse motivo, por esse por aquele.[...].(Entrevista concedida por moradora da localidade rural denominada Tamanduá). (SANTOS JUNIOR, 2014, p. 37).

Assim, através de sua metodologia, segundo demonstram também as falas acima, o programa teria oportunizado ambiente pedagógico destinado à compreensão do exercício da democracia participativa, bem como estimulado a cultura de acompanhar o planejamento, através de uma relação dialógica entre Estado e sociedade.

Por ora, tem-se que o mérito dos programas participativos, dos quais o Pegadas seria uma espécie, parece não estar necessariamente imbricado aos ganhos materiais para segmentos de baixa renda, mas sim na “ampliação da participação e do poder de decisão para grupos anteriormente excluídos do processo decisório” (SOUZA, 2001). Ocorrência essa marcadamente em acordo ao fundamento democrático participativo esposado por Pateman (1992). Nesse sentido, tem-se que os processos participativos configuram-se em espaços de formação cidadã e de desenvolvimento de valores essenciais à vivência democrática, como autonomia, solidariedade e alteridade, conforme se vislumbra no quadro metodológico do Pegadas.

### 6.3 O PEGADAS ENQUANTO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO SEGUNDO A TEORIA DE DANIEL GANDIN

Conforme visto no capítulo I, a questão do planejamento participativo, segundo Gandin (2001), está inserta num conjunto de proposições nucleares, cuja análise do caso concreto ligado ao Pegadas reclama um olhar mais detido. Em resumo, busca-se, nesse momento, averiguar se o programa em análise apresentou desenho metodológico apto a ser enquadrado enquanto espécie do gênero planejamento participativo.

À empreitada acima, seguindo o ferramental teórico disponibilizado por Gandin (2001), tratou-se de estruturar os elementos essenciais à definição do tema em estudo. Nesse sentido, segundo o referido autor, três são as circunstâncias essenciais para que se processo um planejamento participativo, nos termos do quadro a seguir:

**Quadro 06** –quadro estrutural ligado ao planejamento participativo, segundo Gandin (2001).

| ASPECTO ESTRUTURAL A SER VERIFICADO             | FASE/CARACTERÍSTICAS  |
|---|---|
| Núcleo Estruturante da proposta participativa.  | I –“O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para a Administração”;   |
|   | II – “O Planejamento Participativo tem uma visão própria de participação”;  |
| Níveis em que se pode processar a participação. | Nível Colaborativo – Apenas contribui naquilo que foi convocado;  |
|   | Nível Decisório – Apenas opina nas decisões autorizadas pela chefia, segundo quadro de opções prévio;   |
|   | Nível Construção em Conjunto – Os sujeitos interpretam a realidade que o cerca, fazem sugestões interventivas e aprovação ações efetivas de maneira autônoma. |
| Momentos da proposta participativa.             | 1º Momento - Marco Referencial:<br>Fase situacional;<br>Fase doutrinal;<br>Fase Operativa.  |
|   | 2º Momento – Marco Diagnóstico.   |
|   | 3º Momento – Marco da Programação.  |

Fonte: Gandin (2001).

Seguindo o quadro elaborado a partir das contribuições de Gandin (2001), tem-se que a atividade de planejamento que comporte as dimensões acima, gozaria de condições de ser declarada enquanto Planejamento Participativo. É certo que a problemática que envolve a questão da participação não reside com exclusividade na escolha metodológica, não podendo ser resolvida, portanto, no campo epistemológico. Antes, trata-se sempre de um posicionamento político e existencial do agente estatal ou dos atores sociais, cujas causas e consequências são sempre difusas e marcadas por uma complexa rede de interesses.

Convém sempre destacar que, segundo Tony (2009), em verdade, a imensa maioria dos processos que se tem como planejamento participativo trata-se de mero

processo informativo, de terapia grupal ou de mera consulta pública. De modo que não se enquadram aos processos autênticos de “planejamento”.

Como já se disse alhures, participar é horizontalizar as relações de poder. Ou seja, como regra, pode-se dizer que, no intuito de romper com as técnicas tradicionais de planejamento assentes em interesse exclusivamente técnicos e/ou econômicos, a proposta de programas participativos como Pegadas é de oferecer aos cidadãos espaços para atuarem na condução dos rumos das ações estatais. Colhendo-se do quanto exposto no Decreto municipal de criação do Pegadas (Nº082/2005), tem-se que restou clara a intenção da municipalidade em romper com as práticas habituais de postura política, que repercutem em favor do apoderamento estatal por parte das elites locais e do clientelismo eleitoral. Diante desse quadro de proposta renovadora, apontam os idealizadores do programa em estudo que:

O PEGADAS surgiu como a necessidade de implementar uma nova cultura do cidadão em relação à gestão municipal. É a população levantando suas reais demandas, apontando caminhos de soluções, sendo sujeita da tomada de deliberações (AMARGOSA, 2005).

Diante da realidade metodológica concreta e com base nos ensinamentos de Gandin (2001), pode-se apontar para a questão do **Núcleo Estruturante** da proposta participativa do Pegadas, onde se verificou que:

I - O desenho metodológico do Pegadas permite tratá-lo como mais do que uma ferramenta para a Administração. Ou seja o conjunto de produtos institucionais ligados ao programa (tais como o Censo municipal, levantamento toponímico, quadro de demandas setorizado, mapa de ecológico da região etc), sua proposta, do ponto de vista metodológico, descreve ocorrências marcadamente úteis à formação de indivíduos capazes de ler, interpretar, propor e intervir com melhorias públicas para o município. Em tal contexto, pode-se mesmo apontar um fomento pedagógico participativo voltado à formação de sujeitos participativos politicamente. Ainda, observa-se que a partir do levantamento de demandas locais, em confronto com estrutura mais abrangente de demandas, seja nas reuniões de

diagnóstico, seja nas Confiar's, o Pegadas contribuiu em sua estratégia participativa para que os sujeitos compreendessem o sentido e alcance da horizontalização do processo decisório público. Como aponta Gandin (2001), o foco da metodologia empregada pelo Pegadas não esteve centrada em fazer corretamente as coisas, mas tão somente em “fazer as coisas certas”. Leia-se, com isso, atender com a maior precisão possível o conjunto de demandas públicas definidas enquanto mais prioritárias pela própria sociedade;

II – No que diz respeito ao segundo núcleo estruturante disposto no quadro acima, pode-se destacar que o desenho participativo do Pegadas foi também expressão de ocorrência de interação autônoma e consistente dos indivíduos que se fizeram presentes nos eventos do programa. Em síntese, a simples presença de contingente de aproximadamente 10% da população envolvida no Pegadas não teria o condão de transformar o programa numa ação participativa, visto que tal forma de planejamento reclama a efetiva intencionalidade dos sujeitos que atuam no processo. Assim, respeitada a liberdade dos munícipes em analisar a realidade percebida (Como através de painéis onde descreveram a região em que vivem e a que desejam, e a necessidades mais urgentes), bem como a liberalidade para apontarem e discutirem com seus pares o quadro prioritário de demandas da comunidade, configuram ocorrência caracterizadoras de uma nova realidade político-administrativa em favor de um substancial planejamento participativo.

Importa também registrar que, no tocante aos questionamentos que reclamam um olhar dos processos participativos sob o ângulo da fraude processual ou da cooptação dos participantes, tem-se que o presente estudo, embora reconheça a necessidade de estudos aprofundados a respeito, não comportou tal dimensão analítica. As análises aqui esposadas limitaram-se apenas ao aprofundamento das questões metodológicas do programa, do ponto de vista do desenho participativo planejado e executado.

Para a questão dos níveis em que se processam as práticas dito participativas de forma tradicional, cabe verificar que os dados observados, do ponto de vista do

olhar organizacional, afastam a incidência de **níveis participativos** do tipo colaborativo e decisórios pelas razões que se passa a expor.

Precipuamente, cabe retomar a conceituação vista no capítulo I e sucintamente esboçada no quadro acima, para destacar que o nível participativo ligado ao tipo “colaborativo” encerra formas legitimadoras da ação estatal que em nada (ou muito pouco) contribuem ao planejamento participativo em suas dimensões basilares. Sob o tema, aponta Gandin (2001) que o nível colaborativo apenas serve-se da presença dos indivíduos para que se cumpram as determinações impostas, variando conforme a capacidade das autoridades em motivar ou impor a “participação” dos sujeitos. A título de exemplo, pode-se destacar a participação de voluntários que atuaram na execução do evento futebolístico internacional que ocorreu no Brasil em junho de 2014 (Copa do Mundo de Futebol). Nesse caso, a ação dos voluntários é vertida apenas para execução de regras, metas e fins previamente definidos, restando-lhe tão somente a execução das tarefas disponibilizadas.

Já o nível participativo ligado ao processo “decisório formal”, representa ocorrências em que a participação aproxima-se sensivelmente de práticas efetivamente democráticas. Contudo, em tal nível, conforme aponta Gandin (2001), as decisões alvo de deliberação são apresentadas pela Chefia. Como via de regra, tratam-se de decisões pontuais, que não alcançam o nível estratégico da instituição. Nesse formato de participação, os indivíduos decidem por uma concessão da alteridade que os convoca para determinadas pautas deliberativas. Num grande volume de casos, podem-se exemplificar as ocorrências marcadas pelo Orçamento Participativo, segundo as quais os participantes apenas respondem pelo destino de uma pequena porcentagem de recursos concedida pelo Chefe do executivo, bem como pela escolha de ações comumente indicadas pelo poder público.

Ocorre que a exaustiva análise dos meandros metodológicos em que se sucedeu a operacionalização e conceituação do Pegadas não permite enquadrar o referido programa nos níveis colaborativos ou mesmo decisório de participação. Ao contrário, vislumbra-se hipótese participativa descrita como “Construção em Conjunto”. Tal espaço de participação é destacadamente apontado por Gandin (2001) como sendo aquele voltado à ação autônoma dos sujeitos a refletirem, compreenderem e intervirem efetivamente na realidade que os cerca. Nesse nível colaborativo, os indivíduos participam em favor de si próprios (e da coletividade onde

se inserem), estando em condições de discutir e deliberar questões nevrálgicas à sua realidade, por mais estruturais que sejam.

Nesses termos, o nível participativo da Construção em conjunto pode ser observado numa vasta sequência de fases ligadas à execução metodológica do Pegadas. A saber, resta evidente a tentativa de buscar a horizontalidade do processo decisório, a partir da concentração de reuniões de diagnóstico entre moradores de pequenas localidades rurais, ocorrência que corroborou para que os sujeitos tivessem um menor constrangimento para exporem suas convicções. Ademais, o ato refletir o local, por meio dos painéis denominados “A comunidade que temos e a comunidade que queremos” representa a manifesta possibilidade de os sujeitos expandirem suas potencialidades criativas e exercerem a dimensão política ao discutirem com seus pares a ordem de prioridade das demandas surgidas, ou ainda analisarem quem seriam os responsáveis pelos diversos atendimentos reclamados, bem como dimensionarem (ainda que aleatoriamente) o prazo estimado para atendimento (Curto, médio e longo prazo).

**Imagem 13** - Painel “A comunidade que temos” e quadro de demandas



Fonte: PMA (2009).

Como se observa das imagens acima, à esquerda tem-se um exemplo de mapa confeccionado pelos moradores da localidade rural denominada Correntina, através dos participantes do sexo masculino, onde se observa a visão que os participantes possuem de sua comunidade. À direita, observa-se a apresentação de painel elaborado pelas participantes do sexo feminino da comunidade conhecida como Baetinga, onde se observa o conjunto de demandas eleitas pelo referido segmento participante. Após essa fase autorreflexiva em que se operou

metodologicamente a divisão dos participantes das reuniões de diagnóstico entre homens, mulheres e crianças, foi eleito o rol de prioridades a serem apresentadas na Conferência Municipal de Amargosa (CONFIAR), assim como o representante da comunidade que estaria presente na referida conferência enquanto delegado (Com direito a voz e voto no encontro), a partir dos votos de todos os presentes, momento marcado por diversas falas e debates, por vezes, intensos.

Cabe assinalar que, também na Confiar, fase em que as propostas de todas as reuniões de diagnóstico foram submetidas à apreciação para que apenas as demandas mais urgentes e importantes pudessem servir ao planejamento municipal, a construção em conjunto esteve presente. Embora, durante a Confiar, o quadro geral de demandas já estivesse criado, coube aos delegados a missão de discutir as demandas trazidas, segundo os eixos temáticos trabalhados nas reuniões de diagnóstico (quais sejam: saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente, ação social e agricultura). Após a realização de oficinas temáticas, durante a própria Confiar, cada um dos eixos elencados foi alvo de aprovação em plenária final por todos os delegados presentes, que, mesmo não tendo participado de determinada reunião temática, poderiam fazer alterações à proposta antes de ser definitivamente aprovada em plenária.

Contudo, cabe apontar que os comitês de acompanhamento das demandas aprovadas na Confiar, ao que parece, não tiveram qualquer funcionalidade efetiva. Coube a alguns representantes da gestão, na primeira versão do Pegadas (2005), e aos delegados eleitos internamente durante a própria Confiar de 2009 (somente representantes da sociedade) a missão de acompanhar, cobrar e prestar contas da efetivação do quadro de demandas deliberado através da Confiar. Diante da falta de registros ou fatos que atestem as atividades do Comitê de Acompanhamento do Pegadas, pode-se dizer que o desenho participativo trazido pelo programa, enquanto oxigenado pelo poder público, criou espaços propícios à franca operacionalização do conceito participativo de construção conjunta.

No que concerne às condicionantes processuais trazidas por Gandin (2001), enquanto elementos orientadores de um programa participativo, pode-se, desde já, apresentar a assertiva no sentido de houve adequação nítida e robusta, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

**Quadro 07 – Esquema de momentos ligados ao Planejamento Participativo**

| <b>ESQUEMA PROPOSTO POR GANDIN (2001)</b>  | <b>ESQUEMA OBSERVADO NO PEGADAS</b>   |
|--|---|
| <p><b>1º Momento - Marco Referencial.</b> Trata-se de ocasião que deve receber especial atenção organizacional, visto que inclui uma dimensão política, ideológica, de opção coletiva, subdividindo-se em três partes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fase situacional, que consiste em compreender a realidade global na qual se insere a instituição planejada</li> <li>• Fase doutrinal, exposto por um projeto político-social de ser humano e de sociedade a ser alcançado;</li> </ul> <p>Fase Operativa – Onde visa firmar um processo técnico</p> | <p>Segundo se verificou junto ao Pegadas, o momento do Marco Referencial esteve presente quando da fase de planejamento do programa, onde se assinalou a necessidade se produzir uma levantamento de demandas, a fim de enxergar o real quadro de necessidades que orientaria a nova gestão quando de 2005. A preocupação em estimular a participação política e democratizar o processo decisório são as ocorrências teóricas mais em evidência, segundo o material estudado.</p> <p>As fases apontadas por Gandin(2001) fizeram-se presentes de forma muita similar ao modelo proposto pelo autor, conforme se pode observar:</p> <p><b>Fase situacional</b> – Reuniões de diagnósticos, varredura ecológica. Apresenta nos painéis “A comunidade que temos” o principal elemento caracterizador;</p> <p><b>Fase doutrinal</b> – Apontamento social acerca das demandas destacadas como mais urgentes para o cotidiano do sujeito envolvidos. Marcada pelos painéis o “A comunidade que queremos” e o sentido político da participação do sujeitos;</p> |
| <b>ESQUEMA PROPOSTO POR GANDIN (2001)</b>  | <b>ESQUEMA OBSERVADO NO PEGADAS</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• ideal para contribuir com a construção deste ser humano e desta sociedade;</li> </ul> <p><b>2º Momento – Marco Diagnóstico</b> – Aborda a intermediação entre a proposta ideal e a proposta de prática. O diagnóstico representa a verificação entre a distância em que se situam o ideal e o marco referenciado.</p>   | <p><b>Fase Operativa</b> - levantamento geral de demandas por comunidade e ação pedagógica dos sujeitos ao comportarem-se diante do debate de ideias, enfrentando democraticamente o processo eleitoral e abrindo mão de suas demandas pessoais em favor do interesse coletivo. Tal momento traduz-se no Pegadas quando da elaboração de rol de necessidades seja na comunidade ou na Confiar. Tratou-se de ocorrência pautada na definição dos responsáveis pela intervenção e uma escala intuitiva de prazo de alcance. Certamente preocupou-se a gestão municipal em esquivar-se de demandas estranhas ao seu rol de competência, assinalando poder público competente, ou mesmo registrar a necessidade de destacar a dificuldade que determinadas demandas exigiriam.</p> <p>Apesar disso, tal posicionamento não afasta certa função pedagógica ao estimular nos indivíduos a capacidade de</p>   |



|  |  |
|--|--|
| <b>Continua</b>  |  |
| <b>ESQUEMA PROPOSTO POR GANDIN (2001)</b>  | <b>ESQUEMA OBSERVADO NO PEGADAS</b>  |
|  | buscar compreender as instituições responsáveis por cada problema, bem como compreender a importância da ação planejamental, no que tange às questões que envolvam certa complexidade (mais de um ente federado, elevadas somas em recursos financeiros, levantamento e projetos técnicos etc).  |
| <b>ESQUEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PROPOSTO POR DETONI (2009)</b>  | <b>ESQUEMA OBSERVADO NO PEGADAS</b>  |
| <b>3º Momento – Marco da Programação</b> – Essa etapa responde por uma dupla dimensão ontológica, quais sejam: Ocorrências de mudanças no “fazer” e no “ser”, uma vez que, realizando novas coisas e agindo de forma diferente, pode-se transformar a realidade existente. | O presente momento é marcado pela operacionalização efetiva de condutas que tenham por objetivo intervir na realidade concreto. Neste aspecto, merece assinalar que evidenciou-se no relatório de atividades do Pegadas, bem como no decreto que o instituiu:<br><br>1 ) Um conjunto de ações propositivas aptas a fazer o chamamento social para ocupar os espaços de decisões ligadas ao macro-planejamento municipal; 2) A busca pela mudança de comportamentos e atitudes sociais no sentido de que as pessoas sentissem-se apoderadas através da participação   |
| À operacionalização de tais premissas, quatro categorias de propostas seriam evidenciadas (ações, rotinas, atitudes e regras) fazendo aumentar a clareza, a precisão, permitindo mais força na intervenção sobre a realidade.  | política em sua conduta cotidiana e em relação ao demais poderes públicos; 3) A elaboração de um arcabouço normativo capaz de delimitar o objetivos, justificativas, indicadores e metas, bem como a elaboração de regimento participativo como no caso da Confiar. Por fim, a estruturação das demandas aprovadas na Confiar receberam do poder legislativo a normatividade jurídica ao passar a fazer parte do PPA municipal 4) Elaboração de quadro de atividades permanentes e estratégicas, tais como a criação de comitê de monitoramento do Pegadas, a elaboração e cumprimento do Plano diretor Municipal. |

**Fonte:** Elaboração própria (2014).

Apresentadas as características verificadas junto ao desenho institucional do Pegadas que o enquadram enquanto espécie própria de planejamento participativo,

segundo análises acima e nos termos dos esboços metodológicos básicos desenvolvidos por Gandin (2001), convém reforçar as razões pelas quais as técnicas tradicionais de planejamentos têm mostrado-se impróprias ao contexto democrático atualmente em voga no Brasil. Sobre o tema, aponta Matus (2006) que as referidas técnicas caracterizam-se pelo esvaziamento do contexto sociopolítico, em favor de decisões de cunho fundamentalmente técnico (situação de exclusão estranha aos fundamentos democráticos constitucionais, como já assinalou Bonavides (2008), ao pugnar por uma teoria constitucional da democracia participativa).

Dentro do quadro de análise do Pegadas, no sentido de aferir a ocorrência de um planejamento participativo efetivo, segundo seu traçado metodológico, pode-se valer também das contribuições de DeToni (2009), autor para quem há pelo menos três critérios básicos para distinguir processos de planejamento participativo dos “não-participativos”. Assim, para o referenciado autor, são elementos que assinalam a prática de planejamento do tipo participativo, saber:

**Quadro 08 - Esquema de atributos ligados ao Planejamento Participativo**

| <b>ESQUEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PROPOSTO POR DE TONI(2009)</b>  | <b>ESQUEMA OBSERVADO NO PEGADAS</b>   |
|--|---|
| <p>1) <b>Empoderamento dos participantes e das arenas de disputa e pactuação:</b> Tal postulado deriva do fato de que a “participação” assume papel de destaque democrático contemporâneo, em face da distribuição não equitativa do poder. Segundo descreve De Toni (2009): “Não precisamos fazer um debate sobre a origem e reprodução do sistema capitalista para saber que os processos de produção de políticas públicas e de governo em geral são profundamente concentradores do poder político, desiguais e não equitativos”.</p> <p>Observa-se assim que os programas ligados ao planejamento que não preocupam-se em empoderar seus participantes, “não são, de fato, participativos”. Neste sentido, o tema da “participação” é um problema que a rigor, se resolve antes da aplicação de</p> | <p>Nos termos do material institucional relativos ao Pegadas, bem como a partir das observações realizadas durante a execução do programa, pode-se retomar falas anteriormente esposada, para destacar que, no referido programa, o empoderamento social esteve presente em seu quadro metodológico.</p> <p>Segundo se verificou, o estímulo social participativo patrocinado pelo Pegadas pautou-se, em sua essência teórica, em fomentar a ação dos indivíduos participantes de forma a enfrentarem autonomamente a leitura e interpretação da realidade a qual estão inseridos, colhendo dos mesmos ideias e ações que representam a horizontalização do poder. Isto é, diverso do que tradicionalmente se verificava, o planejamento participativo proposto pelo Pegadas fomentou a elaboração de diploma normativo como o PPA, além de, supostamente, ter direcionado as ações</p> |

| Continua   |  |
|--|--|
| <b>ESQUEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PROPOSTO POR DE TONI (2009)</b>   | <b>ESQUEMA OBSERVADO NO PEGADAS</b>  |
| técnicas, ferramentas ou instrumentos de planejamento, não durante, muito menos depois. Planejar sem poder é deixar-se manipular, participar de um simulacro democrático.  | da equipe de governo, segundo o quadro de demandas elaborado pelo programa em suas duas versões (2005 e 2009).   |
| <p>2) <b>Comunicação e transparência de procedimentos:</b> Como se observa, todo processo participativo emana de uma constante prática comunicativa. Reside em tal dinâmica o encontro entre as diferenças de visões de mundo, posicionamento, atitudes e posturas, que a socialização da informação proporciona. Destaca o autor que:</p> <p>“Todo processo participativo pressupõe ambientes, regras e instituições que favoreçam a negociação, a formação de pactos e consensos – o que obriga a exposição pública e processamento público de conflitos e divergências. Para que a negociação aconteça a comunicação qualificada é imperativo básico, a capacidade de expressão, a capacidade de escuta, a retórica acessível ao homem comum.” (p 20)</p> | <p>Conforme se pode observar do processo dialógico operado durante as reuniões de diagnósticos (primeiro contato formal da sociedade com o Pegadas), aponta a gestão amargosense a pretensão de ter alcançado a com inteireza todo o conjunto de comunidades que compõe o município de Amargosa. Durante tais encontros de diagnóstico, os participantes recebiam informações a respeito do Pegadas (conforme treinamento/oficina disponibilizado aos colaboradores responsáveis pela execução das reuniões), isto é: o que era o programa, como seria desenvolvido, o que se pretendia, a necessidade de indicar um representante da comunidade para participar da Confiar.</p> <p>Desse modo, não resta dúvida acerca do caráter transparente com que se operou a metodologia do programa, bem como a intensidade com que interação entre os participantes e o poder público se concretizaria. Tais ocorrências conferem uma verdadeira dimensão pedagógica ao programa – como se verá com detalhes nas linhas seguir.</p> |
| <p>3) <b>Mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados auto constituídos e regulados:</b> Deve-se pensar na definição de mecanismos que proporcionem a responsabilização social pelos resultados esperados. Sem tal dimensão metodológica, não há que se falar em participação, tratando-se tão somente de mera “encenação participativa”, verdadeiro engodo. Sem as ferramentas de cobrança e</p>   | <p>A leitura da realidade conceitual ligada ao Pegadas permite atestar com máxima precisão adequação aos pressuposto referentes às estruturas de monitoramento e prestação de contas. No caso do monitoramento, cabe apontar que, nas duas gestões em que o Pegadas se efetivou, foi instituído, durante a Confiar, grupo responsável pelo acompanhamento das demandas então aprovadas enquanto macro-planejamento municipal. Contudo, as razões que dão causa à</p>   |

| Continua   |   |
|--|---|
| <b>ESQUEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PROPOSTO POR DE TONI (2009)</b>           | <b>ESQUEMA OBSERVADO NO PEGADAS</b>   |
| a obrigatória prestação de contas, a própria necessidade do planejamento se esvai. | inoperância da comissão em tela, extrapolariam os limites da presente pesquisa. No que se refere à prestação de contas, segundo se observa dos slides de apresentação da Confiar de 2009 (segunda edição do programa) bem como de sua respectiva ata, a prestação de contas fez parte do plano de ação do Pegadas, ainda que se observe uma excessiva centralização em apenas um único evento. Desse modo, é crível que, no decorrer da gestão, após a elaboração de demandas aprovadas na Confiar, a população não tenha alcançado cotidianamente um nível interconectivo entre o planejado e o executado. |

**Fonte:** Elaboração própria (2014).

Desse modo, também sobre a perspectiva conceitual trazida por De Toni (2009), o Pegadas comporta um conjunto de atributos capazes de inseri-lo na proposta democratizante batizada de planejamento participativo. No dizer do retrocitado autor, o grande desafio de ocorrências ditas participativas tem sido conciliar a necessidade de despertar nos sujeitos a ideia de “bem comum”, sem prejuízo de se reconhecer as liberdades individuais, as multiculturalidades que permeiam a realidade concreta, bem como os complexos e diversificados ambientes de socialização.

No caso do planejamento participativo trazido pelo Pegadas, observou-se a ambiência metodológica apta a promover a interação entre os sujeitos e instituição às quais se ligam, sem com isso limitar as contradições e os conflitos existentes entre eles. Apesar das reuniões de diagnósticos ocorrerem nas mais diversas comunidades, oposições de interesses variados estiveram presentes, forçando dos mediadores a canalização propositiva dos debates. De igual modo, nas Confiar’s, as exaustivas discussões temáticas e deliberações gerais em plenária não estiveram imunes ao jogo de interesses do tecido social, haja vista a forma metodológica com que os participantes tiveram de expor abertamente seus posicionamentos.

Por fim, cumpre destacar que, na realidade concreta, não se afasta a possibilidade de eventual desvirtuamento de algumas atividades no programa, ligando-o às formas participativas colaborativas e/ou decisórias. Afinal, uma vez convidados pelo chefe do executivo, poderiam alguns munícipes ter comparecido aos eventos do Pegadas apenas para auxiliar na execução ou mesmo para votar indistintamente nas propostas que foram surgindo ao longo do programa. Contudo, o enfrentamento de tal questão transcende os objetivos do presente trabalho, reclamando olhares mais detidos em outra ocasião.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar até aqui, o planejamento participativo realizado pelo município de Amargosa-BA, durante as gestões 2005 a 2008 e 2009 a 2012, batizado de Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável – Pegadas, insere-se na categoria de uma verdadeira tecnologia institucional de participação política, segundo o aparato metodológico de que se cercou.

Ponto marcante do referido programa refere-se à natureza do impulso estatal. Embora sejam frequentes trabalhos que assinalam ocorrências participativas ligadas à força organizativa da sociedade civil, o Pegadas, em seu desenho participativo, serve de acentuado exemplo sobre como o Poder Público pode induzir novas formas de interação política entre Estado e sociedade.

Segundo se colhe da proposta trazida pelo PEGADAS, em relação à diversidade de experiências participativas que se tem verificado na realidade baiana, podme-se observar características pesadamente peculiares no programa amargosense. A referida distinção apresenta grau ainda mais elevado quando comparada com experiências ligadas ao Orçamento Participativo. Diferente do OP, o Pegadas se funda numa acentuada abrangência participativa, estando metodologicamente focado para além da elaboração democrática do orçamento público. A experiência amargosense traz em seu aspecto metodológico e princípios norteadores a busca pela democratização da própria gestão, suas práticas e processos de decisórios. Insta consignar ainda que, pelo que se observa, a experiência do “Conselho Popular”, desenvolvido no município de Pintadas-BA (MILANI,2008),comporta o conjunto estratégico democratizante que mais se aproxima da proposta metodológica do Pegadas, haja vista alcançarem a proposta de traçarem um macro planejamento e horizontalizarem em máximas instâncias os processos decisórios, sob o compromisso de articularem o desígnio estatal à soberania popular.

Apesar dos acertos teórico-metodológicos em favor de um planejamento participativo assente na cultura democrática, alguns pontos do programa, ao ver, merecem drástica correção metodológica para o caso de futuras edições, tais como:

1 – A realização de oficinas de capacitação para os delegados da Confiar, a fim de que os mesmos se sintam à vontade para atuarem diante dos formalismos imanentes ao processo democrático e aparatos normativos em que é desenvolvida a Conferência em destaque;

2 – A presença de, pelo menos, um representante de cada Secretaria Municipal, que desenvolva atividade estratégica no setor, dentre os servidores responsáveis pela condução das reuniões de diagnóstico, a fim de que as Secretarias do município sejam inseridas mais efetivamente no rol de demandas produzido pelas comunidades, atenuando assim a ocorrência de decisões exclusivamente tecnicistas e/ou discricionárias pelo poder público;

3 – A vinculação institucional entre as intervenções públicas municipais e o atendimento ao quadro de demandas produzido durante o Pegadas, a fim de que a comunidade estabeleça uma relação de efeito e causa entre a participação e as mudanças na realidade concreta. Assim também, material de publicidade institucional (como faixas, banner's, outdoor's, rádio e carro de som) poderiam divulgar à população informações sobre quais ações municipais decorreram das solicitações dos moradores expressas no Pegadas;

4 – Prestação de contas anual do programa, através de material publicitário que registre a execução do planejamento participativo. Porcentagem de metas atingidas ou não, justificativas, alterações necessárias, dificuldades encontradas, dentre outras informações;

5 – Realização de oficinas de capacitação (preferencialmente através de empresas voltadas à temática) e disponibilização de estrutura administrativa autônoma e definitiva para a equipe de monitoramento do Pegadas, a fim de que o poder público, de modo algum, constrangesse ações interventivas do colegiado;

6 – Estimular a participação dos poderes legislativo e Judiciário e do Ministério Público, a fim de que os problemas da sociedade sejam partilhados por cada vez mais indivíduos e instituições detentores do *múnus* público, evitando o irrestrito partidarismo do programa que pode impactar no

descrédito ou mesmo na falta de participação dos sujeitos que não se ligam politicamente à gestão;

7 – Vincular o Comitê de monitoramento do Pegadas à equipe responsável pela elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei do Orçamento Anual - LOA, como forma de corroborar com o atendimento mais consistente e institucional das demandas aprovadas;

8 - Prestação de contas anual dos Secretários ao Chefe do executivo e à equipe de monitoramento do programa, acerca das demandas colhidas nas comunidades durante a fase de diagnóstico, bem como das demandas prioritárias deliberadas na Confiar;

9 – A desvinculação do programa da figura do prefeito municipal, ainda que como mecanismo de sensibilizar a sociedade a comparecer aos eventos do Pegadas<sup>35</sup>;

10 – Levantamento das razões para a ocorrência de uma acentuada participação de mulheres em comparação aos homens<sup>36</sup>, quando o envolvimento deve ser indistintamente de ambos os sexos.

Tais aspectos que restaram inconclusos, em grande parte, podem ajudar a compreender a razão da sociedade amargosense não ter apresentado contundentes e incisivas cobranças para continuidade do Pegadas, após o início de uma nova gestão municipal no ano de 2013. Ou seja, é crível que a ausência de uma vinculação social mais intensa do programa com a sociedade tenha contribuído para um certo esvaziamento orgânico do planejamento participativo.

Do ponto de vista da abrangência do Pegadas, reconhece-se que, dadas as limitações inerentes a uma pesquisa dissertativa, o presente trabalho apenas cuidou de abraçar uma fração do programa, elegendo enquanto perspectiva de análise a dimensão conceitual do aspecto metodológico observado. Assim, uma infinidade de possibilidades analíticas restou pendente, de modo a reclamar aprofundamentos posteriores, a saber:

---

<sup>35</sup> O destaque à figura do gestor municipal pode ser evidenciado no folder do Pegadas, no convite de carro de som e no jingle do programa.

<sup>36</sup> Em alguns casos, observa-se que o número de participantes do sexo feminino foi 47% maior que os do sexo masculino, como se colhe da “Tabela 05 - Números de participantes nas reuniões setoriais do PEGADAS – (2009 A 2012)”. Tal número ainda poderia ser acentuado, caso fosse possível identificar o sexo dos participantes agrupados indistintamente enquanto jovens.



- A diminuta presença dos representantes do Poder Legislativo junto aos eventos ligados ao Pegadas;
- A expectativa que os participantes criaram sobre o programa, bem como as impressões que restaram ao final do mesmo (em especial, no que concerne aos delegados que atuaram nas Confiar's);
- As dificuldades operacionais sentidas pelo poder público e a sociedade no tocante a efetivação do planejamento participativo; entre outras abordagens possíveis e necessárias;
- A conexão entre as instâncias municipal, estadual e nacional referentes à bandeira da participação política encampada pelo Partido dos Trabalhadores;
- Os conflitos que se fizeram presentes entre os participantes (bem como entre esses e o poder público municipal) durante a votação das demandas prioritárias.

Face ao exposto, pode-se dizer que a importância fulcral do programa em estudo reside na possibilidade de fazer com que ocorra a inserção de novos atores políticos no projeto de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. Segundo Boneti (2007), tal ambiente governamental (das políticas públicas) é sempre marcado por interesses, inocências e sabedorias dos diversos segmentos, sendo que determinados setores exercem historicamente forte primazia. Em face da ocorrência “patrimonialista”, de apropriação privada dos espaços de definição do interesse público (FAORO, 1989), têm-se por explicados os vultosos “investimentos” em campanhas eleitorais, que vão da publicidade à compra de votos, com o intuito de garantir a eleição dos candidatos responsáveis por assegurar a trama política da representação de interesses individualizados, quando, no máximo, setorizados.

À melhor compreensão da temática aqui esposada, são úteis as contribuições do filósofo contemporâneo Rancière (2014), uma vez que, para o autor, a sociedade atual não vive em democracia, ao contrário, pactua com um Estado de direito oligárquico, em que pertence à minoria mais forte o poder de governar sem distúrbios. Por essa razão, observa-se a ascensão de verdadeiro sentimento de “ódio” pela democracia que se aproxima de formas cada vez mais participativas.

Desse feita, para o filósofo Rancière (2014), a Democracia vai além das instituições que a congrega, de forma que os processos democráticos não se

reduzem ao desenho das instituições, ou à governabilidade, ou ao jogo dos partidos, mas, antes, devem derivar do “(...) empenho insolente do povo em invadir o espaço que era de seus melhores, de seus superiores” (RANCIÈRE, 2014). A apontada “insolência” participativa é razão que, sem dúvida, dá causa ao “ódio à democracia”, bem como à existência dos seus inimigos (TODOROV, 2012), os quais fartamente se verificam no contexto das sociedades contemporâneas.

Por fim, aos que duvidam da possibilidade de implantação de mecanismos de democracia direta nos dias de hoje, responde Bonavides (2002) que, na idade da tecnologia, fortemente marcada pela instantaneidade dos meios comunicativos, não seria fantasioso prever a instauração de um sistema de democracia direta. Ainda para o autor, a participação “(...) consagrará a plenitude da legitimidade na expressão de nossa vontade política” (BONAVIDES, 2002, p. 35).

No cenário vigente de anseio por políticas públicas cada vez mais democratizantes, o Pegadas representaria, apesar das omissões metodológicas vistas acima e de eventuais descompassos calcados na realidade concreta de sua execução, mais que uma ferramenta de planejamento institucional. O estudo acerca de sua ocorrência é conclusivo no sentido de inseri-lo enquanto um dos escassos impulsos estatais capazes de fortalecer a democracia contemporânea, estimulando a presença dos sujeitos nos espaços de decisão pública, através do fomento da participação política.

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca, SERAFIM, Lizandra, TATAGIBA Luciana. **A participação na era Lula**: repertórios de interação em um Estado heterogêneo. 35º Encontro Anual da ANPOCS. 20 de outubro de 2011.

AMARGOSA. **Relatório de atividade do Pegadas**. Amargosa: 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 082/2005**, que institui o Institui o Pegadas. Amargosa:2005

\_\_\_\_\_. **Relatório de execução do Pegadas**. Amargosa: 2005

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica Municipal**. Amargosa: 1990.

ANDRADE, Márcio P. **Filantropia e Poder**. Monografia apresentada ao curso de História da UNEB – Campus V. 2000.

ARISTOTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

AVRITZER, Leonardo (Org); **Sociedade Civil e participação no Brasil democrático**. In: **Experiências Nacionais de Participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: *Opinião Pública*. Campinas: vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.43-64.

\_\_\_\_\_. SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. (ORG.) **Conferências Nacionais**: entendendo a dinâmica da participação no nível nacional. In: **Conferências nacionais**:atores, dinâmicas participativas e efetividades. Brasília: Ipea, 2013, p.297.

BENEVIDES, Maria Vitória. **Participação popular nos governos locais**, democracia e cidadania. São Paulo: Polis, n.14, 1994.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de política.** Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2000.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Portugal, 1994.

BONAVIDES. **Democracia participativa.** Por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. 3º Ed. – São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Estado.** São Paulo: Malheiros, 2004.5. ed. revista e ampliada.

\_\_\_\_\_. **Os poderes desarmados:** à margem da Ciência Política, do Direito Constitucional e da História: figuras do passado e do presente. São Paulo: Malheiros, 2002.

BONETI, Lindomar W. **Políticas Públicas por dentro. 2.** Ed. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

BRASIL. IBGE. CIDADES. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=290100>>. Acesso em: 10/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade:** Lei nº 10.257, 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. LDB. **Lei 9394/96.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.709, 1998.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1989.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

CADERMATORI, Sergio. **Estado de direito e legitimidade. Uma abordagem garantista.** 2º Ed. – Campinas, SP: Millenium Editora, 2006.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. IN:BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996).-- São Paulo : ANPOCS, 1996.

CARNEIRO, Rommel Madeiro de Macedo. **Teoria da democracia participativa: análise à luz do princípio da soberania popular**. Rev. Jur., Brasília, v. 9, n. 87, p.25-34, out./nov., 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CÔRTEZ, Sara da Nova Quadros. **Controle social do Estado como estratégia de emancipação e qualificação da democracia**. Uma reflexão teórica a partir dos Grupos de Cidadania da Diocese de Barra - Bahia. Dissertação, Mestrado em Direito em Estado. UNB, 2003.

CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. Bahia:Ed. Jus Podium. 2008.

DALARI, *Dalmo* de Abreu. **Elementos da teoria geral do estado**. 2ª edição, atualizada. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

CARVALHO, José M.. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 13º Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DAGNINO, Evelina. “**Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**”En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

DAHL, Robert A. **POLIARQUIA** - Participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1967.  
DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria do Estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DE TONI, Jackson. **Planejamento participativo: possibilidades metodológicas alternativas**. Disponível: em:  
<[http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel\\_14\\_Jackson\\_De\\_Toni\\_formatado.pdf](http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_14_Jackson_De_Toni_formatado.pdf)>.  
Acesso em: 01 de agosto de 2014.

DIAS, Márcia Ribeiro, **Democracia e Participação Política**: virtudes e desafios do Orçamento Participativo. Porto Alegre-RS: Guayi, 2000. (Coletânea "Construindo um Novo Mundo").

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: a formação do patronato brasileiro. 8. ed. Porto Alegre: Globo, 1989.

FERREIRA, Maria Inês Caetano Et al. **Plano Plurianual Participativo na Bahia**: processo de formação de agenda de políticas públicas.V Encontro da Divisão de Administração Pública/APB da ANPAD EnAPG, In. Anais ..., 18 a 20 de Novembro de 2013, Salvador, Bahia.

FREIRE, Paulo. "A constituição de nova cultura política".In:\_\_\_ Villas Boas, Renata Telles, Vera. **Poder local, participação popular, construção da cidadania**, n.º 01. Fórum Nacional de participação popular nas Administrações Municipais. 1995.

GADOTTI, Moacir. PADILHA, Paulo Roberto. CABEZUDO, Alicia (Orgs).**Cidade Educadora**: princípios e experiências. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2004.

GANDIN, Danilo. A **Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.1, pp.81-95, jan./jun. 2001.

GOHN, Maria da G. **Educação não –formal e cultura política**: impactos do associativismo do terceiro setor, São Paulo, Cortez, 1999.

JESUS, Joanildo B. de. **O Princípio da Eficiência na Administração Pública Brasileira**: um olhar sobre a perspectiva da participação popular. Monografia apresentada no curso do Direito da UNEB – Campus XV. 2013.

KELSEN, HANS. **Teoria pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LIMA, Luis. **Gestão participativa na reserva extrativista marinha Baía do Iguape, Maragogipe-Ba**: o desafio do controle social. Dissertação de Mestrado em Políticas públicas. UFRB, 2014.

MATUS, Carlos. "**O plano como aposta**". In: GIACOMONI, James ; PAGNUSSAT, José Luiz. (Org.) *Planejamento e orçamento governamental: coletânea*. ,Brasilia : ENAP. 2006. v,2. p,115-144.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MAXIMIANO, Antonio. C. A. **Introdução à administração**. 7º ed. Ver. E ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

MILANI, CARLOS R. S. **Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política**. Ano 8, nº 16, jul/dez. Porto Alegre: Sociologias, 2006, p. 180-214.

MENGA, Ludke, MARLI, E. A. André. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MILL, Jon Stuart. **O Governo Representativo**. São Paulo: Editora Escala, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Ana Maria C, dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra homens, economia e poder no século XIX**. Salvador: UNEB, 2002.

PAULA, Ana. P. P. de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

PEREIRA, Bresser. **Estratégia e estrutura para um novo Estado**. Revista de Economia política, vol 17, nº 3 (67), julho/setembro de 1997.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. **O processo educativo no orçamento participativo**. Tese (Doutorado), São Paulo: Aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado.PUC, 2000.

POMPONET, André Ailva. **Plano plurianual participativo 2008-2011 na Bahia: uma análise**. Dissertação do programa de pós-graduação em administração. UFBA, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REBOUÇAS, Jaqueline Argolo. "**Amargosa, cidade jardim**": um lugar, uma história, uma identidade. Monografia do curso de História da UNEB, Campus – V, 2006.

REZENDE, Glória Conceição; Et AL. **Amargosa Centenária: 1891 -1991**.Bahia: Agora editora, 1991.

ROSENFELD, Denis L. **O que é Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção primeiros passos; 219).

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

RICCI, Mayra Landim. **A formação cidadã e a dimensão educativa da participação**: a experiência do orçamento participativo no município de Alagoinhas – Bahia. Dissertação do programa de pós-graduação em educação e contemporaneidade. UNEB – Campus I. 2006.

SÁNCHEZ, Felix. **Orçamento Participativo**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **A região de Amargosa**. Comissão de Planejamento econômico. Salvador: 1963.

SANTOS JÚNIOR, Júlio Pinheiro. **Planejamento Estratégico Participativo**: um estudo do caso – O Pegadas em Amargosa-BA. Monografia do curso de Gestão Pública.UNEB-Amargosa, 2014.

SARAVIA, Henrique. **Introdução à teoria da Política Pública**. IN: SARAVIA, Henrique & FERRAREZI, Elisabet.Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada** – o debate contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SAULE JUNIOR, Nelson et al. **Estatuto da cidade e reforma urbana**: Novas perspectivas para as cidades brasileiras. Láticia Marques Osorio (Org).Porto alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 2002.



SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SIMÕES, Lindinalva. **As estradas de ferro do recôncavo**. Dissertação de mestrado Salvador: UFBA.1970.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.15/ nº.4, Out/Dez, 2001.

SOUZA, Jader C. de. **Gestão empresarial: administrando empresas vencedoras**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUZA, Valdirene Santos Rocha. **Participação popular na gestão territorial: análise do orçamento participativo em Mutuípe – Bahia (2002-2008)**. Dissertação do programa de pós-graduação em cultura, memória e desenvolvimento regional. Uneb, 2010.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. PIRES, Roberto Rocha Coelho. (Org). **Conferências Nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva de gestores federais**. In: Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades . / organizadores: Leonardo Avritzer, Clóvis Henrique Leite de Souza.- Brasília : Ipea, 2013. 297 p.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **As dimensões da participação Cidadã**. CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997.

TODOROV. Tzvetan.**Os inimigos íntimos da Democracia**.São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltersir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara .

ZANTEN, Agnès Van. **Comprender y hacerse comprender: como reforzar la legitimidad interna y externa de los estudios cualitativos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 301-313, maio/ago. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004

## **ANEXOS**

**RELAÇÃO DOS ANEXOS:**

ANEXO 01 - Quadro de prefeitos municipais de Amargosa-BA.

ANEXO02 – Diretrizes de governo do pleito eleitoral de 2004 – Coligação PT, PDT e PSB.

ANEXO03 – Folder Institucional do PEGEP.

ANEXO04 – Catalogação do ‘Banco de Dados do Pegadas’.

ANEXO05 – Decreto Municipal 082/2005 – Institui o Pegadas

ANEXO 06 - Divisão municipal por comunidades – Pegadas 2005

ANEXO07 – Folder de divulgação do Pegadas

ANEXO08 – Convite carro de som

ANEXO09 - Roteiro para reuniões de diagnóstico

ANEXO10 – Planilha de registro

ANEXO11 - Formulário de entrevista censitária rural

ANEXO12 - Formulário de entrevista censitária urbana

ANEXO13 – Cronograma de reuniões de diagnóstico – Pegadas

ANEXO14 – Sistematização de demandas 2005

ANEXO15 - Relatório de dados colhidos - 2005

ANEXO16 – Quadro toponímico das regiões da cidade

ANEXO17 - Relatório detalhado de demandas sociais por comunidade

ANEXO18 – Cronograma de reuniões de diagnóstico – Pegadas 2009

ANEXO19 - equipe do Pegadas responsável pelas reuniões de diagnóstico durante ações do Pegadas – 2º passo.

ANEXO20 - Jingle do Pegadas 2009-2012

ANEXO21 – Roteiro de reuniões de diagnóstico de 2009

ANEXO22 – Análise de demandas do Pegadas 2009

ANEXO23 – Regimento Confiar

ANEXO24 – Resumo Sintético da Confiar 2005

ANEXO25 – Quadro geral de demandas aprovadas em Confiar 2005

ANEXO26 – Prestação de contas do Pegadas 2005

## ANEXO 1

## Quadro de prefeitos municipais de Amargosa-BA

| Alternância de Gestores entre 1890 e 2014 (124 anos de emancipação) |             |   |
|---|-------------|---|
| Sucessões   | Período     | Prefeito                                  |
| 1   | 1890        | Antonio Friandes                          |
| 2   | 1890        | Décio Cielo Guedes Icô                    |
| 3   | 1890        | Francisco Almeida Sampaio                 |
| 4   | 1891        | Décio Cielo Guedes Icô                    |
| 5   | 1892 a 1893 | Não localizado                            |
| 6   | 1894        | Leão Caldas Brito                         |
| 7   | 1894 a 1903 | Francisco Almeida Sampaio                 |
| 8   | 1904        | Esmealdo Augusto de Almeida               |
| 9   | 1905 a 1907 | Aprígio Gustavo da Silva                  |
| 10  | 1908 a 1909 | José Pereira Rangel                       |
| 11  | 1910        | João Marques ou Francisco Almeida Sampaio |
| 12  | 1911 a 1912 | José Pereira Rangel                       |
| 13  | 1912        | Otacílio Dantas                           |
| 14  | 1912        | Heráclito Alves Dantas                    |
| 15  | 1913 a 1915 | Não localizado                            |
| 16  | 1916 a 1917 | Antonio Teixeira Figueira                 |
| 17  | 1917        | Tarquínio Santos Cabral                   |
| 18  | 1918        | Francisco Vaz Costa                       |
| 19  | 1918 a 1919 | Athenodório Vieira Mendes                 |
| 20  | 1920        | Claudioiro Alexandrino Veiga              |
| 21  | 1921        | Francisco Almeida Sampaio                 |
| 22  | 1922        | Melânio Francisco Marques                 |
| 23  | 1923        | Francisco Almeida Sampaio                 |
| 24  | 1924        | Francisco Vaz Costa                       |
| 25  | 1925 a 1929 | Antonio Coimbra Espinheira                |
| 26  | 1930 a 1932 | Domício de Barros                         |
| 27  | 1932 a 1935 | Lourival Monte                            |
| 28  | 1935        | Bartolomeu Antonio Costa                  |
| 29  | 1936        | Lourival Monte                            |
| 30  | 1936 a 1937 | Bartolomeu Antonio Costa                  |
| 31  | 1938 a 1943 | Raul Paranhos Dias Santos                 |
| 32  | 1944        | Otávio Ribeiro de Oliveira                |
| 33  | 1944        | Clovis Brito                              |
| 34  | 1944 a 1945 | Américo Vaz Sampaio                       |
| 35  | 1946        | João Leal Sales                           |
| 36  | 1946 a 1948 | Otávio Ribeiro de Oliveira                |
| 37  | 1948 a 1950 | João Leal Sales                           |
| 38  | 1951 a 1954 | José Viana Sampaio                        |
| 39  | 1955 a 1958 | João Leal Sales                           |
| 40  | 1959 a 1962 | Josué Sampaio Melo                        |
| 41  | 1963 a 1964 | João Leal Sales                           |
| 42  | 1964        | Carlos Lima                               |
| 43  | 1964 a 1965 | Rubens Vaz Sampaio                        |
| 44  | 1965 a 1966 | Rosalvo Ribeiro Santos                    |
| 45  | 1967 a 1971 | Jorge Rotondano Sales                     |
| 46  | 1973 a 1976 | Josué Sampaio Melo                        |
| 47  | 1977 a 1982 | João Angelo                               |
| 48  | 1983 a 1988 | Josué Sampaio Melo                        |
| 49  | 1989 a 1992 | Francisco Juventino Souza                 |
| 50  | 1993 a 1996 | Iracly Alves Borges da Silva              |
| 51  | 1997 a 2003 | Rosalvo Jonas Borges Sales                |
| 52  | 2003 a 2004 | Carlos Raimundo Cruz Souza                |
| 53  | 2005 a 2012 | Valmir Almeida Sampaio                    |
| 54  | 2013...     | Karina Borges Silva                       |

Fonte: REZENDE, 1991

## ANEXO 2

Diretrizes de governo do pleito eleitoral de 2004 – Coligação PT, PDT e PSB

---

***Por amor a Amargosa!*** 

### **DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO**

- Combate à pobreza, com promoção da inclusão social, diminuição das desigualdades econômicas, sociais e políticas e estímulo ao desenvolvimento econômico do município;
  - Ampliação da participação popular: a administração de Valmir Sampaio viabilizará o amplo exercício dos direitos de cidadania, além do combate a todas as formas de discriminação;
  - Inovação na forma de governar: com transparência nas ações do governo municipal, combatendo a corrupção e fortalecendo os mecanismos de democracia (conselhos, comissões, ouvidorias, etc.), e implantando progressivamente o Orçamento Participativo;
  - Racionalidade no gerenciamento das Finanças Municipais: será posto em prática através de uma administração transparente e honesta, que terá como base as leis e os princípios da administração pública, atendendo sempre as necessidades e prioridades apontadas pela população, através do Planejamento Participativo, do poder legislativo por meio de seus mecanismos político-institucionais;
  - Planejamento Municipal: Nos primeiros meses de governo, através da participação popular, realizar-se-á um diagnóstico global do município, em que se conhecerá as reais necessidades da população. Pois, para Valmir Sampaio somente com a construção de um Plano de Gestão Participativa, em que será implementado o orçamento participativo, o poder público poderá trabalhar atendendo as reais carências do povo de Amargosa;
  - Orçamento Participativo é um dos elementos fundamentais de um Governo voltado para os problemas do povo, além de ser também um instrumento de ampliação da democracia, do controle social e da participação popular. Desta forma, será implantado em Amargosa o processo de planejamento municipal articulado com as Conferências

Fonte: Plano de Governo 2004 da Coligação: PT, PDT e PSB

## ANEXO 3

## Folder PEGEP – 1997

*"Sem planejamento, não há crescimento."*

*Nilza, representante comunitária da Barra da Inveja.*

*"No planejamento, o importante é a vontade de continuidade dos bons projetos"*

*Iracl, representante do Córrego.*

*"Através do planejamento é mais fácil preparar a decisão."*

*Merinha, professora municipal de Três Lagoas.*

### Rumo certo ao ano 2000

É TÃO LINDO O OLHAR DE UM POVO  
COM UM RISO NO ROSTO DE SATISFAÇÃO  
É BOM SE VIVER NUMA TERRA  
ONDE A PRIMAVERA TEM AH DE VERÃO

DAR PRIORIDADE À SAÚDE  
AGRICULTURA E EDUCAÇÃO  
ACREDITAR NUM TRABALHO  
QUE TEM A FORÇA DA PARTICIPAÇÃO

IR DE CARA PRO FUTURO  
GOVERNAR COM MUITO BRIO  
AMARGOSA RUMO CERTO AO ANO 2000

Música: Valmir Caldas e Mira

### Fórum Maior do Município

A **I Conferência Integrada de Amargosa** é o maior fórum de discussão para indicar ações prioritárias a serem executadas pela administração municipal em parceria com a população de Amargosa. É integrada porque todos os setores são contemplados nos debates: infra-estrutura, saúde, educação, agricultura (emprego e renda), meio ambiente e cultura.

As discussões estarão centradas em três eixos básicos: Saúde, Educação, Agricultura (emprego e renda), que se afunilará no debate entre necessidades e possibilidades do orçamento e infra-estrutura do município.

Será apresentado durante a conferência o diagnóstico participativo realizado através do levantamento feito em 25 núcleos rurais e 03 núcleos urbanos.

### A Conferência e o PEGEP

A Conferência é um dos momentos do PEGEP (Plano Estratégico de Gestão Participativa) mais ricos na troca de conhecimentos dos trabalhos feitos em todos os núcleos rurais e urbanos. Desse trabalho sairá o nosso PPA - Plano Plurianual que será remetido à Câmara Municipal em agosto. Pela primeira vez na história do município este plano terá a participação direta da população. O povo indica suas necessidades, sem deixar de perder de vista as possibilidades financeiras do município.

### Quem participa da Conferência

Todos os representantes escolhidos nos encontros de núcleos e o Poder Público Municipal.

*Rumo à construção de  
uma Amargosa Cidadã*



PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO PARTICIPATIVA

Realização

Apoio



### Programação

Local: Seminário Diocesano de Amargosa

#### DIA 26/07

14 às 15h. **Recepção dos Representantes**

15:20h. **Abertura**

15:30h. **Câmara de Debate**

Câmara 1 - Agricultura, Emprego e Renda

Câmara 2 - Educação

Câmara 3 - Saúde

18:00h. **Jantar**

19:30h. **Lançamento do Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste**

#### DIA 27/07

8:00h. **Relato das Câmaras de Debate**

9:00h. **Plano de Metas**

10:00h. **Intervalo**

10:20h. **Orçamento x necessidade Planejamento e Prioridades**

12:00h. **Intervalo para almoço**

14:00h. **Encerramento Cultural: Bosque**

## ANEXO 4

### Catlogação do 'Banco de Dados do Pegadas' Pegadas I (2005 a 2008)

- 1 – Apresentação em slide do Pegadas (O que é, como será feito, produtos, objetivos etc);
- 2 – Apresentação Prestação de contas do Pegadas em 2008;
- 3 - Apresentação Prestação de contas do Pegadas em 2008 (2º arquivo);
- 4- Convite de rádio;
- 5 – Apresentação da Confiar (fotos);
- 6 – Cronograma de reuniões;
- 7 – Decreto de criação do Pegadas;
- 8 – Produto: História dos nomes das localidades rurais;
- 9 – Metodologia para execução das reuniões setoriais;
- 10 – Sub divisão das comunidades rurais;
- 11 – Conteúdo folder Pegadas;
- 12 – Laboratório com equipe de campo;
- 13 - Planilha de registro das reuniões setoriais;
- 14 – Folder do Pegadas;
- 15 – Levantamento de demandas (resumido e formatado);
- 16 – Relatório de demandas descritas nas comunidades rurais (Pode-se obter os nomes dos delegados eleitos);
- 17 - 16 – Relatório de demandas descritas nas comunidades urbanas (Pode-se obter os nomes dos delegados eleitos);
- 18 – Produto: Demanda de telefones públicos nas zonas rurais;
- 19 – Produto: Relatório geral das comunidades rurais (Economia, representantes, demandas etc);
- 20 – Produto: Relatório geral das comunidades urbanas (Economia, representantes, demandas etc);
- 21 – Relatório demandas produtos;
- 22 – Relatório Confiar 2005;
- 23 – Relação de representantes;
- 24 – Toponímia – produto;
- 25 – Lista nominal de participantes nas oficinas;
- 26 – Demandas aprovadas na Confiar;
- 27 – Questionário Pegadas -urbano;
- 28 – Questionário Pegadas – rural;
- 29 – Comitê de acompanhamento;
- 30 – Demandas 2005 formatadas.

## Pegadas II (2009 a 2012)

- 1 - Apresentação abertura da Confiar com prestação de conta do Pegadas I em 2009;
- 2 - Apresentação abertura da Confiar com prestação de conta do Pegadas I em 2009 (2º arquivo);
- 3 – Sistematização das demandas;
- 4- Demandas por localidade;
- 5 – Demandas aprovadas na Confiar;
- 6 – Demandas em Word;
- 7 – Conferência de demandas ligadas à infraestrutura;
- 8 – Mensagem do Prefeito;
- 9 – Jingle do Pegadas;
- 10 – Cronogramas de reuniões;
- 11 – Equipes;
- 12 – Folder;
- 13 – Demandas Confiar;
- 14 – Sistematização de demandas por comunidades;
- 15 – Roteiro das oficinas de campo;
- 16 – Lista de delegados atualizada;
- 17 – Plano de desenvolvimento agroecológico – Produto.

Fonte: Elaboração Própria, 2014



**ANEXO 5**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº082/2005 – AMARGOSA-BA**



ESTADO DA BAHIA  
**Prefeitura Municipal de Amargosa**

CNPJ: 13.825.484/0001-50  
 Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – Bahia  
 Fone: (75) 3634-1321 Fax: (75) 3634-1630

**DECRETO Nº082, DE 15 DE MARÇO DE 2005**

Declara instituído o PLANO POPULAR ESTRATEGICO DE GESTÃO E AFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA POR UMA AMARGOSA SUSTENTAVEL - PEGADAS de interesse público no âmbito do território de Amargosa, para efeito do Planejamento Participativo das ações do poder municipal.

O Prefeito do Municipal de Amargosa, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto - Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei Federal nº. 4.132/62, e ainda amparado no Art.78, inciso XV da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica Declarado e Instituído o processo de planejamento participativo com vistas a construir o **PLANO POPULAR ESTRATÉGICO DE GESTÃO E AFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA POR UMA AMARGOSA SUSTENTÁVEL**, doravante denominado de **PEGADAS**, estabelecido enquanto política pública norteadora por um prazo de 10 anos do Município de Amargosa o PEGADAS.

**ART. 2º** - É objeto do **PEGADAS** promover a participação de todos os cidadão e segmentos sociais do Município de Amargosa com vistas à construção de um Plano Inter-setorial e Sustentável norteador de ações do município tendo com ponto de partida indicações coletivas e demandadas pelos cidadãos e organizações representativas da sociedade tendo área de abrangência a Zona Rural e Urbana do Município de Amargosa.

**Parágrafo Único** - Esta iniciativa ampara-se na Constituição Federal, na Agenda 21 Brasileira e na Lei Orgânica do município de Amargosa, conforme seu Capítulo II - DAS ATRIBUIÇÕES DAS E RESPONSABILIDADES DO PREFEITO, Art. 78, inciso XXI:

*“...estimular a participação popular e estabelecer programas de incentivo para fins no art. 12 desta lei.”*

e capítulo V - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS, Art. 15, inciso I que diz:

*“Garantia de participação dos cidadãos e de suas organizações representativas na formulação, controle e avaliação de políticas, planos e decisões administrativas, através de Conselhos, audiências públicas, além de mecanismos previstos na Constituição Federal e Estadual e nos que a lei determinar.”*

**ART. 3º** - São princípios norteadores do **PEGADAS**:

1. **Democracia.** Traduz-se na tomada de decisões das ações municipais a partir de

- discussões com a população, marcada na pluralidade de idéias, respeito às diferenças de opiniões e busca do consenso;
2. **Participação Popular.** Todos, indistintamente, são chamados a construir uma proposta de gestão participativa do Governo Municipal. Busca-se construir/fortalecer e ampliar instâncias coletivas de discussão dos grandes temas, bem como estabelecer canais em que governo e povo sintonizem para encaminhar propostas, estabelecendo inclusive a hierarquização das prioridades e respectivas competências de resolatividade;
  3. **Eqüidade.** Baseia-se em ofertar, preferencialmente, maior atenção e oportunidades às populações mais carentes, justamente as que mais necessitam das ações/obras e serviços públicos e que, historicamente, são as que mais foram excluídas dos benefícios das riquezas do município.
  4. **Transparência na Aplicação dos Recursos Financeiros.** Significa tornar a população informada acerca do volume de recursos financeiros existente, suas respectivas aplicações, apropriando-se de como/onde está sendo aplicado o dinheiro público. Por meio deste princípio possibilita-se o estabelecimento do equilíbrio entre Suporte Financeiro Municipal *versus* Necessidades do Povo, agindo sobre ações prioritárias indicada pela população.

**ART. 4º - É Justificativa para instituição do PEGADAS:**

Por ser a maneira mais acertada de se promover a eficiência e a eficácia na administração é que se faz necessária a construção de um Plano. A partir desta premissa, no âmbito da administração pública, estes dois predicados são preceitos constitucionais. O PEGADAS propõe por meio do processo de planejamento participativo transformar relações entre poder público e população, ampliando espaços da democracia participativa, superando as velhas formas de governar baseadas no personalismo/paternalismo que excluem o povo de decidir sobre seus caminhos e submetem a maioria da população à condição de cidadão de segunda categoria, sendo, portanto, incapaz de traçar rumos para a administração da esfera pública.

Este caminho trilhado pela maioria das administrações no Brasil, na Bahia e em Amargosa reforçou a exclusão, alienou as pessoas, e ainda mantém oligarquias que fazem da política um cenário onde prevalecem os interesses pessoais ou de pequenos grupos, em detrimento da maioria que sofre com a pouca escolaridade, com a péssima qualidade dos serviços públicos oferecidos, habitam os locais de risco, ocupam as áreas rurais de mais difícil acesso e as terras de menor fertilidade natural, dentre outros.

Para contrapor a tal processo, novas relações são perseguidas pelo PEGADAS. Sob o farol dos seus princípios norteadores expostos anteriormente, é mister construir uma gestão participativa que eleve a auto-estima do povo e torne a população informada sobre os recursos municipais. Povo e Poder local elencam prioridades por meio de audiências públicas onde serão discutidas com todos os segmentos sociais da população a aplicação dos recursos públicos e a hierarquização de ações/obras prioritárias.

É um processo emancipatório, de afirmação da democracia, com vistas ao desenvolvimento e à sustentabilidade. Entende-se por sustentabilidade a garantia de continuidade e fruição dos recursos existentes no município pelas populações atuais e futuras.

**ART. 5º - O PEGADAS, por se constituir num processo, será pautado nos seguintes momentos:**

1. Concertação da Equipe de Governo sobre Planejamento Participativo;
2. Indicação da Equipe de Trabalho de Campo;
3. Divisão Territorial do Município por Núcleos de Moradores e Áreas de Abrangência;
4. Oficinas com Agentes Comunitários de Saúde;
5. Reuniões nas Comunidades Rurais e Urbanas, para elaboração do diagnóstico e Indicações de Delegados por Comunidade e Categoria com vistas à participação na Conferência Integrada de Amargosa;
6. Conferência Integrada de Amargosa, a ser realizada Bienalmente e terá um Regimento Interno Próprio;
7. Estabelecimento dos Fóruns de Moradores;
8. Avaliação por meio dos Fóruns de Núcleos de Moradores e Conferências Inter-setoriais;

Sendo assim, o PEGADAS sinaliza para mudanças significativas no modo de condução da coisa pública. Governo Municipal e Povo passam de traçar os caminhos de uma Amargosa para todos: democrática, plural, cidadã – condição *sene qua non* rumo a uma sociedade sustentável.

**ART. 6º - São objetivos específicos do PEGADAS**

1. Construir o PPA e LDO com participação da sociedade;
2. Integrar todos os setores da administração municipal;
3. Ampliar Controle Social nas Contas e Investimentos Públicos do Município de Amargosa;
4. Elaborar a Agenda 21 de Amargosa;
5. Criar/Fortalecer espaços democráticos de discussão e inserção popular nas decisões da Administração Municipal.

**ART. 7º - São produtos esperados do PEGADAS:**

1. Diagnóstico Atual de Amargosa nos aspectos naturais, sociais, econômicos e culturais;
2. Plano Participativo Inter-setorial para Implementação nos próximos 04 anos;
3. Confecção de livros e material didático sobre a História e Geografia de Amargosa, contada sob o ângulo de seu povo;
4. Georeferenciamento Territorial do Município;
5. Plano Diretor da Cidade;
6. Mapeamento de Áreas de Reserva Permanentes;
7. Mapeamento estratégico das Águas no Município.

**ART. 8º - Constituem enquanto Indicadores de Resultados do PEGADAS:**

1. Participação de 10% da população até Conferência;
2. Ampliação dos Conselhos Municipais;
3. Melhoria qualitativa na atuação dos Conselhos Municipais;
4. Implementação dos Fóruns de Participação Popular de Moradores e/ou Categorias;
5. Redução de indicadores de mortalidade infantil, de criança fora da escola e da taxa de analfabetismo;
6. Aumento do PIB municipal;
7. Elevação do IDH de Amargosa.

**ART. 9º - Público Alvo:**

Toda população rural e urbana do Município, com ênfase nas regiões onde estão localizadas as camadas mais populares de Amargosa.

Publique-se!                      Registre-se!                      Cumpra-se!

Gabinete do Prefeito, 15 de março de 2005.

Valmir Almeida Sampaio  
**Prefeito Municipal**

Fonte: AMARGOSA, 2005

**ANEXO 6**  
DIVISÃO DOS AGRUPAMENTOS RURAIS – AMARGOS /BA

**1 - NÚCLEO CORTA – MÃO**

Roda D'Água  
Camanduá  
Tabuleiro Grande De Corta Mão  
Baixa Alegre

**2 - NÚCLEO ALTO SECO**

Feto  
Convento  
Terra Caída  
Esconça  
Bela Vista  
Sete Voltas  
Assa Peixe  
Roda d'água

**3 - NÚCLEO PALMEIRAS**

Palmeira  
Água Branca

**4 - NÚCLEO CÓRREGO**

Várzea

**5 - NÚCLEOCAMBAUBA**

Chapadinha  
Água sumida

**6- NÚCLEO DAS CARETAS**

Cova da Nega  
Patioba  
Baetinga,  
Barra de acaju  
Caixas d'água das pintas

**7 - NUCLEO DO SÃO ROQUE**

**8 - NÚCLEO GENTIO**

**9 - NÚCLEO LAGOA QUEIMADA**

Tabuleiro dos Coelhos

**10 - NÚCLEO LAGEDO GRANDE**

Lagoa de São João  
Rio Verde  
Batuque  
Mata das Covas  
Três Lagoas

**11 - NÚCLEO SERRA DO CHICO FÉLIX**

Pilão  
Julião  
Serra da Canoa  
Serra da Baratinha  
Serra de Chico Felix

**12 - NÚCLEO DOS BARREIROS**

Barreiros,  
Pilões  
Boa Sorte  
Olhos d'água da jaqueira

**13 - NÚCLEO DE ITACHAMA**

Cavaco  
Baixa de Areia  
Passagem do Lajedo  
Serra do Baltazar  
Penedo  
Posse

**14 - NÚCLEO TAMANDUÁ**

Campo Grande  
Taboado

**15 - NÚCLEO DA CORRENTINHA**

Correntina  
Corrente de Dentro  
Campo Grande  
São Bento  
Chiqueiro (Riacho Cerqueiro)

**16 - NÚCLEO RIBEIRÃO**

Ribeirão do Cupido

**17 - NÚCLEO BAIXADA E TAUÁ**

**18 -NÚCLEO TIMBÓ**

Barra  
Bainha  
Bambu  
Comum,  
Timbó  
Caco de cuia  
Timbó grande  
Timbozinho

**19 -NÚCLEO PAU FERRO**

Jussara Tabuleiro dos Macacos

ANEXO 7

FOLDERES DO PEGADAS 2005-2008



[www.amargosa.ba.gov.br](http://www.amargosa.ba.gov.br)

Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática para uma Amargosa Sustentável.



## O que é?

O PEGADAS é o planejamento participativo que abre um diálogo permanente com o povo, buscando transformar as relações entre o Governo Municipal e a População. Todos os segmentos sociais de Amargosa serão chamados a construir um tempo novo, marcado pelo respeito ao cidadão, pela verdadeira participação das pessoas, assentada na criticidade, no acompanhamento, no monitoramento e na priorização das ações a serem desenvolvidas pelo governo municipal.



## Atividades:

- 1 - Reunião de Equipe de Governo para definições;
- 2 - Oficinas com Agentes Comunitários de Saúde e Professores;
- 3 - Lançamento Oficial 15 de março na Câmara de Vereadores
- 4 - Reunião nas Comunidades;
- 5 - Conferência Integrada de Amargosa;
- 6 - Execução e Monitoramento do Plano.



## Mensagem do Prefeito

Ao propor o PEGADAS Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável, estou cumprindo o programa de governo proposto durante o período eleitoral, que visa construir e afirmar uma nova cultura em lidar com a coisa pública e estabelecer uma relação participativa e democrática com o povo.

Este plano popular que faz parte do meu sonho, certamente partilhado por muitos, de ver os amargosenses serem atores sociais na edificação de um pedacinho de Brasil, mais cidadão, democrático e feliz.

O PEGADAS vem instaurar um tempo novo; dar um salto qualitativo nas estruturas de poder, ouvindo o povo de Amargosa, seus sonhos e anseios sobre os diversos setores saúde, educação, cultura, meio ambiente, infra-estrutura, agricultura, ação social, dentre outros. Transforma seus moradores parceiros e atores de mudanças, detentora de informação, dando transparência aos atos do Governo Municipal, indicados e acompanhando a aplicação dos recursos públicos dentro dos limites impostos pelo orçamento municipal. Todos indistintamente são chamados para que se envolvam opinando e decidindo sobre os destinos de Amargosa, portanto participem nas atividades do PEGADAS, suas reuniões, seus encontros e conferências dando sua contribuição, a final de contas quem melhor sabe sobre as necessidades de sua localidade é o próprio cidadão que nela vive, trabalha e se relaciona.

Você e sua comunidade são muito importantes, seja nosso parceiro na construção de uma Amargosa Livre e Solidária.

Mãos à obra,

Valmir Sampaio  
Prefeito Municipal



## Como você pode participar?

Sendo nosso parceiro, ajudando nas mobilizações para reuniões do PEGADAS em sua comunidade ou categoria, dando sua contribuição, opinando sobre as ações coletivas que o poder municipal deve fazer no município.

## Quais são os objetivos:



- 1 - Estabelecer canais de participação popular com decisões coletivas acerca das ações do poder municipal, tendo com desdobramento a construção coletiva e cidadã do Plano Plurianual PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentária com participação da população, indicando os setores prioritários;
- 2 - Valorizar as opiniões e decisões coletivas acerca da alocação de recursos e ações, estabelecendo parcerias com a população para potencializar ações;
- 3 - Equalizar necessidades com os recursos existentes, hierarquizando intervenções do poder municipal de modo impactante;

## **ANEXO 8**

Convite Pegadas – (Carro de som)

### **Convite**

O Prefeito Municipal de Amargosa, Valmir Sampaio, e sua equipe convidam os moradores da região de Itachama (na Escola João Leal Sales) e da região de Correntina (na Escola Edite Moraes Alves) para reunião do PEGADAS, ambas às 17:00h na próxima quinta-feira dia 28/04 do corrente ano. O PEGADAS é nosso plano popular para uma gestão participativa. Contamos com a presença e contribuição de todos no sentido de guiar as ações da Prefeitura na sua região.

Agradecem,

**Valmir Sampaio** e equipe.

Governo: Amargosa, meu pedacinho de Brasil.

Fonte: PMA



## ANEXO 9

### Roteiro para reuniões de diagnóstico



#### Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável

Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – Bahia  
Fone: (75) 3634-1321 Fax: (75) 3634-1630  
projetos@amargosa.ba.gov.br

**Prefeitura Municipal de Amargosa**  
**Amargosa – Meu pedacinho de Brasil**

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

### 4º MOMENTO

#### INTRODUÇÃO

Considerando cada eixo temático, foram elaboradas perguntas geradoras, para facilitar o trabalho de campo na construção do Diagnóstico Estratégico Participativo. Embora, tais perguntas possam se constituir um roteiro orientador, deve-se ter em mente que as discussões devem ser conduzidas a partir das questões levantadas no próprio grupo. Assim, cada Equipe de Campo deve ter no mínimo um coordenador e um relator para problematizar as questões e registrar todo processo de discussão.

#### METODOLOGIA

Dividir por grupo de idade, solicitar que conversem sobre a vida do grupo, quando mais jovens e a vida atualmente, tentando identificar o que mudou e porque mudou (percepção crítica da História). Após a discussão o grupo escolhe uma pessoa para apresentar os resultados.

Dar papel madeira para que o grupo desenhe sua comunidade, identificando a estrutura física e geográfica.

Estimular o debate no grupam, fazendo mais perguntas que dando opinião, observando o roteiro de Perguntas Geradoras.

#### PERGUNTAS GERADORAS

##### Questões a serem abordadas:

#### SAÚDE

Causa das mortes na comunidade (De que as pessoas morrem na comunidade?);

Causa das doenças (De que adoecem?) (Quem cuida da saúde?);

Parto, remédio caseiro;

Mortes recentes e causas, principalmente, mulheres e crianças;

A comida do dia-a-dia

Pessoas com deficiências

Pessoas idosas desamparadas

Iniciação sexual

Problemas sexuais

Como se evita filhos?

#### IDENTIFICAÇÃO DO MODO DE VIVER

Como é o dia-a-dia aqui na comunidade?

Como vivem as pessoas aqui?

O que vocês fazem aqui na comunidade?

Como se divertem? Qual a distração ou diversão de vocês?

#### IDENTIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

Como as pessoas viviam antigamente? (estimular a fala por década, produção, saúde, educação, relações de poder, manifestações culturais)

Quem tinha influência?

#### EDUCAÇÃO

As crianças e jovens daqui estão na escola?

Elas gostam da escola?

O que elas dizem da escola?

O que elas dizem dos professores?

Quanto tempo elas ficam na escola?

#### EMPREGO E RENDA (AGRICULTURA)

Do que vivem aqui?

O que se planta?

O que fazem da produção?

Cria animais? Quais?

Quais os instrumentos de trabalho?

Qual o calendário agrícola?

Solos: tem erosão? Com o passar dos anos aumentou ou diminui as produções?

É mecanizado, como?

Usa venenos? Quais?

#### INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

Qual o destino do lixo?

Onde fazem as necessidades?

Como se locomovem para ir a cidade fazer a feira?

Como se comunicam?

Como sabem as notícias da cidade?

Como é a assistência em relação à saúde?

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POPULAR**

As pessoas se reúnem?

Em que momentos?

Quem coordena?

**MATRIZES CULTURAIS**

Quais as festas?

Como as pessoas se divertem?

Tem algum artista?

**ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

O que tem de serviço público?

O que foi feito nos últimos anos?

**MEIO AMBIENTE**

Rios, Matas e Bichos:

Já teve? Ainda tem?

Houve alguma mudança?

Caçam?

Aprisionam passarinho? Quais?

Existem olhos d'águas?

Existem matas? Que tipo? Capoeira, capoeirão, mata?

Barragens, aguadas (tamanho)?

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Questão racial, prostituição, alcoolismo, trabalho infantil, violência (Têm vendas na comunidade?)

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ESTRUTURA DO PODER**

Quais as pessoas que têm influência?

Essas pessoas são da comunidade ou não?

Participam da Política do Município?





| PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO (A) PRODUTOR (A) |                        |   |     |   |               |   |                 |   |        |   |
|--|------------------------|---|-----|---|---------------|---|-----------------|---|--------|---|
|  | Associação Comunitária |   | STR |   | Mov. Mulheres |   | Grupo de Igreja |   | Outros |   |
|  | H                      | M | H   | M | H             | M | H               | M | H      | M |
| É sócio (a) da:  |                        |   |     |   |               |   |                 |   |        |   |
| É da diretoria da:                                     |                        |   |     |   |               |   |                 |   |        |   |
| Já foi da diretoria da:                                |                        |   |     |   |               |   |                 |   |        |   |
| Nota pela participação (0 a 10):                       |                        |   |     |   |               |   |                 |   |        |   |

| CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO ATUAL  |              |              |              |              |           |         |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|---------|
| Proprietário  | Meeiro       | Arrendatário | Comodatário  | Posseiro     | Sem terra | Artesão |
| C/ escritura<br>( )   | Registro ( ) | Registro ( ) | Registro ( ) | Registro ( ) |           |         |
| S/ escritura<br>( )   | Verbal ( )   | Verbal ( )   | Verbal ( )   | Verbal ( )   |           |         |
| ta  | ta           | Ta           | ta           | ta           |           |         |
| Tem casa na cidade? Sim ( ) ( ) Não Se tem, quantos moram na casa?<br>_____ |              |              |              |              |           |         |

| RENDA FAMILIAR ALÉM DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA   |
|--|
| ( ) Aposentadoria: Número de aposentados: _____ Renda mensal total:<br>_____                         |
| ( ) Diarista rural: Número médio de dias/ ano que trabalhou como diarista:<br>_____                  |
| ( ) Pensão ou ajuda dos filhos, amigos ou parentes: Valor médio por mês:<br>_____                    |
| ( ) Diarista como pedreiro ou carpinteiro: Número médio de dias/mês: _____ Valor médio/dia:<br>_____ |
| ( ) Serviço público: Número de serviços públicos: _____ Renda por mês:<br>_____                      |
| ( ) Outras rendas. Especificar com valor (por mês):<br>_____   |

| RENDAS COM EXTRATIVISMO E OUTROS |                       |         |        |                |
|----------------------------------|-----------------------|---------|--------|----------------|
| Produto                          | Produção média mensal | Consumo | Vendas | Valor (mensal) |
| Artesanato (peças)               |                       |         |        |                |
|                                  |                       |         |        |                |
|                                  |                       |         |        |                |

| GASTO SEMANAL NA FEIRA   |  |
|--------------------------|--|
| Produtos mais comprados: |  |
|                          |  |
|                          |  |

| ACESSO AO CRÉDITO RURAL E CAPACITAÇÃO   |                |     |              |                     |
|---|----------------|-----|--------------|---------------------|
| <input type="checkbox"/> Nunca recebeu nenhum tipo de financiamento<br><input type="checkbox"/> Já recebeu financiamento de Associações, Cooperativas, Igrejas, ONG, Centro Comunitário, etc.?<br><input type="checkbox"/> Já recebeu financiamento de Banco uma vez e já pagou?<br><input type="checkbox"/> Já recebeu financiamento de Banco duas vezes e já pagou?<br><input type="checkbox"/> Já recebeu financiamento de Banco mais de duas vezes e já pagou?<br><input type="checkbox"/> Já recebeu financiamento de Banco, está vencido e não pagou?<br><input type="checkbox"/> Capacitação na área de agropecuária. Que tipo? <input type="checkbox"/> palestras <input type="checkbox"/> cursos <input type="checkbox"/> seminário<br><input type="checkbox"/> outros _____ Quem realizou?<br>_____<br><input type="checkbox"/> Tem financiamento atualmente conforme quadro abaixo (incluir Fundos Rotativos e outros) |                |     |              |                     |
| Banco   | Agência/cidade | Ano | Valor tomado | Saldo devedor atual |
|   |                |     |              |                     |
|   |                |     |              |                     |
|   |                |     |              |                     |

| INFORMAÇÕES DA(S) PROPRIEDADE(S)                  |                |                       |                       |                       |
|---|----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|   | Unidade        | Propriedade 1<br>Faz. | Propriedade 2<br>Faz. | Propriedade 3<br>Faz. |
| Utiliza mandioca na ração animal                  | Sim/ não       |                       |                       |                       |
| Utiliza rotação de pastagens                      | Sim/ não       |                       |                       |                       |
| Realiza práticas de conservação do solo?          | Sim/ não       |                       |                       |                       |
| Rios e riachos que cortam a propriedade           | Nome           |                       |                       |                       |
| Tem nascente nas propriedades? Quantas?           | Sim / não, nº. |                       |                       |                       |
| As nascentes estão protegidas com mata?           | Sim/ não       |                       |                       |                       |
| Já fez reflorestamento                            | Sim/ não       |                       |                       |                       |
| Tem interesse em fazer reflorestamento?           | Sim/ não       |                       |                       |                       |
| Beneficia algum produto da propriedade? Que tipo? | Sim/ não       |                       |                       |                       |

| DADOS DA (S) PROPRIEDADE (S)      |         |                       |                       |                       |
|-----------------------------------|---------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Denominação da propriedade        | Unidade | Propriedade 1<br>Faz. | Propriedade 2<br>Faz. | Propriedade 3<br>Faz. |
| Área total                        | Tarefa  |                       |                       |                       |
| Área com pastagens (bom estado)   | Ta      |                       |                       |                       |
| Área com pastagens (regular)      | Ta      |                       |                       |                       |
| Área com pastagens (péssimo)      | Ta      |                       |                       |                       |
| Área de plantio de capim de corte | Ta      |                       |                       |                       |
| Área com mata                     | Ta      |                       |                       |                       |
| Área com capoeira                 | Ta      |                       |                       |                       |
| Área de plantio                   | Ta      |                       |                       |                       |
| Área de plantio de mandioca       | Ta      |                       |                       |                       |
| Área de plantio de cacau          | Ta      |                       |                       |                       |
| Área de plantio de banana         | Ta      |                       |                       |                       |
| Área de plantio de cana           | Ta      |                       |                       |                       |
| Área de plantio de feijão         | Ta      |                       |                       |                       |



|                                       |                |  |  |  |
|---------------------------------------|----------------|--|--|--|
| Área de plantio de milho              | ta             |  |  |  |
| Área de plantio de                    | ta             |  |  |  |
| Área de plantio de                    | ta             |  |  |  |
| Pomar                                 | ta             |  |  |  |
| Cercas externas                       | km             |  |  |  |
| Cercas internas                       | km             |  |  |  |
| Curral                                | m <sup>2</sup> |  |  |  |
| Aprisco (curral p/ ovelhas)           | m <sup>2</sup> |  |  |  |
| Aviário                               | m <sup>2</sup> |  |  |  |
| Pocilga                               | m <sup>2</sup> |  |  |  |
| Casa de farinha                       | nº             |  |  |  |
| Horta                                 | m <sup>2</sup> |  |  |  |
| Farmácia viva                         | m <sup>2</sup> |  |  |  |
| Arado                                 | ud             |  |  |  |
| Carroça                               | ud             |  |  |  |
| Triturador/ forrageira                | ud             |  |  |  |
| Galinhas/ frango                      | cabeça         |  |  |  |
| Boi                                   | cab            |  |  |  |
| Vaca                                  | cab            |  |  |  |
| Novilhas                              | cab            |  |  |  |
| Novilhos                              | cab            |  |  |  |
| Garrotes                              | cab            |  |  |  |
| Garrotas                              | cab            |  |  |  |
| Bezerros                              | cab            |  |  |  |
| Bezerras                              | cab            |  |  |  |
| Carneiros                             | cab            |  |  |  |
| Ovelhas                               | cab            |  |  |  |
| Burregos/ Burregas (filho da ovelhas) | cab            |  |  |  |
| Animais de serviço                    | cab            |  |  |  |

| <b>RENDAS DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS</b>                              |                |                                   |                               |            |                        |
|---|----------------|-----------------------------------|-------------------------------|------------|------------------------|
| Produtos  | Unidade        | Produção média anual (quantidade) | Consumo Familiar (quantidade) | Vendas     |                        |
|   |                |                                   |                               | Quantidade | Valor Total (R\$ 1,00) |
| Cacau   | arroba         |                                   |                               |            |                        |
| Banana  | cento          |                                   |                               |            |                        |
| Mandioca  | tonelada       |                                   |                               |            |                        |
| Farinha   | saco           |                                   |                               |            |                        |
| Cana  | m <sup>3</sup> |                                   |                               |            |                        |
| Feijão  | saco           |                                   |                               |            |                        |
| Milho   | saco           |                                   |                               |            |                        |
| Acerola   | kg             |                                   |                               |            |                        |
| Castanha  | kg             |                                   |                               |            |                        |
| Boi   | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Vaca  | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Novilho/ Novilha  | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Garrote/Garrota   | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Leite de Vaca   | litro          |                                   |                               |            |                        |
| Carneiros/ ovelhas  | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Burregos/ Burregas  | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Leite de Cabra  | litro          |                                   |                               |            |                        |
| Porco/ Porca  | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Bacurrinho (a) F <sup>o</sup> porca                                     | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Galinha/Frango  | cab            |                                   |                               |            |                        |
| Ovos  | dúzia          |                                   |                               |            |                        |
| Mel   | litro          |                                   |                               |            |                        |
| <b>COMERCIALIZAÇÃO</b>  |                |                                   |                               |            |                        |
| Onde vende estes produtos?  |                |                                   |                               |            |                        |
| ( ) Amargosa ( ) Santo Antonio de Jesus ( ) Feira de Santana ( ) Outros |                |                                   |                               |            |                        |
| _____   |                |                                   |                               |            |                        |

|  |
|--|
| A quem vende? ( ) Feira livre ( ) Supermercado ( ) Atravessador ( ) Outros<br>_____  |
| Que frequência vende seus produtos? ( ) anual ( ) mensal ( ) semanal ( ) diariamente |

| HABITAÇÃO, SANEAMENTO E POSSE DE ELETRODOMÉSTICOS |   |                |               |   |       |    |                |         |
|---|---|----------------|---------------|---|-------|----|----------------|---------|
| 1   | Casa:   | m <sup>2</sup> | Nº de cômodos | Materiais: ( ) Alvenaria ( ) Adobe ( ) Taipa ( ) Barro batido ( ) Palha |       |    |                |         |
| 2   | Fossa: ( ) Interna ( ) Externa ( ) Seca ( ) Não tem   |                |               |   |       |    |                |         |
| 3   | Piso: ( ) Cimento ( ) Assoalho ( ) Barro Batido ( ) Lajota  |                |               |   |       |    |                |         |
| 4   | Água consumo humano: ( ) Não tem ( ) Cisterna / Poço ( ) Rio/ Riacho ( ) EMBASA                                   |                |               |   |       |    |                |         |
| 5   | Água encanada em casa? ( ) Sim ( ) Não Caso não tenha, distância, acesso:<br>_____ km                             |                |               |   |       |    |                |         |
| 6   | Qual a condição da água? ( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima                                   |                |               |   |       |    |                |         |
| 7   | Tratamento da água: ( ) Não faz ( ) Usa filtro ( ) Ferve ( ) Côa ( ) Usa Q-boa ( ) Usa cloro                      |                |               |   |       |    |                |         |
| 8   | Quantos eletrodomésticos possui?<br>(colocar quantidade abaixo)   |                | Fogão (gás)   | Geladeira   | Ferro | TV | Liquidificador | Veículo |
| 9   | Eletricidade: ( ) Não tem ( ) COELBA ( ) Solar ( ) Cata-vento ( ) Gerador a diesel<br>( ) Outras fontes:<br>_____ |                |               |   |       |    |                |         |
| 10  | O que faz com o lixo? ( ) Queima ( ) Joga no quintal ( ) Enterra ( ) Faz adubo ( ) Prefeitura coleta              |                |               |   |       |    |                |         |
| 11  | Para o cozinho usa: ( ) Gás ( ) Lenha   |                |               | Como adquire? ( ) Compra ( ) Coleta<br>De onde?<br>_____                |       |    |                |         |

| RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E GERAÇÕES           |       |        |       |       |
|---|-------|--------|-------|-------|
| Acesso e Controle na Família                    | Homem | Mulher | Filho | Filha |
| Quem decide a compra de terra?                  |       |        |       |       |
| Quem distribui o trabalho na propriedade?       |       |        |       |       |
| Quem decide o que e quando vai ser plantado?    |       |        |       |       |
| Quem decide o que e quando vai ser criado?      |       |        |       |       |
| Quem controla o Dinheiro para a feira?          |       |        |       |       |
| Quem controla o Dinheiro para os remédios?      |       |        |       |       |
| Quem controla o Dinheiro para ajudar na escola? |       |        |       |       |
| Quem controla o Dinheiro dos projetos?          |       |        |       |       |
| Quem controla o Dinheiro para pagar projetos?   |       |        |       |       |

|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| Quem controla a Renda com a venda dos animais?      |  |  |  |  |
| Quem controla a Renda com a venda da lavoura?       |  |  |  |  |
| Quem busca a água nas cisternas e nos tanques?      |  |  |  |  |
| Quem decide o que vai ser comprado na feira?        |  |  |  |  |
| Quem escolhe os animais que serão comprados?        |  |  |  |  |
| Quem decide a reforma ou ampliação da casa?         |  |  |  |  |
| Que controla os novos investimentos na propriedade? |  |  |  |  |
| Quem faz as tarefas de casa?                        |  |  |  |  |

| <b>SAÚDE</b>  |   |
|---|---|
| <b>1</b>  | Possui plano de saúde? ( ) Sim ( ) Não  |
| <b>2</b>  | Tem filhos? ( ) Sim ( ) Não Quantos? _____ [_____ homem(ns) e _____ mulher(es)]   |
| <b>As perguntas de 3 a 7 devem ser respondidas quando a entrevista for com mulheres</b> |   |
| <b>3</b>  | Com quantos anos pariu o 1º filho? _____ anos.  |
| <b>4</b>  | Onde fez o(s) parto(s)? ( ) Hospital ( ) com parteira em casa ( ) Sozinha<br>Cidade(s)?<br>_____                            |
| <b>5</b>  | Faz ou fez acompanhamento pré-natal? ( ) Sim ( ) Não<br>Em caso negativo, porque não?<br>_____                              |
| <b>6</b>  | Faz planejamento familiar? ( ) Sim ( ) Não Onde?<br>_____<br>Em caso negativo, porque não?<br>_____                         |
| <b>7</b>  | Tem algum caso de crianças com menos de 2 anos que morreu? ( ) Sim ( ) Não.<br>Por quê?<br>_____                            |
| <b>8</b>  | Quando foi a última vez que fez exames preventivos?<br>_____  |
| <b>9</b>  | Usa algum método p/ evitar filhos? ( ) Sim ( ) Não<br>Qual(is)? ( ) ligadura de trompas ( ) vasectomia ( ) outros:<br>_____ |

|    |   |
|----|---|
| 10 | Usa preservativo contra doenças sexualmente transmissíveis? ( ) Sim ( ) Não<br>Por quê?<br>_____<br>_____   |
| 11 | (Caso tenha crianças em casa) Quais as principais doenças que as crianças têm?<br>_____<br>_____<br>_____   |
| 12 | Participa das campanhas de vacinação? ( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes<br>Em caso negativo, por que não? _____  |
| 13 | Na sua família existe alguém que tem ou teve algumas das seguintes doenças?<br>( ) Tuberculose ( ) Doença de Chagas ( ) Desnutrição ( ) Problemas respiratórios<br>( ) Diarréia ( ) Esquistossomose ( ) Pressão Alta ( ) Doenças do coração<br>( ) Diabetes ( ) Epilepsia ( ) Lepra ( ) Asma e Bronquite<br>( ) Câncer Tipo: _____<br>( ) Outras doenças: _____ |
| 14 | Quando você adoece, a quem recorre?<br>( ) Posto de saúde ( ) Hospital ( ) Vizinho ( ) Farmácia<br>( ) ACS ( ) Vereador ( ) Rezadeira<br>( ) Outros: _____  |
| 15 | Quem transporta?<br>( ) Ambulância ( ) Amigo ( ) Frete ( ) Vereador<br>( ) Outros: _____  |
| 16 | Já foi ao dentista do município? ( ) Sim ( ) Não  |
| 17 | Qual procedimento foi realizado?<br>( ) Extração ( ) Restauração ( ) Outros: _____  |
| 18 | Quando o médico receita algum medicamento você sempre obedece as orientações?<br>( ) Sempre ( ) Às vezes ( ) Quando acha que será bom ( ) Nunca   |

|    |   |
|----|---|
| 19 | <p>Usa remédios ou chás caseiros? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Para que doenças? ( ) Gripe ( ) Dor de barriga ( ) Dor de cabeça ( ) Cólicas<br/>( ) Outros _____</p>  |
| 20 | Toda vez que você procura o Serviço de Saúde do município consegue ser atendido? ( ) Sim ( ) Não  |
| 21 | <p>Sabe o que é PSF? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>- Quando não é atendido no posto é orientado para onde deve ir? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>- O que acha do atendimento nos postos de saúde do município? ( ) Excelente ( ) Bom ( ) Ruim ( ) Péssimo</p> <p>- Sempre encontra remédio na farmácia básica do município? ( ) Sim ( ) Não</p> |
| 22 | O que você acha do SUS? ( ) Excelente ( ) Bom ( ) Ruim ( ) Péssimo  |
| 23 | Alguém na família já sofreu aborto? ( ) Sim: [ ] espontâneo [ ] provocado ( ) Não   |
| 24 | <p>Tem algum caso de uso de dependência química na família? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Qual(is)? ( ) Álcool ( ) Cigarro ( ) Outros:<br/>_____</p>   |
| 25 | <p>Possui pessoas portadoras de deficiência na família? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>- Que tipo de deficiência? ( ) física ( ) mental</p> <p>- Faz tratamento? ( ) Sim ( ) Não Onde? _____</p> <p>- Toma medicação controlada? ( ) Sim ( ) Não</p>  |
| 26 | <p>Sabe o que é o CAPS? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Se você precisasse, iria no CAPS? ( ) Sim ( ) Não</p>  |

## EDUCAÇÃO

|   |   |
|---|---|
| 1 | As pessoas da comunidade são bem atendidas quando vão à Escola? ( ) Sim ( ) Não                   |
| 2 | A escola realiza atividades junto à comunidade? ( ) Sim ( ) Não                                   |
| 3 | A Escola se preocupa em ajudar a resolver os problemas da comunidade? ( ) Sim ( ) Não             |
| 4 | As crianças e adolescentes da comunidade gostam de ir à Escola? ( ) Sim ( ) Não                   |
| 5 | As crianças e adolescentes aprendem satisfatoriamente na Escola? ( ) Sim ( ) Não                  |
| 6 | Muitas crianças e adolescentes desistem da Escola antes de terminar o ano letivo? ( ) Sim ( ) Não |
| 7 | Muitas crianças e adolescentes são reprovados na Escola da comunidade? ( ) Sim ( ) Não            |

|    |   |
|----|---|
| 8  | A merenda da Escola é de boa qualidade? ( ) Sim ( ) Não   |
| 9  | Existem muitas crianças com necessidades especiais na comunidade? ( ) Sim ( ) Não                     |
|    | Se existem, elas recebem apoio da Escola? ( ) Sim ( ) Não   |
|    | As crianças portadoras de necessidades especiais progridem depois que vão à Escola? ( ) Sim ( ) Não   |
| 10 | As aulas são prejudicadas por falta do professor (a)? ( ) Sim ( ) Não                                 |
| 11 | O trabalho da professora é bom? ( ) Sim ( ) Não   |
| 12 | O trabalho da merendeira é bom? ( ) Sim ( ) Não   |
| 13 | Os pais acompanham o desempenho dos filhos na Escola? ( ) Sim ( ) Não                                 |
| 14 | Os pais conseguem ajudar os filhos nas tarefas que vem da Escola? ( ) Sim ( ) Não                     |
| 15 | Em quais escolas municipais seus filhos estudam?<br>_____<br>_____<br>_____                           |
| 16 | Em quais escolas estaduais seus filhos estudam?<br>_____<br>_____<br>_____                            |
| 17 | Comentário sobre o que os pais acham da Escola:<br>_____<br>_____<br>_____<br>_____<br>_____<br>_____ |

### AÇÃO SOCIAL

|   |   |
|---|---|
| 1 | A família recebe algum benefício social do Governo Federal?<br>( ) Não ( ) BPC/LOAS ( ) Bolsa Escola ( ) Bolsa Família ( ) Auxílio Gás<br>Valor total/mês dos Benefícios: R\$ _____ |
|---|---|

|   |   |
|---|---|
| 2 | <p>As crianças e/ou adolescentes contribuem com a renda familiar, desenvolvendo alguma atividade de ganho?</p> <p>( ) Sim ( ) Não</p> <p>Atividade que desenvolve: _____ Quanto ganha por semana: R\$ _____</p>                                       |
| 3 | <p>Alguém da família já sofreu violência doméstica? ( ) Sim ( ) Não</p>   |
| 4 | <p>Crianças e/ou adolescentes da família já foram vítimas de abuso sexual? ( ) Sim ( ) Não</p>  |
| 5 | <p>Todas as crianças possuem certidão de nascimento? ( ) Sim ( ) Não</p>  |
| 6 | <p>Todos os adultos possuem os seguintes documentos?</p> <p>RG: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>CPF: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Título de Eleitor: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Carteira de Reservista: ( ) Sim ( ) Não</p> <p>Carteira de Trabalho? ( ) Sim ( ) Não</p> |
| 7 | <p>Com quem ficam as crianças de 0 a 6 anos, durante o dia? ( ) Pais ( ) Irmãos ( ) Creche ( ) Outros</p>   |
| 8 | <p>Crianças e adolescentes da família participam de algum grupo de atividades sócio-educativas? ( ) Sim ( ) Não</p> <p>( ) Segundo Tempo ( ) Grupo de capoeira</p> <p>( ) Grupo de jovens ( ) Outros: _____</p>                                       |

Responsáveis pelas informações:

\_\_\_\_\_

Nome do Entrevistador (a):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Comunidade      Data      Assinatura

Fonte: PMA





| RENDA FAMILIAR   |  |
|--|--|
| ( ) Aposentadorias: n° de aposentados: _____   |  |
| ( ) Diaristas: n° médio de dias/ ano que trabalhou como diarista: _____                            |  |
| ( ) Pensão ou ajuda dos filhos, amigos ou parentes: Valor médio/ mês: R\$ _____                    |  |
| ( ) Diarista como pedreiro ou carpinteiro: N° médio de dias/ano: _____ Valor médio/ dia: R\$ _____ |  |
| ( ) Serviço público: N° de serviços públicos: _____ Renda por mês: R\$ _____                       |  |
| <b>Outras fontes de renda da família - Especificar o valor/mês</b>                                 |  |
| ( ) Empregados com carteira assinada. Quantos? _____ Renda/ mês: R\$ _____                         |  |
| ( ) Empregados sem carteira assinada. Quantos? _____ Renda/ mês: R\$ _____                         |  |
| ( ) Biscate ( ) venda do dia de serviço ( ) ambulante ( ) Outros: _____ Renda/ mês: R\$ _____      |  |

| HABITAÇÃO, SANEAMENTO E POSSE DE ELETRODOMÉSTICOS |  |   |               |   |    |                |         |
|---|--|---|---------------|---|----|----------------|---------|
| 1   | Casa<br>:  | m <sup>2</sup>  | N° de cômodos | Materiais: ( ) Alvenaria ( ) Adobe ( ) Taipa ( ) Barro batido ( ) Palha |    |                |         |
| 2   | Fossa: ( ) Interna ( ) Externa ( ) Seca ( ) Não tem  |   |               |   |    |                |         |
| 3   | Piso: ( ) Cimento ( ) Assoalho ( ) Barro Batido ( ) Lajota   |   |               |   |    |                |         |
| 4   | Tem casa na zona rural? ( ) Sim ( ) Não Quantos moram? _____   |   |               |   |    |                |         |
| 5   | Água consumo humano: ( ) Não tem ( ) Cisterna / Poço ( ) EMBASA                                      |   |               |   |    |                |         |
| 6   | Água encanada em casa? ( ) Sim ( ) Não   |   |               |   |    |                |         |
| 7   | Qual a condição da água? ( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima                      |   |               |   |    |                |         |
| 8   | Tratamento da água: ( ) Não faz ( ) Usa filtro ( ) Ferve ( ) Côa ( ) Usa Q-boa ( ) Usa cloro         |   |               |   |    |                |         |
| 9   | Quantos eletrodomésticos possui?<br>(colocar quantidade abaixo)                                      | Fogão (gás)   | Geladeira     | Ferro   | TV | Liquidificador | Veículo |
| 10  | Eletricidade: ( ) COELBA ( ) Solar ( ) Não tem   |   |               |   |    |                |         |
| 11  | O que faz com o lixo? ( ) Queima ( ) Joga no quintal ( ) Enterra ( ) Faz adubo ( ) Prefeitura coleta |   |               |   |    |                |         |
| 12  | Para o cozinho usa: ( ) Gás ( ) Lenha  | Como adquire? ( ) Compra ( ) Coleta<br>De onde? _____ |               |   |    |                |         |

| RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E GERAÇÕES  |       |        |       |       |
|--|-------|--------|-------|-------|
| Acesso e Controle na Família   | Homem | Mulher | Filho | Filha |
| Quem controla o dinheiro para a feira?                                       |       |        |       |       |
| Quem controla o dinheiro para os remédios?                                   |       |        |       |       |
| Quem controla o dinheiro para ajudar na escola?                              |       |        |       |       |
| Quem controla o dinheiro dos projetos?                                       |       |        |       |       |
| Quem controla o dinheiro para pagar projetos?                                |       |        |       |       |
| Quando não tem água encanada, quem busca a água nas cisternas e nos tanques? |       |        |       |       |
| Quem decide o que vai ser comprado na feira?                                 |       |        |       |       |
| Quem decide a reforma ou ampliação da casa?                                  |       |        |       |       |
| Que controla os novos investimentos na família?                              |       |        |       |       |
| Quem faz as tarefas de casa?   |       |        |       |       |

| EDUCAÇÃO |   |
|----------|---|
| 1        | As pessoas da comunidade são bem atendidas quando vão à Escola? ( ) Sim ( ) Não                   |
| 2        | A escola realiza atividades junto à comunidade? ( ) Sim ( ) Não                                   |
| 3        | A Escola se preocupa em ajudar a resolver os problemas da comunidade? ( ) Sim ( ) Não             |
| 4        | As crianças e adolescentes da comunidade gostam de ir à Escola? ( ) Sim ( ) Não                   |
| 5        | As crianças e adolescentes aprendem satisfatoriamente na Escola? ( ) Sim ( ) Não                  |
| 6        | Muitas crianças e adolescentes desistem da Escola antes de terminar o ano letivo? ( ) Sim ( ) Não |
| 7        | Muitas crianças e adolescentes são reprovados na Escola da comunidade? ( ) Sim ( ) Não            |

|    |   |
|----|---|
| 8  | A merenda da Escola é de boa qualidade? ( ) Sim ( ) Não   |
| 9  | Existem muitas crianças com necessidades especiais na comunidade? ( ) Sim ( ) Não<br>Se existem, elas recebem apoio da Escola? ( ) Sim ( ) Não<br>As crianças portadoras de necessidades especiais progredem depois que vão à Escola? ( ) Sim ( ) Não |
| 10 | As aulas são prejudicadas por falta do professor (a)? ( ) Sim ( ) Não   |
| 11 | O trabalho da professora é bom? ( ) Sim ( ) Não   |
| 12 | O trabalho da merendeira é bom? ( ) Sim ( ) Não   |
| 13 | Os pais acompanham o desempenho dos filhos na Escola? ( ) Sim ( ) Não   |
| 14 | Os pais conseguem ajudar os filhos nas tarefas que vem da Escola? ( ) Sim ( ) Não   |
| 15 | Em quais escolas municipais seus filhos estudam?<br>_____<br>_____  |
| 16 | Em quais escolas estaduais seus filhos estudam?<br>_____<br>_____   |
| 17 | Comentário sobre o que os pais acham da Escola:<br>_____<br>_____<br>_____<br>_____<br>_____  |

| SAÚDE |   |
|-------|---|
| 1     | Possui plano de saúde? ( ) Sim ( ) Não  |
| 2     | Tem filhos? ( ) Sim ( ) Não Quantos? _____ [_____ homem(ns) e _____ mulher(es)]                                       |
| 3     | As perguntas de 3 a 7 devem ser respondidas quando a entrevista for com mulheres                                      |
| 4     | Com quantos anos pariu o 1º filho? _____ anos   |
| 5     | Onde fez o(s) parto(s)? ( ) Hospital ( ) Com parteira em casa ( ) Sozinha<br>Cidade(s)? _____                         |
| 6     | Faz ou fez acompanhamento pré-natal? ( ) Sim ( ) Não<br>Em caso negativo, porque não? _____                           |
| 7     | Faz planejamento familiar? ( ) Sim ( ) Não Onde?<br>_____<br>Em caso negativo, porque não? _____                      |
| 8     | Tem algum caso de crianças com menos de 2 anos que morreu? ( ) Sim ( ) Não.<br>Por quê? _____<br>_____                |
| 9     | Quando foi a última vez que fez exames preventivos?<br>_____  |
| 10    | Usa algum método p/ evitar filhos? ( ) Sim ( ) Não Qual(is)? ( ) ligadura de trompas ( ) vasectomia ( ) outros: _____ |
| 11    | Usa preservativo contra doenças sexualmente transmissíveis? ( ) Sim ( ) Não<br>Por quê? _____                         |

|    |   |
|----|---|
|    | -   |
| 12 | (Caso tenha crianças em casa) Quais as principais doenças que as crianças têm?<br>_____   |
| 13 | Participa das campanhas de vacinação? ( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes<br>Em caso negativo, por que não? _____  |
| 14 | Na sua família existe alguém que tem ou teve algumas das seguintes doenças?<br>( ) Tuberculose ( ) Doença de Chagas ( ) Desnutrição ( ) Problemas respiratórios<br>( ) Diarréia ( ) Esquistossomose ( ) Pressão Alta ( ) Doenças do coração<br>( ) Diabetes ( ) Epilepsia ( ) Lepra ( ) Asma e Bronquite<br>( ) Câncer Tipo: _____<br>( ) Outras doenças: _____ |
| 15 | Quando você adoecer, a quem recorre?<br>( ) Posto de saúde ( ) Hospital ( ) Vizinho ( ) Farmácia<br>( ) ACS ( ) Vereador ( ) Rezadeira<br>( ) Outros: _____   |
| 16 | Quem transporta? ( ) Ambulância ( ) Amigo ( ) Frete ( ) Vereador<br>( ) Outros: _____   |
| 17 | Já foi ao dentista do município? ( ) Sim ( ) Não  |
| 18 | Qual procedimento foi realizado?<br>( ) Extração ( ) Restauração ( ) Outros: _____  |
| 19 | Quando o médico receita algum medicamento você sempre obedece as orientações?<br>( ) Sempre ( ) Às vezes ( ) Quando acha que será bom ( ) Nunca   |
| 20 | Usa remédios ou chás caseiros? ( ) SIM ( ) NÃO<br>Para que doenças? ( ) Gripe ( ) Dor de barriga ( ) Dor de cabeça ( ) Cólicas<br>( ) Outros _____  |
| 21 | Toda vez que você procura o Serviço de Saúde do município consegue ser atendido? ( ) Sim ( ) Não  |
| 22 | Sabe o que é PSF? ( ) Sim ( ) Não<br>Quando não é atendido no posto é orientado para onde deve ir? ( ) Sim ( ) Não<br>O que acha do atendimento nos postos de saúde do município? ( ) Excelente ( ) Bom ( ) Ruim ( )<br>Péssimo<br>Sempre encontra remédio na farmácia básica do município? ( ) Sim ( ) Não   |
| 23 | O que você acha do SUS? ( ) Excelente ( ) Bom ( ) Ruim ( ) Péssimo  |
| 24 | Alguém na família já sofreu aborto? ( ) Sim: [ ] espontâneo [ ] provocado ( ) Não   |
| 25 | Tem algum caso de uso de dependência química na família? ( ) Sim ( ) Não<br>Qual(is)? ( ) Álcool ( ) Cigarro ( ) Outros: _____  |
| 26 | Possui pessoas portadoras de deficiência na família? ( ) Sim ( ) Não<br>Que tipo de deficiência? ( ) Física ( ) Mental<br>Faz tratamento? ( ) Sim ( ) Não Onde? _____<br>Toma medicação controlada? ( ) Sim ( ) Não   |
| 27 | Sabe o que é o CAPS? ( ) Sim ( ) Não<br>Se você precisasse, iria no CAPS? ( ) Sim ( ) Não   |

**AÇÃO SOCIAL**

|   |  |
|---|--|
| 1 | A família recebe algum benefício social do Governo Federal?<br>( ) Não ( ) BPC/LOAS ( ) Bolsa Escola ( ) Bolsa Família ( ) Auxílio Gás<br>Valor total/mês dos Benefícios: R\$ _____  |
| 2 | As crianças e/ou adolescentes contribuem com a renda familiar, desenvolvendo alguma atividade de ganho?<br>( ) Sim ( ) Não<br>Atividade que desenvolve: _____ Quanto ganha por semana: R\$ _____                           |
| 3 | Alguém da família já sofreu violência doméstica? ( ) Sim ( ) Não   |
| 4 | Crianças e/ou adolescentes da família já foram vítimas de abuso sexual? ( ) Sim ( ) Não  |
| 5 | Todas as crianças possuem certidão de nascimento? ( ) Sim ( ) Não  |
| 6 | Todos os adultos possuem os seguintes documentos?<br>RG: ( ) Sim ( ) Não<br>CPF: ( ) Sim ( ) Não<br>Título de Eleitor: ( ) Sim ( ) Não<br>Carteira de Reservista: ( ) Sim ( ) Não<br>Carteira de Trabalho? ( ) Sim ( ) Não |
| 7 | Com quem ficam as crianças de 0 a 6 anos, durante o dia?<br>( ) Pais ( ) Irmãos ( ) Creche ( ) Outros: _____   |
| 8 | Crianças e adolescentes da família participam de algum grupo de atividades sócio-educativas? ( ) Sim ( ) Não<br>( ) AABB Comunidade ( ) Segundo Tempo<br>( ) Grupo de jovens ( ) Grupo de capoeira<br>( ) Outros: _____    |
| 9 | Alguém na família recebeu algum tipo de capacitação ou curso profissionalizante? ( ) Sim ( ) Não<br>Quais e quem promoveu?<br>_____  |

Responsáveis pelas informações:

Nome do Entrevistador (a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Comunidade      Data      Assinatura



**ANEXO 13****Cronograma de reuniões de diagnóstico – Pegadas 2005**

ESTADO DA BAHIA

**Prefeitura Municipal de Amargosa**

CNPJ: 13.825.484/0001-50

Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – Bahia

Fone: (75) 3634-1321 Fax: (75) 3634-1630

**CRONOGRAMA DE REUNIÕES DO PEGADAS****ZONA RURAL**

| <b>DATA</b> | <b>LOCALIDADE(S)</b>   | <b>AGENTE COMUNITÁRIO</b> | <b>LOCAL DA REUNIÃO</b>              |
|-------------|--|---------------------------|--------------------------------------|
|             | Três Lagoas  |                           |                                      |
|             | Riacho Cerqueira / São Bento                                   | Cremilda                  | Casa de Janete                       |
|             | Riachão da Bica / Riacho II / Repartimento                     | Maria José e Nilzete      | Escola Maria Dalva (Riachão da Bica) |
|             | Baetinga / Cova da Negra                                       | Reginaldo                 |                                      |
|             | Correntina   | Cremilda                  | Prédio Escola Edite                  |
|             | Correntina de Dentro Itachama                                  | Ana Souza e Cremilda      | Escola João Leal Sales               |
|             | Passagem do Lajedo   |                           | Prédio Escolar                       |
|             | Cavaco / Serra   | Ionice e Ana Souza        | Casa de Mirene                       |
|             | Baixa de Areia / Tamanduá                                      | Ionice                    | Prédio Escolar                       |
|             | Serra do Chico Félix   | Valdeci                   | Casa de China                        |
|             | Serra do Chico Félix   | Valdeci e Ana Souza       | Prédio Escolar                       |
|             | Olhos D'água da Jaqueira / Roda D'água                         | Valdeci e Ana Souza       | Casa de Sisi                         |
|             | Barra / Julião / Serra da Baratinha / Tabuleiro de Itachama    | Ana Souza e Clenilda      | Prédio da Barra do Julião            |
|             | Julião   | Ivani                     | Escola Irmã Dulce                    |
|             | Barreiro I / Barreiro II / Belo Horizonte / Boa Sorte / Pilões | Ana Maria                 | Escola Geraldo Souza(Lampião)        |
|             | Bambu / Barra da Inveja / Timbozinho                           | Antonio e Ivo             | Casa de Antonio (ACS)                |
|             | Timbó I  | Ivo e Fátima              | Escola Elmano Castro                 |
|             | Ribeirão do Cupido   | Berivalda                 | Escola Maria Neusa                   |
|             | Ribeirão dos Caldeirões  | Neuma                     | Escola João Paulo II                 |
|             | Jussara / Pau-Ferro I / Poço Redondo                           | Maria José                | Escola Agnelo Peixoto                |
|             | Diógenes Sampaio / Poço do Urco / Lagoa Queimada / Rio Verde   | Marly                     | Escola Edvaldo                       |
|             | Lagoa Queimada / Tabuleiro da Lagoa Queimada / Tiririca        | Maria Rita                | Casa de Josias Felipe                |
|             | Gentio   | Lili                      | Igreja                               |

|  |                                  |                                |
|--|----------------------------------|--------------------------------|
| Tabuleiro da Lagoa Queimada / Gentio                             | Maria Rita e Lucivalde           | Escola Artur Passos            |
| Tabuleiro dos Coelhos  | Lucivalde                        | Casa de Raimundo e Tiago       |
| Banca / Mata das Covas   | Luzia, Lili e Zete               | Aeroporto                      |
| São João / Lajedo Grande   | Neusa                            | Escola Coração de Jesus        |
| Acaju / Barra de Acaju / Caixa D'água / Caretas                  | Creuza Andrade                   | Escola Leobino Pimentel        |
| Água Branca / Palmeira de Dentro                                 | João Nilton Maia                 |                                |
| Baixa Alegre / Corta-Mão   | Ivan e Eliete                    | Prédio de Corta-Mão            |
| Baixa Alegre / Córrego / Corta-Mão / Palmeira / Tabuleiro Grande | Georgina e Evandro               | Escola José Medrado            |
| Córrego I / Serra do Ribeirão / Várzea                           | Dilma                            | Escola Josafá Marinho          |
| Água Sumida / Córrego II   | Elieide                          | Escola Iraci Silva             |
| Cambaúba   | Antonio e Elieide                | Igreja                         |
| Alto Seco / Assa Peixe / Terra Caída                             | Cleonice, Maria do Carmo e Sueli | Escola Eraldo Tinoco           |
| Assa Peixe / Chapadinha / Sete Voltas                            | Cleonice, Maria do Carmo e Sueli | Escola Marechal Castelo Branco |
| Beira do Rio / Convento / Feto                                   | Romilda                          | Escola do Feto                 |
| Baixa de Areia   | Ilza                             |                                |
| Parte da Baixada / Tauá  | Fátima e Neuma                   | Escola Dr. Ailton Brito        |

#### CRONOGRAMA DE REUNIÕES DO PEGADAS: ZONA RURAL

| DATA | HORÁRIO       | LOCALIDADE(S)  | AGENTE COMUNITÁRIO     | LOCAL DA REUNIÃO               |
|------|---------------|--|------------------------|--------------------------------|
|      | 16:00         | Córrego I / Serra do Ribeirão / Várzea                           | Dilma                  | Escola Josafá Marinho          |
|      |               | Barreiro I / Barreiro II   | Ana Maria              | Escola Geraldo Souza - Lampião |
|      |               | Fazenda Belo Horizonte / Boa Sorte / Pilões                      |                        |                                |
|      | 17:00         | Chapadinha   |                        |                                |
|      | 16:00         | Serra do Chico Félix   | Valdeci e Ana Souza    | Prédio Escolar                 |
|      |               | Serra do Chico Félix   | Valdeci                | Casa de China                  |
|      | 17:00         | Corta-Mão / Baixa Alegre   | Ivan e Eliete          | Prédio de Corta-Mão            |
|      | 17:00 / 19:00 | Água Branca / Palmeira de Dentro                                 | João Nilton Maia       |                                |
|      |               | Cavaco / Serra   | Ionice e Ana Souza     | Casa de Mirene                 |
|      |               | Barra / Julião / Serra da Baratinha / Tabuleiro de Itachama      | Ana Souza e Clenilda   | Prédio da Barra do Julião      |
|      |               | Ribeirão dos Caldeirões  | Neuma                  | Escola João Paulo II           |
|      |               | Tabuleiro da Lagoa Queimada / Gentio                             | Maria Rita e Lucivalde | Escola Artur Passos            |
|      |               | Acaju / Barra de Acaju / Caixa D'água / Caretas                  | Creuza Andrade         | Escola Leobino Pimentel        |
|      |               | Baixa Alegre / Córrego / Corta-Mão / Palmeira / Tabuleiro Grande | Georgina e Evandro     | Escola José Medrado            |
|      |               | Água Sumida / Córrego II   | Elieide                | Escola Iraci Silva             |
|      |               | Cambaúba   | Antonio e Elieide      | Igreja                         |

Fonte: PMA

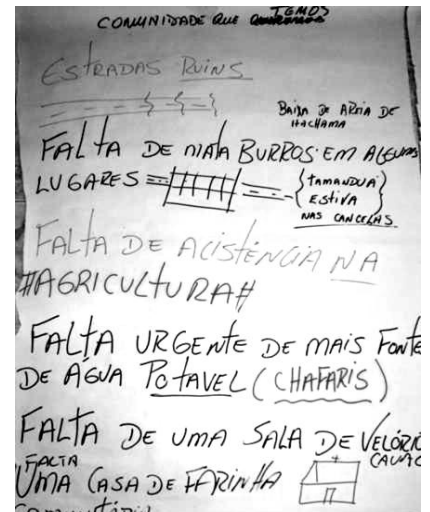
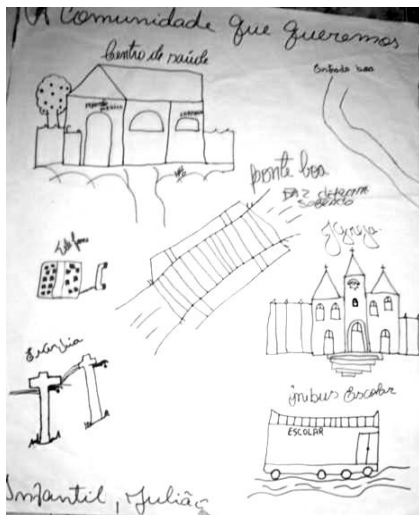
### ANEXO 14

### Sistematização de demandas 2005

### Levantamentos de demandas e propostas obtidas nas oficinas de planejamento participativo

### Município de Amargosa

Abril – Setembro / 2005







## Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável

Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – BA  
Fone: (75) 3634-1321 Fax: (75) 3634-1630  
projetos@amargosa.ba.gov.br

### ZONA RURAL

| COMUNIDADE   | A COMUNIDADE QUE TEMOS   | A COMUNIDADE QUE QUEREMOS   |
|--|--|---|
| ÁGUA BRANCA<br>PALMEIRA DE DENTRO                          | <p><b>Agricultura:</b> existe plantio de banana, cacau, mandioca, laranja;</p> <p><b>Educação:</b> escola sem sanitário, analfabetos, transporte escolar;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> TV, venda [homens], passeios, rezas, visita a vizinhos;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> estradas ruins;</p> <p><b>Outros:</b> tem duas igrejas (católica e evangélica).</p>  | <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica rural;</p> <p><b>Educação:</b> EJA;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> estrada recuperada, ponto de ônibus;</p> <p><b>Outros:</b> energia elétrica (casas e o prédio), grupo organizado, mutirões;</p> <p><b>Saneamento básico:</b> em geral: sistema simplificado de água, água nas casas e na escola, sanitário para a escola;</p> <p><b>Saúde:</b> atendimento médico (uma vez por mês), unidade móvel;</p> <p><b>Transporte:</b> transporte para feirantes</p>   |
| ALTO SECO<br>ASSA PEIXE<br>TERRA CAÍDA                     | <p><b>Agricultura:</b> existe casa de farinha, cultivo de milho, feijão, laranja e cacau, criação de gado, porcos, aves e carneiros;</p> <p><b>Educação:</b> escola;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> estrada péssima;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> matas;</p> <p><b>Outros:</b> igreja;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> água sem tratamento;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF sem equipamento;</p> <p><b>Transporte</b> (Distância de Corta-Mão – há o agendamento, mas muitos faltam por falta de transporte).</p>   | <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica rural;</p> <p><b>Educação:</b> precisamos de merenda na escola (não tem há mais de uma semana), fardamento escolar;</p> <p><b>Outros:</b> associações / grupo de mulheres, energia elétrica, energia elétrica nas comunidades vizinhas e telefone público;</p> <p><b>Saneamento básico</b> em geral: água encanada, tratamento de água;</p> <p><b>Saúde:</b> assistência médica diária, auxiliar de serviços gerais para o posto e equipamento para o posto de saúde.</p>  |
| ASSA PEIXE<br>CHAPADINHA<br>SETE VOLTAS                    | <p><b>Agricultura:</b> plantações de cacau, mandioca, milho, laranja, coco, casa de farinha;</p> <p><b>Educação:</b> escola sem merenda e sem banheiro (Escola Marechal Castelo Branco), transporte escolar superlotado;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> estradas ruins;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> riacho, rio poluído;</p> <p><b>Outros:</b> igreja, Assa Peixe não tem energia elétrica;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> 60 casas com água encanada e 14 sem água, casas faltando banheiros, represa com encanações sem bomba, água sem tratamento, Assa Peixe não tem água encanada;</p> <p><b>Saúde:</b> meninos barrigudos (verminose);</p> <p><b>Transporte:</b> transporte para feirantes</p> | <p><b>Ação Social:</b> gerar trabalho e renda;</p> <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica, casa de farinha e mais plantações;</p> <p><b>Educação:</b> educação infantil e merenda escolar;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol e reforma do campo;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> estradas consertadas;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> rios limpos;</p> <p><b>Outros:</b> associação / formação de grupo de mulheres, energia elétrica, igreja, telefone público;</p> <p><b>Saneamento básico</b> em geral: água tratada, banheiro na escola, banheiro público e nas casas;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF;</p> <p><b>Transporte</b> para o PSF de Corta-Mão.</p>   |
| BAETINGA<br>COVA DA NEGA                                   | <p><b>Agricultura:</b> plantações de amendoim, batata, mandioca e feijão;</p> <p><b>Educação:</b> escola;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> falta de água: seca no inverno, tanque sem água, cano em baixo da terra;</p> <p><b>Meio ambiente:</b> matas, rio;</p> <p><b>Outros:</b> Venda.</p>  | <p><b>Agricultura:</b> casa de farinha comunitária e sementeira das matas (financiamento) M.P./ PE;</p> <p><b>Educação:</b> aulas à noite;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> preservar a natureza;</p> <p><b>Outros:</b> energia elétrica, igreja e telefone público;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> água encanada;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF.</p>  |
| BAIXA ALEGRE<br>PALMEIRA DE FORA<br>TABULEIRO DE CORTA-MÃO | <p><b>Agricultura:</b> plantio de cana, cacau, casa de farinha, bananeira, cajueiro, laranjeira, alambique;</p> <p><b>Educação:</b> escola, transporte escolar;</p> <p><b>Outros:</b> energia elétrica em alguns locais, pastoral da criança, catequese;</p> <p><b>Saneamento básico:</b> água encanada em alguns locais;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF, agente comunitário, visita médica na comunidade;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> fonte desprotegida.</p>  | <p><b>Ação Social:</b> reconstrução das casas;</p> <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica, casa de farinha pública, uma área para plantio(escolar), construir prédio escolar, consertar as carteiras;</p> <p><b>Educação:</b> educação infantil (creche), EJA, limpeza nas escolas;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> esporte, campo, quadra, aulas de capoeira;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> melhoria e conservação das estradas, ponto de ônibus;</p> <p><b>Outros:</b> energia elétrica onde falta, telefone público, igreja católica, associação da comunidade, mutirão, grupo de mulheres na comunidade;</p> <p><b>Saneamento básico</b> em geral: água encanada onde faltam, banheiros, tratamento de água;</p> <p><b>Segurança:</b> segurança policial, posto policial;</p> <p><b>Transporte:</b> transporte em outros horários, transporte para PSF.</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> proteção das nascentes</p> |

| <p>BAIXA DE AREIA<br/>ESTIVA<br/>TAMANDUÁ</p>   | <p><b>Ação Social:</b> falta trabalho;<br/><b>Agricultura:</b> falta assistência na agricultura, não temos casa de farinha comunitária, falta terreiro para café e recursos para lavoura, temos pastagem, bananeira, mandioca, café e cacau;<br/><b>Infra-estrutura:</b> estradas ruins, cemitério abandonado;<br/><b>Outros:</b> falta energia elétrica no prédio escolar;<br/><b>Saneamento Básico:</b> falta água potável, (chafariz).</p>  | <p><b>Ação Social:</b> recursos para trabalhar;<br/><b>Agricultura:</b> assistência técnica na agricultura, casa de farinha comunitária, melhoria nas lavouras, piladeira de café e terreirão comunitário para café;<br/><b>Educação:</b> creche, escola, escolinha a partir de 3 anos, oficinas profissionalizantes para mulheres (corte e costura tricô, artesanato) e transporte escolar;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> estrada digna, mata-burros, manutenção da estrada (com urgência) e construção de uma sala de velório para a comunidade;<br/><b>Outros:</b> telefone público;<br/><b>Saneamento Básico:</b> calçamento na ladeira do Tamanduá, melhoramento da água que tem ferrugem (Taboado e Baixa de Areia), melhoria da água (Estiva, Baixa de Areia e Tamanduá) ± 170m;<br/><b>Saúde:</b> assistência médica (agente de saúde), médico na comunidade, melhorias no hospital e planejamento familiar;<br/><b>Transporte:</b> ponto de ônibus na Baixa de Areia e na Bifurcação da entrada de Tamanduá e Itachama.</p> |
|---|--|--|
| COMUNIDADE  | A COMUNIDADE QUE TEMOS   | A COMUNIDADE QUE QUEREMOS  |
| <p>BAIXADA<br/>OITEIROS<br/>RIACHO DO<br/>OURO<br/>RIBEIRÃO DO<br/>CUPIDO<br/>RIBEIRÃO DOS<br/>CALDEIRÕES</p> | <p><b>Agricultura:</b> planta cana, mandioca, cacau; produz rapadura, cachaça, tem áreas com pastagens e casa de farinha;<br/><b>Educação:</b> escola;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;<br/><b>Meio Ambiente:</b> rio poluído;</p>  | <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica;<br/><b>Esporte e lazer:</b> área de lazer (melhoria no campo de futebol);<br/><b>Infra-estrutura:</b> melhoria e conservação das estradas, construir mata-burro e retirar cancelas;<br/><b>Meio Ambiente:</b> educação ambiental<br/><b>Outros:</b> energia elétrica, telefone público;<br/><b>Saneamento básico</b> em geral: água encanada no prédio escolar,;<br/><b>Saúde:</b> PSF</p>   |
| <p>BAMBU<br/>BARRA DA<br/>INVEJA<br/>TIMBOZINHO</p>   | <p><b>Ação Social:</b> muitas pessoas sem terra;<br/><b>Agricultura:</b> casa de farinha ativa, terra fraca, cacau com vassoura de bruxa, banana (doença broca), café, laranja, coqueiro, castanha, gado, galinha, problemas nas lavouras;<br/><b>Educação:</b> escola (Timbozinho), prédio escolar da Barra da Inveja fechado, transporte escolar ruim;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> falta estrada (Bainha), estradas esburacadas;<br/><b>Meio Ambiente:</b> rios e riachos poluídos, área desmatada;<br/><b>Outros:</b> igreja católica, igreja Batista (em construção), televisão à bateria, pois não tem energia elétrica instalada, venda;<br/><b>Saneamento Básico:</b> água de consumo poluída;<br/><b>Saúde:</b> problemas de esquistossomose;<br/><b>Transporte:</b> falta transporte;</p> | <p><b>Ação Social:</b> emprego;<br/><b>Administração:</b> atenção dos políticos – elo entre a comunidade e o poder público;<br/><b>Agricultura / Paisagismo:</b> áreas arborizadas;<br/><b>Agricultura:</b> artesanato (crochê), estufa para secagem do cacau / secador de cacau, lavouras sem problemas, recursos para agricultura;<br/><b>Educação:</b> aula de capoeira, escola para os idosos, transporte escolar à noite e melhoria no transporte escolar já existente;<br/><b>Esporte e lazer:</b> quadra poliesportiva / campo de futebol;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> área de lazer, estrada para o riacho da bainha, construção de mais mata-burros e recuperação das estradas;<br/><b>Meio Ambiente:</b> despoluir rios e riachos;<br/><b>Outros:</b> energia elétrica e Igreja evangélica;<br/><b>Saneamento Básico:</b> água encanada, banheiros e barragem para a comunidade;<br/><b>Saúde:</b> ambulatório itinerante e PSF;<br/><b>Transporte público.</b></p>  |
| <p>BANCA<br/>MATA DAS<br/>COVAS</p>   | <p><b>Agricultura:</b> criação de porcos e galinhas, lavouras de amendoim, babosa, árvores, flores;<br/><b>Educação:</b> escola (sem energia elétrica), creche;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> estradas acabadas;<br/><b>Outros:</b> energia elétrica, telefone público, aeroporto, portes, eventos: casa de festas;<br/><b>Saneamento Básico:</b> água encanada.</p>   | <p><b>Ação Social:</b> bolsa família para quem falta, geração de emprego e renda;<br/><b>Agricultura:</b> casa de artesanato, terra para trabalhar, fábricas de reciclagem;<br/><b>Educação:</b> creche, aulas à noite, EJA;<br/><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> melhoria das estradas e construção de um parque infantil;<br/><b>Outros:</b> associação, comunicação (Banca), energia elétrica, mais igrejas, mais telefones públicos e segurança – módulo policial;<br/><b>Saneamento Básico:</b> melhoria no encanamento de água;<br/><b>Saúde:</b> posto móvel e PSF.</p>  |
| <p>BARREIROS:<br/>I e II</p>  | <p><b>Ação Social:</b> desempregados, muitas crianças;<br/><b>Agricultura:</b> carne do sol;<br/><b>Educação:</b> escola;<br/><b>Esporte e Lazer:</b> projeto capoeira;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;<br/><b>Outros:</b> orelhão quebrado, padaria, bar, mesa redonda;<br/><b>Saneamento Básico:</b> coleta de lixo, esgoto precário,<br/><b>Vigilância Sanitária:</b> animais soltos na estrada.</p>  | <p><b>Ação Social:</b> gerar trabalho e renda, melhoria habitacional;<br/><b>Agricultura:</b> crédito para plantar, disponibilizar máquina para campo e semente para plantio, fábrica de doce da comunidade, hortas comunitárias e reforma agrária;<br/><b>Educação:</b> capacitação, EJA, melhoria da cerca da escola;<br/><b>Infra-estrutura:</b> calçamento das ruas;<br/><b>Meio Ambiente:</b> proteção e educação ambiental;<br/><b>Outros:</b> segurança – ronda policial, telefones públicos e igreja;<br/><b>Saneamento Básico:</b> água encanada, rede de esgoto, tonéis para lixo / coleta de lixo;<br/><b>Saúde:</b> PSF.</p>   |
| <p>BEIRA DO RIO<br/>CONVENTO<br/>FETO</p>   | <p><b>Agricultura:</b> casa de farinha, plantação de cacau, laranja, jaca mandioca e jenipapo;<br/><b>Educação:</b> escola;<br/><b>Meio Ambiente:</b> rio poluído;<br/><b>Saneamento Básico:</b> água encanada.</p>  | <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica e casa de farinha;<br/><b>Educação:</b> EJA (divisão por série);<br/><b>Outros:</b> energia elétrica;<br/><b>Saneamento Básico:</b> banheiros;<br/><b>Saúde:</b> PSF;<br/><b>Transporte:</b> transporte para os feirantes.</p>  |

|   |  |  |
|---|--|--|
| CAMBAÚBA  | <p><b>Agricultura:</b> plantações de mandioca, banana, cacau e outras;</p> <p><b>Educação:</b> escola, transporte escolar, caixa d'água na escola;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> estradas ruins;</p> <p><b>Outros:</b> igreja católica e igreja evangélica, energia elétrica;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> poucas casas com água encanada;</p> <p><b>Saúde:</b> agente comunitário de saúde.</p>  | <p><b>Agricultura:</b> indústria, casa de farinha comunitária;</p> <p><b>Educação:</b> portão e muro na escola, sala de informática, creche;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> quadra de esportes;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> estradas consertadas, placas de sinalização;</p> <p><b>Outros:</b> energia elétrica onde falta, telefone público;</p> <p><b>Saneamento básico em geral:</b> água tratada, banheiros;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF regional (substituindo os PSFs localizados), assistência médica.</p>  |
| CAMPO GRANDE CORRENTINA                               | <p><b>Ação Social:</b> falta de trabalho;</p> <p><b>Agricultura:</b> plantações (banana, cacau, café, maracujá, feijão, milho, manga), lavoura tratada e mal tratada, falta recursos para melhoramento das lavouras, êxodo rural, erosão, casa de farinha;</p> <p><b>Educação:</b> escola;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol ruim;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> estrada em mau estado: sem cascalho e esburacada, represa;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> riacho poluído;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> água de consumo poluída, falta de água.</p>   | <p><b>Ação Social:</b> melhoria habitacional, trabalho;</p> <p><b>Agricultura / Paisagismo:</b> jardim e plantio de árvores;</p> <p><b>Agricultura:</b> casa de farinha comunitária, acabar com o êxodo rural, abrir uma fábrica de doce, lavoura tratada;</p> <p><b>Educação:</b> aulas à noite e escola qualificada;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> quadra poliesportiva;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> estradas consertadas;</p> <p><b>Meio ambiente:</b> preservar as matas e manter riacho limpo;</p> <p><b>Outros:</b> energia elétrica e igreja;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> água encanada;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF;</p> <p><b>Transporte.</b></p>   |
| COMUNIDADE  | A COMUNIDADE QUE TEMOS   | A COMUNIDADE QUE QUEREMOS  |
| CAVACO SERRA  | <p><b>Ação Social:</b> casas precisando de reforma;</p> <p><b>Saneamento básico:</b> casas sem banheiros em toda região;</p> <p><b>Vigilância Sanitária:</b> rios poluídos por fossas e lixo doméstico, verminoses.</p>  | <p><b>Ação Social:</b> construção e reforma das casas de pessoas carentes, bolsa família para os que não têm;</p> <p><b>Agricultura:</b> terra para trabalhar;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> área de lazer;</p> <p><b>Outros:</b> telefone público, energia elétrica;</p> <p><b>Saneamento básico:</b> tratamento de água, sistema de água para o Cavaco, retroscavadeira para cavar fonte (Beto Rosa e Valtinho), banheiro nas casas, murar o cemitério, coveiro e ferramentas.</p>  |
| CÓRREGO I RIBEIRÃO DO CUPIDO SERRA DO RIBEIRÃO VÁRZEA | <p><b>Ação Social:</b> uma juventude com qualidade e capacidade de desenvolver a comunidade;</p> <p><b>Agricultura:</b> área de agricultura boa, cultura (música, samba de roda), boa culinária, artesanato, casa de farinha, agricultura diversificada com plantio de manga, abacate, laranja, mandioca e outras; criação de pequenos animais (galinha, porco), artesanato;</p> <p><b>Educação:</b> escola, transporte escolar;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> um time de futebol;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> estradas;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> várias nascentes;</p> <p><b>Outros:</b> igreja, bar;</p> <p><b>Saúde:</b> agente comunitário.</p>  | <p><b>Ação Social:</b> atividades que envolvam a comunidade, principalmente, os jovens; construção e reforma de casas para famílias carentes;</p> <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica rural, casa de farinha comunitária, fábrica de doce, patrulha mecanizada e sistema de irrigação;</p> <p><b>Educação:</b> escola infantil para menores de 07 anos;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> ampliar a estrada que liga Macaco a Ribeirão, área de lazer (campo de futebol), manutenção das estradas da Várzea e do Ribeirão da Baixa de Areia, e melhoramento das estradas e ponte (Várzea);</p> <p><b>Outros:</b> associação, energia elétrica e telefone público;</p> <p><b>Saneamento básico em geral:</b> banheiros, rede de esgoto, sistema de abastecimento de água (Serra do Ribeira e Várzea);</p> <p><b>Saúde:</b> Ambulância, Médico uma vez por semana, PSF ou UMS.</p>   |
| CORRENTINA DE DENTRO ITACHAMA                         | <p><b>Ação Social:</b> muitos jovens desempregados;</p> <p><b>Agricultura:</b> jardim, artesãs, panelas e potes, plantio de café, caju, banana e hortaliças; pecuária de leite e corte;</p> <p><b>Educação:</b> escola;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> campo; cemitério;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> cemitério;</p> <p><b>Meio ambiente:</b> rio poluído, terra com bastante erosão, pouca árvore;</p> <p><b>Outros:</b> igreja, telefone público;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> chafariz, rua calçada, gari;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF;</p> <p><b>Transporte.</b> Transporte para feirantes e moradores.</p>   | <p><b>Administração</b> distrital;</p> <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica rural (principalmente na agrícola para gerar empregos), incentivo ao artesanato (atividades não-agrícolas);</p> <p><b>Educação:</b> aula de capoeira, aula noturna e creche;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> quadra poliesportiva com arquibancada (mais apoio ao esporte);</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> mata-burros;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> rio limpo e controle de erosão;</p> <p><b>Outro:</b> policiamento;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> banheiro público, caixa d'água (houve morte por esquistossomose), rede de esgoto com tratamento, e tratamento de água;</p> <p><b>Saúde:</b> ambulância, dentistas, médico e PSF (existem cerca de 600 famílias).</p>   |
| CORTA-MÃO   | <p><b>Ação Social:</b> falta de associativismo;</p> <p><b>Agricultura:</b> casa de farinha e padaria comunitária (a última sem funcionamento), associação agrícola, diversificação de cultura, salão comunitário, plantações de cacau, mandioca, cana, banana, café, laranja e criação de porcos (chiqueiros);</p> <p><b>Educação:</b> prédio escolar (alfa a 4ª série);</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;</p> <p><b>Eventos:</b> festas populares;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> infra-estrutura boa, lavatório, cemitério;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> reserva de preservação ambiental, rio poluído;</p> <p><b>Outros:</b> igreja, cartório, torre de televisão (três canais), comércio, supermercados, linha telefônicas;</p> <p><b>Saneamento básico:</b> represa (água com abundância), duas ruas calçadas, água encanada, rede de esgoto (em algumas ruas), coleta de lixo, limpeza das ruas, jardim;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF, problemas de saúde;</p> <p><b>Segurança:</b> violência;</p> <p><b>Vigilância Sanitária:</b> animal solto nas ruas.</p> | <p><b>Ação Social:</b> projetos para geração de renda, revitalização de projetos, trabalho para os jovens;</p> <p><b>Administração:</b> organização popular (conselhos comunitários);</p> <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica II, trator, reativação da padaria comunitária, fábrica de doces, reforma do jardim, reforma da casa de farinha comunitária;</p> <p><b>Educação:</b> cursos profissionalizantes (arte-culinária, corte e costura, artesanato), educação (EJA, escola de 5ª a 8ª séries, biblioteca e creche), uma biblioteca;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> quadra poli-esportiva, piscina na represa, ampliação do campo de futebol com vestuário, arquibancadas e banco reserva, espaço cultural, clube social, uma área de recreação para as crianças;</p> <p><b>Eventos:</b> reativar as festas populares folclóricas;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> casa de velório comunitário e reforma do cemitério (iluminação), melhorar e conservar as estradas principais e vicinais (pontos de ônibus e pontes), sala de informática;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> preservação ambiental;</p> <p><b>Outros:</b> melhorar sinais de TV, um orelhão na Rua Nova e na Rua da Estação, correio, casa lotérica, um representante para Corta-Mão;</p> <p><b>Saneamento básico em geral:</b> calçamento, melhorar a estrutura física da sede (jardins, esculturas e placas informativas), plano diretor, loteamento popular,</p> |

|                             |  |  |
|-----------------------------|--|--|
|                             |  | iluminação das ruas.<br><b>Saúde:</b> transporte para emergência de saúde, um laboratório de análise clínica, atendimento médico 24h;<br><b>Segurança:</b> módulo policial;<br><b>Transporte:</b> melhorar a organização do transporte (feirante);<br><b>Vigilância Sanitária:</b> animais soltos nas ruas.  |
| DIÓGENES SAMPAIO            | <b>Ação Social:</b> desempregados;<br><b>Agricultura:</b> casa de farinha (falta o moinho), planta-se mandioca, caju, amendoim, feijão, batata e quintais, criação de galinhas;<br><b>Educação:</b> escola com uma só professora (para 1ª, 2ª, 3ª e 4ª), transporte escolar;<br><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol (falta areia);<br><b>Meio Ambiente:</b> árvores;<br><b>Outros:</b> duas igrejas, energia elétrica, comércio, telefone público;  | <b>Ação Social:</b> bolsa família, emprego, melhoria habitacional;<br><b>Agricultura e Paisagismo:</b> jardins (principalmente na Rua São José);<br><b>Agricultura:</b> assistência técnica (cultura que resistam à seca, criação de ovelhas, beneficiamento do caju...), fábrica de doces;<br><b>Educação:</b> creche, curso de corte e costura, EJA, melhor educação com mais professores (existe uma professora para duas séries: 1ª e 2ª; 3ª e 4ª);<br><b>Esporte e lazer:</b> quadra poliesportiva;<br><b>Eventos:</b> festa junina;<br><b>Infra-Estrutura:</b> área de lazer, concerto da ponte para o Poço do Urco;<br><b>Lazer:</b> centro de cultura;   |
| LAGOA QUEIMADA              | <b>Saneamento Básico:</b> poste sem lâmpada, fossa vazando na rua, água de fossa, esgoto a céu aberto, fossas entupidas, um gari, parte de calçamento;   | <b>Outros:</b> cartório, energia elétrica: Avenida iluminada / iluminação pública; energia elétrica: iluminação no Poço do Urco e Lagoa Queimada, mais telefones públicos, padaria, segurança – delegado;  |
| POÇO DO URCO                | <b>Saúde:</b> PSF, sem médico e sem dentista, enfermeira, agente comunitária;  | <b>Saneamento básico:</b> banheiros no Poço do Urco e Lagoa Queimada, calçamento na Rua São José, Coleta de lixo / limpeza das ruas (mais um funcionário), desentupimento e concertos das fossas (FNS) e lotes para novas moradias;  |
| RIO VERDE                   | <b>Vigilância Sanitária:</b> animais soltos na rua, cachorros e pemilongo.   | <b>Saúde:</b> farmácia, PSF com médico e dentista, remédios hipertensos e diabéticos;<br><b>Vigilância Sanitária:</b> retiradas dos animais da rua.  |
| <b>COMUNIDADE</b>           | <b>A COMUNIDADE QUE TEMOS</b>  | <b>A COMUNIDADE QUE QUEREMOS</b>   |
| GAMELEIRA                   | <b>Agricultura:</b> pastagem, galinha, bananeira, cacau, capim, coco, casa de farinha;<br><b>Educação:</b> escola;   | <b>Agricultura:</b> melhoramento da casa de farinha;<br><b>Educação:</b> aulas à noite;  |
| MACACOS                     | <b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;  | <b>Infra-Estrutura:</b> manutenção das estradas;   |
| RIBEIRÃO DO CUPIDO          | <b>Meio Ambiente:</b> riacho poluído (Juçara), água, fonte;<br><b>Saneamento Básico:</b> água para o consumo poluída;<br><b>Saúde:</b> PSF.  | <b>Outros:</b> energia elétrica, igreja e presença do sindicato;<br><b>Saneamento Básico:</b> água encanada;<br><b>Saúde:</b> PSF;<br><b>Transporte:</b>   |
| GENTIO                      | <b>Agricultura:</b> lavouras (amendoim, feijão, batata, castanha, mandioca, caju, jaca) poço, grama, artesanato;<br><b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;<br><b>Meio Ambiente:</b> riacho seco quando chove, mata não existe;<br><b>Outros:</b> igreja (sem energia elétrica e sem água), energia elétrica só em algumas fazendas (Deus Me Deu e Santa Rita), associação;<br><b>Saneamento Básico:</b> água em algumas casas, caixa d'água, mas em muitas casas falta água, água da EMBASA servindo para gado. | <b>Agricultura:</b> Assistência técnica rural, casa de farinha, criação de peixes e camarões, fábrica de aproveitamento de frutas e beneficiamento do caju, financiamentos e agricultura, industrialização dos produtos da região, plantio de castanha, reativação do poço artesiano, PRONAF Jovem e curso de capacitação dos jovens na agricultura.<br><b>Educação:</b> Aula de capoeira, aula de música (ex: teclado, violão) e transporte escolar;<br><b>Infra-Estrutura:</b> Área de lazer e manutenção das estradas;<br><b>Outros:</b> Energia elétrica, energia elétrica na igreja;<br><b>Saneamento Básico:</b> Água encanada (embasa) ou cisterna das casas.   |
| GENTIO                      | <b>Agricultura:</b> casa de farinha comunitária, plantações (feijão, amendoim, milho, mandioca);<br><b>Educação:</b> escola, transporte escolar, aulas de capoeira;<br><b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;<br><b>Outros:</b> igreja, catequese, energia elétrica, telefone público sem funcionar;<br><b>Saneamento Básico:</b> água em algumas casas, caixa d'água, mas em muitas casas falta água, água da EMBASA servindo para gado.   | <b>Administração:</b> esclarecimento sobre o plano de governo, mais atenção ao pessoal da zona rural;<br><b>Agricultura:</b> assistência técnica rural,<br><b>Educação:</b> escola infantil, cursinho para os jovens, cursos profissionalizantes;<br><b>Esporte e lazer:</b> uma quadra poliesportiva<br><b>Infra-Estrutura:</b> área de lazer, manutenção das estradas, ponto de ônibus, tampas para caixa d'água e bóias, pintura da sala de aula de capoeira, ;<br><b>Outros:</b> apoio da Pastoral da Criança, telefone público, energia elétrica, mine-mercado;<br><b>Saneamento Básico:</b> água encanada, coleta de lixo, calçamento, iluminação pública, melhorias sanitárias;<br><b>Saúde:</b> PSF, auxiliar de enfermagem (para medir pressão e aplicar injeção), transporte para os pacientes, médicos, dentista;<br><b>Transporte:</b> transporte para o grupo de capoeira |
| TABULEIRO DA LAGOA QUEIMADA |  |  |
| JUÇARA                      | <b>Agricultura:</b> casa de farinha particular, cultiva cacau, mandioca, coco, laranja, banana, milho, mandioca, cana;<br><b>Educação:</b> escola (precisando reforma);<br><b>Esporte e lazer:</b> quadra;<br><b>Infra-Estrutura:</b> estrada;<br><b>Meio Ambiente:</b> lagoa, natureza;   | <b>Agricultura:</b> casa de farinha comunitária;<br><b>Educação:</b> abertura do prédio Escolar Cybelle, EJA e escola infantil para crianças menores de 6 anos;<br><b>Infra-Estrutura:</b> manutenção das estradas;<br><b>Outros:</b> energia elétrica nas casas que faltam;<br><b>Saneamento Básico:</b> água, caixa d'água com 10 mil litros de água e rede de água para a Escola Agnelo Souza Andrade;<br><b>Saúde:</b> médico, dentista e PSF;<br><b>Transporte:</b> para feira.   |
| PAU-FERRO I E II            |  | <b>Ação Social:</b> bolsa família;<br><b>Educação:</b> EJA, escola infantil (menores de 6 anos) e transporte escolar;<br><b>Infra-Estrutura:</b> manutenção das estradas;<br><b>Outros:</b> energia elétrica;  |
| POÇO REDONDO                |  | <b>Saneamento Básico:</b> água encanada e banheiros;<br><b>Saúde:</b> dentista e médico;<br><b>Transporte:</b> para a feira.   |

|                                    |  |                     |  |
|------------------------------------|--|---------------------|--|
|                                    |  | <b>Poço Redondo</b> | <p><b>Agricultura:</b> casa de farinha comunitária;<br/> <b>Educação:</b> professores para o ensino noturno (EJA);<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> manutenção das estradas;<br/> <b>Outros:</b> energia elétrica e igreja;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> água encanada / caixa d'água;<br/> <b>Saúde:</b> PSF.</p>   |
| <b>JULIÃO</b>                      | <p><b>Agricultura:</b> horta, lavoura, mandioca, banana, café;<br/> <b>Educação:</b> transporte escolar ruim;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> estrada péssima, mata-burro, ponte quebrada;<br/> <b>Meio-ambiente:</b> pasto, rio;<br/> <b>Outros:</b> numa parte do Julião não tem igreja;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> falta de sanitário, falta água tratada;<br/> <b>Saúde:</b> falta de atendimento médico.</p>   |                     | <p><b>Agricultura:</b> assistência técnica para lavoura, melhoramento da agricultura;<br/> <b>Educação:</b> melhoramento do transporte escolar;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> conserto e construção de pontes, ligação das estradas (Julião a Itachama), mata-burro e manutenção das estradas;<br/> <b>Outros:</b> energia elétrica, igreja e telefone público;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> água tratada, melhoramento das aguadas e rede de esgoto;<br/> <b>Saúde:</b> assistência médica e PSF;<br/> <b>Transporte</b> para demais passageiros.</p>  |
| <b>LAGOA DE SÃO JOÃO</b>           | <p><b>Agricultura:</b> criação de gado, ovelhas, porcos, plantio de caju, andu, abacaxi, laranja, mandioca;<br/> <b>Educação:</b> escola desativada, transportes escolar (carro de merenda);<br/> <b>Esporte e lazer:</b> campo;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;<br/> <b>Meio Ambiente:</b> rio poluído, desmatamento, e fontes;<br/> <b>Outros:</b> igreja, fazenda e grades fazendeiros, energia elétrica para alguns;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> caixa d'água sem tampa, água (não para todos);<br/> <b>Transporte.</b></p>      |                     | <p><b>Ação Social:</b> trabalho para homens e mulheres;<br/> <b>Agricultura:</b> assistência técnica rural e casa de farinha comunitária;<br/> <b>Educação:</b> curso de artes, escola infantil, EJA, palestras (sobre drogas, por exemplo), reativação do prédio escolar (virou depósito de galinha), transporte escolar até a igreja (à noite), transporte escolar de qualidade;<br/> <b>Esporte e lazer:</b> centro de esportes (prédio desativo é uma boa opção) e quadra poliesportiva;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> área de lazer (capoeira, judô), manutenção das estradas e abertura da estrada para Lagoa de Dentro;<br/> <b>Outros:</b> energia elétrica e telefone público;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> água não está completa e faltam 400 metros, banheiros nas casas;<br/> <b>Saúde:</b> assistência médica, melhoria no atendimento médico ao pessoal da zona rural no centro de saúde, PSF.</p> |
| <b>COMUNIDADE</b>                  | <b>A COMUNIDADE QUE TEMOS</b>  |                     | <b>A COMUNIDADE QUE QUEREMOS</b>   |
| <b>LAGOA QUEIMADA</b>              | <p><b>Agricultura:</b> Casa de farinha abandonada, plantações (batata, amendoim, mandioca, jaca), falta terra para trabalhar, pastagem, vegetação seca, terreno seco;<br/> <b>Educação:</b> transporte escolar, não tem escola;<br/> <b>Esporte e lazer:</b> não tem diversão por falta de energia;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;<br/> <b>Outros:</b> fife e aladinho (falta de energia);<br/> <b>Saneamento Básico:</b> cano sem água;<br/> <b>Saúde:</b> não tem atendimento médico (já teve), nem PSF;<br/> <b>Transporte.</b></p> |                     | <p><b>Agricultura:</b> boa vegetação, casa de farinha (reabilitar) e plantações (mandioca, amendoim, batata);<br/> <b>Diversão</b> (festa junina e natal);<br/> <b>Educação:</b> escola;<br/> <b>Eventos:</b> animação – São João na roça;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> manutenção das estradas;<br/> <b>Outros:</b> energia elétrica, igreja e telefone público;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> água encanada e chafariz;<br/> <b>Saúde:</b> ambulância e PSF;<br/> <b>Transporte</b> de qualidade.</p>   |
| <b>TABULEIRO DA LAGOA QUEIMADA</b> |  |                     |  |
| <b>TIRIRICA</b>                    |  |                     |  |
| <b>OLHOS D'ÁGUA DA JAQUEIRA</b>    | <p><b>Agricultura:</b> lavouras (laranjeiras, jaqueiras), casa de farinha;<br/> <b>Educação:</b> escola incompleta (Edelzuita Soares);<br/> <b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;<br/> <b>Infra-estrutura:</b> estrada esburacada;<br/> <b>Meio ambiente:</b> existe fonte, pouca mata, pássaros, flores;<br/> <b>Outros:</b> energia elétrica;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> pessoas carregando água na cabeça.</p>  |                     | <p><b>Educação:</b> concluir construção da Escola Edelzuita Soares;<br/> <b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> manutenção das estradas (calçamento ou cascalho) e construção de fonte;<br/> <b>Outros:</b> energia elétrica, igreja e telefone público;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> água encanada e banheiro público;<br/> <b>Saúde:</b> PSF;<br/> <b>Transporte.</b></p>  |
| <b>RODA D'ÁGUA</b>                 |  |                     |  |
| <b>PARTE DA BAIXADA</b>            | <p><b>Agricultura:</b> animal, pasto, plantio de cacau, laranja, cana, mandioca, bananeira, coco, jaca, alambique, um engenho, casa de farinha, árvores, florestas;<br/> <b>Educação:</b> Escola João Paulo II sem água;<br/> <b>Esporte e lazer:</b> um campo;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> estrada mal conservada, tem muitas cancelas e mata-burro;<br/> <b>Meio Ambiente:</b> rio poluído;<br/> <b>Saúde:</b> agente comunitária.</p>  |                     | <p><b>Agricultura / Paisagismo:</b> plantas e árvores;<br/> <b>Agricultura:</b> assistência técnica;<br/> <b>Esporte e lazer:</b> quadra poliesportiva;<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> área de lazer, mata-burro, manutenção das estradas, parque na comunidade, portão;<br/> <b>Meio Ambiente:</b> rios limpos;<br/> <b>Outros:</b> Associação comunitária, energia elétrica e segurança: posto policial;<br/> <b>Saneamento Básico:</b> água encanada no prédio escolar;<br/> <b>Saúde:</b> PSF.</p>   |
| <b>PARTE DO TAUÁ</b>               |  |                     |  |
| <b>PAU FERRO II</b>                | <p><b>Agricultura:</b> plantações de mandioca, café, banana, cacau, cana, milho e feijão, uma barragem, criação de galinhas e bois;<br/> <b>Educação:</b> escola (1ª a 4ª série);<br/> <b>Infra-Estrutura:</b> estrada esburacada (ônibus atola todos os dias);<br/> <b>Saneamento Básico:</b> canos enterrados no tabuleiro e não temos água, água encanada iniciada: os canos vêm até a barragem;<br/> <b>Transporte:</b> transporte (alunos e passageiros);<br/> <b>Outros:</b> uma associação e igreja Evangélica.</p>                                 |                     | <p><b>Agricultura:</b> casa de farinha comunitária (Pau Ferro II e Riachão da Bica) e Secador de cacau comunitário;<br/> <b>Assistência Social:</b> Bolsa Família, Bolsa Escola e Vale Gás;<br/> <b>Educação:</b> escola infantil, sala de EJA e transporte escolar;<br/> <b>Infra-estrutura:</b> manutenção das estradas;<br/> <b>Meio Ambiente:</b> reflorestamento da barragem;<br/> <b>Outros:</b> energia elétrica nas ruas, casas e escolas e energia elétrica para o Repartimento; igreja, telefone público;<br/> <b>Saneamento básico</b> em geral, principalmente, água encanada (em todas as casas);<br/> <b>Saúde:</b> PSF;<br/> <b>Transportes</b> para os feirantes aos sábados.</p>  |
| <b>REPARTIMENTO</b>                |  |                     |  |
| <b>RIACHÃO DA BICA</b>             |  |                     |  |
| <b>PILÕES</b>                      | <p><b>Outros:</b> igreja, energia elétrica na maior parte;<br/> <b>Saúde:</b> ACS.</p>   |                     | <p><b>Administração:</b> mais atenção do prefeito e vereadores<br/> <b>Educação:</b> aproveitamento da escola abandonada;<br/> <b>Infra-estrutura:</b> melhoria e conservação das estradas, ponto de ônibus na entrada de Brejões;<br/> <b>Outros:</b> igreja (capela);<br/> <b>Saneamento básico</b> em geral: água encanada, água doce;</p>  |

|   |   |  |
|---|---|--|
|   |   | <b>Saúde:</b> assistência médica.  |
| <b>RIACHO CERQUEIRA</b><br><b>SÃO BENTO</b> | <b>Agricultura:</b> plantações diversas;<br><b>Educação:</b> escola Municipal São Bento;<br><b>Infra-Estrutura:</b> ponte inacabada.  | <b>Ação Social:</b> melhoria habitacional;<br><b>Agricultura:</b> casa de farinha comunitária;<br><b>Associação</b> de moradores;<br><b>Educação:</b> construção de escolas;<br><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;<br><b>Infra-estrutura:</b> manutenção das estradas, construção de ponte;<br><b>Meio Ambiente:</b> rio São Bento limpo;<br><b>Outros:</b> energia elétrica;<br><b>Saneamento Básico:</b> caixa d'água / água encanada e fossa.  |
| <b>TABULEIRO DOS COELHOS</b>                | <b>Agricultura:</b> plantio de amendoim, caju, milho, feijão, gado, pecuária, <b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;<br><b>Saneamento Básico:</b> casas, água, água encanada;<br><b>Outros:</b> candomblé, rezadeira, êxodo dos jovens, ajudantes de pedreiros;  | <b>Ação Social:</b> preservação da cultura;<br><b>Agricultura:</b> assistência técnica especializada, casa de farinha comunitária;<br><b>Educação:</b> capacitação de jovens e adultos;<br><b>Infra-Estrutura:</b> estrada do Tabuleiro a Urbis II e manutenção das estradas;<br><b>Outros:</b> capela, energia elétrica (uma parte não tem), segurança e telefone público;<br><b>Saneamento Básico:</b> banheiro (melhoria sanitária);<br><b>Saúde:</b> PSF (não têm acesso ao PSF de sucupira);<br><b>Transportes.</b>   |
| <b>TAUÁ</b>                                 | <b>Ação Social:</b> muita gente carente sem assistência do poder público;<br><b>Agricultura:</b> plantação, árvores, agricultura (jaca, laranja, banana, feijão, cacau, cana, carambola, abacate acerola, ingá, manga, café, coco, caju, mandioca), casa de farinha;<br><b>Educação:</b> escola;<br><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;<br><b>Infra-Estrutura:</b> estradas esburacadas;<br><b>Outros:</b> energia elétrica, venda;<br><b>Saneamento Básico:</b> casas, água encanada;<br><b>Saúde:</b> agente comunitária de saúde           | <b>Administração:</b> mais atenção dos poderes públicos;<br><b>Agricultura / Paisagismo:</b> praça;<br><b>Agricultura:</b> acompanhamento de um técnico agrícola, casa de farinha comunitária;<br><b>Educação:</b> aula de capoeira, EJA e muração da escola;<br><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;<br><b>Infra-Estrutura:</b> manutenção das estradas;<br><b>Outros:</b> associação de moradores, igreja, segurança na comunidade e telefone público;<br><b>Saneamento Básico:</b> água no prédio, caixa d'água para a comunidade;<br><b>Saúde:</b> acompanhamento de enfermeira (HIP), ambulância, médico na comunidade, PSF e atendimento médico;<br><b>Segurança e respeito nos ônibus escolares.</b>   |
| <b>COMUNIDADE</b>                           | <b>A COMUNIDADE QUE TEMOS</b>   | <b>A COMUNIDADE QUE QUEREMOS</b>   |
| <b>TIMBÓ I</b>                              | <b>Agricultura:</b> lavoura, mandioca, caju, feijão, laranja, banana, cacau, manga, abacaxi, jaca, amendoim, café, gado, curral, burro, cavalo, ovelha, galinha, porco, pato, serraria;<br><b>Educação:</b> escola;<br><b>Infra-Estrutura:</b> estrada ruim;<br><b>Meio Ambiente:</b> rio de água doce, plantas, rio de água doce;<br><b>Outros:</b> igreja;<br><b>Saneamento Básico:</b> tanques;  | <b>Ação Social:</b> lavanderia para as pessoas, melhor habitação, sextas básicas;<br><b>Agricultura / Paisagismo:</b> jardim;<br><b>Agricultura:</b> casa de farinha comunitária, plantações e assistência técnica agrícola;<br><b>Educação:</b> farda para as crianças, material para escola, murar e construir banheiros na escola;<br><b>Esporte e lazer:</b> campo de futebol;<br><b>Infra-Estrutura:</b> abertura de estradas com cascalho e manutenção das estradas;<br><b>Meio Ambiente:</b> cuidar da natureza;<br><b>Outros:</b> catequese para as crianças, energia elétrica, telefone público;<br><b>Saneamento Básico:</b> água encanada, banheiros;<br><b>Saúde:</b> médico na comunidade e construção de um PSF;<br><b>Transporte escolar.</b> |
| <b>TRÊS LAGOAS</b>                          | <b>Ação Social:</b> bolsa renda (para alguns), casas carentes, fome assola muitos moradores, falta trabalho para os pais de família;<br><b>Agricultura:</b> plantação de banana, jaca, caju, amendoim, batata, fabricação de vassouras, sem fábrica, com um de fora tomando conta;<br><b>Educação:</b> transporte escolar (diurno e noturno);<br><b>Outros:</b> energia elétrica, mas falta iluminação nas ruas, falta orelhão;<br><b>Saneamento Básico:</b> chafariz (água muito barrenta), falta água encanada;<br><b>Transporte</b> aos sábados. | <b>Ação Social:</b> melhoria habitacional e projetos de geração de renda;<br><b>Educação:</b> aulas de capoeira, creche, cursos e capacitações;<br><b>Outros:</b> associação de moradores, posto policial, energia elétrica (iluminação pública), igreja e telefone público;<br><b>Saneamento Básico:</b> água encanada e banheiros;<br><b>Saúde:</b> PSF e uma ambulância.  |

## ZONA URBANA

| COMUNIDADE               | A COMUNIDADE QUE TEMOS  | A COMUNIDADE QUE QUEREMOS   |
|--------------------------|---|---|
| CATIARA                  | <p><b>Educação:</b> escolas (3), crianças fora da escola, pessoas educadas, alta taxa de analfabetismo;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> ginásio de esportes, campo de futebol, falta lazer (apesar de ter um ginásio);</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> asfalto destruído, estradas esburacadas;</p> <p><b>Outros:</b> igrejas, violência (envolvendo drogas), vereadores, telefone público;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> algumas ruas possuem saneamento, falta rede de esgoto em algumas áreas, ruas sem calçamento;</p> <p><b>Infra-estrutura:</b> ruas sem iluminação</p> <p><b>Saúde:</b> uma Unidade de Saúde superlotada causando a falta de atendimento médico;</p> <p><b>Vigilância Sanitária:</b> muitos animais na rua.</p> | <p><b>Ação Social:</b> mudança na casa da Rua Gerson Oliveira, emprego e renda, restaurante popular, igualdade (“combater à discriminação na Catiara”), Centro de Convivência para idoso, melhoria habitacional;</p> <p><b>Educação:</b> creche, cursos profissionalizantes, muro de contenção nas encostas, EJA, reforço escolar (manhã e tarde), quadra e computadores nas escolas;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> lazer para criança de rua, área de lazer, campo de futebol, programas de esportes, horário no ginásio para jogar;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> quebra-mola, encostamento para pedestre, recuperação da estrada;</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> conservação das nossas nascentes;</p> <p><b>Outros:</b> policiamento (segurança, com policiais competentes e profissionais), Grupo da Catiara;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> iluminação pública de qualidade, retirada da fossa séptica; rede de esgoto (João Leal Sales, Lot. Boa Esperança, Lot. Parque dos Pássaros, Av. São Cristóvão), casas na Rua Gerson Oliveira, calçamento (Rua Gérson Oliveira, 2ª Trave. São Cristóvão), iluminação pública (Rua Avestruz – Lot. Parque dos Pássaros), Loteamento Parque dos Pássaros: calçamento, rede de esgoto, posto de saúde, creche, iluminação pública na Rua Avestruz, e telefone público na Rua do Cardeal;</p> <p><b>Saúde:</b> mais uma Unidade de Saúde da Família com médico todos os dias;</p> <p><b>Vigilância Sanitária:</b> vigilância sanitária atuante no bairro.</p> |
| CENTRO                   | <p><b>Administração:</b> Prefeitura,</p> <p><b>Agricultura / Paisagismo:</b> jardins, bancos,</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> poluição sonora</p> <p><b>Outros:</b> igrejas, Lira, Calçada, delegacia (desabilitada), lotes no centro comercial sem ocupação,</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> esgoto a céu aberto na Rua Rio Branco, boca de lobo pequena na Rua Cons. Francisco M. Herval (quando chove, transborda água),</p> <p><b>Saúde:</b> PSF</p>  | <p><b>Esporte e lazer:</b> área de esporte no bosque (onde montou o palco), construir uma área de lazer (skate);</p> <p><b>Outros:</b> Centro Cultural na Delegacia, vigilância, segurança pública;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> construção de sanitários no bosque, manutenção no calçamento da Rua Carlos Gomes e Rua Jequitibá, ampliação da boca de lobo na Rua Cons. Francisco M. Herval;</p> <p><b>Transporte:</b> sinalização no Bradesco e Largo do Maracanã.</p>   |
| LOTEAMENTO SANTO ANTONIO | <p><b>Ação Social:</b> A Fábrica Daiby emprega muita gente, porém, falta de emprego;</p> <p><b>Agricultura:</b> alambique do Sr. Tuna</p> <p><b>Meio Ambiente:</b> poluição sonora durante toda semana até mesmo depois das 22h até por parte dos carros de som</p> <p><b>Outros:</b> falta eletrificação na Rua da Lapinha</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> falta de saneamento nas seguintes ruas: Rua da Lapinha, Vale do Sol, Vale dos Quasares, Vale do Dutra, Vale das Estrelas, Vale das Galáxias, Vale dos Planetas, vale das constelações, Morada Nova – Rua ABC.; despejo da rede de esgoto (Loteamento Ribeiro);</p> <p><b>Saúde:</b> PSF;</p> <p><b>Vigilância Sanitária:</b> animais soltos nas ruas.</p>                  | <p><b>Ação Social:</b> atrair novas empresas (emprego);</p> <p><b>Agricultura / Paisagismo:</b> construção da parcinha no Loteamento Ribeiro, apoiar as hortas domésticas, fortalecer o artesanato;</p> <p><b>Educação:</b> ampliar o EJA para o Loteamento Santo Antonio;</p> <p><b>Outros:</b> ampliação da eletrificação;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> pavimentação urbana;</p> <p><b>Saúde:</b> manter o PSF da Jaqueira, manter o médico 05 (cinco) dias úteis na USF;</p>   |
| COMUNIDADE               | A COMUNIDADE QUE TEMOS  | A COMUNIDADE QUE QUEREMOS   |
| RODÃO                    | <p><b>Agricultura / Paisagismo:</b> praça;</p> <p><b>Educação:</b> escola;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> desnível da rua do final enfrente a casa de Salinha;</p> <p><b>Outros:</b> telefone público, igreja, Rodoviária;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> esgoto a céu aberto, rua sem iluminação, boa limpeza no início do rodão, mas precisa melhor no final, Esmeraldo Vaz Galvão sem rede de esgoto na principal.</p>   | <p><b>Agricultura / Paisagismo:</b> arborização, e construir uma praça no final do Rodão;</p> <p><b>Educação:</b> creche, sala pré-escolar;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> área de lazer, quadra de esporte;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> calçamento, avenida que ligue Rodão a Catiara;</p> <p><b>Outros:</b> telefones públicos, policiamento, associação;</p> <p><b>Saneamento Básico:</b> rede de esgoto, iluminação;</p> <p><b>Saúde:</b> PSF e ajuda para os jovens dependentes químicos.</p>   |
| RUA NOVA                 |   |   |
| RUA 15 DE NOVEMBRO       |   |   |
| SANTA RITA               | <p><b>Ação Social:</b> jovens que andam nas ruas em prol do desemprego, drogas,</p> <p><b>Educação:</b> prédio escolar;</p> <p><b>Infra-Estrutura:</b> quebra-mola, estacionamento de transportes irregular e becos sem iluminação;</p> <p><b>Outros:</b> cemitério;</p>  | <p><b>Ação Social:</b> projetos para os jovens (HOJE);</p> <p><b>Agricultura:</b> curso de artesanato para moças e mecânico para rapazes;</p> <p><b>Educação:</b> creche, escola, capacitação, cursos profissionalizantes;</p> <p><b>Esporte e lazer:</b> área de esporte e lazer, quadra poli-esportiva,</p>   |

|   |   |
|---|---|
|   | <p><b>Saneamento Básico:</b> rede de esgoto em algumas ruas, ruas calçadas, becos (sem calçamento, e rede de esgoto), desorganização na limpeza, esgoto a céu aberto, acúmulo de água (chuva) na área escola;<br/><b>Saúde:</b> hospital, Posto de Saúde.</p> <p>área de lazer (dança, teatro, esporte, arte, etc. no Campo Belo, Alto da Bela Vista e Urbis);<br/><b>Eventos:</b> festas com boas bandas e trio elétricos<br/><b>Infra-Estrutura:</b> quebra-mola (Rua do prédio e Av. Dr. Luiz Sande), recuperação da fonte da Minguara, quebra-mola na Carlos Lima, reforma geral incluindo a construção de uma quadra na escola, iluminação nos becos; providenciar área para estacionamento;<br/><b>Outros:</b> policiamento para diminuir ou combater o tráfico e uso de drogas (no bairro da minguara, principalmente), telefone público;<br/><b>Saneamento Básico:</b> rede de esgoto (Dr. Paulo, Tr. Gravatá, Cajazeira – 248), calçamento (Rua do Foto e Tr. Gravatá), rede de esgoto onde falta;<br/><b>Saúde:</b> PSF, segurança na guarita do hospital à noite, pacientes do CAPS passeando sozinhos nas vizinhanças, médicos disponíveis, kit primeiros socorros.</p>   |
| <p><b>SÃO JOSÉ</b></p> <p><b>Ação Social:</b> falta de emprego, meninos de rua;<br/><b>Agricultura / Paisagismo:</b> não temos pracinha para brincarmos;<br/><b>Educação:</b> escolas sem professores qualificados, falta merenda escolar;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> estradas mal consertadas, mercado mal organizado, ruas sem iluminação;<br/><b>Outros:</b> pouca segurança, orelhões quebrados, igreja, vendinhas, lojas, oficinas, bar, delegacia e casas;<br/><b>Saneamento Básico:</b> esgoto a céu aberto;<br/><b>Saúde:</b> hospital mal equipado, enfrentamos dificuldades para marcar fichas e sermos atendidos.</p> | <p><b>Ação Social:</b> geração de empregos, oficina para os jovens, atenção aos moradores de rua, oportunidade de trabalho para os jovens, Estatuto da Criança e do Adolescente funcionando;<br/><b>Administração:</b> transparência nas contas públicas;<br/><b>Agricultura:</b> indústria/fábrica;<br/><b>Educação:</b> creche nos bairros, educação de boa qualidade e com merenda, cursos de especialização profissional, cursinho pré-vestibular gratuito, professor especializado para deficientes, cursos profissionalizantes, universidade pública, segurança nas escolas;<br/><b>Esporte e lazer:</b> mais área de lazer, esporte para os jovens e crianças, festa, cinema, teatro, parque recreativo, um clube;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> construir um cemitério, pracinha no Loteamento Bandeirante, : melhoria na iluminação pública.;<br/><b>Outros:</b> segurança pública, sede comunitária, acabar com a invasão no campinho da Urbis I, posto policial, delegacia das mulheres, telefone público funcionando;<br/><b>Saneamento Básico:</b> rede de esgoto, calçamento das ruas, mais garis, mais higiene;<br/><b>Saúde:</b> boa saúde, PSF (São José), clínica especializada para mulheres, exames de média complexidade, rede de esgoto para Av. Abelardo Veloso.</p> |
| <p><b>SÃO ROQUE</b></p> <p><b>Agricultura / Paisagismo:</b> jardim;<br/><b>Educação:</b> Escola Municipal Rosalina Bittencourt;<br/><b>Esporte e lazer:</b> casas noturnas;<br/><b>Meio Ambiente:</b> Fonte do Buraquinho poluída;<br/><b>Outros:</b> igreja, telefone público, lavanderia;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> ruas sem iluminação;<br/><b>Saneamento Básico:</b> ruas calçadas e limpas (precisa retirada de lixo), loteamento irregular, esgoto a céu aberto, praça desestruturada na Rua Paraíso, calçamento destruídos</p>   | <p><b>Ação Social:</b> programas de geração de empregos;<br/><b>Agricultura / Paisagismo:</b> recuperação do jardim;<br/><b>Educação:</b> creche, ampliação do anexo Prof. Rosalina Bittencourt com sistema informatizado para todos, escola de artes para todas as idades (costura, bordado, desenho, crochê, bonecas, pinturas em telas, etc.);<br/><b>Esporte e lazer:</b> quadra poliesportiva, área de lazer para crianças e adultos;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> reforma da lavanderia, quebra-molas, recuperação do asfalto na Rua 15 de Novembro e Rua dos Artistas, asfalto na Av. ACM, calçamento do Loteamento João do Fórum, reforma e ampliação da lavanderia;<br/><b>Outros:</b> telefone público, mais vigilância policial nos bairros;<br/><b>Saneamento Básico:</b> Seguir o código de obras (loteamento padrão), água encanada no Loteamento Reis, iluminação (reposição de lâmpadas), esgoto na Avenida ACM, iluminação no Loteamento João do Fórum (refletores);<br/><b>Saúde:</b> PSF.</p>   |
| <p><b>URBIS II</b></p> <p><b>Agricultura:</b> existe um viveiro<br/><b>Educação:</b> Tem a Escola Delia do Amaral<br/><b>Esporte e lazer:</b> não tem, usa o bosque;<br/><b>Infra-Estrutura:</b> bosque abandonado;<br/><b>Saneamento Básico:</b> falta rede de esgoto na maioria das ruas e a que existem, os tubos são fino e entopem; rua da Jaqueira abandonada<br/><b>Saúde:</b> não tem PSF</p>   | <p><b>Agricultura:</b> fortalecer o viveiro<br/><b>Educação:</b> creche, cursos de capacitação, escola de teatro, curso de artesanato;<br/><b>Esporte e lazer:</b> área de lazer, quadra poliesportiva,<br/><b>Infra-Estrutura:</b> revitalização do bosque<br/><b>Saneamento Básico:</b> rede de esgoto, calçamento, melhoramento da Rua da Jaqueira<br/><b>Saúde:</b> PSF</p>   |



## ANEXO 15

Relatório de dados colhidos nas reuniões de diagnóstico - 2005

### RELATÓRIO DE DADOS COLHIDOS NA VARREDURA ECOLÓGICA E REUNIÃO DE DIAGNÓSTICO

#### PALMEIRAS

**Histórico:** O nome se deve porque abundava na região indaiá que os pobres usavam para cobrir as casas. Foi achado na localidade muitos objetos dos índios que moraram nas matas da Palmeira: tibério (cachimbo), tigela de barro, existe um lugar que se chama café do caboclo devido a quantidade de peças dos índios que já acharam. A Palmeira de Dentro, abrange a região do Riacho da Palmeira e a Palmeira de Fora (nos documentos antigos referem ao local como o nome de Pintas) começa na Fazenda Palmeira do espólio de Jorge Sales até a área da Escola. Foi região de muito café sombreado e fumo. Houver concentração da terra. Vocábulo nova cacaia (cacareco). Relatam também a existência do “Roubo” das roças.

**Agricultura:** Produz pouco café, cana, mandioca, cacau. Tem pouca terra para trabalhar a maioria esta tomada por pastagem, desemprega muita gente. Uma boa alternativa é o beneficiamento da cana com o açúcar mascavo que tem uma pessoa na localidade que sabe fazer. Precisa de uma Casa de farinha comunitária. Tem muitos que tem que vender o dia de serviço, mulher R\$ 2,50 e homem R\$ 4,00. Referem a medida Canada para a garapa: ! canada igual a 7 litros. Variedades de cana que produzem coqueiro, taboca o maior comprador é Léo da Corta-Mão. No café o compasso que usavam era de 2 metros e usavam 3 pés por cova, para sombrear usavam o ingá, pau-ferro, pau pombo, maozê, jaca.

**Saúde:** Precisa um posto de Saúde. Poucas casas tem sanitário. Precisa água encanada. Falta ficha no Centro de Saúde Municipal. Um caso de Síndrome de Down, filho do prof. Rosalino. Usam algumas folhas como o João barandi (jaborandi) para dor de dente.

**Educação:** Está boa, sempre chega merenda na escola, necessita de uma turma de alfabetização de adultos, ônibus passando na Palmeira para os estudantes do ginásio.

**Meio Ambiente:** Desmataram as áreas quase todas, o capim tomou quase tudo, muitas áreas eram café que foi erradicado, até a cana diminuiu muito.

**Estradas:** precisa melhorar o campo de futebol, Amargosa precisa uma Rádio Comunitária. No São João tem uma festinha aqui perto do prédio. Escutam rádio Clube e Recôncavo. Tinha bumba-meu boi

**Precisam:** posto telefônico

**Igreja:** tem formada uma comissão para construir uma Igreja na Palmeira.

#### **Representantes:**

Laurindo Santos Almeida e João Nilton Souza Maia

**Obs.:** O Sr. Laurindo Almeida (Pintas) cita que o major Figueredo era dono do Capim Branco, Cajueiro dos Guedes em Sta. Terezinha viu cachimbos e buracos que os índios se escondiam.

#### NÚCLEO DAS CARETAS

**Histórico:** o nome Caretas se deve porque tinha muita rama de Caretinha. Outro informa que é devido à valentia de alguns moradores do lugar. Outro ainda informa que é devido ao rio das Caretas

que passa perto (maioria concorda com esta versão). Muita gente saiu, vendeu as terras para os grandes, está virando tudo pasto. Só na fazenda dos Lopes eram 22 casas, hoje acabou tudo.

**Agricultura:** Produzem banana, mandioca, milho, feijão, cacau. Plantam conforme a quadra da lua. Os terrenos estão cansados, usam adubo 10, 10, 10, usam o Ac-mirex (formicida). Veneno usam o Tordon nas malícias.

**Educação:** Estudam no Acaju, na Baetinga, precisa um pré-escola.

**Saúde:** doenças que sofrem diabetes, gastrite, gripes, alergias, vermes (esquistossomose, ameba, solitária). Nos mais velhos derrame, parada cardíaca.

**Meio Ambiente:** Havia muitas matas, hoje é tudo pasto. O rio das Caretas encontra com o rio Caldeirão e rio Baetinga.

**Cultura:** Divertem visitando os amigos, ouvem rádio, futebol, passeiam de bicicleta. São João e Natal é em Amargosa. Tem Janu como rezador contra olhado e ventre caído.

**Problemas:** Falta energia, estrada.

**Representantes:** Lenice, Lorencia, Maria Davina, Maria José dos Santos, Nil, Roseneide

**Principais Problemas:** Transporte, falta um posto de saúde, falta adubo para usar na mandioca, tem muito analfabeto, falta carteiras na escola, fogão, botijão, panela para fazer a merenda, precisa retelhar a escola, precisa de um campo de futebol (Marly de Gugu) doa o terreno para fazer o campo. Energia e água é a grande necessidade da região.

**Morador da Comunidade:** Albertino dos Santos – mora 78 ANOS.

### **RIBEIRÃO DO CUPIDO**

**HISTÓRICO:** Ribeirão do Cupido – era uma fera que existia, criado no mato, os boatos dizem que existe uma nova pedra onde morava o Cupido. Tinha muita mata, forma cortando capim, mandioca, antigamente só tinha trilha e tinha muito pico de jaca (cobra). A vida era muito sofrida, mais difícil do que hoje, os doentes eram carregados na cama até a Muritiba. Plantavam mandioca, café que foram arrancados na época de Castela Branco, o povo recebeu dinheiro para arrancar, criavam animais amarrados na corda, muito pouco.

**SAÚDE:** Adoecem de trabalho, gripe, dor de cabeça, tosse, caroço nas pernas, dor na coluna, as doenças são evitadas com vacinas, morre pouca gente. Falta médico em Amargosa, vai para o posto acabou a ficha no hospital do mesmo jeito, o doente tem de sair de banguê até a Muritiba.

**EDUCAÇÃO:** Os meninos gostam da escola e da professora, quando vai dando 10 horas eles vão para o rio tomar banho, não precisa nem mandar, os meninos danados é que atrapalham. Depois que terminam a 4ª série vão estudar na cidade, o ônibus escolar passa na Muritiba gasta 30 minutos.

**AGRICULTURA:** Plantam mandioca, cana, cacau, laranja tangerina, banana, manga, abacate, fruta-pão, cana: roxa, bahia e caiana, vivem da lavoura vende em Amargosa, leva de animal. A diária da mulher é de R\$ 1,50 a R\$ 2,00, do homem é mais caro.

**CULTURA:** Rezam para São Cosme, Santo Antonio, Bom Jesus, quem quer ainda faz samba até de manhã, na maioria das vezes dá só um cafezinho e pode ir embora. No São João vai todo mundo para Amargosa, os velhos fazem só uma fogueirinha e vai dormir. Ouvem rádio: Clube, Recôncavo, Piatã, Sociedade.

**MEIO AMBIENTE:** Tinha muita mata, mas os fazendeiros derrubaram e fizeram manga, sobrou muito pouco da mata, porém, ainda encontra muitos animais: gato do mato, raposa, cobra, tatú, preá. Carregam água no lombo do animal e pescam no Ribeirão: traíra, piaba, pitú, camarão, tilápia: rede, anzol, munzuá e tarrafa.

**MAIORES PROBLEMAS:** Melhoramento na lavoura (adubo), melhorar o campo de futebol e comprar bola, luz, energia elétrica, igreja, carteira para escola, melhorar as estradas e posto de saúde.

### **INFORMANTES:**

- Maria Albertina de Jesus, Calixto, Antonia Nicolau dos Santos, Lídia Ricardino de Jesus, Raul Rodrigues da Cruz, Adelfício Borges da Silva.

### **CORTA – MÃO**

**HISTÓRICO:**

“Origem do Nome” (versões)

Numa briga, um homem cortou a mão do outro;

Trabalhando no engenho, um homem perdeu a mão;

Uma moça que foi pescar e escorregou a mão na pedra e cortou;

Um homem que caiu e deixou a mão na linha do trem de ferro.

Uma grande fonte de informação é o Senhor Elesbão que mora no Riachão e dizem ser a pessoa mais velha da região com mais de 100 anos, ele afirma que ainda procura mulher. Antigamente tinha uma mata e hoje só tem pasto, o povo não acha mais terra para trabalhar, pois estão nas mãos dos fazendeiros. Antigamente tinha mais fartura.

**DIA A DIA DAS MULHERES:** Acordam às 5:00 horas da manhã, acendem o fogo, fazem café, se alimentam e vão para a roça. Plantam mandioca, cacau. A diária das mulheres varia de R\$ 1,50 a R\$ 3,00, sendo que os homens ganham mais.

**SAÚDE:** O índice é alto de casos de diabetes, verminose, pressão alta, reumatismo. A água que vem do riacho é muito suja e é consumida sem nenhum tratamento. Usam muitos chás e remédios caseiros. Dona Fia conhece muito as folhas, ervas e chás e é a pessoa que socorre o povo nas horas de aperto. As mulheres dizem que tem muitos casos de aborto em jovens, sendo que muitas não engravidam porque tomam remédio, gostam muito do médico, ele atende 25 fichas e as vezes ficam pessoas sem atendimentos.

**EDUCAÇÃO:** Todas as pessoas afirmaram gostar muito da escola, os alunos depois que terminam a 4ª série vão para Amargosa ou São Miguel, tem ônibus para as duas cidades, alguns jovens não estudam porque trabalham durante o dia e a noite não tem professor. Informaram que vai ter alfabetização para adultos.

**AGRICULTURA:** Cultivam mandioca, banana, feijão, milho, amendoim e a mercadoria vai para Amargosa, São Miguel, Salvador e Feira de Santana. Usam como adubo, esterco de gado e 10 / 10 / 10 (o mais usado). Veneno Ac. Mirex e formicida.

**CULTURA:** São João (todos para Amargosa), festa do trabalhador, Senhor do Bonfim, São Cosme e Damião, Sábado de Pascoa, Bom Jesus da Lapa e Santo Antonio.

**DIVERSÃO:** Futebol, dominó, grupo jovens, grupo de casal, baralho, televisão. O único lazer para as mulheres é ver TV, e são prejudicadas porque quem controla a antena parabólica só faz a vontade dos homens e tem campo de futebol mas as mulheres não podem jogar porque os homens não as respeitam.

**ORGANIZAÇÃO POPULAR:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais bastante conhecido pelas mulheres, apesar da maioria não ser sindicalizada. Algumas mulheres disseram que o Sindicato trouxe mais informações, que elas passaram a conhecer muitas coisas que não conheciam, trouxe mais amigos, conhecimento, aposentadoria, médico, advogado. A casa de farinha comunitária porque os associados pagam menos para fazer a farinha. A padaria comunitária é muito polêmica, algumas mulheres defenderam dizendo que o pão sai bem mais barato para os associados que pagam R\$ 2,00 de mensalidade, outro grupo disse que não compensa porque a economia que se faz no pão vai na mensalidade. A Associação de Moradores tem (+ ou -) 90 associados e o Presidente é Ivan.

**RELIGIÕES:** Católica, Batista, Pentecostal, Quatro Terreiros de Candomblé. As mulheres falaram que quem frequenta Candomblé tem pouca fé em Deus, bota fama ruim nos outros, estão no caminho do inferno e além disso poluem o Riachão com os despachos.

**PRINCIPAIS PROBLEMAS:**

- DESEMPREGO: Principalmente dos jovens que ficam nas ruas depredando os jardins, criticando as pessoas que passam, fazendo sambão na frente da igreja e atrapalhando a missa, brigando e usando armas como facão, faca, revólver por isso é bastante acentuada a questão da violência.
  - Roda D'Água – falta energia elétrica, ponte e as casas não tem banheiro, as pessoas fazem as necessidades no mato.
  - Camanduí – acabou a estrada
- V Tabuleiro Grande e Baixa Alegre - falta energia

- Falta dentista no Posto Médico
- Esquistossomose problema grave
- A água utilizada pela população não recebe nenhum tratamento

#### **SUGESTÕES:**

Posto Policial, Dentista, Barrufada para espantar os mosquitos, fábrica de alguma coisa para gerar emprego, continuar fazendo reuniões, marcar reunião com a Secretária de Saúde, colocar apenas dois canais na televisão comunitária.

#### **REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:**

Dona Tereza, Dona Erundina, Mara e Arilma.

**REPRESENTANTES PARA A CONFERÊNCIA:** Terezinha Nei dos Santos, Erundina Matias da Silva (Roda D'água), Lucimara Santos, Arilma S. Barreto.

### **GENTIO**

**HISTÓRICO:** Gentio – Porque era morada de índios (caboclos) tinha um chefe dos caboclos que chamava de João Baitinga, daí denominou-se a Baitinga. Seu coito era no Gentio e Baitinga. Os caboclos formavam seu bando e iam para Amargosa matar pombos. Houve uma revolução de policiais com caboclos, os policiais vinham de Amargosa e matavam os índios e João Baitinga, a polícia prendeu e os índios que não foram mortos se entregaram, os mortos eram enterrados dentro de uma mata hoje chamada Mata das Covas. Em 1923 estudava no São Roque em escola particular depois em escola municipal. O primeiro professor foi Isídio, depois professor Rufino dos Boneiros (Isídio Lagoa de São João) estudava o dia todo não tinha recreio. Vivia da lavoura que plantava, vai para a “Rua” de ônibus e carro com vizinhos, necessita de água e energia. Antigamente a principal lavoura era o fumo, que hoje não produz mais, antigamente havia muita febre chamada de impaludismo ou cesão.

**SAÚDE:** Morreram mais por idade, existem deficientes físicos na casa de D. Damiana, adoecem de febre e infecção intestinal, problema alérgico a poeira, tomam remédio caseiro.

Os homens adoecem de lcc, barriga d'água, etc. As crianças, o maior número de casos é de gripe, garganta, diarreia e febre. A maioria não tem banheiro, o lixo queimam o papel que é orgânico e jogam na roça.

**EDUCAÇÃO:** O estudo hoje está melhor porque recebe material escolar e merenda e quando terminam a 4ª série continuavam estudando na cidade. No antigo era mais apurado estudava o dia todo não tinha recreio, merenda e material escolar.

A educação hoje é melhor, antigamente a escola era o dia inteiro, não tinha merenda levavam a marmitta (com farinha e carne), não tinha recreio.

**AGRICULTURA:** Vivem da roça que plantam, feijão, milho, mandioca, amendoim, café abóbora, fumo e castanha, a produção é para vender. Usam veneno: formicida e cemirex para formiga e hortene para os insetos do fumo. A produção antigamente era melhor por causa da atmosfera e da chuva que vinha com mais frequência.

Fazem confecção de esteira, chapéu, vassoura, com a castanha assada também ganham alguns trocados, fazem tapioca, beijú. Vendem amendoim cozido.

**MEIO AMBIENTE:** Cria boi, vaca, galinha e gato. O lixo orgânico joga na lavoura e o plástico queima. Há muita dificuldade de água, antigamente muitos minadores e todos secaram, as matas desapareceram.

**CULTURA:** Comunicam-se através de recados dos alunos que vem das escolas e por rádio. Ouvem rádio e tocam violão, samba de roda, rezam para São Cosme e Santo Antonio, João e Albertino tocam violão. REZADEIRA: D. Glorinha.

Curso de Catequese – Coordenadores :Juceli, Simone e Dona Maria Helena

Reuniões Religiosas – Na igreja e na casa de Juceli

Fim de Semana – cuidam da casa, assistem corrida de cavalo, TV

INFORMANTE: Salvador Pereira de Souza (86 anos)

#### **PROBLEMAS NA COMUNIDADE**

- Posto de Saúde
- Água para comunidade que não tem (3 localidades)
- Curso de corte e costura
- Necessitam com urgência de energia e água
- O lixo e as fezes ficam a céu aberto, vão para a feira de carro do vizinho ou ônibus.
- Comunicação: só de boca, ou rádio clube e outros.

#### **REPRESENTANTES PARA A CONFERÊNCIA**

Professora Galdina (Tabuleiro) e Lili (Gentio)

#### **LAGOA QUEIMADA**

**HISTÓRICO:** Tinha uma lagoa que secou e botaram fogo ficou mais de 2 meses queimando as cercas, daí veio o nome LAGOA QUEIMADA. A lagoa era de José Felix, botaram fogo no sapé e queimou tudo hoje é de Dr Nandino.

**SAÚDE:** As doenças maiores (nas crianças) é gripe verminose, curativos se faz no Posto de Saúde de São Roque, tem Dr. Amorim para atender. Na cidade as vezes não são atendidos por falta de fichas, o hospital é péssimo só atende quem tem média. Tem um doente mental, José de Azevedo Santana, tem mais de 60 anos mais não é aposentado.

**EDUCAÇÃO:** Precisa de alfabetização de adultos e pré-escola para os meninos.

**AGRICULTURA:** Mandioca, feijão de arranque/macaçar, batata doce, amendoim, a mulher ajuda na roça, aqui reduziu a produção, a fazenda de Josué Melo tem muita mata e capoeira. Tinha muito café de araquã, ingazeiro plantados para sombreamento. A diária da mulher é de R\$ 3,00 e do homem é de R\$ 4,00.

**MEIO AMBIENTE:** Criava ovelha, hoje só cria galinha, porco, gado. O riacho desagua no capivara a água é salgada, água doce é fornecida pela Prefeitura, hoje chove menos por causa do desmatamento.

**CULTURA:** Antes tinha muita festa até carnaval comemorava, hoje não tem mais. Tinha muita reza, hoje não rezam mais. REZADEIRA: Alice.

**DIVERTIMENTOS:** Bingo, futebol, corrida de cavalo, reza de 13 de junho – Santo Antonio.

#### **MAIORES NECESSIDADES:**

- Pequena industria de beneficiamento para gerar emprego
- Energia elétrica
- Água EMBASA – ou poço
- Melhorias na estrada
- Ônibus para ir até Felipe
- Estrada – Zezinho Almeida fechou
- Melhorias no campo de futebol

#### **REPRESENTANTES DA COMUNIDADE**

- Otaviano Correia, Jonas Borges, Marinalvo Santana Brito, Orlando de Jesus Damasceno

#### **SERRA DO CHICO FÉLIX**

##### **DIA A DIA DA COMUNIDADE:**

Acordam às 5:00h, tiram o leite, trabalham na enxada, cultivam o café, adubam, o melhor período é do 4º crescente para a cheia, plantam mandioca, café e a banana, batata plantam na mingunte. Houve um aumento das pastagens e diminuição da lavoura, a lavoura de café também diminuiu, usa adubo, esterco de gado químico 10,10,10, uréia e super 5. para produzir mais necessitariam de financiamento, antes não precisavam adubo porque a terra era mais fértil e chovia mais, existia mais floresta, até 1960 a produção era boa depois da enchente a produção diminuiu. O café era plantado no sol pleno ou sombreado por algumas árvores, Ex.: cajueiro, jaqueira, abacateiro e ingazeira. O

aumento do gado só é bom para quem tem terra, a lavoura é melhor porque oferece mais emprego. Na lavoura a mulher trabalha desde o coveamento até a colheita.

### **COMUNIDADE QUE TEMOS**

Estradas ruins;  
 Falta de eletricidade  
 Precisa de ampliação da escola;  
 Alfabetização para adultos  
 Saúde: Verminose, Ameba e Esquistossomose;  
 Falta transporte para estudar na cidade;  
 No Julião tinha uma escola com 78 alunos e foi desativada;  
 Concentração da terra;  
 Água;  
 Os pais tiram as crianças para trabalhar;  
 Pouco jovens.

**DIVERTIMENTOS:** Ouvir rádio e jogar futebol.

**AVALIAÇÃO:** Importante e necessário continuar a se reunir para conseguir as coisas e refletir as coisas melhor.

### **NÚCLEO DOS BARREIROS**

**COMUNIDADES:** Barreiros, Pilões e Boa Sorte

**PILÕES :** O nome da localidade está relacionado com o plantio do café, porque o beneficiamento era feito no “pilão”.

**BOA SORTE** – Relaciona com a Faazenda Boa Sorte de Zezinho Teodózio, que hoje é dos filhos de Beto Rosa.

### **PROBLEMAS NAS COMUNIDADES :**

**DOENÇAS MAIS COMUNS:** Gripe, verme, dor de cabeça, quando adoece Nambu é quem leva para o hospital , no hospital o atendimento é ruim no Posto de Saúde é bem atendido, não usa preservativo, problema na mulher, falta de banheiro, problema na rede de esgoto quando chove enche a casa de esgoto, a matança é horrível é insuportável o fedor, existe um idoso desamparado no prédio de Geraldo Vaz – Sr. Antonio.

**EDUCAÇÃO:** As crianças com idade escolar estão na Escola, alguns pais reclamam que a aula é pela manhã, transporte das crianças para as escolas.

**ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Precisa de uma creche e melhoria habitacional.

**AGRICULTURA:** a maioria vende o dia são diaristas, pedreiros, carpinteiros, ajudante e motorista. Na diária o trabalho usual é a limpa e destoca dos pastos.

### **MEIO AMBIENTE**

**LIXO:** A caçamba vem pegar, só que estão fazendo o percurso errado, há falta de colaboração dos moradores, falta arborização das ruas.

**ESTRADA:** Necessita de melhoria e Pavimentação das Ruas.

**LAZER:** OUVI A RÁDIO Recôncavo F, vão feira regularmente, futebol e dominó aos domingos e as vendas de Aro, Agnelo, Nide e Irene. Necessita de uma quadra de esporte.

**REZADEIRAS:** D. Belo, D. Joana e Manoel

**PARTEIRA:** Licinha

**REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:** Vandilson, Roque, Orlando, Silvia, Eliete, Anailza, Cláudia Ferreira, Ailton dos Santos e Genival.

### **BAIXADA**

**HISTÓRICO:** Trabalham na roça, em casa. A metade tem um pedaço de terra, outras não tem. Diária R\$ 3 e 2 (homens). A mulher começa a trabalhar as 5:00 h até às 8:00h da noite. Correr atrás das galinhas, dos porcos, olhar as ovelhas. Os jovens saíram a metade. Aqui no Ribeirão merecia um prédio e uma professora, para ensinar os pequenos. Quando adoece sai no animal ou fica na cama.

Precisa de uma ponte sobre o Riacho Salgado para que possa passar carro e no Ribeirão precisa de uma ponte para dar saída aos moradores na época da enchente. Quando surge uma emergência (doenças graves), paga 30,00 ou 40,00 reais de frete para levar até a “Rua”.

**CULTURA:** Aqui não tem festa, nem no São João, corre tudo para rua. Tinha muita reza quando era pequeno. Alguns rezam para São Jorge, São Cosme, Bom Jesus, Stº Antonio e São Roque, e depois da reza tem samba.

**AGRICULTURA:** Planta cacau, banana e mandioca.

**DEFICIENTES:** Maria do Bom Conselho e 02 filhos de Ciro. Obs; alguns tem água encanada dos outros

**REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:**

Maria da Gloria Alves Caldas (Dorinha), Joildo Alves Caldas (jovem), Natanael Néri de Souza.

**BARRA DE ACAJU**

Porque tinha uma estação de trem

**PROBLEMAS:**

Falta de energia;

Melhoramento da estrada Acaju até Corta Mão;

Uma casa de farinha;

Água tem uma fonte mais não resolve o problema;

No pasto de Joel tem 05 bueiros entupidos;

Falta emprego para as pessoas formadas.

**SAÚDE:**No posto Municipal as fichas para atendimento não são suficientes.

**EDUCAÇÃO:**Merendeira não vai pegar água para fazer merenda, pega água dentro do mata-burro para levar a escola.

**AGRICULTURA:**Produz mandioca, cana, cacau, banana, café e capim – usa veneno (só formicida), o terreno está mais fraco, usa adubo orgânico, o 10, 10, 10, e super 5 na mandioca. Lourival doa o terreno para viveiro da produção de mudas.

**FESTAS:**São Cosme e São Pedro.

**CAIXAS D'ÁGUA DAS PINTAS** – O nome se deve a parada do trem onde se tomava água e Pintas porque o primeiro morador se chamava João das Pintas.

**LAGEDO GRANDE** – O nome é devido ao grande lajedo existente na localidade.

**PROBLEMAS:**Pouca terra para trabalhar, antigamente existia uma grande solta para o gado, tinha um cancelão (travessão) para dividir as áreas de roça e do gado;

Falta água para beber;

Quando adoece vai para Amargosa, Cleonice faz os curativos;

Divertimento é o futebol, porém falta bola;

Falta Posto médico;

Falta energia;

Melhoria nas estradas;

Alfabetização para os adultos;

Precisa de um Centro Comunitário;

Transporte Escolar;

Necessidade de um trabalho de convivência com a seca.

**DIVERTIMENTOS:**

Futebol;

Reza – São Cosme, São José e Nossa Senhora dos Milagres;

Escutar a Rádio Clube e a Recôncavo FM.

**CHÁS QUE USAM:**Caatinga de Porco;Alecrim miúdo;Purga de batata.

**CUSTO DA MÃO DE OBRA:** A diária do homem R\$ 3,50 e da mulher R\$ 2,50

**REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:** Petronília Moraes Vieira, Claudineia Oliveira Pedra.

**NÚCLEO DA CORRENTINHA** – Correntina, Campo Grande, São Bento e Chiqueiro.

Nome antigo era Riacho Cerqueiro, mais as pessoas não acertavam chamar por isso falavam chiqueiro. Tinha muito café, tinha o “roubo do café”, era foguete, pandeiro, lata e as pessoas chegavam pela manhã começava a trabalhar de madrugada sem o dono da roça saber e aí o dono tacava o pau nos porcos e nas galinhas para alimentar o povo. Tinha muita gente, muitos foram embora.

**SÃO BENTO** – Era Fazenda de Marinho Muniz, plantio de café nacional, banana d’água, feijão, tem horta também hoje, usa adubo orgânico e adubo químico.

**SAÚDE:** As maiores doenças é a gripe e a febre, quando precisa de médico se deslocam até Brejões. Existe uma agente Comunitária na Comunidade.

**EDUCAÇÃO:** Escola para o São Bento, Alfabetização de adultos, só estudam até a 4ª Série, a escola falta fogão e botijão.

**Obs:** Falta energia elétrica, as estradas são ruins, precisa de uma casca de farinha comunitária e água encanada.

**REZADEIRAS:** D. Antonia, Caji, D. Nem.

**PARTEIRA:** D. Caji.

**AGRICULTURA:** Café, banana, horta, frutas. O café antes era outro, tinha o nacional, agora, é o catuai este faz mudas para plantar. Plantavam cajueiro, ingazeira, jaqueira e tambрил, para sombrear o café. Chovia mais por causa das matas, depois que começaram a desmatar e queimar diminuiu as chuvas. Tinha mais moradores, não era todos que tinha o seu pedacinho de terra. A diária do homem vale R\$ 4,50 e da mulher R\$ 3,00, ganham também por produção, 0.2/1 por pé na limpa faz R\$ 2,00 por dia na produção. Na colheita quem for boa pega até quatro caixas fazendo 6 horas por dia.

Muitas crianças deixam a escola para a colheita.

**OPÇÕES DE PRODUÇÃO** – Café e flores.

**REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:** Gilson Ribeiro Araújo, Cremilda Ribeiro de Souza e Jean Araújo Santos.

### TAMANDUÁ

**HISTÓRICO** – O maior problema da região é a erosão, nas baixadas próximo ao Riacho do Tamanduá produz banana, não se sabe porque do nome a mais de 70 anos toda a região era mata, a mata foi derrubada para dar lugar a lavoura do café, o governo pagou para erradicar o café na década de 60.

**SAÚDE:** Os adultos adoecem mais de gripe, colesterol e as mulheres mais de sistema nervoso, coluna e diabetes e as crianças de verminose, lombriga e esquistossomose, nenhuma casa tem banheiro, doente mental tem Manoel Silveira Lomanto e Noelio Silveira Barreto, deficientes físico tem Cosme José dos Santos e alcoolismo tem Maria Antonieta dos Santos.

**EDUCAÇÃO:** Não tem prédio escolar, a maior parte das crianças do tabuleiro não está na escola. Depois dos 14 anos a maioria não vai para a escola porque não tem condições e tem que trabalhar, escola fraca as crianças não aprendem, precisa de escola para alfabetização dos adultos.

**AGRICULTURA:** Plantam mandioca para fazer farinha, banan, cento de 1 a 3 reais. Os homens trabalham o dia por R\$ 3 a 4 reais e as mulheres R\$ 2,50. plantar pastos, plantar café em Brejões. Adubo 10/10/10, veneno: Ac-mirex.

**REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:** Cosme Coutinho Honorário (Baixa de Areia), Cosme Silva Santos (Tamanduá), Ida Jesus dos Santos (Estivas), Vera Henrique Lomanto (Baixa de Areia), Zenilda Souza Henrique (Tamanduá), Rogério Silva Santos Coutinho (Tamanduá).

### CACO DE CUIA

**HISTÓRICO:** Caco de cuia – tempo dos antigos, antes era bom, a roça é muito pouca e o maior problema é a estrada ruim. Louro e Manoel prestam socorro com carro em caso de doença fretam o carro por R\$ 5,00 a passagem. As vezes quebrava a cabeça e chamava Caco de Cuia.

**SAÚDE:** Adoecem mais de gripe, coluna, o Sr. Benedito morreu de derrame. Manoel morreu a 15 dias com um corte no pé. Quando adoecem vão para o hospital e o Posto em Amargosa.

**EDUCAÇÃO:** Não tem escola e o Prefeito garantiu construir.

**AGRICULTURA:** Plantam cacau, laranja, manga, mandioca, beneficia a farinha na casa de farinha.



**MEIO AMBEINTE:** Rio Caco de Cuia, água doce, antigamente era tudo mata fechada, derrubaram tudo para a serraria hoje só tem capoeira e pastagens, criam galinha e peru para comer.

**CULTURA:** Tem uma capela o Sr. Ivo é responsável, fazem curso de batismo. Discute assunto do sindicato, vem padre da Igreja, o 1º que veio foi o Pe. Fernando, depois veio Pe. Edson, Pe. Miguel e Pe. Edésio e até o Bispo D. João Nilton, os padres é quem marcam as missas. Ouvem a Rádio Clube de Santo Antonio e Rádio Valença.

**MAIORES NECESSIDADES:** Luz, Transporte e Posto de Saúde.

### **BARRA DA INVEJA**

**HISTÓRICO:** O povo vive trabalhando na diária e da agricultura, são aposentados e necessitam de luz, transporte e posto de saúde.

**SAÚDE:** Não há ocorrência de doenças, quando ocorre vão ao Posto ou Hospital as vezes não são atendidos por falta de fichas, as mortes quase sempre são velhice.

**EDUCAÇÃO:** Falta interesse dos pais em colocar os filhos na escola a professora trata bem os alunos, se dedica às aulas.

**AGRICULTURA:** Mandioca, banana, cacau, plantam para consumo e venda. Melhoramento da casa de farinha para a comunidade.

**MEIO AMBIENTE:** Água é boa. Dificuldade de águas em casa.

**P/CONFERÊNCIA:** Edson Antonio Silva Sampaio e Telma dos Santos.

### **TIMBÓ GRANDE**

**HISTÓRICO** – Timbó grande porque a região é grande.

**SAÚDE** – As crianças adoecem mais de febre e dor de cabeça, tem promessa de um Posto Médico.

**EDUCAÇÃO** – As crianças gostam da professora, tem merenda na escola e elas gostam da escola.

**AGRICULTURA** – plantam banana, café, mandioca, cacau, feijão, cria gado, galinha, burro, jegue. Usa adubo 10/10/10 super simples, usa o adubo sem medida \, planta mais banana da prata pois não dá banana da terra, porque o barro não puxa. Colhe 4 sacos de café por ano.

**CULTURA:** Comemorava São João com festas na radiola e som toca fitas. Não praticam esporte, televisão não pega bem, ouve rádio. Não fazem reuniões na comunidade, existe as rezas nas casas as rezadeiras são: Eulália, Severina e Ivo.

**SEGURANÇA-** É uma comunidade violenta, merece atenção policial na venda de João Grigório e em toda a região de Caco de Cuia, Timbó Grande e venda de Irineu.

**COMUNIDADES:** BARRA, BAINHA, BAMBU, COMUM, TIMBÓ, CACO DE CUIA, TIMBÓ GRANDE E TIMBOZINHO.

**HISTÓRICO:** Bambu – tinha muitos pés de bambu. Caco de Cuia – fazia coisas de barro, panelas, pratos, pote, Joana e Gertrude que faziam estes utensílios. Comum – tem um lugar dos índios, tinha casas achava painéis de ferro (grossos), cachimbos. Timbó Grande – porque existia muito “cipó tempo” o cipó que faz cesta.

**AGRICULTURA:** plantam flores, feijão, café milho, mandioca, cacau e criam galinha.

**EDUCAÇÃO:** Tem crianças fora da escola no Caco de Cuia, muitos nunca foram na escola são 22 crianças dizem que gostam da escola e da merenda.

**REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:** Maria Francisca Santana (Timbozinho) e Eulina Santos do Nascimento (Barra).

### **PAU FERRO**

**HISTÓRICO:** Antigamente tinha muita “Juçara” nas matas. “Palmeira Juçara” tinha muita mata e então foram fazendo “pastos” plantando mandioca, banana \, café, feijão, milho, cacau (hoje em dias). Tinha suçuarana, raposa. Os fracos não tem terra moram na fazenda de Zé Peixoto “deu de boca” esse terreno para eles. Produzem café catuaí e nacional, o 1º produz mais. Tem casa de farinha, no “Canta Galo” tinha cacos de barro, que prova que tinha caboclos na região, já viu os cacos grossos, mal-feitos, grosseiros e velho Adolfo Andrade tinha um caco. Para estudar era muito difícil, tinha que

estar na Baixinha, na escola Teodoro Ferrari, professora Iolanda Ferrari. Antes chovia mais, passa até 6 meses sem chover.

**EDUCAÇÃO:** Hoje já tem carro para ir e voltar da escola em Amargosa, para estudar está melhor, tem uns com mais interesse outros menos, mas gostam da escola. Acho as professoras ótimas, para dar ensinamento em duas ou três séries, numa mesma sala. Gosta de estudar, bater bola, gosta da professora, não gosta de brigas que tem na escola Santa Bernadete. Tem meninos forma da escola os meninos não querem e os pais não fazem força. Os meninos preferem ir embora, porque o trabalho é difícil na região.

**SAÚDE:** A água vem de Ubaíra, de um córrego chamado Riacho das Pedras, não sabe se é tratada, mais tem uma caixa. Nem sempre chega água, passa dias sem chegar na torneira. Gripe, alergia, falta de ar, dores pelo corpo, dor de cabeça e dor na coluna são as doenças mais frequentes, e então vão para Amargosa ou tomam chá do mato. Tem Posto na Baixinha, Edílson de 16 anos tem paralisia infantil. Não tem ninguém na região que cuide da saúde, tem que levar para a cidade,

**REZADEIRA:** Idalina – Ubaíra.

**AGRICULTURA:** Trabalha a R\$ 3,00 por dia (homem) e R\$ 2,00 (mulher), plantam mandioca, bananeira, tem mais pastos do que rastro(boi), tem nascente que já secou, porque está desmatada, mata só na fazenda de Zé Peixoto. Plantam café para consumo, mandioca na lua nova para crescente, banana no crescente para cheia, café lua crescente, corta madeira no minguante (noite escura). Adubo químico pouca gente usa. Para formiga cemirex e formigão (formicida). Caça, tatu, teiú, cria cavalo, galinha, cachorro, gato, porco.

**CULTURA:** Dizem que a mata do pau ferro aparece uma mulher de branco.

**DIVERTIMENTOS:** Sai pelas casas dos vizinhos prosando, joga bola ou dorme, escuta a rádio de Santo Antonio (Recôncavo, Clube) OU RÁDIO Sociedade, de vez em quando fazem o “roubo” do café.

**A LENDA DO COCODIA:** grita lá, ro, lá, ro no mato quando caia na estrada ele estava perto da pessoa. Espingarda não matava, tinha que atirar no umbigo quando sentava, acuado pelo cabeludo, foi do tempo do pai dele, todo cabeludo, tinha os pés para trás. A noite é que ele caçava o povo só topava com ele à noite.

## ANEXO 16

### Quadro toponímico das regiões da cidade

## TOPONÍMIAS DAS LOCALIDADES RURAIS

### TRÊS LAGOAS

O nome da Comunidade se refere à existência de três lagoas, nas divisas de Raul, Dalvo, Silvino e Zula. Chamavam de Gramiá, porque o mato da região era ralo, a comunidade local rechaça o nome, pois a conotação do nome é pejorativa.

Antigamente, viviam da extração do pó de palha, diz respeito ao pó da palha do licuri que era procurada pelas fábricas de discos até a década de sessenta. A comunidade trabalha com destreza com a palha do licori para o fabrico de vassouras. No entanto, a comunidade já sente a falta da matéria prima motivada por dois fatores: atividade intensiva do extrativismo e derrubada da vegetação pelos fazendeiros que não poupam nem o licuri.

### RIACHO CERQUEIRA / SÃO BENTO

São Bento era uma fazenda de Marinho Muniz, uma grande fazenda de café nacional, onde não se produzia com veneno, relatam que os cafezais eram todos em sub-bosque.

O nome antigo era Riacho do Cerqueiro, mas as pessoas não acertavam chamar e se popularizou como “Chiqueiro”. No passado, tudo era coberto de plantio de café. Os arvoredos eram preservados para sombrear as plantações de café. Hoje a terra é bem dividida, mas temos ainda muitas pessoas que ganham dinheiro com a colheita do café. Muitos pais neste período tiram as crianças para ajudá-lo na colheita. A diária da mulher e menor que do homem, mas o ganho na colheita por caixa é melhor e aí tem a ajuda de crianças.

### RIACHÃO DA BICA / PAU FERRO II / REPARTIMENTO / VOLTA GRANDE

**Repartimento** – tivemos a referência da existência de um grande senhor de engenho Opecídio Rodrigues dos Santos, dono da Fazenda Volta Grande, tem este nome por que o Ribeirão faz uma volta grande e depois se encontra com o Riachão. A gleba foi fragmentada entres seus herdeiros o latifúndio daí o nome. Outra versão apresentada é que a região é fronteira entre três municípios: Amargosa, Ubaíra e Laje daí o nome.

As pessoas de meia idade recordam os mutirões (adjuntório) surpresa, ou seja, os vizinhos combinavam fazer algum serviço sem que o da roça soubesse. Soltavam fogos, de madrugada. Os donos providenciavam a comida. Toda colheita ou pila era feita de um dia só. Todos trabalhavam animados com chulas, cantigas de café e uma cachacinha.

A comunidade possui bastante água, porém necessidade de cuidados como o reflorestamento, Casa de Farinha Comunitária, complementação da energia elétrica, secador de cacau comunitário.

A **Lenda do Cocodia** - É uma espécie de fera, que se parece com um homem. Bem alto, mais de 3 metros, cabeludo, que comia pessoas. Saía pela noite escura, gritando lá rô, lá rô, lá rô. Lascava as presas nos dentes. Para matá-lo tinha que mirar no umbigo, quando tivesse sentado. Era temido por todos os moradores. Existia nas Matas do Pau Ferro.

### BAETINGA / COVA DA NEGA

**Baetinga** – Devido a um chefe indígena chamado João Baetinga, que foi preso e levado para Feria de Santana.

**Cova da Nega** – Segundo informam, o nome foi dado devido a uma negra velha que morreu e enterraram-na no local.

### CORRENTINA / CAMPO GRANDE

**Correntina:** devido ao riacho. Até 1960, tinha muita gente residindo na região, muitos trabalhavam na Fazenda Floresta, que era de Manso Cabral. Até esta época, a variedade plantada era do café comum, depois é que veio o catuí e o mundo novo.

### **CORRENTINA DE DENTRO / ITACHAMA / PASSAGEM DO LAJEDO**

**Correntina de Dentro** – antigamente se chamava Corrente, hoje Itachama. A origem do nome Corrente, Correntina ou Corrente de Dentro se deu por causa do Rio Corrente.

**Itachama** – Pedra de Fogo, mistura da Língua Portuguesa com a Língua Tupi. Alusão às serras da região que emitiam chamas. Nos tempos áureos, o cafeicultor forte era Eupídio Rocha, dono da Fazenda Serra do Rumo, hoje dos herdeiros de Jorge Sales. A maioria dos moradores de Itachama são diaristas ou empregados sazonais.

**Passagem do Lajedo** – era um campo de solta do gado. Este era ferrado, as criações miúdas eram cortadas as orelhas e soltos no campo. Este campo de solta envolvia vários municípios: Milages, laçu, Nova Itarana, Amargosa e Santa Terezinha e Itatim. Era um tempo de fartura e findou com a lei das cercas na década de sessenta. Neste período, todo o sistema de produção da caatinga foi modificado, os fazendeiros cercaram áreas imensas e muita gente foi expulsas das terras. Algumas famílias vivem do artesanato com o fabrico de peças de cerâmica e extração de mel de abelhas nativas e apis.

### **BAIXA DE AREIA / TAMANDUÁ / ESTIVA**

**Baixa de Areia** – local mais baixo há acúmulo de areia, devido às enxurradas.

**Tamanduá** – A mais de 70 anos, toda a região que era mata cedeu lugar às lavouras de café. Já na década de 60, o governo pagou para erradicar o café. Hoje, nas baixadas próximo ao Riacho Tamanduá, produz-se banana. Não se tem certeza quanto ao nome da localidade, talvez seja por causa da presença do animal.

**Estiva** – refere-se ao local que acumulavam as sacas de café, a localidade era roça de café. Até hoje existe um roldão na fazenda do Sr. Florisvaldo dos Santos.

### **OLHOS D'ÁGUA DA JAQUEIRA / RODA D'ÁGUA**

**Olhos D'Água da Jaqueira** – existem inúmeras nascentes de água doce na região, porém estão muito descampadas, não tem mata ciliar.

### **BAMBU, BARRA DA INVEJA E TIMBOZINHO**

**Bambu** – tinham muitos pés de bambu. Caco de Cuia – fazia coisas de barro, panelas, pratos, pote, Joana e Gertrude que faziam estes utensílios. Comum – tem um lugar dos índios, tinha casas achava panelões de ferro (grossos), cachimbos, referencia que já existiram índios na região. Timbó Grande – porque existia muito “cipó tempo”, o cipó que faz cesta, ainda alguns moradores fazem esse tipo de artesanato

**Barra da Inveja** – refere-se à barra do Rio Ribeirão que era tão bonita que desertava inveja.

**Timbozinho** – existia na região um cipó chamado Timbó, utilizado para fazer cestas. Ainda alguns moradores fazem esse tipo de artesanato.

### **RIBEIRÃO DO CUPIDO / MACACOS / GAMELEIRA**

**Ribeirão do Cupido** – era uma fera que existia, criado no mato, os boatos dizem que existe uma nova pedra onde morava o Cupido. Tinha muita mata, forma cortando capim, mandioca, antigamente só tinha trilha e tinha muito pico de jaca (cobra). A vida era muito sofrida, mais difícil do que hoje: os doentes eram carregados na cama até a Muritiba. Plantavam mandioca, café que foram arrancados na época de Castela Branco, o povo recebeu dinheiro para arrancar, criavam animais amarrados na corda, muito pouco.

**Ribeirão dos Caldeirões** – o nome se dá devido à quantidade de caldeirões existentes no rio.

**Macacos** – segundo o Sr. Rodrigues (68 anos) havia muitos macacos na região.

### **TAUÁ**

**Tauá** no dicionário tupi significa argila vermelha. Sr. José Souza Santos também se refere ao barro vermelho. O Tauá vai da ponte do Ribeiro até o alto do Nelito.

### **JUÇARA / PAU-FERRO I E II / POÇO REDONDO**

Antigamente tinha muita “Juçara” nas matas. “Palmeira Juçara” tinha muita mata e então foram fazendo “pastos”, plantando mandioca, banana, café, feijão, milho, cacau. Hoje a palmeira juçara está extinta no local, era fazenda os Peixoto. Tinha suçuarana, raposa.

Os fracos não têm terra, moram na fazenda de Zé Peixoto “deu de boca” esse terreno para eles. Produzem café catuaí e nacional, o 1º produz mais. Tem casa de farinha, no “Canta Galo”. Relatam a existência de cacos de barro, que prova que tinha caboclos na região, já viu os cacos grossos, mal-feitos, grosseiros e velho Adolfo Andrade tinha um caco.

#### **DIÓGENES SAMPAIO / POÇO DO URCO / LAGOA QUEIMADA / RIO VERDE**

Sempre conheceram a comunidade pelo nome de São Roque, depois foi mudado para Diógenes Sampaio. O primeiro nome é devido à tradição do santo padroeiro São Roque. O segundo nome é devido a uma homenagem ao sobrinho de Constantino, filho de Jacinto Almeida Sampaio, primo de Josué Mello, que era médico no Rio de Janeiro. Esta homenagem foi feita por Raul Paranhos em 1932. Na região produziam fumo, café sombreado com caju e bananeira, milho, feijão e amendoim. O comércio antigamente era bom, tinha feira dia de sexta-feira (outro cita dizendo que era domingo) e loja. Hoje os fazendeiros tomaram conta de tudo, só plantou pasto.

#### **LAGOA QUEIMADA / TABULEIRO DA LAGOA QUEIMADA / TIRIRICA**

**Lagoa Queimada** – tinha uma lagoa que secou e botaram fogo. Ficou mais de 02 meses queimando as cercas, daí veio o nome Lagoa Queimada.

#### **TABULEIRO DA LAGOA QUEIMADA / GENTIO**

**Gentio** – Porque era morada de índios (caboclos). Tinha um chefe dos caboclos que chamava de João Baitinga, daí denominou-se de Baitinga. Seu coito era no Gentio e na Baitinga. Os caboclos formavam seu bando e iam para Amargosa matar pombos.

Houve uma revolução de policiais com caboclos. Os policiais vinham de Amargosa para matar os índios, e prenderem João Baitinga. Os índios que não morreram foram presos. Os mortos foram enterrados dentro de uma mata, hoje chamada de Mata das Covas.

#### **GENTIO**

Porque era morada de índios (caboclos) tinha um chefe dos caboclos que chamava de João Baitinga, daí denominou-se a Baitinga. Seu coito era no Gentio e Baitinga. Os caboclos formavam seu bando e iam para Amargosa matar pombos. Houve uma revolução de policiais com caboclos, os policiais vinham de Amargosa e matavam os índios e João Baitinga, a polícia prendeu e os índios que não foram mortos se entregaram, os mortos eram enterrados dentro de uma mata hoje chamada **Mata das Covas**. Em 1923 estudava no São Roque em escola particular depois em escola municipal. O primeiro professor foi Isídio, depois professor Rufino dos Boneiros (Isídio Lagoa de São João) estudava o dia todo não tinha recreio. Vivía da lavoura que plantava, vai para a “Rua” de ônibus e carro com vizinhos, **NECESSITA DE ÁGUA E ENERGIA**. Antigamente a principal lavoura era o fumo, que hoje não produz mais, antigamente havia muita febre chamada de impaludismo ou cesão.

#### **BANCA / MATA DAS COVAS**

**Banca** – se refere ao leito da estrada que foi elevado formando a banca.

**Mata das Covas** – houve uma epidemia de febre amarela e os mortos foram enterrados na mata bruta. Outra versão diz que nesta mata enterravam os índios mortos em contendas com os colonos.

#### **LAGOA DE SÃO JOÃO / LAJEDO GRANDE**

O nome **Lajedo Grande** se dá devido ao Lajedo, com muitas orquídeas e bromélias. Há no local dois caldeirões que acumulam água das chuvas, chamado de duas irmãs.

#### **CONVENTO**

O nome se deve porque existiam na localidade três caboclas (moças velhas) Maria, Bela e Marciana, sobrinhas de Manoel José, procurado durante a guerra. Morreram duas e Bela foi morar com Júlio Pinheiro, levou para o Alto Seco. Aqui era mata virgem, chovia três vezes mais em relação aos dias atuais, as matas chamam as chuvas, porém, virou quase caatinga. Antes morria muita gente de epidemia, com a bexiga as pessoas doentes ficavam isoladas no mato na palha de banana, no lazareto, quase todas as famílias são parentes.

#### **ASSA PEIXE / CHAPADINHA / SETE VOLTAS**

**Assa Peixe:** os mascates (vendedores à época) faziam fogo próximo ao riacho, às vezes pescavam e preparavam o alimento de preferência os peixes assado, daí o nome Assa Peixe. Também se refere à planta existe no local.

**Sete Voltas:** dá várias voltas, daí o nome.

### **CAMBAÚBA**

O nome Cambaúba é por causa do nome da fazenda de Dr. Ivan. No passado este local era chamado Mal-me-quer, depois que o povo começou a chamar de Cambaúba. A Cambaúba era um local conhecido como chapada, depois foi crescendo até chegar aonde é hoje. Aqui sustentava Amargosa em farinha. Pode-se dizer que acabou as matas. Agora o tempo é bem melhor porque temos estradas, as casas são melhores. Antes se passava muita dificuldade, não tinha patrol, as estradas eram ruins, não tinha campo de futebol, não tinha escola, nem água, não tinha ônibus escolar nem o posto médico, antes as professoras ensinavam em casa na Boa Vista e Sete Voltas.

### **BEIRA DO RIO / CONVENTO / FETO**

**Feto:** nome devido às terras fracas e a quantidade de feto (samambaias) que existiam na região.

### **BARREIROS: I E II**

O nome **Barreiros** é devido à existência de olarias, bom barro para fabricação de tijolos e telhas.

Trabalha com pedra alguns moradores do local a exemplo de Pedro e Nenê.

### **CÓRREGO I / VÁRZEA / SERRA DO RIBEIRÃO / RIBEIRÃO DO CUPIDO**

**Córrego** – porque de um lado passa um rio e do outro um riacho. Tem lugares baixos e alto e estreito no meio. O Córrego I começa na estrada da várzea e vai até seu Antonio do Alto. E o Córrego II de seu Antonio do Alto até a ladeira antes do Tabuleiro. Local onde é comum o trabalho com os derivados de mandioca especialmente tapioca e beiju.

**Ribeirão do Cupido** era uma fera que existia, criado no mato. Os boatos dizem que existe uma nova pedra onde morava o cupido. Tinha muita mata, foram cortando capim, mandioca. Antigamente, só tinha trilha e tinha muito pico de jaca (cobra). Plantavam mandioca, café, que foram arrancados na época de Castelo Branco, o povo recebeu dinheiro para arrancar. Criavam animais amarrados na corda, muito pouco. A vida era muito sofrida, mais difícil do que hoje. Os doentes eram carregados na cama até a Muritiba.

### **CORTA-MÃO**

Os moradores contam diferentes versões para a origem do nome Corta-Mão: 1) Numa briga, um homem cortou a mão do outro; 2) Trabalhando no engenho, um homem perdeu a mão; 3) Uma moça que foi pescar e escorregou a mão na pedra e cortou; 4) Um homem que caiu e deixou a mão na linha do trem de ferro.

Uma grande fonte de informação é o Senhor Elesbão que mora no Riachão e dizem ser a pessoa mais velha da região com mais de 100 anos, ele afirma que ainda procura mulher. Antigamente tinha uma mata e hoje só tem pasto, o povo não acha mais terra para trabalhar, pois estão nas mãos dos fazendeiros. Antigamente tinha mais fartura.

### **ÁGUA BRANCA / PALMEIRA DE DENTRO**

**Palmeira de Dentro** – O nome se origina da abundância de indaiá na região, usado pelos pobres para cobrir as casas. Foram achados na localidade muitos objetos de índios que moraram nas matas da Palmeira: tibério, tigela de barro, existe um lugar que se chama Café do Caboclo devido à quantidade de peças indígenas que já acharam. A Palmeira de Dentro abrange a região do Riacho da Palmeira.

### **SERRA / CAVACO**

**Cavaco:** uns tropeiros que transportavam gado para Oscar Medrado ficaram descansando debaixo de um pé de caju (próximo à igreja) e deixavam muito cavaco, daí a origem do nome.

### **TABULEIRO DE CORTA-MÃO / BAIXA ALEGRE / PALMEIRA DE FORA**

**Palmeira de Fora** – O nome se origina da abundância de indaiá na região, usado pelos pobres para cobrir as casas. Foram achados na localidade muitos objetos de índios que moraram nas matas da Palmeira: tibérios (cachimbos), tigela de barro, existe um lugar que se chama Café do Caboclo devido à quantidade de peças

indígenas que já acharam. A Palmeira de Fora (os documentos antigos referem-se ao local com o nome Pintas, começa em Jorge Sales até a área da Escola). Foi região de muito café sombreado e fumo. Houve concentração da terra. Vocábulo novo cacaia (cacareco). Relatam também a existência do “Roubo” das roças.

#### **RIBEIRÃO DOS CALDEIRÕES / RIBEIRÃO DO CUPIDO / BAIXADA / RIACHO DO OURO / OITEIROS**

**Ribeirão dos Caldeirões** – Tem vários caldeirões no rio. Chovia muito, a estrada era de degraus, os animais iam pisando e cavando para passar. Nas casas nasciam mato e crescia limo no telhado. Havia muita mata, era muito café (cafezais), tudo debaixo das ingazeiras. Tinha também plantações de fumo. Eram malhadas que na colheita ocorria muito o “roubo das roças”.

#### **PILÕES**

**Pilões** – O nome da localidade está relacionado com o plantio do café, porque o beneficiamento era feito no “pilão”.

Fonte: PMA

## ANEXO 17

### Relatório detalhado de demandas sociais por comunidade



#### Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável

Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – Bahia

Fone: (75) 3634-1321 Fax: (75) 3634-1630

projetos@amargosa.ba.gov.br

### Exemplo de sistematização das reuniões de diagnósticos

#### PEGADAS – Zona Urbana

#### O Município – A

| O MUNICÍPIO QUE TEMOS (AGENTES COMUNITÁRIOS) |   |
|--|---|
|  | Um povo lutador, praças bonitas, clima agradável, potencial de produção, hospital desestruturado, mão-de-obra desqualificada, violência policial, violência contra mulher, profissionais desqualificados, viatura sem gasolina, índice elevado de homossexualismo, borde, aumento de drogas, da prostituição infantil, alcoolismo.  |
|  | Desemprego, educação de má qualidade, prostituição, instalação inadequada das escolas e postos de saúde, ausência de lazer, jovens em situação de risco, agricultores com perda de produtividade nas terras, drogas e alcoolismo, desvalorização da cultura local, acessibilidade estrita o sistema de saúde, alto índice de esquistossomose, CA de colo de útero, transtorno mental, contaminação da água, ausência de um aterro sanitário / lixão, ruas sem calçamento e sem iluminação, ruas arborizadas, praças e jardins, trabalhos artesanais, São João, festas religiosas, artistas locais não reconhecidos, cidade aconchegantes, provo acolhedor, riqueza cultura desvalorizada, ausência de um centro cultural, fontes de renda não potencializadas, fábrica de calçados, paisagens naturais bonitas. |
| O MUNICÍPIO QUE QUEREMOS                     |   |
|  | Orçamento participativo, boa educação, currículo escolar contextualizado, geração de emprego e renda, lazer, assistência à saúde para todos, alimentação saudável, acompanhamento e execução dos planos municipal de saúde, segurança, transporte para comunidade, instalação da universidade pública, conservação do meio ambiente, calçamento das ruas, iluminação das  |



|  |  |
|--|--|
|  | ruas, arborização das ruas, centre de convivência, valorização da cultura local, beneficiamento dos produtos locais, reorganização da feira-livre, sede regional estruturadas, manutenção e novos traçados das estradas vicinais, saneamento básico, cobertura nas paradas de ônibus, centro de apoio à mulher, elaboração de projetos específicos para jovens e mulheres.   |
|  | Saúde de qualidade, hospital equipado, ensino superior e público, geração de emprego e renda, segurança pública, viaturas e policiais competentes, saneamento básico, esporte e lazer, tratamento odontológico, aparelho de raio x, espaço de lazer para os idosos, tratamento para dependentes químicos, biblioteca pública equipada, luz no campo, tratamento de água na zona rural e água onde não tem, reativação dos programas de saúde, criação do conselho tutelar e reativação dos conselhos existentes. |

### São Roque (12/07/2005) – A

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| <b>A COMUNIDADE QUE TEMOS</b>    |   |
| Homens                           | Escola, lavanderia, igreja jardim, ruas calçadas e limpas (precisa retirada de lixo), iluminação, telefone público, Fonte do Buraquinho poluída, loteamento irregular.  |
| Mulheres                         | Igreja, esgoto a céu aberto, praça desestruturada a Rua Paraíso, Escola Municipal Rosalina Bittencourt, Lavanderia, calçamento destruídos, casas noturnas.  |
| <b>A COMUNIDADE QUE QUEREMOS</b> |   |
| Homens                           | Seguir o código de obras (loteamento padrão), saneamento básico, quadra poliesportiva, água encanada no Loteamento Reis, iluminação (reposição de lâmpadas), recuperação do jardim, Posto de Saúde da Família, reforma da lavanderia, ampliação do anexo Prof. Rosalina Bittencourt, esgoto na avenida ACM.   |
| Mulheres                         | Saneamento básico, creche, PSF, telefone público, quebra-molas, iluminação no Loteamento João do Forum (refletores), recuperação do asfalto na Rua 15 de Novembro e Rua dos Artistas, asfalto na Av. ACM, calçamento do Loteamento João do Forum, programas de geração de empregos, mais vigilância policial nos bairros, ampliação da escola do bairro com sistema informatizado para todos, área de lazer para crianças e adultos, uma escola de artes para todas as idades (costura, bordado, desenho, crochê, bonecas, pinturas em telas, etc.), reforma e ampliação da lavanderia. |

### Rodão, Rua Nova / Rua 15 de Novembro (13/07/2005) – A

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| <b>A COMUNIDADE QUE TEMOS</b> |  |
| Homens                        | Esgoto a céu aberto, rua sem iluminação, desnível da rua do final enfrente a casa de Salinha, boa limpeza no início do rodão, mas precisa melhor no final, Esmeraldo Vaz Galvão sem rede de esgoto na principal, orelhão |

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| Mulheres                         | Rodoviária, escola praça, igreja,  |
| <b>A COMUNIDADE QUE QUEREMOS</b> |  |
| Homens                           | Creche, sala pré-escolar, calçamento, rede de esgoto, área de lazer, quadra de esporte, campo, PSF, arborização, iluminação, telefones públicos, policiamento, avenida que liga Rodão a Catiara, praça no final do Rodão |
| Mulheres                         | Ajuda para os jovens dependentes químicos, associação  |

### **Catiara (14/07/2005) – A**

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| <b>A COMUNIDADE QUE TEMOS</b>    |  |
| Mulheres                         | Escolas, ginásio de esportes, campo de futebol, igrejas, pessoas educadas, I Unidade de Saúde (superlotada), vereadores, ruas sem saneamento, asfalto destruído, falta lazer (apesar de ter um ginásio), transportes e muitos animais na rua.  |
| Jovens                           | Igrejas, escolas (3), PSF, Estradas esburacadas, ruas escuras, violência (envolvendo drogas), crianças fora da escola, falta rede em algumas área e melhorias da Gerson, alta taxa de analfabetismo.   |
| <b>A COMUNIDADE QUE QUEREMOS</b> |  |
| Mulheres                         | Saneamento básico, restaurante popular, quebra-mola, cursos profissionalizantes, iluminação pública de qualidade, mudança nas casa da Rua Gerson Oliveira, emprego e renda, mais uma Unidade de Saúde da Família com médico todos os dias, retirada da fossa séptica, encostamento para pedestre, vigilância sanitária atuante no bairro, lazer para criança de rua, creche, conservação das nossas nascentes, muro de contenção nas encostas, policiamento (segurança, com policiais competentes e profissionais), igualdade (“combate à discriminação na Catiara), Centro de Convivência para idoso. |
| Jovens                           | Grupo da Catiara, área de lazer, campo de futebol, precisamos de EGA, com saneamento básico, sem violência, programas de esportes, pracinha, melhoria habitacional, posto policial, creche pública, recuperação da estrada com acostamento, ruas iluminadas.   |

### **São José (15/07/2005) – R**

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| <b>A COMUNIDADE QUE TEMOS</b> |   |
| Homens                        | Escolas públicas deficientes, hospital mal equipado, estradas mal consertadas, esgoto a céu aberto, pouca segurança, mercado mal organizado.  |
| Mulheres                      | Uma cidade muito carente de: escolas com professores capacitados, educação, saúde, lazer, justiça, empregos, saneamento básico, iluminação, médico nos postos de saúde, medico para visitas domiciliares, transparência nas contas da prefeitura, casa populares. Enfrentamos dificuldades para marcar fichas e sermos atendidos. |

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| Jovens                           | Meninos de rua, orelhões quebrados, iluminação muito fraca, não temos pracinha para brincarmos, temos escola, igreja, mercados, vendinhas, lojas, oficinas, bar, delegacia e casas. Temos escolas boas, mas faltam as merendas escolares.   |
| <b>A COMUNIDADE QUE QUEREMOS</b> |   |
| Homens                           | Uma boa saúde, educação de boa qualidade, cursos de especialização profissional, melhoria na iluminação pública, indústria, PSF (São José), rede de esgoto, geração de empregos, segurança pública, melhoria no transporte escolar, um cemitério, sede comunitária, mais área de lazer.   |
| Mulheres                         | PSF, iluminação, orelhão, pracinha no Loteamento Bandeirantes, Saneamento básico, melhor policiamento para a cidade, fábricas, acabar com a invasão no campinho da Urbis I, oficina para os jovens, cursinho pré-vestibular gratuito, professor especializado para deficientes, cursos profissionalizantes, clínica especializada para mulheres, atenção aos moradores de rua, esporte para os jovens e crianças, exames de média complexidade, posto policial, policiamento nas ruas, creche nos bairros, delegacia das mulheres, universidade pública, segurança nas escolas, oportunidade de trabalho para os jovens, Estatuto da Criança e do Adolescente funcionando, festa, cinema, teatro, parque recreativo, rede de esgoto para Av. Abelardo Veloso. |
| Jovens                           | Paz, melhores escolas (organizadas e com merenda), orelhões prestando, jardim, uma pracinha para a gente brincar, um clube, abrigar os meninos de rua, calçamento das ruas, iluminação, policiais nas ruas, mais garis, mais higiene, um posto de saúde no bairro São José.   |

Fonte: PMA

## ANEXO 18

Cronograma de reuniões de diagnóstico – Pegadas 2009



**Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável**  
Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – Bahia.

Fone: (75) 3634-3977

### Cronograma de Reuniões do PEGADAS - 2º Passo

| Data  | Localidades   | Agentes ou Líderes comunitários           | Local de reunião                                       | Equipes |
|-------|---|---|--|---------|
| 01/04 | Gentio e parte da lagoa do São João                                       | Lili                                      | Igreja Santo Antônio                                   | ABC     |
| 02/04 | Três Lagoas   | José Edson                                | Escola   | ABC     |
| 06/04 | Lagoa Queimada/Tiririca   | Maria Rita, Lucineide                     | Casa de Jajau  | B       |
| 07/04 | Diógenes Sampaio/Poço do Urco/Rio Verde                                   | Marli                                     | Escola Edivaldo Boa Ventura - Associação Visconde Mauá | B       |
| 08/04 | Riacho da Bainha/Comum/Bambu/ Barra da inveja                             | Antônio Antonio Santana                   | Casa de farinha ou Casa de Antônio                     | C       |
| 08/04 | Itachama/Corrente de dentro   | Ana Souza                                 | Escola João Leal Sales                                 | A       |
| 13/04 | Tabuleiro da Lagoa Queimada/Parte do Gentio                               | Maria Rita / Lili / Lucineide             | Escola Artur Passos                                    | B       |
| 14/04 | Tabuleiro dos Coelhoos  | Lucineide                                 |  | B       |
| 15/04 | Fazenda Timbó/ Baixa Alegre/ Barragem/Farinha Molhada/Lagoa               | Ivo, Nilda (Diretora), Profa. Fátima      | Escola Elmano Castro                                   | C       |
| 15/04 | Tamanduá/Estiva   | Ionice                                    | Escola ou Casa de Morador                              | A       |
| 16/04 | Lajedo Grande/Lagoa de São João/ Trapiá                                   | Neuza                                     | Bar de Jaime (a confirmar)                             | A       |
| 16/04 | Barata azul /Funil/ Jacubinha/Vai quem quer                               | Ivo                                       | Casa de Dona Marina                                    | C       |
| 20/04 | Passagem do Lajedo  | Ana Souza                                 | Prédio Escolar Maria Constância                        | B       |
| 22/04 | Mata das Covas  | Luzia/ Zé Edson/ Lili                     | Igreja Batista   | B       |
| 22/04 | São Bento/Riacho Cerqueira  | Sr. Antonio / Cremilda                    | Escola do São Bento                                    | C       |
| 22/04 | Cambaúba I e II   | Antônia e Elieide                         | Escola Francisco Juventino de Souza                    | A       |
| 23/04 | Barra do Julião/Julião/Serra da Baratinha/Roda água/Tabuleiro de Itachama | Ana Souza/ Ivani/ Valdeci                 | Prédio da Barra do Julião                              | A       |
| 23/04 | Correntina  | Cremilda                                  | Escola Edite   | C       |
| 27/04 | Alto Seco/Assa Peixe/Terra Caída  | Cleonice, Maria do Carmo e Sueli/ Adriana | Posto de Saúde   | B       |

|          |   |  |   |   |
|----------|---|--|---|---|
| 28/04    | Assa Peixe/Chapadinha/Sete Volta/ parte da Cambaúba                                       | Maria do Carmo e Sueli/ Zélia                      | Escola Marechal Castelo Branco (trans.Chapadinha e Cambaúba da área de Zélia) | B |
| 29/04    | Julião  | Ivani  | Escola Irmã Dulce   | A |
| 29/04    | Barreiro I e II   | Ana Maria  | Escola Geraldo Souza  | C |
| 30/04    | Repartimento/Parte do Riachão da Bica   | Nilzete  | Igreja  | C |
| 30/04    | Água Sumida/Córrego II  | Elieide/ Dilma                                     | Escola Iraci Silva  | A |
| 04/05    | Beira do Rio/Covento/Feto/ Quebra-dente   | Adriana  | Bar de Cleuza - Nilson  | B |
| 05/05    | Parte da Baixada/Tauá   | Fátima e Neuma                                     | Escola do Tauá  | B |
| 06/05    | Serra do Chico Félix  | Valdeci  | Casa de China   | C |
| 06/05    | Córrego I/Serra do Ribeirão/Várzea  | Dilma e Raimunda/ Berivalda e Neuma                | Escola Josafá Marinho   | A |
| 07/05    | Parte da Serra do Chico Félix   | Valdeci e Ana Souza                                | Casa de Valdeci (Ceci)  | C |
| 07/05    | Baixa de Areia  | Ilza   | A confirmar   | A |
| 11/05    | Jussara/Pau Ferro I/Poço Redondo  | Maria José/ Nilzete                                | Escola Agnelo Souza Andrade   | B |
| 12/05    | Pau Ferro II/Barragem/ Riachão da Bica  | Maria José   | Igreja Batista  | B |
| 13/05    | Parte da Baixa Alegre/Tabuleiro do Córrego/Palmeira de Fora/Tabuleiro Grande              | Romilda e Jorgina/ Cleonice                        | Escola José Medrado (transporte p/ tabuleiro do Córrego)                      | C |
| 13/05    | Ribeirão dos Caldeirões e parte do Ribeirão do Cupido                                     | Neuma e Berivalda                                  | Escola João Paulo II  | A |
| 14/05    | Acaju/Barra de Acaju/Caixa D'água/Caretas   | Cleuza e Josinéia                                  | Escola Leobino Pimentel (providenciar transporte p/ caixa d'água)             | A |
| 14/05    | Cova da Nega/ Patioba   | Josinéia   |   | C |
| 18/05    | Corta Mão/Parte da Baixa Alegre/ Andaiá e Tamanduá/Roda D'água/ Parte do Tabuleiro Grande | Ivan e Eliete/ Cleonice/ D. Zilda/ Angela/ D. Elza | Salão Comunitário   | B |
| 19/05    | Palmeira  | Manuela/ D. Creusa                                 | Prof. Rosalino José dos Santos  | B |
| 20/05    | Olhos D'água da Jaqueira  | Valdeci e Ana Souza                                | Prédio Escolar  | C |
| 20/05    | Ribeirão do Cupido/ Aticum  | Berivalda  | Escola Maria Neuza  | A |
| 21/05    | Belo Horizonte/Boa Sorte/Pilões   | Ana Maria  | Escola  | C |
| 21/05    | Água Branca   | Manuel   | Escola Eusébio Veloso   | A |
| 25/05    | Baitinga/   | Josinéia   |   | B |
| 27/05    | Timbozinho/Timbó Grande /Caco de cuia/Santa Rita  | Ivo  | Escola Tiradentes   | C |
| 27/05    | Serra do Cavaco/Conguta   | Ionice   | Igreja  | A |
| Equipe A | Raul/ Jailson/ Erasto/ Andréia  |  |   |   |
| Equipe B | Adriano/ Luiz/ Lucia/ Pedro Bala/ Rogéria   |  |   |   |
| Equipe C | Faleta/ Carla/ Wagner/ Flávia   |  |   |   |

**ANEXO 19**

Equipe do Pegadas responsável pelas reuniões de diagnóstico durante o Pegadas –  
2º passo



**Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma  
Amargosa Sustentável**

Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – Bahia.

Fone: (75) 3634-3977

|           |                                  |
|-----------|----------------------------------|
| Equipe A: | Raul/ Jailson/ Erasto/ Andréia   |
| Equipe B: | Adriano/ Luiz/ Lucia/ Pedro Bala |
| Equipe C: | Fabeta/ Carla/ Wagner/ Flávia    |

Fonte: PMA

## ANEXO 20

### Jingle do Pegadas 2009-2012

**Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável**

Praça Lourival Monte, S/N – Amargosa – Bahia.

Fone: (75) 3634-3977



### JINGLE DO PEGADAS

“Fala, diga que você “tá” aí.

Junto vamos decidir.

Queremos falar com você.

Para fazer a cidade crescer.

Diga o que você quer, diga o que você sente,

O que falta na comunidade, o que falta para sua gente, para melhor poder viver.

Se o futuro é seu, você pode decidir.

Participe do Pegadas que o prefeito quer lhe ouvir.”

(Valmir Caldas e Duda)

Fonte: PMA

## **ANEXO 21**

Roteiro de reuniões de diagnóstico de 2009

### **LABORATÓRIO COM A EQUIPE DE CAMPO**

**Secretarias Envolvidas:**

#### **PROGRAMAÇÃO**

- A “varrição” da comunidade
- Aplicação do Roteiro
- Reunião em horário combinado com a comunidade:
- Apresentação
- Divisão em subgrupos (mulheres, homens e jovens):
- O Município que temos / o que alcançamos em relação a 2005
- O Município que queremos até 2012
- Apresentação de um grupo para o outro
- Opiniões
- Aplicação do Diagrama de Venn

Fonte: PMA

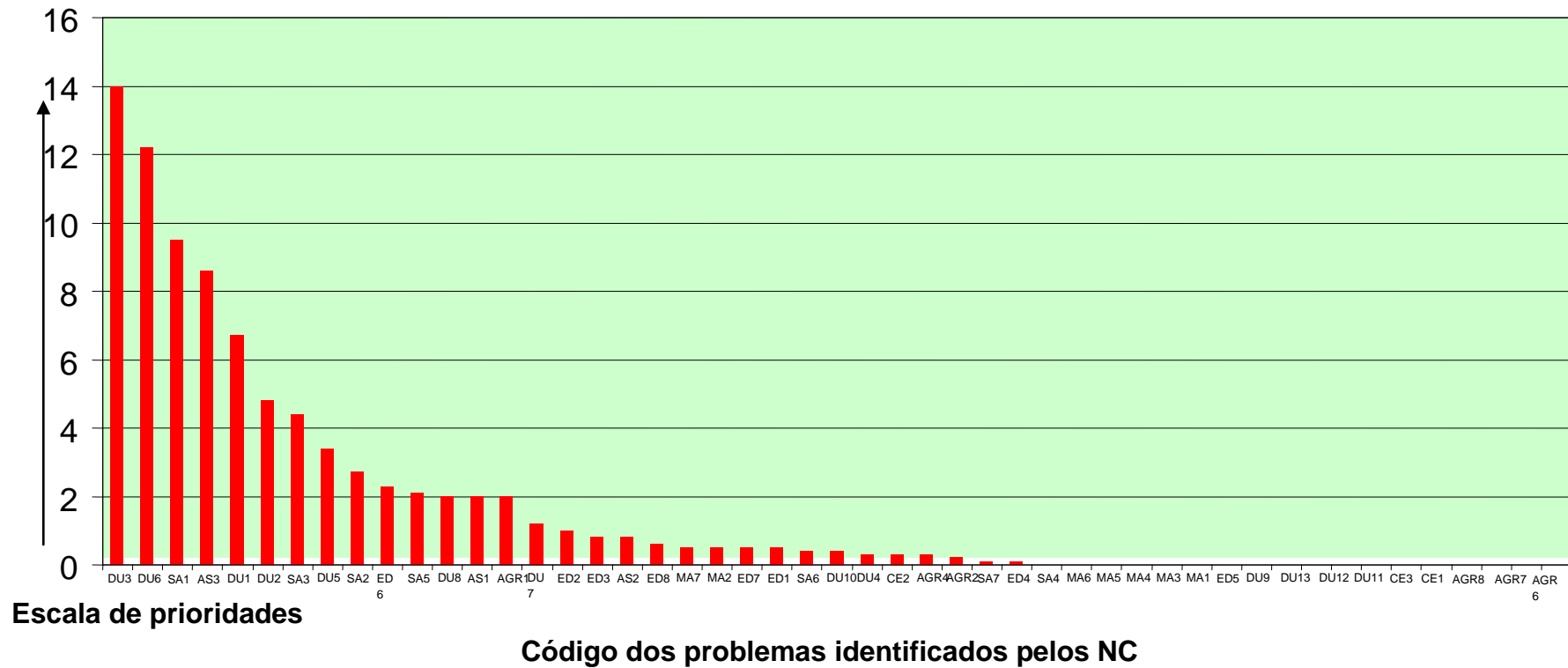


## ANEXO 22

## Análise de demandas do Pegadas 2009

**TABELA 5.3:** Problemas identificados no DRP agrupados por setor da administração pública municipal de Amargosa – BA, e número de núcleos comunitários rurais, urbanos e total que identificaram o respectivo problema.

| SETOR   | PROBLEMA   | Código | RURALS | URBANOS | TOTAL |
|---|--|--------|--------|---------|-------|
| <b>Agricultura</b>                                    | Falta de estruturas de beneficiamento de produtos agrícolas                            | AGR1   | 23     | 0       | 23    |
|   | Descontinuidade das ações de ATER  | AGR2   | 13     | 0       | 13    |
|   | Programas de apoio à agricultura familiar não atendem à demanda do município           | AGR3   | 8      | 0       | 8     |
|   | Falta de acesso à terra pelos agricultores familiares                                  | AGR4   | 9      | 0       | 9     |
|   | Dificuldade de acesso ao crédito   | AGR5   | 3      | 0       | 3     |
|   | Falta de organização social no meio rural  | AGR6   | 3      | 0       | 3     |
|   | Agricultores familiares em situação de insegurança alimentar                           | AGR7   | 1      | 0       | 1     |
|   | Quantidade de água insuficiente para atender a demanda para produção agrícola          | AGR8   | 1      | 0       | 1     |
| <b>Assistência Social, Trabalho e Habitação</b>       | Dificuldade de emprego e renda   | AS1    | 28     | 6       | 34    |
|   | Vulnerabilidade e risco social   | AS2    | 7      | 7       | 14    |
|   | Habitações precárias na zona urbana e rural  | AS3    | 35     | 5       | 40    |
| <b>Cultura e Esporte</b>                              | Falta de atividades de lazer   | CE1    | 9      | 2       | 11    |
|   | Falta de espaços apropriados para lazer e práticas esportivas                          | CE2    | 32     | 8       | 40    |
|   | Falta de apoio a grupos e manifestações culturais                                      | CE3    | 1      | 0       | 1     |
| <b>Desenvolvimento Urbano e Infra-estrutura Rural</b> | Falta de segurança e infra-estrutura das estradas vicinais                             | DU1    | 35     | 1       | 36    |
|   | Condições inadequadas de saneamento e gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes    | DU2    | 12     | 10      | 22    |
|   | Consumo de água de má qualidade pela população da zona rural                           | DU3    | 37     | 0       | 37    |
|   | Paisagismo sem manutenção adequada   | DU4    | 6      | 5       | 11    |
|   | Falta de ordenação e pavimentação dos espaços urbanos                                  | DU5    | 6      | 10      | 16    |
|   | Falta de energia elétrica e iluminação pública   | DU6    | 37     | 10      | 47    |
|   | Dificuldade de acesso a meios de comunicação   | DU7    | 26     | 6       | 32    |
|   | Falta de atenção à segurança pública   | DU8    | 4      | 9       | 13    |
|   | Falta de apoio público a obras comunitárias  | DU9    | 9      | 1       | 10    |
|   | Poucos incentivos para instalações de fábricas   | DU10   | 0      | 2       | 2     |
|   | Dificuldade de aproximação do poder público com a comunidade                           | DU11   | 1      | 0       | 1     |
|   | Comunidade não aceita novo nome  | DU12   | 1      | 0       | 1     |
|   | Ônibus estacionados nas ruas em frente as residências                                  | DU13   | 1      | 0       | 1     |
| <b>Educação Meio Ambiente; e Saúde</b>                | Baixo índice de escolaridade dos jovens e adultos                                      | ED1    | 6      | 2       | 8     |
|   | Atendimento insuficiente à demanda por Educação Infantil                               | ED2    | 10     | 5       | 15    |
|   | Falta de segurança e infra-estrutura das Escolas                                       | ED3    | 22     | 2       | 24    |
|   | Carência de programas pedagógicos específicos para as diferentes modalidades de ensino | ED4    | 9      | 2       | 11    |
|   | Insuficiência nas ações de assistência ao educando                                     | ED5    | 3      | 0       | 3     |
|   | Déficit de vagas e qualidade no transporte escolar                                     | ED6    | 24     | 3       | 27    |
|   | Atendimento insuficiente no Programa de Inclusão Digital                               | ED7    | 8      | 2       | 10    |
|   | Insuficiência de Programas de Educação Profissionalizante                              | ED8    | 4      | 2       | 6     |
| <b>Meio Ambiente</b>                                  | Dificuldade de acesso a lenha  | MA1    | 2      | 0       | 2     |
|   | Rios, nascentes e cursos d'água assoreados, degradados e contaminados                  | MA2    | 8      | 0       | 8     |
|   | Poluição ambiental por resíduos sólidos  | MA3    | 1      | 0       | 1     |
|   | Alto índice de poluição sonora   | MA4    | 0      | 1       | 1     |
|   | Falta de água devido ao desperdício  | MA5    | 1      | 0       | 1     |
|   | Falta de fiscalização ambiental  | MA6    | 2      | 0       | 2     |
|   | Conflito entre a geração de renda e preservação ambiental                              | MA7    | 1      | 0       | 1     |
| <b>Saúde</b>  | Atendimento médico e odontológico não atende a demanda da população                    | SA1    | 31     | 7       | 38    |
|   | Estrutura das USF não comportam a demanda de serviços                                  | SA2    | 5      | 6       | 11    |
|   | Demora para marcação e realização de exames laboratoriais e especializados             | SA3    | 24     | 8       | 32    |
|   | Deficiência na assistência farmacêutica  | SA4    | 0      | 5       | 5     |
|   | Déficit de pessoal, material e qualidade no atendimento ao público                     | SA5    | 22     | 5       | 27    |
|   | Animais soltos nas ruas e infestação por insetos e aracnídeos                          | SA6    | 3      | 8       | 11    |
|   | Elevado índice de dependes químico   | SA7    | 0      | 2       | 2     |



**FIGURA 5.3** – Problemas em ordem de prioridade estabelecida pelos núcleos comunitários (NC) de Amargosa-BA, durante o DRP do PEGADSA 2º Passo (abril a agosto de 2009)

## ANEXO 23

### REGIMENTO CONFIAR

#### CAPÍTULO I

##### DOS OBJETIVOS, LOCAL E TEMÁRIO

Art. 1º – A Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR, convocada pelo Prefeito Municipal de Amargosa, em conformidade com o Decreto Municipal nº. 82, constitui-se a instância máxima deliberativa do Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável – PEGADAS.

Art. 2º – A Conferência Integrada de Amargosa realizar-se-á em Amargosa - BA, nas datas de 01 e 02 de outubro de 2005, no Colégio Estadual Pedro Calmon, situado na Praça Bandeira, s/n, Centro.

Art. 3º – A Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR terá como tema geral: “Amargosa: Somente a Participação Cidadã é Capaz de Mudar o Município”, constando de painéis e sub-painéis, estes se constituirão num espaço de discussão de propostas a serem submetidas à Plenária Final. Os painéis terão como temários:

Agricultura: Abordagem Agroecológica na Agricultura Familiar (Produção Agrícola X Conservação Ambiental);

Saúde: O SUS e o Controle Social;

Ação Social: Assistência X Assistencialismo;

Educação: Gestão Democrática da Educação;

Meio Ambiente: Legislação e Conservação Ambiental;

Administração e Finanças: Orçamento Público e Participativo;

Segurança Pública: Amargosa e a Segurança dos Cidadãos

#### CAPÍTULO II

##### DOS MEMBROS DA CONFERÊNCIA

Art. 4º – São membros da CONFIAR:

Delegados credenciados com direito a voz e voto;

Convidados com direito a voz;

Observadores previamente credenciados.

Parágrafo Único – São convidados para participar da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR autoridades, profissionais da área, representantes de entidades e organizações sociais.

Art. 5º – São delegados:

Delegados natos compostos pelos membros titulares e suplentes dos Conselhos Municipais, vereadores da Câmara Municipal de Amargosa, prefeito e secretários municipais.

Funcionários Municipais, eleitos em reuniões setoriais, para cada contingente de 50 terá direito a um representante;

Sindicalistas, sendo quatro por sindicato;

Membros de Associações de diversos setores rural e urbana;

Representantes eleitos nas reuniões do PEGADAS na Zona Rural e Urbana.

#### CAPÍTULO III

##### DINÂMICA E METODOLOGIA DA CONFERÊNCIA

Art. 6º – A Conferência Integrada de Amargosa será constituída de uma conferência magna do município de Amargosa, exposições e debates através de painéis e sub-painéis temáticos e Plenária Final.

Art. 7º – Os sub-temas da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR serão apresentados por conferencistas, conforme a programação divulgada e dos sub-painéis serão retiradas propostas sistematizadas a serem submetidas à Plenária Final.

## SEÇÃO I - DOS TRABALHOS EM GRUPO

Art. 8º – Os painéis e sub-painéis temáticos serão constituídos por delegados e convidados previamente distribuídos pela comissão organizadora da CONFIAR.

§ 1º - Cada painel e sub-painel contará com um coordenador e um relator indicados pela equipe organizadora;

§ 2º - O coordenador terá as seguintes atribuições:

Abrir e orientar a discussão dos painéis e sub-painéis temáticos;

Esclarecer dúvidas;

Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos os participantes;

Cronometrar o tempo de intervenção de cada participante.

Co-responsabilizar com o relator de encaminhar a equipe sistematizadora, até às 20 horas, as propostas advindas dos sub-painéis setoriais.

§ 3º - Os relatores terão as seguintes atribuições:

Registrar as conclusões do grupo em instrumento próprio – Ficha de Relatoria – fornecido pela comissão organizadora da CONFIAR e encaminhá-la ao relator, a ser apresentada na Plenária Final;

Encaminhar à comissão de relatoria as conclusões do grupo, após o término dos trabalhos;

Apoiar a Relatoria Geral na sistematização das propostas;

Cada participante do grupo contará com o tempo de 03 minutos para sua intervenção;

As propostas deverão ser encaminhadas por escrito, mesmo que apresentadas verbalmente.

Art. 9º – Somente as propostas que tiverem sido aprovadas por 30% dos delegados presentes por ocasião da votação farão parte do relatório de cada grupo.

§ 1º - O relatório de cada grupo deverá conter o número de votos obtidos por cada proposta, nome do coordenador e dos relatores e o tema discutido.

§ 2º - Será anexado ao relatório de cada grupo a listagem de presença assinada pelos delegados participantes do grupo.

## SEÇÃO II - DA RELATORIA GERAL

Art. 10 – A Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR contará com uma equipe de relatores, composto pelos secretários municipais, a qual incumbe a sistematização das propostas, para deliberação da plenária final, conforme dispões o regulamento.

§ 1º - Compete a Relatoria Geral a elaboração do Relatório Final, aprovado pela plenária da Conferência Integrada de Amargosa;

§ 2º - Para realização da sua tarefa, a Relatoria Geral contará com o apoio dos relatores dos grupos temáticos.

## SEÇÃO III - DAS PLENÁRIAS

Art. 11 – A mesa coordenadora dos painéis será composta por um coordenador, um secretário e um relator, definidos pela comissão organizadora da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR.

Art. 12 – O processo de apreciação e aprovação das propostas dar-se-á da seguinte forma:

O relator de cada grupo procederá a leitura das propostas oriundas das reuniões do PEGADAS e elaboradas nos sub-painéis, quando necessário apontar os destaques da Relatoria sobre matérias divergentes;

Durante a leitura das propostas, os delegados poderão apresentar destaque por escrito ou oral;

O documento final será votado globalmente, ressalvados os destaques;

Após a leitura e votação global passar-se-á a discussão e apreciação dos destaques;

Apresentado o destaque, a mesa abrirá a discussão para manifestações favoráveis e contrárias, em igual número de até duas defesas e com tempo máximo de 3 (três) minutos para cada manifestação;

O número de manifestações favoráveis ou contrárias aos destaques poderá ser elevado em até mais um, caso a Plenária não esteja suficientemente esclarecida;

Encerradas as manifestações, segundo estabelecido no item anterior, procede-se a votação; Iniciado o processo de votação não serão permitidas questões de ordem, de esclarecimento ou de encaminhamento.

§ 1º - A aprovação das propostas será por voto de maioria simples dos delegados presentes.

§ 2º - As votações serão feitas através do uso do crachá de delegado fornecido pela Comissão Organizadora da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR.

§ 3º - A votação será definida por contraste e, em caso de dúvida, por contagem dos cartões de votação, sendo aprovada por maioria simples.

§ 4º - Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a um voto.

#### SEÇÃO V - DAS MOÇÕES

Art. 15 – Durante a Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR poderão ser apresentadas moções, as quais deverão ser elaboradas em formulário próprio e entregues à Secretaria da CONFIAR até o final da apresentação dos trabalhos nos sub-painéis, de maneira a permitir o processo de apreciação e aprovação da Plenária.

§1º - Somente farão parte do documento final as moções subscritas por no mínimo 30% dos delegados credenciados pela Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR.

§ 2º - As moções serão submetidas à votação da Plenária e as aprovadas, por maioria simples, serão anexadas ao Relatório Final da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 – O presente Regimento será lido, discutido e entrará em vigor após a sua aprovação na sessão plenária de instalação da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR.

Art. 17 – Esta conferência poderá indicar delegados para participação em eventos vindouros (regionais, estaduais ou nacionais) do corrente ano.

Art. 18 – Os casos omissos, não previstos neste Regimento, serão resolvidos pela Plenária da Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR.

Fonte: PMA

## ANEXO 24

### Resumo Sintético da Confiar 2005

#### Relatório Sintético

#### CONFIAR 2005

A Conferência Integrada de Amargosa – CONFIAR foi realizada durante os dias 01 e 02 de outubro de 2005, no Colégio Pedro Calmon, Amargosa – BA. Participaram do evento 194 delegados, 10 convidados e 148 observadores. Os delegados de base foram escolhidos durante as reuniões do Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável – PEGADAS. As organizações civis – Sindicatos e Associações indicaram dois delegados por entidade. O poder local indicou na condição de delegado nato os secretários municipais. No segmento funcionário público, para cada grupo de 50, havia reuniões setoriais para escolhas dos delegados representado o setor. Os conselheiros municipais foram delegados natos, tanto efetivos quanto suplentes.

No 1º dia, a Conferência foi aberta solenemente com apresentação do Coral da AABB Comunidade. Em seguida, foi apresentado um vídeo situando Amargosa – 09 meses de governo em contraposição à situação encontrada ao assumir a gestão municipal.

O prefeito, Valmir Almeida Sampaio, fez a abertura esclarecendo aos presentes sobre o esforço de se empreender uma gestão participativa, em que os cidadãos de Amargosa influam definitivamente nos destinos do município com participação consultiva e deliberativa. É a forma democrática de gerar políticas públicas municipais sustentáveis com efetiva participação popular.

#### Ação Social – Assistência x Assistencialismo

O painel teve como objetivo esclarecer aos conferencistas a diferença das práticas de assistência social das ações meramente assistencialistas. O painalista fez um apanhado geral do percurso da assistência social no Brasil ao longo do tempo e situou-a de acordo a legislação vigente como política pública de seguridade social, dever do estado e direito dos cidadãos que dela necessitam.

O palestrante fez uma crítica, também com base na legislação, sobre as práticas assistencialistas desenvolvidas por prefeituras que, ao invés de visarem a promoção do ser humano, concede benefícios como favor e não como direito, tornando o cidadão refém e cobrando dele voto em troca de serviços.

O palestrante abordou ainda os direitos sociais preconizados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Assistência Social, destacando os processos de discussão que resultaram na atual Política Nacional de Assistência Social/PNAS e no Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

Por fim, foi enfatizado o papel dos Conselhos de Assistência Social como órgãos de deliberação e fiscalização das políticas sociais e, principalmente de controle social.

#### Administração e Finanças: Orçamento Público e Participativo

#### Agricultura: Abordagem Agroecológica na Agricultura Familiar (Produção Agrícola x Meio Ambiente)

À agropecuária deve ser dado um destaque principalmente por ser a atividade junto com o comércio de maior empregabilidade da população do município. Este painel teve como painalista Luis Lima, agrônomo do IESB – Instituto de Estudo do Sul da Bahia, que abordou a experiência organizativa e de verticalização da agricultura sob bases agroecológicas, dissociando o freqüente binômio - desflorestamento e produção agrícola. A agroecologia é uma ciência que é capaz de conduzir uma exploração agrícola com conservação ambiental. Este painel produziu uma série de propostas a serem encaminhadas pela secretaria de agricultura do município, inclusive sua re-estruturação e adequação às necessidades de uma agricultura onde os impactos ambientais sejam minorados e valorize/potencialize iniciativas de gestão familiar e comunitária do processamento de produtos agrícolas e que manejam os solos com baixo uso de insumos externos.

#### Educação – Gestão Democrática da Educação

Este sub-painel teve como objetivo demonstrar a importância da gestão democrática na educação como fator preponderante na construção de uma escola pública de qualidade. Para tal foi apresentado um histórico do processo de democratização que o país vem passando, desde a constituição de 88 até os dias atuais. Foi apontada, ainda, a importância de se cultivar cotidianamente os princípios democráticos e que na educação esses princípios devem ser solidificados nas pequenas ações, para que a democracia – participação popular - se constitua em uma rotina dentro do espaço escolar.

Também foi ressaltado que para haver de fato e de direito uma participação popular é necessário criar mecanismos reais, capazes de oportunizar a participação popular na proposição de políticas de educação, pois esse atual modelo de educação foi pensado pelas elites e serve para representar os interesses dela; daí a importância de se criar mecanismos que assegurem às camadas mais populares tomar para si os destinos da educação. Além disso, foi apontada a necessidade de se discutir a gestão participativa, em virtude de:

O atual modelo de democracia representativa está em crise;

A sociedade civil quer participar da gestão pública, formulando políticas públicas;

A gestão é o “ambiente” da participação;

As camadas populares precisam entrar nos espaços educativos.

Foram apontadas ainda, sob a forma de destaque, as seguintes indicações:

Projetos de cultura popular;

Reestruturação do arquivo Público;

Criação de um centro cultural;

Utilização dos auditórios do município para projeção de filmes (cine-teatro);

Revitalização da Biblioteca Municipal;

Programas voltados ao incentivo do esporte amador e profissional.

Meio Ambiente: Legislação e a Conservação Ambiental

Saúde: O SUS e o Controle Social

Este painel teve como objetivo explicitar para os participantes a política do Sistema Único de Saúde e a importância do Controle Social, enquanto instância de avaliação, articulação e definição da gestão e ações de saúde.

Em sua exposição inicial sob o título O SUS e o Controle Social, Francisco Júnior, membro do Conselho Nacional de Saúde, defendeu a tese de que a maior vitória conseguida pelo povo brasileiro, mesmo reconhecendo as imensas dificuldades, e a defesa do Sistema Único de Saúde.

Em relação a esse novo modelo de assistência à saúde, ressalta que quando analisamos essas dificuldades percebemos um modelo de atenção distorcido, que continua privilegiando o curativo e fortalecido, ainda, pelo incremento e priorização dos procedimentos de média e de alta complexidade, bem como os medicamentos e procedimentos de alto custo.

O expositor fez uma crítica ao modelo de atenção à saúde, da forma como está desenhado atualmente, sendo centrado no profissional médico, em detrimento da atuação da equipe multiprofissional e de um efetivo modelo de prevenção e promoção e conseqüente intervenção direta de toda a equipe de saúde.

Na exposição do painel, Jorge Solla médico sanitário e ex-Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, explicita os avanços conquistados na Atenção à Saúde enfocando que o objetivo, na sua gestão, foi reconhecer a atenção primária como estratégia de reorientação de todo o sistema em consonância com as necessidades de saúde e com o perfil epidemiológico da população.

No Campo de financiamento do Sistema de Saúde foi discorrido que esta longe de ser o ideal, entretanto, os recursos são mal gerenciados e usados de forma distorcida, atendendo aos interesses dos grandes grupos privados e das grandes corporações profissionais que exploram a doença da população num círculo vicioso pernicioso e autofágico.

Na questão dos recursos humanos um aspecto crítico na construção do sistema de saúde brasileiro, foi informado pelo conselheiro Júnior que “a força de trabalho é precarizada, com os profissionais desestimulados, sem a devida qualificação e enfrentando inaceitáveis discriminações e condições de trabalho, conseqüentemente acabam rendendo-se à múltipla militância num processo que desgasta e compromete a qualidade do atendimento”. Quanto a esta questão Solla expõe que um dos objetivos do governo é superar a precarização na contratação de recursos humanos, apontando que há uma desarticulação entre as instituições formadoras e os serviços de saúde e do ensino dissociado do trabalho. Além disso, o processo de formação é fundamentado, ainda, num modelo de ensino que valoriza a formação em ciências básicas, desvalorizando os aspectos de promoção e prevenção em saúde.



Por fim, foi ressaltado que o controle social, depois de passar por uma crise gravíssima, está num momento de rearticulação e reorganização, precisando ser apoiado na formulação e implementação de políticas específicas, na defesa de um sistema de saúde baseado na equidade, integralidade, universalidade da atenção e controle social da gestão de maneira que, definitivamente, alcance a sua maturidade e a plena ação política e constitucional.

#### A COFERENCIA – 2º DIA

No segundo dia (02/10/2005), foi feita uma retrospectiva do Plano Popular Estratégico de Gestão e Afirmação Democrática por uma Amargosa Sustentável – PEGADAS por Aurélio José Antunes de Carvalho e Raul Lomanto Neto.

Foi explicado o processo e a importância do planejamento dentro da concepção de uma gestão participativa municipal. Quando se tem determinado recurso, na maioria das vezes, limitado diante da necessidade, tem-se que priorizar ações e estas são priorizadas com a população. É um diálogo permanente: povo – governante.

Realizou-se a exposição por meio de fotos. Apresentou-se a cultura, o ambiente, o povo, a triste situação de degradação que Amargosa viveu, sendo responsabilidade de gestores que não exerciam a política para o bem comum, mas como forma de dominar, privilegiar e apadrinhar. O PEGADAS é um instrumento, uma oportunidade de estabelecer nova cultura dos cidadãos com a coisa pública.

Em seguida, foi feita a apresentação das propostas oriundas dos grupos de trabalho temático – os sub-painéis. Neste momento a mesa era composta por Aurélio Carvalho, Raul Lomanto e os secretários municipais: Adriana Cavalcanti, Eliezer Silva, Fabiana Burity, Fábio Almeida, Joseane Mota e Júlio Pinheiro.

As propostas que foram apresentadas sem destaques eram automaticamente entendidas como aprovadas. Aquelas que fossem solicitadas destaques eram submetidas à plenária para discussão e aprovação.

Segue descrito o quadro de propostas a serem implementadas pela gestão municipal de Amargosa. O Sr. Prefeito, Valmir Almeida Sampaio, nomeará por meio de decreto membros das Secretarias Municipais para monitoramento do PEGADAS e das proposta da CONFIAR.

## ANEXO 25

### QUADRO DE DEMANDAS APROVADAS NA CONFIAR 2005

#### AÇÃO SOCIAL

| <b>Situação Ideal</b>                         | <b>Ações</b>   | <b>Prioridades</b> | <b>Responsabilidade / Prazo</b> |
|---|--|--------------------|---------------------------------|
| Geração de renda com ênfase no associativismo | Cursos profissionalizantes;<br>Estruturar as associações;<br>Associações participativas;<br>Resgate do associativismo;<br>Criação de lavanderias comunitárias. | 01                 | Ação continuada                 |
| Assistência á criança e ao adolescente        | Apoio a pastoral da criança;<br>Implantação do conselho tutelar;<br>Programa de atenção à criança e ao adolescente.  | 02                 | Ação Continuada                 |
| Moradia digna                                 | Melhoria habitacional;<br>Construção de loteamentos habitacionais; Promoção de mutirões.   | 03                 | Médio                           |
| Combater à discriminação                      | Promover palestras com temas voltados para a conscientização;<br>Promover encontros para revitalizar antigas raízes.   | 04                 | Médio                           |
| Combater à fome                               | Implantação de cantina popular.  | 05                 | Médio                           |
| Assistência a deficientes e idosos            | Centro de convivência para idosos;<br>Centro para portadores de deficiência.   | 06                 | Longo                           |
| Combater à violência contra mulheres          | Delegacia da mulher;<br>Conscientização e mobilização das mulheres.  | 07                 | Longo                           |

### ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E INFRA-ESTRUTURA

| Situação Ideal   | Ações  | Prioridades   | Responsab./<br>Prazo |
|--|--|---|----------------------|
| 1. Todas as comunidades eletrificadas  | Manifestação da comunidade para redução do prazo previsto em lei   | 1. Eletrificação Rural  | C E e F / M P        |
| 2. Ter uma comunidade segura   | Segurança Pública com mais policiamento  | 2. Segurança pública  | E / CP e MP          |
| 4. Ter permanente manutenção e conservação das estradas vicinais               | Elaboração de Plano de Recuperação de todas as estradas vicinais   | 3. Manutenção e conservação das estradas                                      | M / CP               |
| 5. Elaborar e executar o Plano Diretor   | Elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo  | 4. Plano Diretor  | M / CP               |
| 6. Ter bairros calçados (periferia)  | Pavimentação dos Loteamentos   | 5. Calçamento dos bairros (Periferia)   | M / MP e LP          |
| 7. Criar linhas alternativas do transporte escolar e cooperativa de transporte | Respeito e segurança nos transportes escolares.<br>Transporte para demais passageiros – Prefeitura abrindo concorrência para concessão de linhas | 6. Melhoria dos transportes escolares e criação de cooperativa de transportes | M e C / CP e MP      |
| 8. Construir pontos de ônibus com indicadores das comunidades                  | Sinalização e pontos de ônibus   |   |                      |
| 9. Periodicidade das visitas dos governantes                                   | Visitas periódicas às comunidades rurais pelo Prefeito e Secretários   | 7. Visitas das autoridades  | Ação continuada      |

## AGRICULTURA

| Situação Ideal   | Ações  | Prioridades   | Responsabilidade / Prazo   |
|--|--|---|--|
| Casa de farinha com qualidade e outra novas em outras comunidades                  | Reforma das casas de farinhas existentes e construção de novas casas de farinha<br>Criação de associação comunitária                                     | Industrialização dos produtos da região: banana, caju, acerola, jaca, manga, cacau, mandioca etc. e recuperação de casas de farinha | Comunidade, Poder Público (M, E e F) / Curto, Médio e Longo prazo. |
| Mais assistência técnica com qualidade e mais capacitação para agricultura         | Contratação de mais técnicos na relação de um por cada 50 produtores por ano<br>Contratar mais técnicos profissionais na área agrícola e buscar recursos | Assistência técnica e capacitação para todas as comunidades (o que inclui clonagem do cacau e atendimento as diversas culturas)     | Poder Público (M, E e F) / Curto, médio e longo prazo.             |
| Fábrica de doces implantada no município (Fabrica Central)                         | Elaborar o projeto para fabricar doce, fazer estudo de mercado, buscar recurso do FUMAC e criação do Conselho FUMAC.                                     | Financiamento   | Agências financiadoras e Poder Público (M, E e F) / (C, M e L)     |
| Assistência Técnica e Capacitação  | EBDA, Secretaria de Agricultura, SRT, CEPLAC.  |   |  |
| Plantações e beneficiamento dos produtos da região: caju, pinha, maracujá e horta. | Financiamentos: Banco do Nordeste, Banco do Brasil. Formar e organizar associações, mobilizar as comunidades para adquirir recursos.                     |   |  |
| Financiamento  | Uma maior orientação para os produtores rurais   |   |  |
| Clonagem de cacau  | Assistência técnica  |   |  |
| Financiamento para mandioca  | Através de Associação  |   |  |
| Assistência técnica a todas as comunidades   | Buscar os órgãos públicos (Municipal, Estadual, Federal), entidades não governamentais (Secretaria de Agricultura, EBDA, CEPLAC, FETAG, SRT, NDA, etc.)  |   |  |

## EDUCAÇÃO

| SITUAÇÃO IDEAL   | AÇÕES  | PRIORIDADES | RESPONSAB. / PRAZO       |
|--|--|-------------|--------------------------|
| Atendimento integral à Educação Infantil                             | Capacitação dos professores<br>Construção de creches   | 1           | Municipal / Médio        |
| Que as crianças saiam da 4ª série sabendo ler e escrever             | Nuclearização das escolas, qualificação de professores, estipular o máximo de alunos por turma, reforço escolar            | 2           | Municipal / Longo        |
| Educação de Jovens e Adultos   | Implantação de programas para o EJA<br>Cursos profissionalizantes  | 3           | M, E e F / Curto         |
| Gestão Democrática na Educação                                       | PPP, colegiado Escolar<br>Grêmios Estudantis<br>Eleição direta de dirigentes escolares                                     | 4           | Municipal / Curto        |
| Discussão e implantação de um Currículo específico para a Zona Rural | Reforma Curricular<br>Material Pedagógico Específico   | 5           | Municipal / Médio        |
| Melhorar a Infra-Estrutura na Educação                               | Estrada, transporte, energia e água<br>Quadras Poliesportivas<br>Informática nas Escolas                                   | 6           | M, E e F / Curto e Médio |
| Programas para Educação Especial                                     | Criação de um centro de qualificação de profissionais  | 7           | Municipal / Médio        |
| <b><u>Acabar as classes multiadas</u></b> (a ser analisada pelo CME) | Nucleando as escolas   |             |                          |
| Comunidade cuidando e respeitando a escola                           | Trabalho com a comunidade<br>Abrir canais de participação<br>Projetos educativos especiais (capoeira, dança, teatro, etc.) |             |                          |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| (combate à depredação)                                     |  |  |  |
| Formação de cidadãos críticos e atuantes                   | PPP, colegiado Escolar, Grêmio Estudantil<br>Melhoria na qualidade de ensino   |  |  |
| Melhorar a qualidade da Educação na zona Rural             | <b><u>Nuclearização das escolas, qualificação de professores, estipular o máximo de alunos por turma, reforço escolar</u></b> (a ser analisada pelo CME)<br><b><u>Fim das classes multisseriadas e criação da nuclearização</u></b> (a ser analisada pelo CME)<br><b><u>Estipular a quantidade máxima de alunos por turma</u></b> (a ser analisada pelo CME) |  |  |
| Uma escola que respeite, valorize e afirme a cultura local | Reforma Curricular adequada à realidade  |  |  |
| Afirmação da identidade cultural de Amargosa               | Centro Cultural  |  |  |

### MEIO AMBIENTE

|   | SITUAÇÃO IDEAL                        | AÇÕES  | PRIORIDADES  | RESPONSABILIDADE / PRAZO                         |
|---|---------------------------------------|--|--|--|
| 1 | Água tratada em todas as comunidades. | Planejamento e elaboração de projeto de abastecimento de água nas comunidades. | 1. Distribuição de água para todos os municípios de Amargosa (questão imediata, porém, deve ser discutido entre os técnicos, envolvendo secretarias, conselhos, para saber como o município realizará tal prioridade, o que envolve reflorestamento) | Comunidade<br>Governos (F,E e M)<br>CP, MP e LP; |

|   |   |  |  |   |
|---|---|--|--|---|
|   |   |  | – estratégia: educação ambiental (em todas as ações).  |   |
| 2 | Rio Limpos (rios, nascentes, lagoas, brejos) (3 ocorrências)  | Plano Municipal de Saneamento<br>Educação para uso responsável da água<br>Preservação do meio ambiente (proteção dos mananciais e reflorestamento) | 2. Programa Multidisciplinar de Educação Ambiental   | Comunidade<br>Governos (F,E e M).<br>CP, MP e LP; |
| 3 | Nascentes e rios protegidos (perenização dos mananciais)<br>Preservação das matas (2 ocorrências )  | Reflorestamento das APP's<br>Criar mais áreas municipais de preservação<br>Conservação das nascentes   | 3. Reflorestamento das APP's (matas ciliares, áreas ribeirinhas de brejos, nascentes, de encostas, topo de morros. (Preservação Ambiental) | Comunidade<br>Governos (F,E e M).                 |
| 5 | Áreas verdes e de lazer em todos os bairros e distritos de Amargosa – Lema: “Uma árvore para cada cidadão”.                               | Implantar viveiros de mudas<br>Utilizar também fruteiras na urbanização destas áreas;<br>Implantar áreas verdes;<br>Plano de Urbanização           | 5. Sistema Municipal de Meio Ambiente  | Governo Municipal<br>MP e LP;                     |
| 6 | Estrutura mínima na Prefeitura para fiscalizar e implementar as ações de meio ambiente (pessoal, dotação orçamentária, infraestrutura...) | Implantar o Sistema Municipal de Meio Ambiente   | 5. Sistema Municipal de Meio Ambiente  | Governo Municipal<br>CP, MP;                      |
| 7 | População educada e informada (frente ao uso e proteção dos recursos  | Implantar Programa Municipal de Educação Ambiental.<br>Educar as pessoas para:<br>- não poluir;  | 2. Programa Multidisciplinar de Educação Ambiental   | Comunidade<br>Governos (F,E e M).                 |

|  |           |  |  |              |
|--|-----------|--|--|--------------|
|  | naturais) | - não desmatar;<br>- uso responsável dos recursos naturais;<br>- preservar o que temos de melhor a natureza.<br>Consciência da população (2) |  | CP, MP e LP; |
|--|-----------|--|--|--------------|

### SAÚDE

| SITUAÇÃO IDEAL                                     | AÇÕES  | PRIORIDADES | RESPONSAB./ PRAZO    |
|--|--|-------------|----------------------|
| Ampliar o acesso da comunidade ao sistema de saúde | <p>Ampliação da cobertura da unidade de saúde da família.</p> <p>Aquisição de unidade móvel.</p> <p>Implantação de postos de coleta nos PSFs e distritos da zona rural.</p> <p>Ampliação do laboratório de análises clínicas municipal.</p> <p>Ampliar as ações do programa de saúde da mulher.</p> <p><b><u>Transporte de emergência noturna para as comunidades de Corta Mão, Itachama, Diógenes Sampaio. (Proposta a ser estudada pelo CMSA)</u></b></p> <p>Disponibilização de carro para o PSF de Corta Mão durante o turno</p> | 1º Lugar    | M E F<br>Longo prazo |



|  |  |          |                         |
|--|--|----------|-------------------------|
|  | <p>de atendimento</p> <p>Implantação do atendimento odontológico de urgência no hospital municipal.</p> <p>Implantação do centro de especialidade odontológica do município.</p> <p>Contratações de médicos especializados (anestesista, pediatra, cirurgião geral)</p> <p>Treinamento dos profissionais da escola para atendimento de pequenas urgências.</p> <p>Disponibilização de kits de primeiros socorros nas escolas.</p> <p>Contratação de Farmacêutico</p> |          |                         |
| <b><u>Segurança no Hospital Municipal</u></b>  |  |          |                         |
| <i>Proposta Alterada: realização de uma audiência pública sobre segurança com as autoridades e população no prazo de trinta dias</i> | Segurança Policial   | 2º Lugar | M. E<br>Curto prazo     |
| 100 % de cobertura de ACS para as comunidades  | Seleção e contratação de ACS para as comunidades sem cobertura.  | 3º Lugar | M . F<br>Curto prazo    |
| Ampliação da assistência farmacêutica  | Aquisição de medicamentos  | 4º Lugar | M. E . F<br>Longo prazo |

|  |                            |          |                      |
|--|----------------------------|----------|----------------------|
| Disponibilidade de equipamentos (ultra som , raio x , eletrocardiógrafo (hospital), mamógrafo) | Aquisição dos equipamentos | 5º Lugar | M . F<br>Médio prazo |
|--|----------------------------|----------|----------------------|

### SAÚDE: VIGILÂNCIA SANITÁRIA

| SITUAÇÃO IDEAL                                   | AÇÕES  | PRIORIDADES | RESPONSAB. / PRAZO |
|--|--|-------------|--------------------|
| Maior Proximidade da vigilância com a comunidade | Dar retorno das denúncias feitas pelas comunidades.<br>Fazer informes para a comunidade<br>Montar cronograma junto às comunidades e unidades de saúde. | 1º Lugar    | M.E / Curto prazo  |

### SAÚDE: SANEAMENTO BÁSICO

| SITUAÇÃO IDEAL   | AÇÕES  | PRIORIDADES | RESPONSAB. / PRAZO     |
|--|--|-------------|------------------------|
| Condições Adequadas de saneamento e gerenciamento de resíduos. | Elaborar e implementar projetos de saneamento básico e resíduos sólidos no município | 1º Lugar    | M, E e F / Longo prazo |
| Melhores condições de trabalho para os garis                   | Fornecimento de E.P.I, atividades de lazer e palestras educativas com a categoria.   | 2º Lugar    | M / Curto prazo        |
| Esgotamento Sanitário  | Esgotos sanitários com tratamento na cidade e nos distritos                          | 3º Lugar    | M, E, F/ Longo prazo   |

**ANEXO 26**  
 Prestação de contas do Pegadas 2005  
**QUADRO DE PRESTÇÃO DE CONTAS DA CONFIAR 2005**  
**SAÚDE**

| SITUAÇÃO IDEAL                                     | AÇÕES  | PRIORIDADE | SITUAÇÃO  | Obs.                                 |
|--|--|------------|---|--------------------------------------|
| Ampliar o acesso da comunidade ao sistema de saúde | <p>Ampliação da cobertura de unidade de saúde da família.<br/>           Aquisição de unidade móvel<br/>           Implantação de postos de coleta nos PSFs e distritos da zona rural.<br/>           Ampliação do laboratório de análises clínicas municipal.<br/>           Ampliar as ações do programa de saúde da mulher.<br/>           Transporte de emergência noturna para as comunidades de Corta Mão, Itachama, Diógenes Sampaio.<br/>           Disponibilização de carro para o PSF de Corta Mão durante o turno de atendimento<br/>           Implantação do atendimento odontológico de urgência no hospital municipal.<br/>           Implantação do centro de especialidade odontológica do município.<br/>           Contratações de médicos especializados (anestesiista, pediatra, cirurgião geral)<br/>           Treinamento dos profissionais da escola para atendimento de pequenas urgências.<br/>           Disponibilização de kits de primeiros socorros nas escolas.<br/>           Contratação de Farmacêutico</p> | 1º Lugar   | <p><b>Feito</b><br/> <b>Feito</b><br/> <b>Parcialmente</b><br/> <b>Feito</b><br/> <b>Feito</b><br/> <b>Feito</b><br/> <b>Parcialmente</b><br/> <b>Não se aplica</b><br/> <b>Feito</b><br/> <b>Feito</b><br/> <b>Não se aplica</b><br/> <b>Não se aplica</b><br/> <b>Feito</b><br/> <b>Feito</b></p> | <b>Sáimos de 5 para 9. Corta-Mão</b> |

| Continua  |  |                      |                        |                         |
|---|--|----------------------|------------------------|-------------------------|
| SITUAÇÃO IDEAL  | AÇÕES  | PRIORIDADE           | SITUAÇÃO               | Obs.                    |
| Segurança no Hospital Municipal<br>100% de Cobertura de ACS para as Comunidades   | Segurança Policial<br>Seleção e contratação de ACS para as comunidades sem cobertura | 2º Lugar<br>3º Lugar | Não se aplica<br>Feito | Estado Concurso Publico |
| Ampliação da assistência farmacêutica<br>Disponibilidade de equipamentos (Ultrassom, raio x, eletrocardiógrafo)<br>Hospital | Aquisição de medicamento<br>Aquisição dos equipamentos                               | 4º Lugar<br>5º Lugar | Feito<br>Feito         |                         |

## AÇÃO SOCIAL

| SITUAÇÃO IDEAL                                | AÇÕES  | PRIORIDADE | SITUAÇÃO                             | Obs.  |
|---|--|------------|--------------------------------------|---|
| Geração de renda com ênfase no associativismo | Cursos profissionalizantes;<br>Resgate do associativismo;<br>Estruturar as associações;<br>Criação e melhoria de lavanderias comunitárias. | 01         | <b>Feito</b>                         |   |
| Assistência á criança e ao adolescente        | Apoio a pastoral da criança;<br>Implantação do conselho tutelar;<br>Programa de atenção à criança e ao adolescente.                        | 02         | <b>Feito</b>                         |   |
| Moradia digna                                 | Melhoria habitacional;<br>Construção de loteamentos habitacionais;<br>Promoção de mutirões.  | 03         | <b>Feito</b>                         | <b>Início de construção de lot. habitacionais</b>                   |
| Combater à discriminação                      | Promover palestras com temas voltados para a conscientização;<br>Promover encontros para revitalizar antigas raízes.                       | 04         | <b>Feito</b>                         | <b>Revitalização da Burrinha e do samba de Roda das Três Lagoas</b> |
| Assistência a deficientes e idosos            | Centro de convivência para idosos;<br>Centro para portadores de deficiência.   | 06         | <b>Não</b>                           | <b>Política voltada para inclusão social</b>                        |
| Combater à violência contra mulheres          | Conscientização e mobilização das mulheres;<br>Delegacia da mulher.  | 07         | <b>Feito</b><br><b>Não se aplica</b> | <b>Conselho da Mulher</b>   |

### MEIOAMBIENTE

| SITUAÇÃO IDEAL  | AÇÕES  | PRIORIDADE  | SITUAÇÃO                  | Obs.  |
|---|--|---|---------------------------|---|
| Água tratada em todas as comunidades.   | Planejamento e elaboração de projeto de abastecimento de água nas comunidades.   | 1. Distribuição de água para todos os municípios de Amargosa (questão imediata, porém, deve ser discutido entre os técnicos, envolvendo secretarias, conselhos, para saber como o município realizará tal prioridade. | <b>Parcialmente feito</b> | <b>Projeto água para todos</b>                                  |
| Rios Limpos (rios, nascentes, lagoas, brejos)                                     | Plano Municipal de Saneamento<br>Educação para uso responsável da água<br>Preservação do meio ambiente (proteção dos mananciais e reflorestamento) | 2. Programa Multidisciplinar de Educação Ambiental  | <b>Feito</b>              | <b>Criação da UC do Timbó, Base Ambiental, Conselho (COMAM)</b> |
| Nascentes e rios protegidos. (perenização dos mananciais). Preservação das matas. | Reflorestamento das APP's<br>Criar áreas municipais de preservação<br>Conservação das nascentes  | 3. Reflorestamento das APP's (matas ciliares, áreas ribeirinhas de brejos, nascentes, de encostas, topo de morros. (Preservação Ambiental)  | <b>Parcialmente feito</b> | <b>Audiência dia 23 de agosto</b>                               |

### ADMINISTRAÇÃO

| SITUAÇÃO IDEAL                                       | AÇÕES  | PRIORIDADE | SITUAÇÃO                     | Obs.   |
|--|--|------------|------------------------------|--|
| Eletrificação Rural nas comunidades                  | Eletrificação Rural  | 1          | <b>Parcialmente feito</b>    | <b>1.173 Família beneficiadas</b>                            |
| Estradas com boa manutenção e conservação.           | Manutenção e conservação das estradas;<br>Aquisição de nova patrol   | 2          | <b>Feito</b>                 |  |
| Segurança Pública                                    | Mais policiamento<br>Criação guarda municipal  | 3          | <b>Não se aplica<br/>Não</b> | <b>Policiamento (Estado)</b>                                 |
| Bairros calçados                                     | Pavimentação dos Loteamentos<br>Calçamento nos bairros   | 4          | <b>Feito</b>                 | <b>Mais de 45 ml m de ruas e avenidas calçadas</b>           |
| Criação de linhas alternativas do transporte escolar | Melhoria dos transportes escolares e criação de cooperativa<br>Respeito e segurança nos transporte escolar | 5          | <b>Parcialmente feito</b>    | <b>Criação do GT de acompanhamento do transporte escolar</b> |
| Construção de pontos de ônibus                       | Sinalização e pontos de ônibus   | 6          | <b>Parcialmente feito</b>    | <b>Ponto do Tamanduá</b>                                     |
| Plano Diretor  | Elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo  |            | <b>Feito</b>                 |  |
| Cooperativa para Transporte                          | Transporte demais passageiros  |            | <b>Parcialmente feito</b>    |  |
| Melhorias dos sinais de TV                           | Pleitear instalação de torres receptoras   |            | <b>Feito</b>                 | <b>SBT, Record, Globo, Rede vida, TV Aratu</b>               |

## EDUCAÇÃO

| SITUAÇÃO IDEAL  | AÇÕES  | PRIORIDADE | SITUAÇÃO         | Obs.   |
|---|--|------------|------------------|--|
| Atendimento integral à Educação Infantil                          | Construção de creches<br>Capacitação dos professores   | 1          | <b>Feito</b>     | <b>2 creches; Capacitação Gestar, Pro letramento</b>             |
| Que as crianças saiam da 4ª série sabendo ler e escrever          | Nuclearização das escolas;<br>Qualificação de professores;<br>Estipular o máximo de alunos por turma,<br>Reforço escolar | 2          | <b>Feito</b>     | <b>Diminuição do Reforço escolar</b>                             |
| Educação de Jovens e Adultos                                      | Implantação de programas para o EJA<br>Cursos profissionalizantes  | 3          | <b>Feito</b>     | <b>TOPA</b>  |
| Gestão Democrática na Educação                                    | PPP, colegiado escolar<br>Eleição direta de dirigentes escolares<br>Grêmios Estudantil                                   | 4          | <b>Feito</b>     | <b>Grêmios Estudantil criado na Escola Dinoráh</b>               |
| Discussão e implantação de Currículo específico para a Zona Rural | Reforma Curricular<br>Material Pedagógico Específico   | 5          | <b>Não Feito</b> | <b>Na reformacurricular;<br/>Supervisão de educação no campo</b> |
| Melhorar a Infraestrutura na Educação                             | Estrada, transporte, energia e água<br>Quadras Poliesportivas<br>Informática nas Escolas                                 | 6          | <b>Feito</b>     |  |
| Programas para Educação Especial                                  | Criação de um centro de qualificação de profissionais  | 7          | <b>Não</b>       |  |



## EDUCAÇÃO

| SITUAÇÃO IDEAL   | AÇÕES  | PRIORIDADE | SITUAÇÃO                  | Obs.                    |
|--|--|------------|---------------------------|-------------------------|
| Acabar as classes multisseriadas                                   | Nucleando as escolas   |            | <b>Parcialmente feito</b> | <b>Reduzimos em 50%</b> |
| Comunidade cuidando e respeitando a escola (combate à depredação). | Trabalho com a comunidade<br>Abrir canais de participação<br>Projetos educativos especiais (capoeira, dança, teatro, etc.)   |            | <b>Feito</b>              | <b>Educarte</b>         |
| Formação de cidadãos críticos e atuantes.                          | PPP, colegiado Escolar, Grêmios Estudantis<br>Melhoria na qualidade de ensino  |            | <b>Feito</b>              |                         |
| Melhorar a qualidade da Educação na zona Rural.                    | Nuclearização das escolas, qualificação de professores, estipular o máximo de alunos por turma, reforço escolar.<br>Fim das classes multisseriadas e criação da nuclearização<br>Estipular a quantidade máxima de alunos |            | <b>Feito</b>              |                         |

### AGRICULTURA

| SITUAÇÃO IDEAL   | AÇÕES   | PRIORIDADE | SITUAÇÃO                   | Obs.   |
|--|---|------------|----------------------------|--|
| Mais assistência técnica com qualidade e mais capacitação para agricultura               | Contratar mais técnicos profissionais na área agrícola ; Buscar recursos para Assistência Técnica e capacitação para todas as comunidades.  | 1          | <b>Feito</b>               | <b>ATER/Parceria com a EBDA, Projeto Ervas</b>         |
| Casa de farinha com qualidade e outra novas em outras comunidades                        | Reforma das casas de farinhas existentes;<br>Construção de novas casas de farinha;<br>Criação de associação comunitária.  | 2          | <b>Parcialmente feito.</b> | <b>Estruturação da associação do Gentil e Itachama</b> |
| Industrialização dos produtos da região: banana, caju, acerola, jaca, manga, cacau, etc. | Formar e organizar associações, mobilizar as comunidades para adquirir recursos;<br>Elaborar o projeto para fabricar doce, fazer estudo de mercado;<br>Industrialização dos produtos da região: banana, caju, acerola, jaca, manga, cacau, mandioca etc.<br>Curso profissionalizante;<br>Buscar recurso do FUMAC e criação do Conselho; | 3          | <b>Parcialmente feito</b>  | <b>Caju, mel</b>                                       |
| Cursos de capacitação na zona rural  | Organizar a comunidade e buscar patrocínio junto às entidades: Sec. de Agricultura, FETAG, EBDA, SEBRAE, SENAR, etc.  | 4          | <b>Feito</b>               |  |
| Clonagem de cacau  | Assistência técnica da CEPLAC   | 5          | <b>Feito</b>               |  |
| Financiamento  | Maior orientação para os produtores rurais  | 6          | <b>Feito</b>               | <b>PRONAF B</b>  |

Fonte: PMA